

CARLA MARISA DO AMARAL CORREIA DE BRITO

Sé de Silves

**Contributos para uma Proposta de Recuperação e
Valorização Arquitectónica**

Volume I

Orientadores: Professora Doutora Marieta Dá Mesquita
Professor Eng. Luís Aires-Barros

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico
e Paisagístico

Universidade de Évora
Outubro de 2004

Esta Dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri

CARLA MARISA DO AMARAL CORREIA DE BRITO

Sé de Silves

**Contributos para uma Proposta de Recuperação e
Valorização Arquitectónica**

Orientadores: Professora Doutora Marieta Dá Mesquita
Professor Eng. Luís Aires-Barros

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico
e Paisagístico

Universidade de Évora
Outubro de 2004

Esta Dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri

Para o Francisco
e para os meus pais

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

AGEMN	Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
ANTT	Arquivos Nacionais Torre do Tombo
BN	Biblioteca Nacional
CIAM	Congresso Internacional de Arquitectura Moderna
DG	Diário do Governo
DGEMN	Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
MN	Monumento Nacional
MCC	Ministério do Comércio e Comunicações
MOP	Ministério das Obras Públicas
MOPC	Ministério das obras Públicas e Comunicações
RAACAP	Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses
SPN/ SNI	Secretariado de Propaganda Nacional/ Secretariado Nacional de Informação
ZEP	Zona Especial de Protecção

Título:

Sé de Silves: contributos para uma proposta de recuperação e valorização arquitectónica

Resumo

A Sé de Silves foi classificada como Monumento Nacional em 1922. Entre os anos de 1931 e 1955 sofreu diversas obras de restauro levadas a efeito pela DGEMN. Os monumentos em “grés” deste tipo não são muito comuns, sendo a Sé um dos mais significativos exemplos do nosso país.

Justifica-se a escolha deste tema pela qualidade arquitectónica e construtiva do edifício e o estado de degradação que se presencia, para além da ausência de um estudo monográfico que abarque uma leitura global dos diferentes aspectos que se prendem com o edifício primitivo. O objectivo principal da investigação visa o diagnóstico sobre o seu estado de conservação, apresentação de soluções de intervenção para a resolução de anomalias estruturais e de patologias dos materiais. Procurámos definir uma metodologia de intervenção conjuntamente com uma proposta de recuperação e conservação do monumento, através da análise dos diversos componentes que englobam o estudo do monumento.

Em termos metodológicos pretendeu-se o reconhecimento e descrição do objecto através do levantamento arquitectónico (material gráfico) e fotográfico; análise crítica da documentação técnica existente no Arquivo da DGEMN, nomeadamente dos processos de obras, documentação fotográfica e administrativa, em diálogo constante com o monumento em causa; interpretação das correntes de restauro em pormenor; recensão crítica da bibliografia existente sobre o monumento; levantamento sistemático das características e processos construtivas; determinação do quadro patológico geral do edifício através do levantamento das patologias e anomalias estruturais.

Title: Silves Cathedral : Contributions for an Architectonic Recuperation and Valorization Proposal

Resume

Silve's cathedral is a National Monument since 1922. Between 1931 and 1955 it has suffered several restoration repairs executed by DGEMN. Monuments in "grés" are not very usual and this cathedral is one of the most significant examples in Portugal.

Therefore, the choice of this theme is totally justified, not only because of the architectonic and constructive quality of the building but also because of the state of degradation we observe; besides, there isn't any monographical study that includes a global reading of the different aspects within the primitive building. The main aim of the investigation aspires the diagnostic of its state of conservation, the presentation of interventive solutions in order to solve structural anomalies and material pathologies. We wanted to define a methodology of intervention in conjunction with a proposal of recuperation and conservation of the monument by the analysis of the several componentes that concern the study of the monument.

In methodologic terms we aim the recognition and the description of the object through the architectonic (graphic material) and photographic raising: critical analysis of the technical documentation existing on the DGEMN Archive, namely the repairing processes and photographic and administrative documentations, on a constant dialog with the monument; interpretation of the chains of restoration in detail; critical recension of the existing bibliography about the monument; sistematic raising of the constructive characteristics and processes; determination of the global pathological state of the building by raising structural pathologies and anomalies.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo constitui a dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Foram nossos orientadores a Professora Doutora Marieta Dá Mesquita e o Professor Eng. Luís Aires-Barros a quem devemos a aprendizagem metodológica de que este trabalho pretende ser um exemplo e importantes e enriquecedoras perspectivas, no domínio do nosso estudo.

Em primeiro lugar à Professora Doutora Marieta Dá Mesquita da Faculdade de Arquitectura da UTL, que aceitou orientar cientificamente este trabalho, partilhando connosco as suas experiências e saber, pelo apoio e sentido crítico com que acompanhou, bem como estímulo constante em alturas de maior dificuldade.

Ao Professor Eng. Luís Aires-Barros do Laboratório de Mineralogia e Petrologia do IST o meu reconhecimento pela confiança que em nós depositou, bem como pelos ensinamentos que nos proporcionou para uma nova abordagem do restauro monumental.

Dirigimos um agradecimento muito especial ao Professor Doutor Virgolino Jorge pela possibilidade de concretização deste trabalho, pelas inolvidáveis lições de saber que nos transmitiu ao longo do tempo em que foi nosso Professor e pela disponibilidade e apoio científico desde o primeiro momento.

O trabalho de investigação que se apresenta não teria sido possível sem os mais variados apoios, incentivos e colaboração que foram dispensados por amigos e familiares, mas também, por aqueles com quem tive a oportunidade de trabalhar no decorrer do desenvolvimento do projecto de investigação.

Ao professor Couceiro, aos mestres Filomena Andrade e Luís Oliveira pelas informações pertinentes sobre o objecto em estudo e pela disponibilidade dispensada.

Pelas facilidades concedidas na consulta da documentação agradecemos à Dr^a Margarida Alçada da DGEMN, à Dr^a Manuela Portugal e ao Dr. João Paulo Machado.

À Dr^a Luísa do Arquivo Municipal da Câmara de Silves pelas informações complementares e pelo auxílio na pesquisa e ao Dr. Ricardo Tomé do Gabinete do SIG da Câmara de Silves.

Queremos também deixar uma palavra de agradecimento especial à arquitecta Inês Serrano pela colaboração incansável ao longo de todo o trabalho, nomeadamente pelos desenhos da planta, alçados e cortes e ao arquitecto Mário Kong pela ajuda dispensada.

À arquitecta Rita Baptista e à engenheira Fátima Correia pela colaboração prestada na elaboração dos desenhos, fotografias das rochas e nas deslocações a Silves.

Gostaríamos de agradecer os testemunhos orais do Sr. Manuel Cabrita pelas preciosas informações técnicas que nos transmitiram sobre a exploração manual das pedreiras e sobre a arte de lavar a pedra.

Por fim, aos meus pais, quero exprimir a minha gratidão e carinho pelo apoio que me deram, durante todo o percurso, mostrando-se sempre interessados e disponíveis para conciliar o seu tempo com os meus compromissos e acompanhar em todas as deslocações que fiz ao Algarve. Em especial ao Francisco, meu marido e melhor amigo, pela compreensão durante estes anos.

Por último um grande obrigado a todos os amigos que acompanharam de perto a realização deste trabalho e que nos encorajaram a prosseguir até ao fim. Como não podia deixar de ser algumas pessoas especiais como a Isa Sequeira incansável durante estes anos e sempre pronta a enviar toda a informação disponível e a acompanhar-me nas explorações das pedreiras nos arredores de Silves. À Luciana Couto ao Rui pelo encorajamento nos momentos de maior dificuldade, as suas palavras deram-me força para continuar.

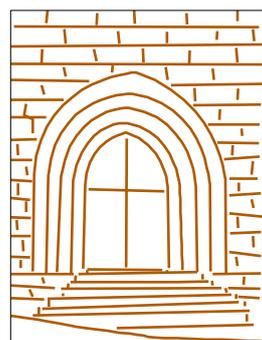
Índice Geral

Introdução	10
Parte I - Estudo Histórico-Arquitectónico da Sé de Silves	18
1. Estado Actual da Investigação	20
2. Caracterização Geográfica	35
3. Caracterização Histórico-Arquitectónica	55
3.1. Inserção Urbana	55
3.1.1. Fontes Impressas	55
3.1.2. Iconografia	63
3.1.3. Fontes Cartográficas	65
3.2. Caracterização Arquitectónica	71
3.2.1. Descrição Arquitectónica : Planta e Alçados	71
3.2.1.1. Programa Arquitectónico	71
3.2.1.2. Leitura e Organização Interna	75
3.2.1.3. Leitura e Organização Exterior	85
3.3. Notícia Histórica sobre a Construção da Sé de Silves	90
4. Panorâmica dos Critérios de Intervenção nos Monumentos	96
4.1. Enquadramento Internacional do Restauro Arquitectónico	96
4.2. Enquadramento do Restauro Arquitectónico em Portugal	110
4.3. Da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN) à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)	126
4.3.1. Critérios de Intervenção da DGEMN	132
5. Intervenções da DGEMN na Sé de Silves	137
5.1. O Processo de Recuperação da Sé	137
5.1.1. Análise das Fontes Impressas	138
5.2. Documentação do Arquivo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	147
5.3. Caracterização da Intervenção da DGEMN (1931 a 1955)	155
5.3.1. Técnicos da DGEMN Responsáveis pelos Projectos de Arquitectura	155
5.3.2. Os Projectos dos Técnicos da DGEMN	158
5.3.3. Os Trabalhos de Restauro	160

5.3.4. Empreiteiros e Artífices	171
5.3.5. Comparação entre o Processo Administrativo de Obras, Fotográfico e Boletim da DGEMN	172
5.4. Leitura Crítica das Intervenções (1931-1955)	182
Parte II- Contributos para uma Proposta de Recuperação e Valorização da Sé de Silves	193
6. Materiais e Técnicas de Construção	195
6.1. Materiais de Construção	195
6.1.1. Rocha	195
6.1.2. Cerâmica	201
6.1.3. Madeira	202
6.1.4. Argamassa	203
6.2. Técnicas de Construção	203
6.3. Sistema Construtivo	211
7. Caracterização dos Principais Tipos Litológicos	215
7.1. Propriedades Físico-Químicas	217
7.2. Mapeamento de Litologias (Alçados)	219
7.3. Caracterização de Litologias : Levantamento Fotográfico (Portal Ponte)	223
8. Caracterização do Microclima do Edifício	227
9. Factores de Decaimento	232
10. Estado de Conservação dos Materiais: Formas de Decaimento Ocorrentes no Edifício	239
10.1. Localização e Morfologia das Degradações	241
10.1.2. Principais Processos de Decaimento Presentes nas Fachadas	244
10.2. Mapeamento de Patologias (Alçados)	251
10.3. Estado de Conservação do Edifício a Nível Interior	254
10.3.1. Formas de Decaimento Ocorrentes no Interior do Edifício	256
11. Caso de Estudo : Portal Poente	266
11.1. Descrição do Alçado Principal	266
11.2. Identificação de Patologias e Exposição do Portal Poente	268
11.3. Caracterização de Patologias : Levantamento Fotográfico (Portal Poente)	274
11.4. Mapeamento de Patologias (Portal Poente)	276
12. Bases para uma Proposta de Recuperação e Valorização da Sé de Silves	278

13.Terminologia das Patologias	287
14.Considerações Finais	291
15.Fontes e Bibliografia	300
Índice de Figuras	316
Apêndice Documental	
Apêndice Gráfico e Fotográfico	

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

O reconhecimento do monumento enquanto objecto arquitectónico significa entendê-lo, na sua condição de contemporaneidade, através da sua funcionalidade, não como espaço ou como forma abstracta mas como lugar, nas dimensões de identidade, da história e da permanência, como síntese entre passado, presente e futuro.

A presente Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, intitula-se *Sé de Silves : Contributos para uma Proposta de Recuperação e Valorização Arquitectónica* e recai no estudo de um monumento medieval, que foi alvo de profundas alterações nos finais do século passado. Pensamos que o seu grande contributo terá sido a sistematização duma metodologia de estudo histórico-arquitectónico e duma metodologia de recuperação do património edificado.

Procurámos contribuir para o melhor conhecimento e divulgação da Sé de Silves, sistematizando e enquadrando os diversos contributos de vários investigadores e ainda acrescentando os novos conhecimentos que resultaram de um longo trabalho de investigação. Parece-nos importante a concretização de estudos que, criando um método de trabalho específico, possam garantir a recuperação arquitectónica de construções que se revelem com interesse cultural.

A Sé de Silves não deixa indiferente os seus visitantes pela particularidade do material de construção utilizado, o “grés de Silves”, típico da região. Considera-se que é um dos monumentos mais importante do Sul do país, tendo sido classificado como Monumento Nacional em 1922¹ e Zona Especial de Protecção em 1956². A maioria dos autores defende que começou a ser erigida em finais do séc. XII, ou durante o séc. XIII, e sofreu vicissitudes de vários terramotos, em especial o de 1755³. No séc. XX o edifício sofreu obras de restauro levadas a efeito pela DGEMN, tendo as principais intervenções ocorrido entre 1931 e 1955.

O objectivo da dissertação é definir uma proposta de recuperação e conservação do monumento, conjuntamente com uma metodologia de intervenção, através da análise dos diversos componentes que englobam o estudo do monumento. Pretendeu-se contribuir para o conhecimento da Sé de Silves nas vertentes arquitectónica, histórica, e das tecnologias

¹ Foi classificada Monumento Nacional pelo Dec. n.º 8218, DG 130 de 29 de Junho de 1922.

² O monumento foi classificado de Zona Especial de Protecção pelo DG 84 de 7 de Abril de 1956.

³ Cr. Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, p.173; Cfr. ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 35, n.º 117, fl.1277, cit. por Vide AAVV, “A Sé de Silves Memória da Pedra” in AAVV, *Arqueologia Medieval*, n.º 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.284.

construtivas de recuperação; analisar criticamente as práticas de restauro arquitectónico levadas a efeito pela DGEMN, durante o Estado Novo; diagnosticar o estado de conservação da construção e definir os pressupostos teóricos a contemplar numa futura intervenção.

Justifica-se a escolha deste tema pela qualidade arquitectónica e construtiva do edifício e pelo estado de degradação que se presencia. Por outro lado, a documentação que existe sobre este monumento encontra-se dispersa. Existem alguns estudos no âmbito da história local e da história da arte que focam directa ou indirectamente a Sé de Silves, no entanto, faltava proceder à sistematização da informação encontrada e conciliar estes dados com a análise da própria construção, só assim se pode compreender o edifício como um todo. Uma das questões determinantes é sistematizar as várias opções de restauro. O monumento foi ainda alvo de uma abordagem visando o diagnóstico sobre o seu estado de conservação, apresentação de soluções de intervenção para a resolução de anomalias e de patologias dos materiais.

Em termos metodológicos pretendeu-se desenvolver a investigação do seguinte modo: reconhecimento e descrição do objecto através do levantamento arquitectónico (material gráfico) e fotográfico; análise crítica da documentação técnica existente nos Arquivos da DGEMN, nomeadamente dos processos de obras, documentação fotográfica e administrativa, processos individuais dos arquitectos da DGEMN, em diálogo constante com o monumento em causa; análise de bibliografia que possibilitasse a compreensão da razão de ser das filosofias de intervenção praticadas; interpretação das correntes de restauro em pormenor; recensão crítica da bibliografia existente sobre o monumento; levantamento sistemático das características e processos construtivos; determinação do quadro patológico geral do edifício através do levantamento do seu estado de conservação; estudo do material pétreo, procurando-se sintetizar a informação sob a forma gráfica com o recurso ao mapeamento de litologias e patologias.

A pesquisa apoiou-se no trabalho de fundo arquivístico⁴ e bibliográfico. As fontes manuscritas têm uma proveniência centrada nos Arquivos da DGEMN e da Câmara Municipal de Silves. Utilizámos ainda dois suportes de investigação fundamentais, os trabalhos teóricos de Lúcia Rosas e de Maria João Neto⁵.

⁴ Foram consultadas fontes documentais do Arquivo da DGEMN, da Câmara Municipal de Silves, da Diocese de Faro, Arquivo Distrital de Faro e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁵ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUL, vol.1., 1995; Lúcia ROSAS, *Monumentos Pátrios : A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

Partindo de uma breve panorâmica do clima internacional e nacional que serviu de “pano de fundo” à intervenção realizada, como forma de integração temporal do tema do nosso estudo, procurámos enquadrar a DGEMN no contexto internacional da teoria e prática da intervenção monumental. Por outro lado, recuámos ao século XIX, com o objectivo de tornar claros os antecedentes da DGEMN e compreender melhor as circunstâncias que envolveram a sua criação e actividade.

O estudo tomou alicerces no fundo documental existente nos Arquivos da DGEMN (essencialmente o Arquivo do Forte de Sacavém, complementado pelo estudo do arquivo dos Serviços Centrais e da Direcção Regional do Sul). Trata-se de um conjunto variado de documentos que contêm os projectos de intervenção, os cadernos de encargos destinados a concursos públicos, ou propostas de tarefa de ajuste particular, etc. Este fundo riquíssimo que documenta a acção deste organismo foi estudado através de uma análise detalhada e crítica da documentação referida. Foi dada especial atenção aos processos administrativos, aos processos de obras e respectiva iconografia para o imóvel intervencionado, efectuando-se uma análise comparativa entre as diversas fontes de informação. Para uma maior facilidade de leitura realizou-se um quadro sinóptico que resultou de uma condensação realizada a partir da documentação arquivística, referente a cada processo. Através da análise do processo fotográfico da DGEMN procurámos a comparação entre estados diferenciados no tempo.

Foram dados condicionantes a dificuldade na precisão de autorias das intervenções, que se deveu à prolongada duração dos estaleiros quer à centralização das decisões.

Impôs-se a conjugação de dois níveis de informação: a documentação das intervenções e o trabalho de campo, centrado na análise do estado de conservação do edifício. O estudo da pedra e da sua relação com a arquitectura, tem sido uma problemática muito pouco explorada. No quadro de uma tendência internacional que procura desenvolver programas interdisciplinares para o estudo das campanhas de restauro, onde o material pétreo adquire papel proeminente, o nosso estudo pretendeu a identificação, por via documental, das pedreiras fornecedoras de material para os restauros, identificação das rochas utilizadas e das principais patologias ocorrentes no edifício e por último definindo-se algumas recomendações a considerar numa futura proposta de intervenção no edifício.

O estudo da pedra, revelou-se de grande importância para se poder estabelecer o grau de degradação dos materiais e conhecer a sua evolução ao longo do tempo. Foi necessário utilizar uma metodologia baseada no conhecimento das características petrográficas da rocha e no conhecimento geológico dos terrenos que forneceram a pedra, sem esquecer o

conhecimento histórico e artístico do monumento, o qual fornece dados essenciais acerca das causas que estiveram na base da sua construção no local em que se encontra e com os materiais de que foi feito, bem como da função a que se destinava.

É precisamente desta interdisciplinaridade da História e da Arquitectura (que procuram compreender o monumento em si nas suas vertentes histórica, artística e construtiva) e a Geologia (que tem como finalidade caracterizar as formações geológicas e os materiais), que podem surgir estudos mais completos, uma vez que a necessidade de preservação do nosso património construído obriga a acções conjuntas com o objectivo de se conseguir identificar, conhecer, conservar e utilizar os monumentos.

Em termos da estrutura da dissertação iniciámos o nosso estudo com uma primeira parte intitulada “Estudo Histórico-Arquitectónico da Sé de Silves”, abordando a história do edifício e a sua localização. Incidindo sobre o monumento pretendeu-se fazer a sua descrição espacial e delinear aspectos da história da construção.

Numa segunda parte delineou-se os “Contributos para uma Proposta de Recuperação e Valorização da Sé de Silves” procurando-se definir os materiais e sistema construtivo utilizados. Apresentou-se o diagnóstico sobre o estado de conservação do monumento, onde se identificam as litologias, se enumeram as patologias que são dadas a observar, se apresentam algumas reflexões sobre a actuação mais adequada para uma recuperação e conservação do imóvel, delineando-se os aspectos mais importantes a ter em conta numa futura intervenção no monumento.

A primeira parte intitulada “Estudo Histórico-Arquitectónico da Sé de Silves” inclui os primeiros capítulos onde foram ser abordados os seguintes aspectos:

- *Estado Actual da Investigação*- Análise dos estudos sobre a Sé de Silves.
- *Caracterização Geográfica*- análise das principais características geográficas de Silves, com especial incidência sobre as condições climáticas.
- *Caracterização Histórico-Arquitectónica* – Análise de aspectos que se prendem com a história do monumento; análise das razões que estiveram na origem da escolha do local e nas relações que se estabelecem com o território e principais construções da envolvente; caracterização Arquitectónica, através da análise da planta e alçados do edifício.
- *Panorâmica dos Critérios de Intervenção nos Monumentos*- Análise do panorama internacional e nacional do restauro arquitectónico e das correntes

teórico-filosóficas de intervenção no monumento.

- *Intervenções da DGEMN na Sé de Silves* – Análise das intervenções de restauro realizadas na Sé de Silves, ou seja, o estudo das campanhas de restauro entre 1931 e 1955 e a sua leitura crítica.

A segunda parte do trabalho intitulada “Contributos para uma Proposta de Recuperação e Valorização da Sé de Silves”, estruturou-se em quatro pontos fundamentais:

- *Materiais e Técnicas de Construção*– Caracterização dos principais materiais utilizados na construção, técnicas de construção e o sistema construtivo.
- *Caracterização dos Principais Tipos Litológicos* - identificação dos principais tipos de rochas utilizadas na edificação.
- *Estado de Conservação dos Materiais* – Contempla a avaliação do estado de conservação do monumento e dos principais processos de decaimento, para nos centrarmos no *Estudo do Portal Poente*.
- *Bases para uma Proposta de Recuperação e Valorização* – Definição de pressupostos teóricos subjacentes à proposta de intervenção e valorização do monumento. Definição de critérios para a valorização da envolvente.

O monumento foi analisado percorrendo os seus espaços e tentando percebê-los, procurando encontrar-lhe uma lógica, e depois, documentalmente, identificando-se os vestígios que pudessem ajudar a redefinir as intervenções de restauro. O trabalho de campo facultou-nos a observação de pormenores e processos que nos passavam despercebidos: zonas de maior desgaste na pedra, o factor humidade na degradação dos inertes e a acção do homem na alteração dos espaços.

As medidas apontadas têm em conta a conservação do edifício com base nas seguintes premissas: a menor intervenção possível, a utilização de materiais e técnicas tradicionais, a preservação das características tipológicas e a garantia da unidade estética. Sem esquecer a função do edifício, é importante a reposição dessas condições através de acções de reparação e manutenção.

A aposta na colaboração de especialistas de áreas diversas para o delinear de propostas adequadas, a revelação da importância do trabalho prático para o estudo e conservação dos edifícios, a necessária utilização de conceitos, métodos e técnicas ligados à salvaguarda e valorização do património edificado, foram as conclusões mais evidentes.

PESQUISA

A investigação documental e recolha bibliográfica que serviram ao presente estudo foram efectuadas nos seguintes arquivos e bibliotecas:

Arquivos

- 1- Arquivo da Diocese de Faro
- 2- Arquivo Distrital de Faro

- 3- Arquivos da DGEMN (Forte de Sacavém, Arquivo Geral, Arquivo da Direcção Regional do Sul)
- 4- Arquivo da Câmara Municipal de Silves
- 5- Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- 6- Arquivo do Ministério das Obras Públicas
- 7- Academia das Ciências
- 8- Arquivo do Patriarcado
- 9- Academia de Belas Artes

Bibliotecas

- 1-Biblioteca Nacional
- 2- Biblioteca da Universidade de Évora
- 3- Biblioteca da DGEMN
- 4-Biblioteca da Câmara Municipal de Silves
- 5- Biblioteca Municipal de Faro
- 6- Biblioteca da Universidade do Algarve
- 7-Biblioteca do IPPAR
- 8-Biblioteca da Ajuda
- 9-Biblioteca do Instituto Superior Técnico
- 10-Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian
- 11-Biblioteca Municipal de Lagos
- 12-Biblioteca da Delegação Regional de Agricultura do Algarve
- 11-Biblioteca da Direcção Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais do Algarve
- 12-Hemeroteca de Lisboa
- 13-Biblioteca das Galveias
- 14-Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- 15-Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

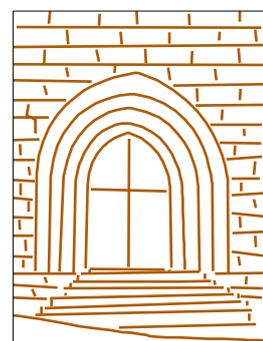
Instituições

- 1- IPPAR
- 2- Museu de Arqueologia da CMS
- 3- Centro de Informação Geográfica da CMS
- 4- Departamento Cultural da CMS

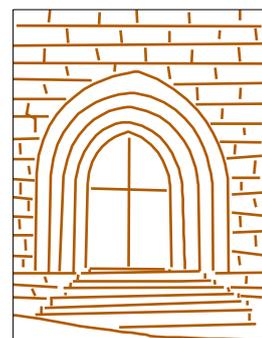
- 5- Comissão de Coordenação Regional do Algarve
- 6- Instituto Nacional de Meteorologia

PARTE I

ESTUDO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICO DA SE DE SILVES



1. ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO



1. ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO

Nota Introdutória

Permanece indeterminada a época de fundação da Sé de Silves, bem como a cronologia das diversas campanhas de obras. As dúvidas persistem, relativamente à origem árabe ou cristã do edifício.⁶ Os sismos,⁷ o desmoronamento e as sucessivas reconstruções, dificultam a identificação das fases construtivas.⁸

⁶ “Após a conquista definitiva da cidade, pelos cristãos, esta pode ter mantido a mesma estrutura urbana tendo a mesquita sido, provavelmente, consagrada, e talvez, depois do grande terramoto de 1370 ali se construiu a

A análise dos principais estudos que abordam o tema, permite que se sintetizem as principais teses defendidas, em torno das origens do edifício. As opiniões, baseadas na informação escrita e na interpretação de factos políticos são, no entanto, divergentes.

No que diz respeito à data de construção, não existe um conhecimento fundamentado. Alguns autores defendem que a conquista de Silves ocorreu em 1188, ou 1189, por D. Sancho I (1154-1211), que teria mandado edificar a Sé, nessa época.⁹ Silves foi tomada novamente pelos mouros em 1191. A conquista definitiva da cidade realizou-se, por volta de 1242 ou 1249¹⁰.

Outra tese é sustentada por aqueles que acreditam que o edifício começou a ser construído no séc. XIII, atribuído a Afonso III (1210-1279), ou Afonso X de Castela (1221-1284).¹¹ A descoberta de uma lápide na antiga sacristia da Sé, aquando das obras de restauro da DGEMN, permitiu avançar com nova hipótese, tendo a edificação sido atribuída por volta de 1279¹².

A ausência de fontes documentais inviabiliza o esclarecimento da problemática sobre a origem árabe do edifício. Para alguns autores a Sé foi mesquita dos mouros, purificada por D. Sancho I¹³. Para outros, teria sido templo cristão construído de raiz no mesmo local onde

actual Sé” in Rosa Varela GOMES, *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves*, Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1987,p.37.

⁷ Diversos sismos assolaram a cidade, entre os mais significativos temos os 1352-53 e de 1755.

⁸ “Que existiu uma Sé anterior ao século XV é algo que não oferece dúvida, mas talvez tenha sido destruída por algum tremor de terra, como o que, por exemplo, ocorreu em 1352 ou no ano seguinte. Em 1443 corriam as obras no novo edifício, mas, tempo depois, já no governo de D. Afonso V, o cabido pedia auxílio ao monarca, porque a catedral tinha caído e era preciso reedificá-la.” in Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, p.173.

⁹ Segundo Rosa Varela Gomes, “se não parece existirem dúvidas sobre a primeira conquista cristã, realizada a 3 de Setembro de 1189, ou em relação à reconquista muçulmana que a sucedeu cerca de dois anos depois, em 21 de Junho de 1191, o mesmo não acontece no respeitante à conquista definitiva da cidade, em meados do séc. XIII” in Rosa Varela GOMES, “Silves (Xelb), uma Cidade do Gharb Al-Andalus: Território e Cultura, in *Trabalhos de Arqueologia*, Lisboa, nº 23, Lisboa, IPPAR, 2002, pp.23-24; “ A *Crónica Del Rey D. Sancho I de Portugal* diz que após a conquista de Silves aos mouros, em 3 de Setembro de 1189, o rei de Portugal “mandou fazer Igreja Catedral, e dedicada aho culto Divino, que loguo se nella celebrou”, cit. por João Vasco REYS, *Vozes da Pedra*, Silves, CMS, 2002, p.38.

¹⁰ Vide Fátima BOTÃO, *Silves: capital de um reino medievo*, Silves, CMS, 1992, p.20; J.D.G. Garcia DOMINGUES, *Novos Aspectos da Silves Árabe*, Sep. Da Revista Gil Vicente, Guimarães, p.36; João Baptista da Silva LOPES, *Corografia ou Memória Económica, Estadística e Topográfica do Reino do Algarve*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1841, pp.140-150; Damião PERES, *História de Portugal*, II, Barcelos, Portucalense Editora Lda., p.254; I.M. ROMERO-CAMACHO, “La Iglesia de Silves Sufraganea de Sevilla: La Restauracion de un Obispado Medieval en médio de la Lucha por el Algarbe, entre Portugal y Castilla” in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, CML, 1987, p.133; Frei Vicente SALGADO, *Memórias eclesiásticas do Reino do Algarve*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1786, pp.295-298.

¹¹ Cfr. João Vasco REYS, *Vozes da Pedra*, Silves, CMS, 2002, p.49.

¹² Cfr. AAVV, “A Sé de Silves Memória da Pedra” in AAVV, *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.280.

¹³ “(...) Embora não esteja provada a edificação da igreja no espaço da mesquita, as divergências entre os críticos actuais a esse respeito são mínimas, apesar da quase completa ausência de provas documentais.” In

outrora existiu uma mesquita destruída pelo tempo¹⁴. Uma terceira tese sugere que a Sé não foi originalmente mesquita árabe.¹⁵

São apontadas várias cronologias definindo o início e termo da construção, com base em interpretações estilísticas e na veiculação de notícias históricas. Contudo, alguns factores contribuem para a indeterminação das fases construtivas, nomeadamente, o desconhecimento da documentação do Arquivo Medieval¹⁶. Por outro lado, os terramotos que afectaram o edifício e as suas sucessivas reconstruções, impedem a leitura e o conhecimento da estrutura original. O prolongamento das obras, devido a dificuldades de financiamento ou de contratação de mão-de-obra especializada, terá contribuído igualmente para a sua indeterminação.¹⁷

Com base nas “Crónicas” as obras podem ter sido iniciadas no séc. XII,¹⁸ ou em 1268-69 e concluídas em 1473.¹⁹ É certo que os sismos ocorridos no séc. XIV (1352-1353) provocaram fortes danos, originando sucessivas reconstruções, e que o terramoto de 1755 terá deixado marcas no edifício²⁰.

Fontes Relativas à Origem do Edifício

Depois de vários séculos de domínio muçulmano, Silves teria caído nas mãos de D. Sancho I (1154-1211), que a conquistou com o auxílio de uma armada de cruzados que já

João Vasco REYS, *op.cit.*, p.38. João Baptista da Silva Lopes não hesita em dizer que D. Sancho I mandou “purificar a mesquita maior dos Mouros”, in João Baptista da Silva Lopes, 1848, *Memórias para a História Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1948, pp.115-116.

¹⁴ “Todavia, há que reflectir um pouco sobre o que é que, ao longo de toda a Idade Média e até aos nossos dias, nela restará do período árabe, a não ser eventualmente o local onde foi sucessivamente reconstruída. (...)” In Maria de Fátima Botão, *Silves a Capital de um Reino Medieval*, Silves, Câmara Municipal, 1992, p.30.

¹⁵ Pedro Júdice não partilha das mesmas ideias dizendo que “não deve ter sido originariamente mesquita árabe, porquanto o conjunto do edifício de arquitectura gótica indica-nos que o templo é obra de cristãos(...)” in Pedro JÚDICE, *Atravez de Silves: Sé, castelo-Cruz de Portugal e pelourinho*, Silves, Armando M. de Mascarenhas, 1911, p.24 e *A Sé e o Castelo de Silves*, Gaia, Edições Pátria, 1934, pp.18-19.

¹⁶ “Por um manuscrito analisado por Alberto Iria, relativo ao período de transferência da sede de bispado para Faro, D. Manuel de Sousa, então seu bispo, comunica a D. João III que o cartório daquela Sé de Silves estaria em Castela (...)” Vide Alberto IRIA, “o Cartório e a Prata da Catedral de Silves foram para Castela em 1541? (Dois Documentos Inéditos para a História do Arquivo Episcopal do Algarve) in *Revista Las Ciências*, Madrid, ANO XII, nº2, cit por Maria de Fátima Botão, *Silves : Capital de Um Reino Medieval*, Silves, CMS, 1992, p.18.

¹⁷ “A obra, de facto, não foi projectada de um jacto, e muito menos rapidamente construída. Ficou pelo transepto, por falta de interesse ou por falta de meios, (...)” In Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, p.175.

¹⁸ Com base nas crónicas, Frei S. José, em 1577, reafirma que D. Sancho I, ao conquistar a cidade “fez nela igreja catedral e mandou celebrar os ofícios divinos” in Frei de S. JOSÉ, “Corografia do reino do Algarve: 1577” in *Duas descrições do Algarve do séc. XVI*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p.76, cit. por João Vasco REYS, *op.cit.*, pp.38-39.

¹⁹ “A Sé de Silves começou a ser edificada na segunda metade do séc. XIII, por determinação de Afonso III, ou Afonso X de Castela (...)” in João Vasco REYS, *Vozes da pedra: tumularia e armaria da Sé Velha de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 2002, p.49.

²⁰ Cr. Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, p.173.

para a Terra Santa. Após a conquista de Silves aos mouros, em 3 de Setembro de 1189, o monarca (...) *mandou fazer Igreja Catedral, e dedicada aho culto divino, que loguo se nella celebrou*²¹.

O mesmo relato encontra-se nas *Corografia do Reino do Algarve* de Frei S. José (14---), de 1577, reafirmando que D. Sancho I, ao conquistar a cidade (...) *fez nela igreja catedral e mandou celebrar os ofícios divinos*²².

Em defesa desta tese João Vasco Reys afirma que como era prática na reconquista cristã, os templos muçulmanos, após tomadas as praças, eram convertidos em igrejas, provavelmente, a origem da Sé catedral de Silves terá seguido essa tradição.²³

Por seu lado, Duarte Nunes de Leão (1530-1608), defende que a Sé terá sido mandada construir por D. Afonso X, “O Sábio” de Castela (1221-1284), tendo nomeado como seu primeiro bispo D. Roberto.²⁴

A origem árabe da Sé de Silves é defendida por João Baptista da Silva Lopes (1781-1850). Na sua obra datada de 1848, sintetiza estes acontecimentos:

*Ocupada a cidade pelos portugueses, mandou El Rei D. Sancho I purificar a mesquita maior dos mouros e convertê-la em Igreja Cristã onde se celebrassem os Mistérios da nossa Santa Religião, e se dirigissem cânticos de louvor em acção de graças ao verdadeiro Deus. Dizem os nossos cronistas que a erigira logo em catedral..(nesse ano de 1189).*²⁵

A problemática é retomada por Pedro Mascarenhas Júdice (1875-1944): (...) *ignora-se a origem certa da vetusta Sé de Silves, construída por Afonso o Sábio de Castela, como pretende Duarte Nunes de Leão; mesquita dos mouros, purificada pelo rei D. Sancho I, após a primeira tomada da cidade, ou como Estácio da Veiga entende edificada no tempo de D. Fernando e D. Afonso V (...)*²⁶.

O autor não comunga dessas hipóteses argumentando que o edifício não apresenta vestígios da arte maometana²⁷:

²¹ Cfr. *Crónica Del Rey D. Sancho I*, cit. por João Vasco REYS, *Vozes da Pedra: Tumularia e Armaria da Sé Velha de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 2002, p.38.

²² Cfr. Frei de S. JOSÉ, “Corografia do reino do Algarve: 1577” in *Duas descrições do Algarve do séc. XVI*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p.76, cit. por João Vasco REYS, *op.cit.*, p.39.

²³ Vide João Vasco REYS, *op.cit.*, p.39.

²⁴ Vide Duarte Nunes de LEÃO, *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal...*, Porto, Lello & Irmão, 1975, cit. por MOPT, *Sé Catedral de Silves: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 80, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1955, pp.16 e 19.

²⁵ Cfr. João Baptista da Silva LOPES, *Memórias para a história eclesiástica do bispado do Algarve*, 1848, pp.115-116, cit. por Manuel Cadafaz de MATOS, *A cidade de Silves num itinerário do século XII por um cruzado anónimo*, Lisboa, Edições Távola Redonda e Câmara Municipal de Silves, Lisboa, 1999, p.36.

²⁶ Cfr. Pedro Mascarenhas JÚDICE, *A Sé e o castelo de Silves*, Gaia, Edições Pátria, 1934, p.26.

²⁷ Cfr. Pedro Mascarenhas JÚDICE, *Silves e seus arredores: a região das laranjeiras e tangerineiras*, Lisboa, Ed. do Autor, 1937, p.8

(...) porem diz a tradição, pela boca de quasi todos os silvenses, e sustentam todos os auctores que tenho lido sobre o assumpto, à excepção de Estácio da Veiga, que foi mesquita de mouros, quando é certo que lá não se encontram nenhuns labores de arte mahometana, a não ser talvez a denominada Torre do Caracol. (...) os degraus, extremamente gastos, sendo naturalmente de pouco transito, fazem suppôr, com razão, que aquella torre é antiqúissima. Alguns pretendem ver nos capiteis das columnas do cruzeiro restos do antigo templo árabe. É de presumir que n'aquelle mesmo logar, onde actualmente se ostenta o elegante e majestoso templo, tivesse existido alguma importante mesquita, e que os sucessivos terremotos e a acção destruidora do tempo a fosse sucessivamente modificando, a ponto de hoje não se encontrar por lá vestígios de architectura árabe. Foi transformada em igreja christã em 1188 ou 1189, e depois em 1242, após a conquista effectuada por D. Paio Peres Correia.²⁸

Pinheiro e Rosa (1908-1995), confirma a tese do cronista Alexandre Herculano (1810-1877), segundo a qual D. Sancho I tomou Silves aos mouros, com a ajuda dos cruzados, em 1189. Ocupada a cidade pelos portugueses, mandou (...) *purificar a mesquita maior dos mouros, consagrá-la e convertê-la em igreja de culto católico, com a categoria de catedral para a qual nomeou logo bispo um certo D. Nicolau.*²⁹ Em 1191 a cidade seria novamente tomada pelos mouros, e só em 1248 será reconquistada definitivamente, voltando a servir ao culto cristão.

Quanto à origem árabe do edificio o autor diz que:

(...) apesar da tradição local, perfilhada por todos os escritores antigos de que a Sé tenha sido mesquita, esta não tem fundamento, pois os importantes elementos que da parte primitiva restam são suficientes para provar que ela é uma construção cristã de estilo cristão e ocidental. É da maior probabilidade que o edificio actualmente cristão tenha sido erguido no próprio local onde existira a Mesquita Maior dos Mouros.³⁰

Garcia Domingues (1910-1989), admite que *a mesquita maior foi transformada em igreja cristã, ficando a ser verdadeira catedral do bispo D. Nicolau.*³¹

Manuel Cadafaz de Matos (1947-), diz que (...) *a construção - precisamente no espaço onde os muçulmanos tinham a sua mesquita - da Sé Catedral, não era, ao fim e ao cabo, algo de novo.*³² Apesar de não se conhecer praticamente nada do templo cristão primitivo, a não ser a localização, a igreja deve ter mantido uma orientação semelhante à da

²⁸ Cfr. Pedro JÚDICE, *Atravez de Silves: Sé, castello, cruz de Portugal e pelourinho*, (s.l), Ed. Armando Mascarenhas, 1911., pp.24-45.

²⁹ Cfr. Pinheiro e ROSA, *A catedral do Algarve e o seu cabido Sé em Silves*, Faro, (s.n.), 1982, p.2 e .60.

³⁰ Idem, pp.2-3.

³¹ Vide José D. Garcia DOMINGUES, *História Luso-Árabe*, Lisboa, 1944, p.254, cit. por João Vasco REYS, *op.cit.*, p.39.

³² Cfr. Manuel Cadafaz de MATOS, *A cidade de Silves num itineráriodo século XII por um cruzado anónimo*, Edições Távola Redonda e Câmara Municipal de Silves, Lisboa, 1999, pp.36-39.

mesquita, e até conservado algumas das suas estruturas anteriores. Em 1191, os muçulmanos recuperaram Silves, onde ficaram cerca de 50 anos, até à conquista definitiva do Algarve.³³

Maria de Fátima Botão (1960-), reafirma que após a reconquista, o templo passa de mesquita a sede eclesiástica de todo o reino do Algarve. Em 1189, após a tomada da cidade, D. Sancho I elege Silves sede de bispado. Nomeia um clérigo flamengo de nome Nicolau, faz-lhe a doação da vila de Mafra, de vinhas e herdades em Lisboa, de quatro das melhores casas que o rei possuía perto da igreja de Silves, com seus herdamentos e outras dez casas para uso dos cônegos, a aldeia do conde D. Mendo e dízimos. No entanto, depressa Silves fica de novo dependente do poder muçulmano, e só em meados do séc. XIII é definitivamente conquistada. Em 1270 o bispo de Silves, D. Bartolomeu e o seu cabido reconhecem ao rei de Portugal o direito sobre todas as igrejas e padroados do Algarve, renunciando a todas as doações feitas àquele bispado pelo rei castelhano. Ao longo de toda a Idade Média a Sé não passou de destroços de um templo abandonado pelo Islão.³⁴

A autora questiona o que permanece no edifício do período árabe. Somente o local onde foi sucessivamente reconstruído? As fontes documentais dão conta da vulnerabilidade da sua construção. Era crença geral que a maldição de D. Álvaro Pais (1275-1349), impedia o povo de Silves de ver alguma vez a Sé edificada. Por volta de trezentos, Silves sofreu a impiedade de alguns terremotos.

*(...) a população cristã, ao longo de grande parte do período medieval, [cumpria] os preceitos da sua devoção nos escombros de um antigo templo já que nenhuma outra igreja em Silves ou arredores parecia existir.*³⁵

Rosa Varela Gomes (1954-),³⁶ não hesita em dizer que a Sé tem sido tradicionalmente referida como construída no local onde existiu a mesquita principal (*maschid chami*) da cidade islâmica. Os dois capitéis califais, recolhidos aquando das obras realizadas nos anos quarenta, no templo cristão, e que tanto a forma como o tipo de escultura, encontram semelhanças com exemplares que decoram a mesquita principal e o palácio de *Medinat-az-Zahra*, poderiam constituir bom indicador da existência daquele edifício.

Todavia, conforme acontecia com todas as mesquitas principais, também a de Silves se localizava junto à alcáçova e teria a parede do topo (quibla) voltada para nascente, onde se abria, ao centro, o oratório(mihrab), orientado para Meca. No exterior da sala de orações, e a seguir à porta de entrada, existiria átrio com a pia de abluções. O minarete (alminar), do cimo do qual os fiéis eram chamados para as orações pelo muezzin, estaria

³³ Idem, Ibidem.

³⁴ Cfr. Maria de Fátima Botão, *Silves a Capital de um Reino Medieval*, Silves, Câmara Municipal, 1992 p.85.

³⁵ Idem, p.30.

³⁶Cfr. Rosa Varela GOMES, *Silves(Xelb)-uma cidade do Gharb Al-Andaluz-Arqueologia e História (séculos VIII-XIII)*, Dissertação de Doutoramento apresentada a FSCH da Universidade Nova, 1999, pp. 1579-1580.

incorporado nas paredes do próprio templo ou no exterior, mas a elas adossado junto ou próximo da mesquita ficaria a madraza. Conforme já mencionámos, denuncia a existência de edifício religioso com claustro, muito possivelmente a mesquita principal e a madraza a ela anexa(...) .³⁷

Na revista *Arqueologia Medieval*³⁸ é referido que após a conquista definitiva da cidade em meados do séc. XIII, o templo cristão deve ter ocupado o espaço da antiga mesquita maior, tal como acontecera após a conquista de 1189. No entanto, nada se conhece deste edifício primitivo.

(...) é provável que a igreja cristã tivesse mantido uma orientação semelhante à da mesquita, ou até que tenha conservado algumas das estruturas anteriores. De facto, os silhares da base da antiga torre sineira, situada junto ao topo norte do transepto, apresentam um desgaste muito superior a qualquer dos restantes situados no interior da igreja, sinal provável de uma idade mais provecta, ou mesmo de uma anterior exposição à acção directa dos elementos atmosféricos. E nessa eventualidade, não é impossível que eles correspondam ao arranque do antigo minarete da mesquita, posteriormente reaproveitado pelos construtores cristãos .³⁹

Perante este cenário, confirmamos que os autores estão em desacordo em relação às origens da Sé de Silves. Uns sustentam que foi originariamente mesquita árabe, outros defendem que foi um templo cristão de raiz, mandado construir por Sancho I (1154-1211), Afonso III (1210-1279), ou Afonso X de Castela (1221-1284). É certo que permanece por confirmar a edificação da igreja no espaço da mesquita, devido à ausência de provas documentais.

A problemática de identificação das fases construtivas, também não se afigura conclusiva. A maioria dos autores aponta uma cronologia diversificada com base numa análise estilística, ou nas descobertas trazidas pelas intervenções de restauro da DGEMN nos anos 30.⁴⁰

³⁷ Idem, p.1580.

³⁸ Cfr. Vide AAVV, "A Sé de Silves Memória da Pedra" in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.280. O estudo faz parte de um projecto de investigação luso-alemão, estabelecido entre as Universidades do Algarve e de Saarlandes, em Saarbrücken. Foram publicados alguns dados iniciais, mediante a análise dos muros e da pedra da Sé. Recorreu-se à fotogrametria, obtendo-se o levantamento dos alçados com a reconstituição da forma dos silhares, embora não se tenha estudado todas as paredes do templo. Seleccionaram-se apenas quatro muros exteriores da fachada Sul, pertencentes ao transepto e cabeceira, sendo os mais antigos e dos poucos que apresentam importantes extensões de pedra nua. Registaram-se os seguintes dados nesses alçados: cor e intensidade do desgaste da pedra, as siglas dos pedreiros existentes, os traços que identificam os instrumentos utilizados para aparelhar a pedra, graças aos vestígios de talhe, podendo-se obter uma indicação sobre a época em que a pedra foi preparada, vestígios deixados pelos trabalhos de construção, memória da pedra desde a sua construção às transformações que elas sofreram ao longo dos tempos.

³⁹ Cfr. Vide AAVV, "A Sé de Silves Memória da Pedra" in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.280.

⁴⁰ Por ocasião da intervenção de restauro da DGEMN, foi demolida a antiga sacrista e descoberta uma lápide referindo o mestre Domingos Joanes como autor da obra, no período de 1279. Esta lápide funerária, eocativa do mestre que fundou a obra da Sé, tem sido publicada por vários autores. Vide J. Garcia DOMINGUES, *Guia*

Se, por um lado, os vários terramotos deixaram a sua marca, as sucessivas reconstruções impedem o conhecimento efectivo do edifício original. Com o terramoto de 1755 o templo foi quase totalmente destruído⁴¹. Entre a época de domínio maometano e o terramoto de 1755, outros cataclismos houve e é possível que algum deles tivesse arrasado por completo a antiga mesquita que D. Sancho I (1154-1211) mandou transformar em templo cristão.⁴²

O Boletim da DGEMN data o início das obras da segunda metade do séc. XIII, além das remodelações efectuadas durante os séculos XV e XVIII⁴³. Teria começado provavelmente nas últimas décadas do séc. XIII, no episcopado do Frei Bartolomeu, primeiro bispo nomeado por D. Afonso III, Frei Roberto, ou Frei Garcia.⁴⁴

Estácio da Veiga (1828-1891), afirma que o cruzeiro e capelas terminais pertencem a um período não anterior a D. João I (1357-1433), nem posterior ao reinado de D. Afonso V (1432-1481), como atestam os escudos portugueses, lavrados nas abóbadas.⁴⁵

Segundo Francisco Xavier De Athaide Oliveira (1842-1915)⁴⁶ a Sé foi várias vezes reparada depois de ser escolhida pelo cabido. O autor descreve as principais obras empreendidas no edifício, por alguns prelados. Nomeadamente, nos absidiolos e nas capelas que se encontram nas naves colaterais.⁴⁷

Turístico de Silves, Silves, C. de turismo do Grupo de Amigos de Silves, p.1958, p.36, cit. por AAVV, *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.280.

⁴¹ Cfr. ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 35, nº 117, fl.1277, cit. por Vide AAVV, "A Sé de Silves Memória da Pedra" in AAVV, *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.284. "O terramoto de 1755 fez-se sentir fortemente em Silves. Uma grande parte das casas de Silves ficou destruída. Sofreram fortes destruições o Castelo, a Sé e a Casa da Câmara (...). " in J.D. Garcia DOMINGUES, *Silves: guia turístico da cidade e do concelho*, Região do turismo do Algarve, 1989, p.49.

⁴² "(...) Silves sofreu efectivamente com a impiedade de alguns terramotos." In Maria de Fátima Botão, *Silves: capital de um reino medieval*, Silves, CMS, 1992, p. 30.

⁴³ Vide *Sé Catedral de Silves: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 80, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1955, p.21.

⁴⁴ Vide MOPT, *Sé Catedral de Silves: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 80, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1955, p. 19.

⁴⁵ Vide Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentaes do Algarve (...)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886-1891.

⁴⁶ Cfr. Francisco Xavier de Athaide OLIVEIRA, *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, Porto, Typ. Universal, 1908, pp.136-137.

⁴⁷ Segundo informa Silva Lopes, dos antigos séculos o actual templo somente conserva as paredes exteriores, o pórtico, o frontispício, a capela de Nossa Senhora da Conceição, e a de S. Domingos, que lhe fica fronteira. As columnas que formam as três naves são posteriores e de arquitectura dórica muito diferentes do pórtico e das duas capelas que são góticas. Os prelados através do tempo teem feito construções na Sé. Alem da capela-mór tem a Sé duas colateraes, uma da parte do Evangelho, onde está o SS. Sacramento, feita pelo Bispo D. Francisco Barreto, que mandou pôr as suas armas no tecto; o novo arco de talha sobredourada, obra do bispo D. José de Menezes que também nelle mandou pôr as suas armas. Desta parte tem a Capela de N. senhora da Conceição, que é do Cabido; a capela das almas, a Capela do rosário, reedificada com toda a grandeza pelo Bispo D. Simão da Gama, com as suas armas no retábulo; e outra do SS. Nome de Jesus, edificada pelo cónego Gaspar da Motta, falecido em Abril de 1669. No lado da Epístola tem a capela colateral da invocação de S. Francisco Paula, com magnifico entalhe, que por sua morte ficou concluída, e

Pedro Mascarenhas Júdice (1875-1944), procura datar alguns elementos arquitectónicos. Afirma que há mais de trinta anos foi construído o sobrado central da igreja.⁴⁸ Data o baptistério do ano de 1876, segundo inscrição na qual o pároco José Maria Reis teria auxiliado esta obra.⁴⁹ O coro teria sido mandado construir pelo licenciado Pedro de Ataíde Mascarenhas, prior da Sé em 1769.⁵⁰ A capela de João do Rego foi instituída por este, tendo D. João II (1455-1495) autorizado a sua construção por “Carta de Santarém” de 7 de Abril de 1486.⁵¹ O autor refere também, a instituição da antiga Capela dos Vallarinhos, designada Capela de S. Sebastião, localizada a seguir ao cruzeiro, do lado Sul.⁵²

A revista *Arqueologia Medieval* revela ainda, que as obras de construção do novo templo devem ter iniciado entre 1268 e 1279. *Nesta última data, de acordo com uma lápide funerária encontrada durante as obras de restauro da primeira metade do séc. XX.*⁵³ Por volta de 1279 realizavam-se as obras a nível de abertura de fundações. Os trabalhos ter-se-iam iniciado na zona da cabeceira, prolongando-se por vários anos.⁵⁴ Na segunda metade do

*tem as suas armas no retábulo. Neste lado tem mais a capela de S. Domingos, reedificada pelo Cónego Domingos Pereira da Silva, em cujo pavimento mandou pôr a sua sepultura com as armas dos Pereiras. A capela de S. Braz, e a capela de Nossa S. dos Prazeres, reedificada pelo Arcediago de Lagos. Em 1640 a Mitra e o cabido mandaram reedificar a capela-mor, mas o prelado mandou pôr nella as suas armas, as quaes já não existem. D. Simão da Gama além de mandar construir a Capela do rosário, mandou cobrir de boas lages as duas naves lateraes, deixando a do meio para sepultura das dignidades e cónegos da Sé. Fez um cemitério pobre em um claustro pegado à igreja, no qual mandou construir uma bonita capela das Almas. Construiu de novo a casa do cabido, e outra para cartório, assim como uma antiga sacristia para despejos e acomodações da fabrica e nella colocou um rico lavatório de bom gosto. Reedificou a capela de Nossa Senhora do Rosário na qual mandou lavar o sepulcro em que quis ser sepultado (...) Cfr. Francisco Xavier De Athaide OLIVEIRA, *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, Porto, Typ. Universal, 1908 p.154-155.*

⁴⁸ Cfr. Pedro JÚDICE, *Através de Silves: a Sé, castello, cruz de Portugal e pelourinho*, (s.l), Ed. Armando Mascarenhas, 1911 p.36.

⁴⁹ Idem, p.54.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*.

⁵¹ Idem, p.57.

⁵² Transcrição do testamento datado de 1545: (...) *da dita fazenda lhes façam uma capela na sé d’esta cidade pegada com a sacristia no arco que está para lá da porta do cruzeiro, a qual capela custará quarenta mil réis ao menos convem a saber pedraria alvenaria com seu altar, e além d’isso lhe façam um retábulo bom d’ óleo à imagem de Nossa Senhora da Piedade com os seus Reis magos e a sua estrella, e a obra da dita capella será abobadada com três chaves no meio d’ ellas as armas d’elles testadores, lhes farão um monumento com as ditas armas e terá um letreiro que diga aqui jaz Vicente Simões Vallarinho, e sua mulher Leonor de Sarrea que mandaram fazer esta capella.* in *Livro 4º das Capelas da Coroa* (Torre do Tombo), fls 288 e seguintes, cit. por Pedro Júdice, *op.cit.*, p.65.

⁵³ Cfr. *Vide AAVV*, “A Sé de Silves Memória da Pedra” in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.80.

⁵⁴ No artigo são referidos dois documentos da primeira metade do séc. XIV, um de 1326 relativo a uma reunião na igreja velha, e o outro de 1347, com referência explícita às obras da igreja cfr. A IRIA, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do séc. XIV*, Lisboa, 1982, p.18; J. Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal*, tomoII, 2ª parte, doc. Nº 63, p.183, cit. por AAVV, “A Sé de Silves Memória da Pedra” in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.292. O prolongamento da construção do templo pode ainda ser documentado, nos “Capítulos de Silves às Cortes de Évora” de 1473. Cfr. Maria de Fátima Botão, *Silves, capital de um reino medievo*, Silves, CMS, 1992, doc. Nº 5 do Apêndice Documental.

séc. XIV pouco mais estaria concluído do que a cabeceira da Sé (altar-mor, capelas absidiais e transepto).⁵⁵

A cabeceira terá sofrido diversas intervenções, em virtude da destruição provocada pelos sismos que abalaram a cidade. Este facto pode ser comprovado através da análise do contraste entre o revestimento interior dos dois topos do transepto. *Essa parte da igreja pode, assim, ter derruído por efeito do sismo de meados do séc. XIV, tendo-se reconstruído à pressa, com o material disponível, para minimizar os estragos.*⁵⁶

A igreja apresentava-se em ruínas por volta de 1444. Por essa altura as obras teriam recomeçado, segundo se atesta no *Livro do Almojarifado de Silves*⁵⁷. É possível que se tivessem deslocado para Silves alguns mestres que trabalharam na Batalha. Sendo de admitir semelhanças no transepto e nas franjas trilobadas que ornaram o arco triunfal. *A necessidade de acelerar as obras do templo, quer devido a problemas orçamentais, quer porque a população teimasse em recordar a maldição do séc. XIII, parece ter conduzido, por outro lado, a uma simplificação do projecto inicial, tal como ele pode ser intuído a partir da cabeceira e do transepto.*⁵⁸ Os trabalhos da Sé viriam a ser concluídos em 1473.⁵⁹

Segundo Mário Tavares Chicó (1905-1966), a Catedral de Silves acusa as modificações introduzidas no projecto inicial. Igreja pouco homogénea, mas de proporções elegantes, permite separar a parte que ainda é do séc. XIV e tem maior solidez, da parte edificada no século seguinte, quando os pilares polistilos foram substituídos por pilares poligonais. Na cabeceira franjas trilobadas ornaram o arco triunfal da capela-mor, como na Igreja da Batalha, e a influência deste monumento pode ainda ser verificada no transepto, que também se assemelha ao da Batalha, embora a cobertura seja diferente.

⁵⁵ Os dados avançados pela revista *Arqueologia Medieval* do qual constam a análise das siglas dos pedreiros, permite reconhecer duas fases de construção nos muros da cabeceira. Durante a primeira fase as siglas apresentam a forma de pictogramas simples, ou de pequenas letras góticas formadas por traços paralelos que terminam em pontas exageradas, (as siglas mais trabalhadas correspondem aos vãos das janelas e compõe-se de letras góticas) a comparação de uma das siglas mais antigas, com a forma da letra A, com siglas análogas que surgem na fachada sul da catedral de St. Paul-Trois-Châteaux, na região francesa da Provença, permite atribuí-las ao séc. XIII. Desse modo, e atendendo a que a distribuição daquela sigla raramente ultrapassa, logo após os alicerces, as primeiras fiadas de cada muro, é possível que ela identifique as superfícies construídas durante as obras do séc. XIII. Esta interpretação pode encontrar algum apoio na moldura figurativa de raiz românica, que decora uma das paredes interiores da capela-mor, mas terá de ser confirmada pela cronologia das siglas que surgem nas mesmas fiadas. Vide AAVV, "A Sé de Silves Memória da Pedra" in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997.

⁵⁶ Vide AAVV, "A Sé de Silves Memória da Pedra" in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.282; Vide *Chancelarias Portuguesas D. Pedro I (1357-1367)*, nº 585, ed. por O. Marques, Lisboa, INIC, 1984.

⁵⁷ Vide *Livro do Almojarifado de Silves*, Silves, CMS, 1984, p.32, cit. por AAVV, "A Sé de Silves Memória da Pedra" in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.282.

⁵⁸ Cfr. AAVV, "A Sé de Silves Memória da Pedra" in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.283.

⁵⁹ Idem, p.284.

Através da planta compacta na cabeceira e transepto, e frágil e leve nas três naves, podemos ver como a construção do monumento sofreu várias alterações no decorrer das obras.⁶⁰

Júlio Gil (1924-),⁶¹ reafirma que é difícil a reconstituição das fases construtivas da Sé de Silves, entre o período da reconquista definitiva e o reinado de D. Afonso V (1432-1481). Parece que a construção primitiva desapareceu, arrasada pelo terramoto, que ocorreu em 1352 ou 1353, ou simplesmente demolida. A D. Afonso V coube a tarefa de reconstruí-la. Em 1486 D. João II (1455-1495) concedeu carta de privilégio ao cabido para facilitar a contratação de oficiais para as obras. Treze anos depois, D. Manuel I (1469-1521) ordenou a execução de ampliações, criando um grande e sumptuoso templo. No entanto, os três terremotos do séc. XVIII (1719, 1722, 1755) martirizaram ainda mais a sacrificada cidade, o que se reflectiu na destruição parcial do edifício.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996), diz que a Sé de Silves começou a ser construída na segunda metade do séc. XIII⁶². É conhecido um mestre, Domingos Joanes, falecido em 1279. Para as suas obras D. Afonso III (1210-1279) deixou um legado testamentário. Sabe-se por notícias documentais de 1443, de 1458 e de 1486, que se trabalhou na sua reedificação, pelo menos, nos meados e na segunda parte do séc.XV.

As obras arrastaram-se ainda pela época moderna, não se chegando a completar as suas torres. A cabeceira foi remodelada no decurso do séc. XV e a sua cobertura foi abobadada pelas armas nacionais que ostenta, pelos seus elementos arquitectónicos e pelo arco acairelado da capela-mor que mostra influências da Batalha. Essa abóbada deve datar de meados de quatrocentos. A separação das naves por pilares octogonais, será já dos fins do séc. XV. Mas há no seu portal principal e na parte inferior dos pilares do transepto, elementos arquitectónicos de aspecto mais antigo, que parecem ser pelo menos do séc. XIV. Talvez possa haver reaproveitamento de obra anterior.⁶³

José Custódio Vieira da Silva (1948-) também admite que a influência da Batalha fez-se sentir, de uma forma mais directa nas catedrais da Guarda e Silves. Silves reflecte nitidamente, sobretudo na zona da cabeceira, a presença do modelo da Batalha, tornada mais original pelo uso da “pedra ruiva”. Vemos o tardo-gótico assumir-se nestes monumentos, em

⁶⁰ Cfr. Mário Tavares CHICÓ, *História da arte em Portugal*, 1948, pp.181-186.

⁶¹ Cfr. Júlio GIL, *As Mais Belas Igrejas de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1988, Verbo, pp. 220-223.

⁶² Cfr. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *História da arte em Portugal: o gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p.77.

⁶³ Idem, p.77.

que os elementos foram recebidos sobre uma estrutura já iniciada. Existe a permanência de soluções construtivas já ensaiadas no gótico anterior, ou até mais antigas.⁶⁴

Pedro Dias (1950-), diz que o edifício primitivo talvez tenha sido destruído por um tremor de terra, como o que ocorreu em 1352, ou no ano seguinte. No entanto, em 1443 são realizadas novas obras, ordenadas por D. Afonso V. O cabido da Sé de Silves pediu auxílio ao monarca porque era necessário reedificar a catedral. Em 1486 D. João II passou carta de privilégio, facilitando o recrutamento de oficiais para a realização de obras. Em 1499 D. Manuel I mandou reedificar a Sé com obras novas. Para o autor, as capelas da cabeceira, o transepto, o portal principal e provavelmente as paredes laterais ou parte delas datam do séc. XV. As arcadas transversais das naves e a respectiva cobertura são já da época manuelina, devido ao seu estilo, idêntico ao da Igreja de Soure, datada de 1490. A obra demorou algum tempo a ser construída.⁶⁵

Rosa Varela Gomes (1954-) apresenta na sua obra⁶⁶ algumas referências às campanhas de obras ocorridas na Sé de Silves: *Ali [no Castelo] se encontram diversas pedras sigladas com marcas idênticas a outras detectadas no castelo e na Sé, claramente pertencentes a campanhas de obras do período medieval português, quiçá de D. João I.*⁶⁷ A autora documenta a existência de uma capela quinhentista na Sé⁶⁸, hoje desaparecida, devido ao terramoto de 1755, ou às obras de reintegração na traça primitiva, ali efectuadas nos anos quarenta, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.⁶⁹

Paulo Pereira (1957-), considera que a importância do estaleiro da Batalha deu origem a outros estaleiros que reflectem as aportações do gótico tardio⁷⁰, quase sempre fruto de recrutamento de mestres secundários que fizeram ali o seu tirocínio. Entre os mais decisivos estaleiros lançados no período joanino contam-se os da renovação das Sés da Guarda e de Silves. A actual Sé de Silves substitui um templo parcialmente derrubado por um abalo sísmico. As obras avançaram com imensos problemas, quer financeiros, quer

⁶⁴ Cfr. José Custódio Vieira da SILVA, *O tardo-gótico em Portugal: a arquitectura no Alentejo*, Lisboa, livros Horizonte, 1989, p.41.

⁶⁵ Cfr. Pedro DIAS, *A arquitectura gótica portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp.173-175.

⁶⁶ Vide Rosa VARELA GOMES, *Silves (Xelb) – uma Cidade do Gharb Al-Andalus – Arqueologia e História (séculos VIII-XIII)*, vol.V, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999.

⁶⁷ Idem, p.908.

⁶⁸ Segundo Rosa Varela Gomes na época de construção do novo salão paroquial se tornou necessário a uma intervenção arqueológica que permitiu a descoberta de um importante achado: *Também recuperámos, sob o referido pavimento (QN/C1), fragmento de placa, de arenito vermelho, com restos de abertura e moldura subcircular, correspondente a óculo, com policromia (nas cores vermelha, cinzenta, preta e dourada), que oferece gravada, em cinco linhas a seguinte inscrição: CAPELA/DONO/ ME DE/ IHS/1577*, Cfr. Rosa Varela GOMES, *op.cit.*, p.1046.

⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p.1046.

⁷⁰ Cfr. Paulo PEREIRA, *História da arte portuguesa*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p.416.

estruturais, agravados pela ocorrência de diversos tremores de terra. Documentam-se trabalhos em 1443 e, mais tarde pedidos de apoio a D. Afonso V (1432-1481) para a reconstrução da Sé alegadamente destruída por um abalo sísmico.

Segundo os historiador, olhando para a estrutura do edifício percebe-se que o desenho da cabeceira é de data recuada. No séc. XIV estariam levantadas as paredes da cabeceira, faltaria abobadá-las. O abobadamento deverá ter ocorrido no séc. XV, na primeira metade, conforme o demonstra o perfil das nervuras e próprio arco triunfal acairelado, já debaixo da influência do estaleiro da Batalha; pouco depois deverá ter sido concluído o abobadamento da abside Norte; a abside Sul ficaria por cobrir, aliás como o transepto. Este receberá no tempo de D. Afonso V e segundo um partido arquitectónico diferente uma abóbada em berço quebrado.

O programa da Sé seria depois modificado: os grandes pilares polistilo do transepto, contrastam com os pilares de planta poligonal das naves, sendo possível que este trecho do edifício tenha sido elevado somente entre 1470 e 1490, ficando mais curto que o previsto.⁷¹

Para Manuel Ramos (1958-), a Sé foi sede de bispado desde os tempos da sua fundação, no reinado de D. Afonso III (1210-1279), ou D. Dinis (1261-1325). Dessa época restará a planta geral da igreja, as partes baixas da sua cabeceira de três capelas e os seus arcos de comunicação, em cujos capitéis se nota ainda a rudeza e estilização dos “crochets”, próprios dos inícios de trezentos. Já no séc. XV, a reconstrução levada a cabo pelo rei africano é o abobadamento das capelas da cabeceira, os pilares da nave e muito provavelmente parte do portal principal. As obras decorreram entre meados dos anos 40 e 70, 1471 ou 1473. As primeiras obras terão sido as de reconstrução da abalada cabeceira, levantadas as suas paredes e realizado o abobadamento. Na nave, a capela de João do Rego foi instituída em 1486. Os gigantes foram coroados no séc. XV por pináculos. Essa parte superior da fachada foi remodelada tal como a torre do relógio, após o sismo de 1755. Em 1781 foi aberta a “porta do sol”. A cachorrada parece ser trabalho quatrocentista.⁷²

Para Maria de Fátima Botão (1960-), só em 1473 as obras de reconstrução parecem estar concluídas, embora o edifício não se mantenha erguido por muito tempo.⁷³ Em 1486, o bispo pedia cartas de privilégio para os que estivessem a trabalhar na Sé, talvez ocupados com a conclusão da cobertura das naves, ou o embelezamento do espaço interior. Das obras

⁷¹Idem, pp.416-418.

⁷² Vide Manuel RAMOS, *Vãos arquitectónicos do tardo-gótico algarvio*, Dissertação de mestrado em história da arte, Lisboa, Universidade Nova, 1986.

⁷³ Cfr. Maria de Fátima Botão, *Silves, capital de um reino medievo*, Silves, CMS, 1992, p. 30.

ordenadas por D. Manuel I (1495-1521), em 1499⁷⁴, temos a informação da construção de um coro em madeira de cedro. A Sé não viria a conhecer outras campanhas de obras antes de meados do séc. XVIII. O sismo de 1755, terá motivado a sua reconstrução, concluída em 1758.⁷⁵ Procedeu-se à remodelação da fachada Sul e à construção da torre barroca⁷⁶ queorna a entrada principal do templo.

Segundo João Reys, a Sé começou a ser edificada na segunda metade do séc. XIII, por determinação de D. Afonso III (1210-1279), ou por Afonso X de Castela (1252-1284), o que é indiciado por algumas siglas de pedreiros com caracteres góticos e pela moldura figurativa de raiz românica que decora uma parede interior da capela-mor.⁷⁷

Para o autor as obras iniciais foram executadas sob a direcção do cónego Domingos Joanes. Na época da intervenção de restauro orientada pela DGEMN foi descoberta uma lápide na antiga sacristia, indicando que tinha falecido o seu mestre em 1279, logo a Sé teria sido fundada antes dessa data. A cabeceira constitui, certamente, obra inicial, no entanto, devido a várias vicissitudes, na segunda metade do séc. XIV, somente esta parte do templo estaria em fase de conclusão. Viria a ficar definitivamente concluída no reinado de D. Manuel I (1495-1521).

Perante este panorama cheio de lacunas e incertezas, muitas delas apenas preenchidas com hipóteses, torna-se evidente o carácter compósito da Sé, em resultado de campanhas construtivas de épocas diversas. À luz da documentação conhecida, é difícil reconhecer no edifício actual as diversas fases construtivas, e identificar com segurança as várias campanhas de obras. Se há zonas que podem ser datadas com alguma probabilidade, permanece desconhecida toda a extensão construída durante o século XIII.

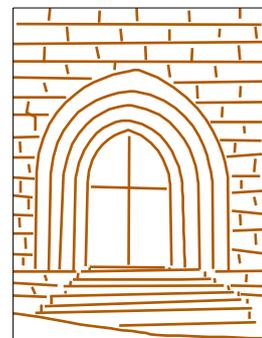
⁷⁴ Cfr. João Baptista da Silva Lopes, *op.cit.*, p.292, cit. por Vide AAVV, "A Sé de Silves Memória da Pedra" in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.284.

⁷⁵ Cfr. ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 35, nº 117, fl.1277, cit. por Vide AAVV, "A Sé de Silves Memória da Pedra" in AAVV, *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.284.

⁷⁶ Refere Pinheiro e Rosa, com base na análise dos *Livros de Visitas da Sé de Silves*, que a torre dos sinos é anterior a 1713, ficou reconstruída na forma actual em 1761. Vide Pinheiro e ROSA, *A Catedral do Algarve e o seu cabido – Sé em Silves*, (s.l.), (s.e.), 1983, p.8.

⁷⁷ Cfr. João Vasco REYS, *Vozes da Pedra: tumularia e armaria da Sé Velha de Silves*, Silves, Câmara Municipal,, 2002, p.49.

2. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA



2. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA⁷⁸

Localização

⁷⁸ O capítulo que se segue serve como breve enquadramento geográfico de Silves fundamentando a segunda parte da dissertação, nomeadamente o capítulo referente ao estado de conservação da rocha e aos processos de decaimento ocorrentes no edifício.

O antigo reino do Algarve tem um comprimento de Norte a Sul de 30-40 km, com uma área da ordem dos 5500 Km². Geologicamente o Algarve compreende três zonas distintas, que se reflectem em diferenças morfológicas a nível da paisagem, tipos de solos, sua ocupação e utilização: Serra, Barrocal e Beira-mar.⁷⁹

A Norte ergue-se a Serra do Algarve dividida por acidentes geográficos com 100-600m e maciços de rochas magmáticas até 902 m. A zona com uma altitude de 100-400m compreende 1640 km², e a zona com altitude superior a 400m compreende 400 km².⁸⁰

A Sul situa-se o Barrocal⁸¹ com altitudes de 100-300m, encontrando-se pontualmente cotas da ordem dos 400m. Esta região é acidentada com vales declivosos sobressaindo algumas cordilheiras íngremes. As zonas do Barrocal com uma altitude 100-300m compreendem 1250 Km². O Barrocal e o Litoral, com altitudes entre 50-100m ocupam 960km².⁸²

Em direcção à zona costeira segue o Litoral, pouco acidentado, compreende uma zona com altitude inferior aos 100m. A zona costeira do Litoral com uma altitude até 50m possui 1180 km². (Fig. 1)

No Barlavento algarvio⁸³, na fronteira com o Alentejo até ao oceano, estende-se o concelho de Silves, um dos maiores do país. As três zonas naturais algarvias – a Serra,

⁷⁹ Vide A. de Medeiros Gouveia, *Algarve: aspectos fisiográficos*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1938. Por seu lado, Erwin Kopp considera que o Algarve compreende três zonas: Serra, Barrocal e Litoral. Cfr. Erwin KOPP e outros, *Os Solos do Algarve e as suas Características: vista geral*, Faro, Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente, 2000, p.9.

⁸⁰ Idem, p.9.

⁸¹ O Barrocal tem uma menor ocupação populacional, por seu lado, a Serra, com excepção de Monchique é praticamente despovoada e abandonada, na zona do Litoral a densidade populacional é intensa.

⁸² Cfr. Erwin KOPP e outros, *op.cit.*, p.9.

⁸³ (...) *A área de influência económica, administrativa, e cultural de Silves, durante grande parte da Idade Média, abrangia todo o Barlavento algarvio, incluindo território bem diversificado, em relação ao relevo, natureza e constituição dos solos, variações climáticas, de fauna e de flora, ou à navegabilidade dos seus rios, aspectos importantes que, também hoje, condicionam a distribuição das populações. Vide Rosa Varela GOMES, "Silves (Xelb), uma Cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura" in *Trabalhos de Arqueologia*, n° 23, Lisboa, IPA, 2002, p.54.*

o Barrocal e o Litoral – estão nele representadas, com clara vantagem para a Serra.⁸⁴ O concelho de Silves é confrontado a Norte com o Alentejo, a Sul com o oceano Atlântico e o concelho de Lagoa, a Nascente com o concelho de Loulé e Albufeira e a Poente com os concelhos de Portimão e Monchique. Situa-se no distrito de Faro, ocupando uma área de 678,75 km² (*vide* Fig.1.1.). A superfície que o concelho ocupa é de cerca de 68.000 ha, repartindo-se pelos diferentes patamares de relevo e de clima, cabendo à zona da Serra aproximadamente 50% do total, a restante área encontra-se no Barrocal e Litoral.

Orografia

O pequeno cerro onde se ergue Silves encontra-se protegido a Norte por imponente cordilheira, orientada sensivelmente na direcção Nascente-Poente, que integra a denominada Serra Algarvia, precisamente, entre os contrafortes das Serras do Caldeirão e Monchique. Aquele acidente natural é, em geral, considerado como a “fronteira” entre o Algarve e as monótonas peneplanícies do Baixo-Alentejo.⁸⁵

O conjunto montanhoso que forma a Serra inicia-se a Ocidente, a Norte do Cabo de S. Vicente, com a Serra do Espinhaço de Cão, de pequena altitude e orientada Nordeste-Sudoeste, prolongando-se pela de Monchique, a mais elevada, seguindo-se a do Caldeirão que se estende até ao rio Guadiana. São relevos, ainda, pertencentes ao Maciço Antigo, constituídos na Era Primária ou Paleozóica, formados por xistos e grauvaques, com afloramentos eruptivos de rochas sieníticas (sienito e foiaíto). Aquelas primeiras rochas, com maior extensão, originaram solos pouco férteis, devido à sua menor permeabilidade e à maior acidez. Contudo, o mesmo não acontece na zona de Monchique, onde a desagregação das rochas eruptivas proporcionou a existência de terrenos férteis. A Serra é uma zona inóspita, com relevo acentuado e estreitos vales que comunicam entre si através de pequenos carreiros abertos nas encostas. Existe, no entanto, um ou outro vale mais largo como o que, na Serra de Monchique, separa a Fóia da Picota, ou aquele por onde corre o Arade.

Entre a Serra e o Litoral, desenvolve-se o Barrocal, composto por rochas calcárias (margas e arenitos ou grés), do Jurássico e Cretácico, formadas, mais recentemente, na Era

⁸⁴ Vide Orlando RIBEIRO, *Geografia de Portugal*, vols.I-IV, Edições Sá da Costa, Lisboa; *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Edições Sá da Costa, Lisboa.

⁸⁵ Cfr. Rosa Maria Varela GOMES, *Silves(Xelb)-uma Cidade do Gharb Al-Andaluz-Arqueologia e História(Séculos VIII-XIII)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FSCH da Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 120.

Secundária ou Mesozóica, por sedimentos continentais e marinhos. Ali os solos são relativamente férteis, devido à dissolução dos calcários, dando origem à denominada *terra rossa* que, aliada à existência de cursos de água, permite o incremento da agricultura e nomeadamente da fruticultura. Também a faixa de arenitos, do Triásico, dá lugar a terrenos férteis, aproveitados desde cedo na agricultura, aí se detectando forte implantação humana desde o Período Romano à Idade Média. O Barrocal inicia-se na Meia-Serra numa zona ainda da encosta, protegida pela cordilheira referida, dos ventos de Norte, com relevo menos acentuado, que intercala com vales largos e abertos, como a zona de S. Bartolomeu de Messines, perdendo gradualmente a altitude. (Fig. 2)

A faixa Litoral é constituída por depósitos, a maior parte de origem marinha, formados na Era Terciária ou Cenozóica, e perto do mar, por areias pilocénicas e plistocénicas do Terciário e Quaternário. Os areais e as formações dunares existentes junto à costa, são, normalmente, improdutivos, embora as terras de matriz arenosa que os antecedem proporcionem solos relativamente férteis, muito utilizados na cultura da vinha.

A linha de costa apresenta-se recortada por pequenas enseadas, largas baías como a de Lagos, reentrâncias e grandes cabos. Estes talhados nas rochas calcárias, mostram plataformas, relativamente baixas, como a Ponta da Piedade e, de igual modo, altas arribas, como a de Sagres – S. Vicente. Existem, ainda, zonas baixas de praias e planícies, algumas abertas pelas redes hidrográficas, onde se desenvolvem áreas lagunares e estuários.

A grande área de Silves, ou seja, o território da cidade e seus arredores, está centrada na colina do Castelo com 55 m de altitude. Em volta dela elevam-se montes que vão até 100 m. A cidade está relativamente resguardada contra a nortada violenta, por outro lado, não beneficia dos ventos frescos da orla marítima. Ao Norte encontramos o Enxerim, a Oriente, está a Oliveira da Carrilha, a Ocidente temos uma cidade nova. Ao Sul as várzeas mantêm-se à altitude de 2 a 6 m, mas a Sudeste, na Horta da Ribeira, as altitudes sobem a 8 e 9 m acima do nível do mar.

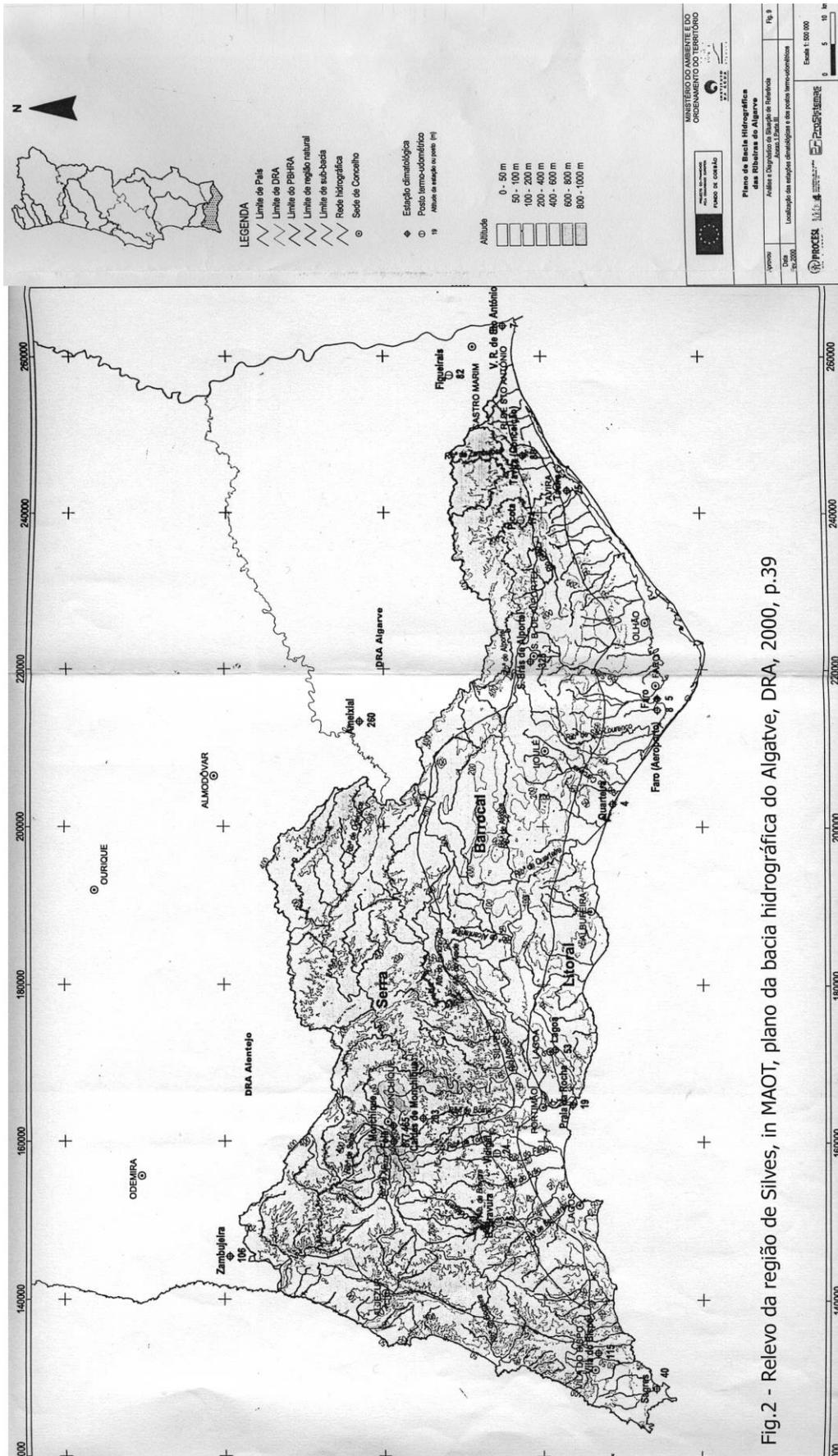


Fig.2 - Relevo da região de Silves, in MAOT, plano da bacia hidrográfica do Algateve, DRA, 2000, p.39

Formação dos Solos

O clima em conjunto com o substrato e o tempo, constitui um factor decisivo para a formação dos solos. Muitos dos solos do Algarve actualmente formados têm origem no fim do Terciário, ou no decorrer do Quaternário (Pliocénico-Pleistocénico-Holocénico), sob diferentes condições climáticas. As influências variadas do clima, o nivelamento e transporte no Quaternário criam, tal como a conservação das características previamente adquiridas (coloração, concreções, estratificação entre outras), grandes dificuldades na interpretação da formação ou na quantificação da actual influência climática sobre cada um dos tipos de solo.

86

Grande significado tem as antigas e recentes erosões antropogéneas, em que muitos solos foram reduzidos ou totalmente transportados. Com estes materiais foram enchidas bacias ou revestidos terraços. As deflações fizeram a cobertura de areia ou limo de uma grande parte do Algarve, sendo de lhes atribuir a formação da camada superficial de uma grande parte dos solos pobres em argila. Grande parte dos terraços construídos antigamente no Barrocal foi feita à mão. Foram retiradas as pedras e revolvidas as terras, ou com o auxílio das máquinas fez-se a desprega, nivelamento, fresagem ou ripagem.

Um pouco ao Sul do Douro, o Maciço Antigo chega ao contacto com o mar, daí para Sul, por afloramentos contínuos até a foz do Sado e na costa Meridional do Algarve, ou parcelados no Litoral do Alentejo, desenvolve-se uma orla de terrenos sedimentares Post-Paleozóicos, com uma história complexa marcada pelas oscilações do nível do mar. Começa no Triásico por uma sedimentação de blocos grosseiros e mal rolados, derramados no sopé das cadeias hercínicas, e de areias continentais varridas pelo vento. Este complexo de “grés vermelhos” corresponde a uma das fáceis típicas deste período, que apresenta, na orla dos maciços antigos europeus, uma impressionante unidade nas condições de sedimentação. É também fortemente discordante sobre os terrenos pregueados do Paleozóico. Segue-se uma transgressão franca, depositando-se calcários marinhos do Liásico ao Jurássico Médio; o carácter predominantemente grosseiro do Jurássico Superior e do Cretácico Inferior parecem indicar movimentos de solo e emersão parcial das primeiras áreas enrugadas, o Cretácico Médio é outra vez transgressivo, assim como o Cretácico Superior ao Norte do Mondego. Ao Sul deste rio dá-se uma grande lacuna, correspondente a uma longa fase de emersão, preenchida em parte pelos mantos eruptivos da Estremadura. Segue-se nova transgressão: o

⁸⁶ Cfr. Erwin KOPP e outros, *Os solos do Algarve e as suas Características : vista geral*, Faro, Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente, 2000, p.13.

mar Miocénico deixou inúmeros vestígios, constituídos por uma alternância de calcários, arenitos e argilas de tons amarelados.

Geologia e Petrografia

As épocas geológicas mais importantes para o Algarve são: o Carbónico (de 265-210 milhões de anos), caracterizado por formações marinhas xisto-argilosas mais grauvaques, até 1500 m de espessura escalonadas (varisca), formam o material básico dos actuais solos da Serra; Triássico (de 185-155 milhões de anos), caracterizado por formações fluviais e lagunares avermelhadas (grés de Silves) com conglomerados, rochas arenosas, xistos e sedimentos margo-carbonatados com uma espessura de 100-400m, encontram-se em vales férteis e estreitos à zona da Serra; Jurássico (de 155-130 milhões de anos), formações de margas argilosas marinhas e calcários duros, muitas vezes dolomíticos, com mais de 1000m de espessura, ocasionalmente com sais, formam hoje os solos cársicos e os solos do Barrocal; Cretácico (cré, greda) (de 130-60 milhões de anos), caracterizado por outros sedimentos marinhos, todavia com xistos multicores, calcários dolomíticos, conglomerados, argilas e quartzos. Estes sedimentos e os seus solos formam elementos da região do Barrocal; Terciário (de 60-2 milhões de anos), caracterizado por depósitos de sedimentos arenosos costeiros, arenitos diferentemente consolidados, calcários moles, conchas, margas e grés calcário, os sedimentos marinhos e também depósitos fluviais, formam grande parte da região Litoral com a maioria dos seus solos arenosos; Quaternário (2 milhões de anos até hoje), caracterizado por formações margas, dunas, terraços de rios e mares, campinas, aluviões e coluviões. São essencialmente elementos do Litoral, nas campinas e enchimento de bacias também com significado noutras regiões.⁸⁷ (Fig. 3)

⁸⁷ Cfr. Erwin KOPP e outros, *Os solos do Algarve e as Suas Características : vista geral* , Faro, Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente, 2000, p. 12.

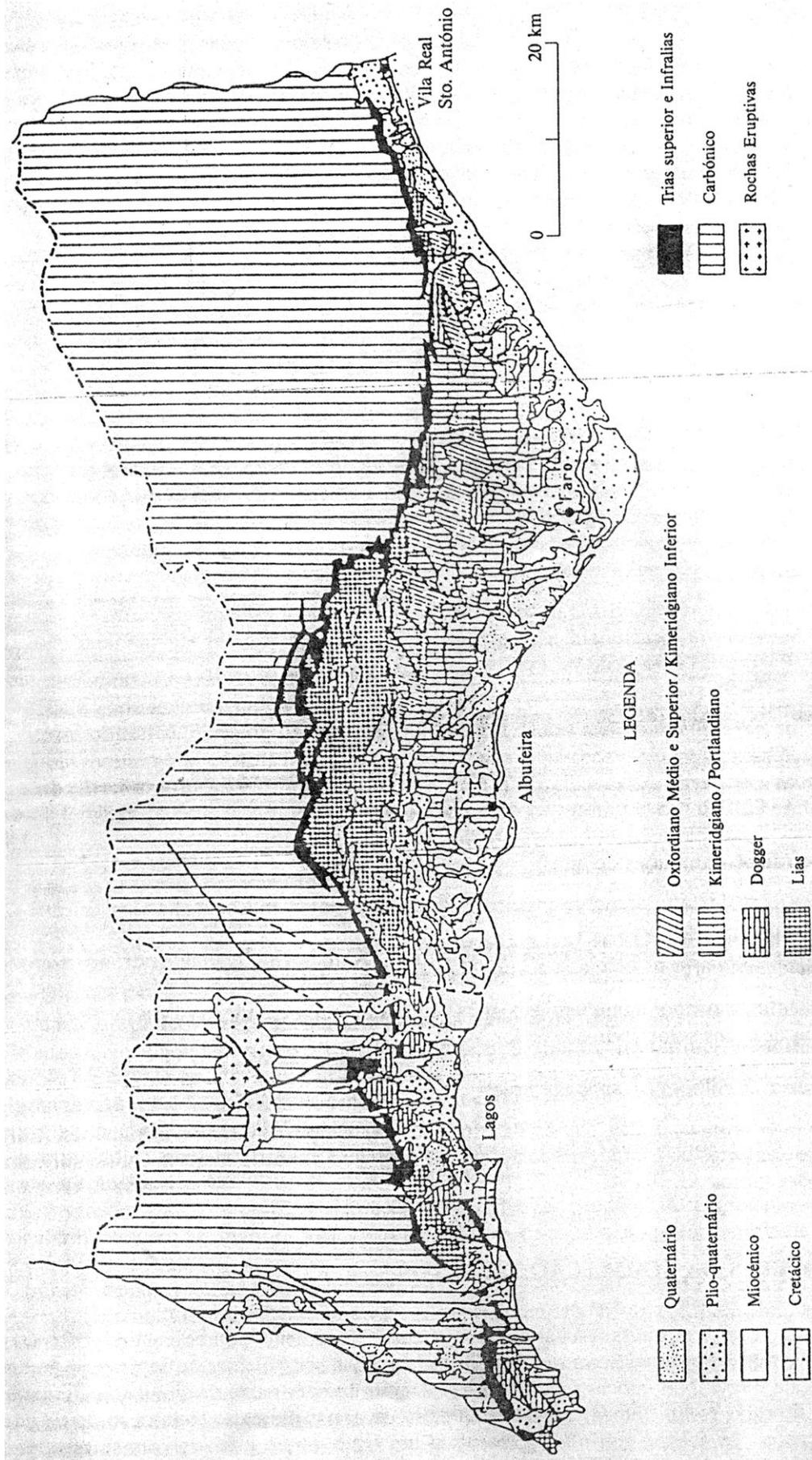


Fig. Fig.3 - Geologia Regional, in M. Telles Antunes, Carta Geológica de Portugal, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1983

Silves assenta em terrenos de constituição geológica diversa: a Norte há uma faixa de terrenos Triásicos⁸⁸ e Liásicos; ao Sul, terrenos do Jurássico Superior e entre ambas as zonas, uma fímbria de doloritos que acompanha a faixa Triásica e Liásica, com interrupções do Porto de Lagos a Messines (*vide* Fig.1.2.). Nos vales das ribeiras de Odelouca e do Falacho, assim como nas várzeas a Sudoeste e nas terras baixas da Horta da Ribeira há terrenos Holocénicos e de constituição geológica recente. Para o Norte de Silves ficam as ondulações da Serra de Monchique que são distintas do Maciço Eruptivo. São desenhadas por terrenos do Carbónico em que abundam os xistos e grauvaques. Este Maciço eruptivo é constituído por sienitos nefelínicos. Para o Sul, até ao mar, os terrenos são de aluvião, ou formados por influência da acção marítima. Abundam os do Miocénio e do Pliocénio, notando-se também algumas manchas do Jurássico Inferior e do Cretácico Inferior.⁸⁹

Concluindo, até à orla Meridional do Algarve, o Maciço Antigo é constituído por rochas sedimentares xisto-grauváquicas e séries metamórficas derivadas, datadas do Paleozóico, onde avulta a formação de brejeira; pontualmente encontra-se coberto pelas areias pliocénicas. Na orla Meridional Algarvia a cobertura sedimentar do Maciço Hercínico é constituída por rochas predominantemente calcárias, datadas do Mesozóico essencialmente do Jurássico e Cretácico.

Na zona de transição entre as formações do Maciço Antigo e as formações do Jurássico e Cretácico surgem os grés do Triásico. Conhecidas genericamente por “grés de Silves”, é hoje mais corrente a sua divisão em três partes, sendo a inferior correspondente aos arenitos de Silves e a média/superior ao complexo margo-carbonatado de Silves⁹⁰. Litologicamente os arenitos de Silves são constituídos por arenitos de cor vermelha ou amarelada e pelitos. O complexo margo-carbonatado é constituído por uma espessa serie pelítica margosa e calcário – dolomítica, no interior da qual são correntes filões basálticos e escoadas sedimentares de natureza dolerítica.

Classificação dos Solos

⁸⁸ Os terrenos Triásicos, a Norte da cidade, são constituídos por um complexo de arenitos avermelhados a que se dá o nome de “grés de Silves”.

⁸⁹ Cfr. Erwin KOPP e outros, *op.cit.*, p.14.

⁹⁰ Cfr. ROCHA e outros, *C. G. P. Notícia Explicativa da fl. 7*, S.G.P., 1984.

Ao analisarmos as *Cartas de Capacidade de Uso do Solo* do Barlavento algarvio (*vide* Fig.1.5.), datadas de 1959, verifica-se que os terrenos indicados como possuindo boas aptidões agrícolas, sobretudo para a cultura de cereais, não são numerosos e situam-se, preferencialmente, nos planaltos que envolvem, entre outros, os núcleos urbanos de S. Bartolomeu de Messines, Silves, Monchique, Lagos e Aljezur.⁹¹ Ali se reconhece importante veiga fértil, orientada Nordeste-Sudoeste, que se desenvolve entre Silves e S. Bartolomeu de Messines, onde predominam, em particular junto ao rio Arade, terrenos classificados como sendo de classe A. São solos maioritariamente calcários, constituídos por rochas detríticas, argiláceas e calcárias mas, também com zonas de barros castanhos avermelhados, não calcários, formados por arenitos, basaltos, ou doleritos e outras rochas eruptivas básicas, assim como por aluviossilos antigos e outros modernos, mas de textura pesada. Estes são os terrenos mais férteis, onde a par das árvores de fruto se cultivaram os legumes e, dada a proximidade do rio, seriam, por isso, áreas preferencialmente, de regadio. Esta zona foi referida no “Livro do Almojarifado de Silves”, datado de meados do séc. XV, como contendo hortas com árvores, hortaliças e onde se semearia o trigo e, em alguns casos cevada.⁹²

A Sul da cidade e intercalando com outra região muito fértil, que existe junto a Lagoa, predominam os terrenos considerados das classes B e C. Situam-se numa faixa onde, no séc. XV e segundo ainda a obra citada, existiria a povoação de “Loubite”, cujos terrenos eram trabalhados, maioritariamente por mouros que ali exploravam vinhedos e figueiras. O mesmo tipo de terrenos prolongava-se até próximo de Estombar, por certo importante centro agrícola medieval, conforme deixa pressupor a existência da povoação fortificada e das muitas azenhas ali reconhecidas.⁹³

Na região envolvente de Estombar os solos são mediterrâneos, vermelhos ou amarelos, de “rañas”, em certos casos mal drenados, a par de aluviossilos modernos de calcários que alternam com afloramentos rochosos de calcários ou dolomitos. Segundo descrição do séc. XVI, “É fértil o lugar de pão, azeite, de infinito figo, vinho, ameixeiras, amendoais, com suas hortas (...)”.⁹⁴

⁹¹ Cfr. Rosa Maria Varela GOMES, *Silves(Xelb)-uma Cidade do Gharb Al-Andaluz-Arqueologia e História(Séculos VIII-XIII)*, Dissertação de Doutoramento apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999,p.455.

⁹²Vide *Livro do Almojarifado de Silves (séc. XV)*, Silves, CMS, 1983.

⁹³ Cfr. Rosa Maria Varela GOMES, *op.cit.*,p.456.

⁹⁴ Vide Manuela Santos SILVA, *Forais de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 1993, p.30

Os terrenos de classe B, menos numerosos, prevalecem, em torno de importante vila romana pertencente ao actual concelho de Silves – Vila Fria - , perto da qual se localizaram restos de calcários medievais.

Outra região muito fértil situava-se junto da antiga Lagoa, que deu origem ao topónimo da actual sede concelhia. Os solos desta zona são, também, do tipo mediterrâneo vermelhos, de “rañas”, constituídos por aluviossolos antigos e modernos, de textura pesada e origem calcária. Segundo o texto anteriormente referido, o lugar de Lagoa era “fertilíssimo de pão, tem muitas figueiras, olivais e outras árvores”.

Os terrenos de classe A, que existem no Barrocal até Paderne e Alte, intercalam com outros, de igual modo numerosos, da Classe B, que se prolongam em certos casos, até ao Litoral, como em Albufeira e entre Armação de Pêra e Lagoa.

Os solos da classe B são formados, junto à costa, por aluviossolos antigos de textura mediana e aluviossolos modernos, em menor número, predominando, de facto, os solos de calcários vermelhos. Existem faixas de terras da classe C constituídas, maioritariamente, por solos litólicos, não húmidos, de arenitos.

Junto à costa, antecedendo os afloramentos rochosos de calcários ou dolomitos, os solos são de classe E, tal como o Norte de Silves, na zona correspondente à Serra, onde litossolos de xistos ou grauvaques originaram solos esqueléticos que, em alguns casos, embora pobres permitem a existência de certas árvores de grande porte e o pastoreio de ovino-caprinos. Apresentam, no entanto, superfícies escassas com terrenos da classe C, junto a pequenos cursos de água, facilmente inundáveis, que podem ser agricultados. Estes terrenos são mais numerosos a Ocidente, junto a Monchique, com solos litólicos húmidos de sienitos e não húmidos, com alguns afloramentos rochosos de sienitos. Nesta região da Serra existem terrenos da Classe B apenas junto a Monchique e Marmeleite.

Somente mais para Ocidente voltamos a encontrar terrenos da classe A, em particular, junto das ribeiras de Aljezur, Bordeira e Carrapateira, constituídos por solos calcários de textura mediana, assim como na zona da Vila do Bispo e Raposeira, onde existem os terrenos calcários vermelhos, de rochas detríticas argiláceas e calcárias, a par de aluviossolos antigos, com textura mediana, alguns formados por barros castanhos e avermelhados, de calcários, arenitos, basaltos ou doleritos. Estes solos são rodeados por terrenos da classe B, formados por calcários vermelhos, de rochas detríticas argiláceas e calcárias, mas de face delgada, que se estendem até próximo do Cabo de S. Vicente,

alternando, por vezes, com outros da classe C, constituídos por solos mediterrâneos de xistos e grauvaques prolongando-se até Sagres.

Verificamos que os terrenos mais férteis do Barlavento algarvio localizam-se, preferencialmente, na região do Barrocal, numa faixa compreendida, entre Padrene, S. Bartolomeu de Messines, Silves, Lagoa, Bensafrim e Vila do Bispo. Os terrenos da classe A, situados entre Albufeira e o Cabo de S. Vicente somam, apenas 8400 hectares. Naquele mesmo território, coincidindo com o que se entende, em geral, por Barlavento, os terrenos da classe B totalizam 4200 hectares e os da classe C 8400 hectares. Os terrenos com aptidões agrícolas atingiam cerca de 21 000 hectares. Os terrenos da classe D somaram 14 400 hectares, sendo a maioria totalmente improdutivos, com 91 800 hectares, considerando-se que o território do Barlavento ocupa 127 200 hectares.

Podemos concluir, de acordo com os dados apresentados, que a percentagem de terrenos agricolamente férteis (classe A, B e C) do Barlavento algarvio é somente de 16,50%, constituindo importante condicionante ao desenvolvimento das populações ali instaladas.

Hidrografia

A hidrografia do concelho é caracterizada pela existência de cursos de água sem carácter permanente, podendo-se considerar todos eles de regime torrencial. Os de maior expressão são os seguintes: Rio Arade, Rio Odelouca, Barranco do Vale, Ribeira do Falacho, Ribeira do Almarjão, Barranco do Funcho.

O Arade, rio algarvio resultante da confluência do Silves e do Odelouca, que descem da Serra de Monchique, desagua numa enseada com barra entre as fortalezas de Santa Catarina e de S. João, perto da sua foz ficam os centros populacionais de Portimão e Ferragudo. É o rio algarvio de caudal mais largo depois do Guadiana, sendo navegável até Silves.⁹⁵

Os pequenos rios do sul de Portugal, por exemplo os afluentes da margem direita do Sado e do Guadiana, reduzem-se a um rosário de lagoas, que chegam a desaparecer às vezes, restando apenas um fraco escoamento entre os calhaus e a areia do leito. O carácter de *fiumara* manifesta-se sobretudo nos rios das regiões de xisto, especialmente no Sul. A

⁹⁵Vide CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES, *Relatório do Plano Director Municipal de Silves*, Silves, CMS, (s.d.), p.5.

Ribeira de Vascão, que corre quase exclusivamente nos xistos carboníficos da Serra algarvia, seca completamente em certos casos. Este estado, perdura às vezes durante seis meses nas ribeiras pequenas, de maneira que os caminhos da Serra algarvia utilizam os seus leitos, durante quilómetros, como vias de circulação habitual.

A navegabilidade de certos rios tornou-os em importantes vias de comunicação entre a costa e o interior algarvio. O Arade, que passa junto a Silves indo desaguar a Portimão, é um bom exemplo do que referimos, pois foi, desde a Antiguidade e, pelo menos, até ao século XVI, uma das principais vias de acesso à cidade. Ainda no início da passada centúria por ele subiam barcaças, de fundo chato, ali carregando cortiça e frutos secos, que transportavam para o Litoral.⁹⁶ O rio de Aljezur terá sido, igualmente, navegável até aquela povoação, tendo existido importantes troços transitáveis nas ribeiras de Almádena, Bensafrim e Alvor.

Muitos dos cursos de água existentes nesta região secam durante os meses de maior calor, e no Inverno, com as chuvas, enchem e transbordam, adquirindo fortes torrentes que causam, por vezes, cheias. Este facto pode estar relacionado com a pouca permeabilidade dos solos na região da Serra, cujas águas escorrem para o Barrocal e alimentam várias linhas de água e fontes que, por sua vez, abastecem ribeiras e rios, como a fonte de Querença, que fornece água à ribeira de Benémola, ou a do Gramacho, próxima de Silves e cujas águas são lançadas no Arade.

A rede de ribeiras é bastante numerosa e algumas, tal como certos rios, têm o nome das povoações por onde passam, como a da Carrapateira, Bensafrim ou Odiáxere.

Os mananciais predominam, em particular na região de Monchique, onde o contacto entre as rochas eruptivas e metamórficas conduziu à existência de nascentes de água quente com particularidades minero-medicinais, sendo a principal a da Fóia, que abastece as termas situadas nas denominadas Caldas.

No Litoral, junto à foz dos rios, instalaram-se, pelo menos, desde a Proto-História, comunidades dedicadas à pesca, à produção de sal e ao comércio, tendo-se transformado muitas delas, durante a Romanização e a Idade Média, em populosos núcleos habitacionais como aconteceu com Lagos, Alvor e Portimão. A importância económica dos rios, como via para transporte de mercadorias, ficou bem expressa nas Cortes de Viseu (1391), ao referir-

⁹⁶ Vide Manuela Santos SILVA, *Forais de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 1993, p.32.

se a acção dos mercadores *dum porto para outro per dentro dos rios pera carregarem os navios que teem nos ditos portos*. Os diferentes rios e, em especial, o mar que banha o Litoral do Barlavento algarvio seriam importantes meios de comunicação, que permitiam não só os contactos com o *hinterland*, mas o comércio com o exterior.⁹⁷

Os rios permitiam, o desenvolvimento de sistemas de regadio, através da construção e organização de acéguas (ribeiro ou canal para rega), para distribuição de água aos terrenos limítrofes, proporcionando o desenvolvimento agrícola de hortas, e pomares e a consequente riqueza das populações.

Clima e Meteorologia

Características predominantes no Algarve

Em relação às estações climatológicas, a faixa Litoral do Algarve tem uma cobertura de estações aceitável, embora algumas não se encontrem em funcionamento actualmente (*vide* Fig.1.11). Os sectores mais pluviosos da área da Serra, apenas dispõem de registos climáticos em Monchique, na Fóia, nas Caldas de Monchique, e em Ameixial. Assim, uma vasta área da Serra não tem registos que permitam uma adequada caracterização do clima dessa área, particularmente as bacias da ribeira de Odelouca e do rio Arade, que são os cursos de água mais importantes da região.⁹⁸ No Barrocal, apenas se dispõe da estação de S. Brás de Alportel, muito próximo da área da Serra, manifestamente insuficiente para a caracterização climática desta importante região do Algarve. A faixa Litoral Ocidental também apresenta deficiência de cobertura de estações climatológicas, contando-se apenas com registos das estações localizadas nos extremos desta faixa.

A ausência de estações climatológicas nas áreas mais pluviosas, particularmente na envolvente da Serra de Monchique, no Barrocal e na vasta área da Serra algarvia (Serra do Caldeirão), constitui uma dificuldade à realização da análise climática.⁹⁹ As características climáticas das estações localizadas no exterior da área em estudo constituem uma aproximação que se considera razoável.

⁹⁷ Vide Manuela Santos SILVA, *Forais de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 1993, p.33.

⁹⁸ Cfr. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve: 1ª fase : análise e diagnóstico da situação de referência (anexo I- Análise Biofísica, Parte III-Clima)*, MAOT, 2000, p.27.

⁹⁹ Idem, p. 28.

O Algarve possui um clima mediterrânico (Cs) de KOPPEN, que se pode classificar como do tipo Csa, com Verões quentes e uma temperatura média para o mês mais quente acima dos 22°C, e do tipo Csb com Verões mais frios.¹⁰⁰

Na parte central do Algarve, correspondente ao Barrocal e à Serra algarvia, verifica-se pouca diferenciação na repartição do índice hídrico, evidenciando as características do clima pouco húmido a sub-húmido seco desta vasta área. A elevada pluviosidade da Serra de Monchique, dependente em grande parte do relevo, e o acentuado gradiente altitudinal que se verifica, conferem uma variação importante de índice hídrico que varia entre moderadamente húmido nas Caldas de Monchique e super húmido no alto da Serra.

Na Serra de Monchique, às características de clima oceânico, embora um pouco mais atenuadas pelo relativo afastamento da costa, junta-se o efeito de altitude que provoca a diminuição da temperatura e conseqüente aumento da humidade relativa do ar e faz atenuar a instabilidade das massas de ar marítimo, quando sobem ao longo das suas vertentes com aumento apreciável da precipitação e da ocorrência de nevoeiros orográficos.¹⁰¹ Essa zona é a mais chuvosa de todo o Algarve e mesmo de todo o Sul do Tejo, atingindo valores médios anuais de cerca de 1500 mm no alto da Fóia, ou seja, três vezes mais que o Litoral. Este aumento rápido de precipitação com a altitude resulta da Serra de Monchique estar próxima da costa e receber directamente as massas de ar marítimas muito húmidas, que ao subirem as encostas dão origem a condensações abundantes e ao aumento do gradiente vertical da temperatura com a conseqüente intensificação das condições de instabilidade. De um modo geral a vegetação natural condiz com estes tipos climáticos. Com efeito, a Serra de Monchique, de constituição sienítica, possui uma vegetação com características dentro do tipo húmido, onde existem algumas espécies como o carvalho (*Quercus canarieensis*) e o castanheiro (*castanea sativa*), que são raras a Sul do Tejo. É um oásis dentro da confrangedora aridez da restante parte da Serra.

Como consequência dos valores altos da radiação solar e da insolação, de alguns factores como a proximidade do mar e a protecção da Serra e da sua posição geográfica, nomeadamente em relação à latitude, o Litoral do Algarve tem um clima ameno sob o aspecto térmico, em especial durante o período que decorre entre o Outono e a Primavera. Durante os meses mais quentes, Julho e Agosto, ocorrem, por vezes, temperaturas muito

¹⁰⁰ Cfr. Erwin KOPP e outros, *Os solos do Algarve e as Suas Características : vista geral*, Faro, Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente, 2000, p.13.

¹⁰¹ Vide F. Reis CUNHA, *o Clima do Algarve*, Lisboa, U.T.L., 1975.

altas na Serra e no Litoral Sul. A temperatura anual varia entre 13° e 15° C (Serra de Monchique) e 17,5° C (Litoral Sul).

Assim, no Barlavento algarvio observam-se, genericamente, temperaturas amenas, com Invernos pouco rigorosos e Verões quentes. As precipitações são baixas, em toda a região. Os níveis de humidade são pouco acentuados, sendo maiores no Litoral. A nebulosidade circunscreve-se, em particular, a Monchique e aos Cabos de Sagres e de S. Vicente. As trovoadas, embora esporádicas, predominam nas zonas mais elevadas. As condições climatéricas favoráveis podem estar relacionadas com a existência da Serra, a Norte, que protege a região das influências continentais, tanto em relação aos ventos frios de Inverno, como às elevadas temperaturas de Verão e, também devido à proximidade do mar que concorre para a estabilidade atmosférica.

Concelho de Silves

Silves embora se localize numa região protegida, no Barrocal, apresenta grandes amplitudes térmicas durante todo o ano. Como iremos abordar, a temperatura diferencia-se, por isso, da que se verifica no Litoral. O Clima do concelho oscila entre um clima tipo mediterrânico e sub-tropical, com verões quentes e secos e Invernos suaves e precipitação moderada¹⁰². Estando o clima directamente influenciado pela proximidade do Atlântico. As diferenças de temperatura entre o dia e a noite, Verão e Inverno são relativamente pequenas.

Segundo F. Reis Cunha, para o período de 1931-1960 deve-se considerar os seguintes elementos¹⁰³:

-Precipitação – No concelho de Silves as chuvas são concentradas entre Outubro e Maio. Os meses de Verão são completamente secos (Abril a Setembro). No semestre chuvoso, (Outubro a Maio) ocorre 300 a 500 mm. A quantidade total de precipitação é de 350 a 700 mm. A Serra de Monchique é a zona mais chuvosa de todo o Algarve, atingindo valores médios anuais de 1500 mm no alto da Fóia, ou seja, três vezes mais que no Litoral. O número médio de dias do ano $R \geq 1,0$ mm oscila entre 50 a 75. O número médio de dias do ano $R > 10,00$ mm oscila entre os 5 e os 20 dias. Para o número de dias sem precipitação e

¹⁰²Vide CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES, *Relatório do Plano Director Municipal de Silves*, Silves, CMS, (s.d.), p.6.

¹⁰³ Vide F. Reis CUNHA, *o Clima do Algarve*, Lisboa, U.T.L., 1975.

para o período de 1948 a 1967 apresenta-se um número de 100 a 160 dias/ ano (*vide* Fig.1.6.).

-Temperatura – Silves atinge valores muito elevados de Verão, mas não descem a valores muito baixos no Inverno. A temperatura costuma ser mais baixa na Serra que no Litoral. Para um período de 1931 a 1966 os valores médios de temperatura do ar anual variam de 10° a 18°C (13-15°C na Serra de Monchique e 17,5 no Litoral Sul); a máxima diária (valores médios em Junho) varia entre 17,5 ° a 25 °C ; a mínima diária (valores médios em Janeiro) varia entre 5° a 10°C (*vide* Fig.1.7).

-Humidade Relativa do ar– Os valores médios no período de 1931-1960, de humidade relativa do ar às 9h (TMG), em % oscilam entre os 50 e 75 %. A amplitude anual de humidade relativa do ar oscila entre os 15-30% registando na parte Litoral valores inferiores a 20% com um aumento progressivo para o interior (Barrocal e Serra), 70% na Serra do Caldeirão e 85 % em Monchique (*vide* Fig.1.8).

-Insolação e Nebulosidade – Poder-se-á dizer que os valores mais altos de insolação se registam na parte Litoral, ultrapassando em média as 3000 horas/ ano. Sendo assim, a quantidade de energia solar que atinge o solo, juntamente com a amenidade da temperatura do ar na época mais fria do ano e a pequena quantidade de precipitação, fazem com que o concelho desfrute de um clima agradável, propício a uma boa adaptação de algumas espécies vegetais existentes. Os valores médios no ano oscilam entre 2800 a 3200 horas, sendo a variação anual relativamente pequena. A insolação mensal apresenta os mínimos valores durante o Inverno (e principalmente nos meses de Dezembro a Janeiro) e os máximos nos meses de Verão (350-380 horas) (*vide* Fig. 1.9). O valor médio anual da radiação solar global no Litoral Sul é da ordem de 160-165 Kcal/cm² nos meses de Outubro a Março.

Em relação à nebulosidade é caracterizada por uma baixa nebulosidade como refere F. Reis Cunha¹⁰⁴, a nebulosidade média anual no período diurno é variável, de uma maneira geral, entre 3 a 4/10. Como é normal em climas de tipo mediterrânico, o valor máximo

¹⁰⁴Vide F. Reis CUNHA, *o Clima do Algarve*, Lisboa, U.T.L., 1975, p. 44.

verifica-se no Inverno e o mínimo no Verão. O máximo valor mensal médio de nebulosidade observa-se, por norma, em Novembro, registando-se o valor médio entre Novembro e Abril, passado o qual se dá um decréscimo rápido até Agosto, onde se verifica o valor mínimo. Durante o semestre chuvoso é de esperar, como média um valor de 8-12 dias por ano do céu coberto, verificando-se um mínimo de 32 dias do céu totalmente limpo, não ultrapassando os 100 dias/ano.

-Vento - Os ventos que sopram na região e em particular no concelho, dependem da posição dos centros de pressão que afectam as condições meteorológicas em toda a província. Segundo F. Reis Cunha, no Inverno, como norma, observa-se uma predominância de ventos de quadrante Norte. Os de Noroeste são nesta estação do ano que ocorrem com mais frequência, ventos em regra frios e secos e conjuntamente com os de SW sopram com mais força. Os de NW e W são também frequentes sendo estes últimos e os de SW que correspondem em regra aos períodos de mau tempo. Os ventos do Sul raramente ocorrem.

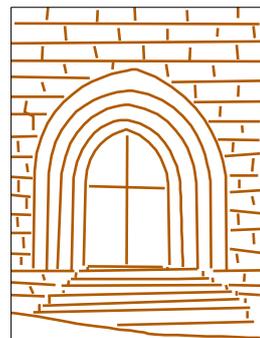
Na Primavera os ventos de N e NW predominam aumentando a sua frequência para o Verão. Existe uma distribuição mais uniforme pelos oito meses verificando-se aumento apreciável de rumo SW devido à brisa diurna e dos rumos SE e E devido ao “levante”. No Verão poder-se-á dizer, em relação a este ambiente climático, que a zona possui características intermédias, entre o Barlavento e o Sotavento. Enquanto que o Barlavento está sujeito à Nortada (N-NW), o Sotavento está sujeito à acção das brisas (SW). A parte serrana não está sujeita à acção das brisas. O Outono mantém a predominância dos ventos N e NW com progressiva diminuição. Entre Setembro e Outubro verificamos o aumento de frequência de rumos E e SE devido ao “levante” é usual, diminuindo rapidamente nos meses seguintes em favor do rumo E. Em Novembro observa-se o aumento da ocorrência do rumo W que corresponde aos períodos chuvosos.

-Evaporação, Evotranspiração- Na parte Litoral a evaporação anual ultrapassa os 1700 mm, diminuindo para o Interior. Em termos de evapotranspiração potencial, a zona do concelho de Silves foi integrada nas regiões dos mais altos valores (840-880) com diminuição para Leste e Oeste. A variação mensal de evapotranspiração segue como se compreende a de temperatura do ar, com os máximos valores no Verão e os mínimos valores no Inverno.

- **Neve**- É um fenómeno que normalmente não ocorre em Silves. O granizo é muito raro. Existe, no entanto, um fenómeno que é a geada, caindo mais nas zonas a Norte do concelho. Em Fevereiro/ Março é possível o aparecimento matinal de geada (*vide* Fig.1.10) até à temperatura de 6°C.

Após o enquadramento geográfico de Silves que nos fornece informações sobre a sua localização, características climáticas e geológicas, procuraremos no próximo capítulo conhecer a evolução urbana da cidade, das origens à época medieval e caracterizar a o nosso objecto de estudo na perspectiva histórico-arquitectónica.

3. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA



3. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA

3.1. Inserção Urbana

3.1.1. Fontes Impressas

Introdução

Os textos mais antigos sobre a cidade de Silves são de autores muçulmanos e terão sido escritos entre os séculos X e XIV. Fornecem-nos informações acerca da geografia,

riqueza, referências de carácter etnológico, administrativo, económico e cultural.¹⁰⁵ A maioria dos autores baseou-se, no conhecimento de Edrisi(1100-1171)¹⁰⁶, que descreveu a cidade nos inícios do séc. XII, transmitindo-nos interessantes indicações sobre Silves, no contexto do *Al-Andaluz*.

Estes dados podem ser completados com os transmitidos sobre a cidade, na descrição do cruzado que participou em 1189¹⁰⁷, na conquista de Silves. Constitui o mais desenvolvido documento sobre Silves islâmica, referindo os seus dispositivos defensivos, muralhas e torres albarrãs, técnicas construtivas, militares e alguma toponímia.

Duas fontes importantes são os dois forais concedidos por D. Afonso III (1210-1279) e D. Manuel I (1495-1521), que conservam considerações de carácter geográfico, administrativo e económico.¹⁰⁸

Outras informações podem ser extraídas dos documentos relativos à participação de Silves nas “Cortes”¹⁰⁹ e dos acervos de “Livros de Chancelarias”¹¹⁰.

Textos posteriores registaram elementos preciosos sobre a cidade, equipamentos, estado de conservação das edificações, alterações urbanas, permitindo uma melhor reconstituição da cidade muçulmana. Entre eles devemos mencionar o *Livro do Almojarifado de Silves*, considerado como tendo sido elaborado em 1474.¹¹¹

Procuraremos em seguida traçar um panorama da evolução urbana de Silves desde a época medieval à actualidade a partir de informações contidas em algumas fontes impressas.

Alguns Aspectos da Evolução Urbana de Silves da Época Medieval à Actualidade

¹⁰⁵ Vide José D. Garcia DOMINGUES, *Novos Aspectos da Silves Árábica: documentos e comentários*, Guimarães, Gil Vicente, 1956; E. LÉVI-PROVENÇAL, *La Péninsule Ibérique au Moyen Age d'après le Kitab Ar-Rawd Al-mita*, Leiden, E. J. Brill, 1938, pp.130-132, cit. por Rosa Varela GOMES, *Silves(Xelb)-uma Cidade do Gharb Al-Andaluz-Arqueologia e História (séculos VIII-XIII)*, Dissertação de Doutoramento apresentado à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1999, p.60.

¹⁰⁶ Vide Abu-Abd-Allah Mohamed-al-Edrisi, *Descripción de España*, Madrid, Imp. y Lit. del Depósito de la Guerra, 1901.

¹⁰⁷ Vide Manuel Cadafaz de MATOS, *A Cidade de Silves num Itinerário Naval do Século XII por um Cruzado Anónimo: fac-simile da edição por João Baptista da Silva Lopes* (Lisboa, Academia das Ciências, 1844), Silves, Edições Távola Redonda, 1999.

¹⁰⁸ Vide Manuela Santos SILVA, *Forais de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 1993.

¹⁰⁹ Vide Alberto IRIA, *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do Séc. XIV : subsídios para a sua história*, Silves, Ed. da Academia Portuguesa da História, 1983; A. H. de OLIVEIRA MARQUES e Nuno José Pizarro DIAS (org.), *Cortes Portuguesas : reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, vol. I, Lisboa, INIC, 1990-1993; Armindo de SOUSA, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média à apresenta à FLUP, Porto, INIC, 1999.

¹¹⁰ Vide A. H. de OLIVEIRA MARQUES (org.), *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Lisboa, INIC, 1990-1992; A. H. de OLIVEIRA MARQUES (ed.), *Chancelaria de D. Pedro I: 1357-1367*, Lisboa, INIC, 1984; João José Alves DIAS (org.), *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, Lisboa, Universidade Nova, 1999.

¹¹¹ Vide *Livro do Almojarifado de Silves (séc. XV)*, Silves, CMS, 1983.

Silves foi sob o império muçulmano, durante quatro séculos a capital do *Al-faghar*. Era uma cidade florescente que os poetas cantavam como uma mansão de luxo e prazer, habitada pelos árabes do Yemen. A maioria é unânime em considerar Silves não só como a maior cidade do *Gharb* mas com famosos edifícios, bazares, mercados abundantes, rodeada de ricas hortas e pomares, servida por um porto fluvial e possuindo fortes muralhas.

O geógrafo Al-Edrisi (1100-1171)¹¹² havia conhecido Silves, provavelmente através de viajantes que passaram por esta cidade. Acerca desta urbe algarvia o geógrafo escreveu:

Quem, nos fins do séc. XII, visitasse Silves ou Xelb, dir-se-ia transportado a uma cidade Oriental. Dentre as várias raças que tinham vindo à Península, foram os árabes do Yemen que principalmente a povoaram(...).Contava com cerca de 30 000 habitantes, era opulenta em tesouros e formosa em construções. Davam-lhe a primazia entre as cidades da Espanha árabe. Vestida de palácios coroados pelos terraços de mármore, cortada de ruas com bazares recheados de preciosidades orientais, cercada de pomares viçosos e jardins, Xelb era a pérola de Chencir, onde os pródigos da Mauritània vinham gozar com as mulheres formosas, de puro sangue árabe, os seus ócios luxuosos. Era ao mesmo tempo uma praça terrivelmente fortificada. (...) A cidade de Silves faz parte da província de Axinxine cujo território é celebrado pelos figos que produz, enviados para todas as regiões do ocidente.¹¹³

Na descrição efectuada pelo cruzado anónimo¹¹⁴, o autor fornece-nos elementos que permitem a caracterização das muralhas, ou de outros tipos de construções da cidade, durante o séc. XII. Este testemunho permite a reconstituição do hipotético tecido social da urbe no último quartel do séc. XII: *Dos habitantes [de Silves] só existião 15 800 de ambos os sexos...[Essa cidade] era muito mais forte do que Lisboa e dez vezes mais rica e com edifícios de mais valor. Assevararão também os portugueses que em toda a Hespanha não havia terra mais forte nem que mais damno fizesse aos Christãos...¹¹⁵.*

Nessa época a sociedade era dominada por uma maioria de credo adverso ao Islão. As técnicas de construção tinham de traduzir uma evidência defensiva. Era o caso das portas vulgarmente designadas de “cotovelo”:

(...) a entrada pelas portas eram de tal arte angulosas e tortuosas de que mais facilmente seriam escalados os muros do que entraria alguém por elas¹¹⁶. Situação notória na estrutura da entrada da cidade. (...) as casas eram

¹¹²Edrisi, geógrafo árabe natural de Ceuta, precursor de cientistas da representação do espaço, descreveu a África do Norte como a Península Ibérica.

¹¹³ Cfr. António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, 1975, p.66., cit. por Manuel Cadafaz de MATOS, *A Cidade de Silves num Itinerário Naval do Século XII por um Cruzado Anónimo*, Fac-simile da edição por João Baptista Lopes de 1844, Silves, Edições Távola Redonda, 1999, p.128.

¹¹⁴Vide Manuel Cadafaz de MATOS, *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo*, Fac-simile da edição por João Baptista Lopes de 1844, Silves, Edições Távola Redonda, 1999.

¹¹⁵ Idem, p.36.

¹¹⁶Cfr. João Baptista da Silva LOPES, *Relação da Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados, que Partiram do Escalda para a Terra Sancta no anno de 1189, Escripta em latim por um dos Mesmos Cruzados, traduzida e annotada em portuguez*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1844, p.16, cit. por Manuel Cadafaz de MATOS, *op.cit.*, p.60.

de tal arte construídas que ainda quando ardia uma não pegava fogo na que estava contígua pois eram cobertas de ladrilho, as paredes de terra rebocadas de argamassa e poucas de madeira.¹¹⁷ O cronista salienta a existência de quatro torres, de modo a que aqui se provesse sempre de água em abundância a cidade superior. Designa esta fortificação com o nome de Coiras.¹¹⁸

Segundo Manuela Santos Silva (1961-),¹¹⁹ Silves terá vivido os seus dias mais felizes, de prosperidade a todos os níveis durante o período em que esteve sob o domínio muçulmano¹²⁰: *Silves, Castromarim, Loulé, Tavira e Faro eram, fora de dúvida lugares com um grau de urbanização relativamente elevado à data da sua passagem para o domínio portugueses.*¹²¹ A única que ostentava a classificação de cidade era Silves, não só era a maior urbe algarvia, como se tratava da sede de bispado da região.

A prosperidade económica da cidade e do seu Termo assentava em estruturas urbanas, como sejam a existência de locais próprios para a comercialização da carne e do peixe (o açougue), ou dos cereais (as fangas), por fim aparecem os banhos. Os arrabaldes, parte baixa da cidade, constituíam o exterior da muralha. O bairro mouro, de dimensões apreciáveis ficaria na parte baixa da cidade, entre o Torreão do Arco e a Ponte, na zona Noroeste. Ao seu dispor mantinham a mesquita pequena, uma aduana, um forno, uma estalagem, uma alcaçaria e um cemitério próprios.

Do séc. XIII ao XIV a cidade foi caminhando no sentido da contracção demográfica e de decadência económica, o que não se deve apenas ao assoreamento do rio a partir do séc. XV. Os ataques constantes a que Silves esteve sujeita desde os finais do séc. XII e até à segunda metade do séc. XIII devem ter deixado também as suas marcas. Quando a cidade passou para o domínio cristão já grande parte do seu esplendor tinha desaparecido.¹²²

Para Maria de Fátima Botão (1960-),¹²³ a guerra de reconquista fez suspender a imagem idílica de Silves muçulmana. Após 1249 a paz esforçar-se-á por recompô-la. Reconstroem-se e edificam-se azenhas e moinhos hidráulicos na ribeira de Odelouca e no Arade, incrementa-se a produção da vinha, e figueira, na zona de Lobite. Estendem-se as

¹¹⁷ Idem, p.20, cit. por Manuel Cadafaz de MATOS, *op. cit.*, p.61.

¹¹⁸ Cr. João Baptista da Silva LOPES, *Relação da Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados, que Partiram do Escalda para a Terra Sancta no anno de 1189, Escripta em latim por um dos Mesmos Cruzados, traduzida e annotada em portuguez*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1844, p.16, cit. por Manuel Cadafaz de MATOS, *op.cit.*, p.64.

¹¹⁹ Vide Manuela Santos SILVA, *Forais de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 1993.

¹²⁰ Os geógrafos árabes descreveram Silves como económica e culturalmente próspera, recheada de belos edifícios e rodeada de uma forte muralha. Cfr. Manuela Santos SILVA, *op.cit.*, pp.209-210.

¹²¹ Cfr. Manuela Santos SILVA, *op.cit.*, p.213.

¹²² Alguns autores citam o forte despovoamento de Silves após a sua passagem para a administração portuguesa. As razões para o abandono progressivo das suas gentes relacionam-se a problemas de ordem natural ou relacionados com a evolução económica da província algarvia.

¹²³ Vide Maria de Fátima BOTÃO, *Silves: capital de um reino medievo*, Silves, CMS, 1992.

searas nas herdades que sobem o curso do Arade, desde o reguengo de Vale Travesso até às bandas de S. Bartolomeu de Messines, nas terras que vizinham a aldeia de Almadanin (no Reguengo de Castelo do Ninho), ou nas do Reguengos de Arja e Boina. Os arredores recobrem-se de hortas e pomares e multiplicam-se os ferragiais que entestam nas muralhas do arrabalde.

No entanto, em 1459 a imagem de Silves como cabeça do reino do Algarve, não passava de uma saudosa recordação, que se procurava a muito custo reabilitar.

Para Alberto Iria (1909-1992)¹²⁴, Silves permaneceu marginal durante muito tempo, separada das comunidades setentrionais por uma serra, prolongada por pastagens e charnecas desertas. Sendo a via marítima a forma mais rápida para os contactos com as províncias de Portugal, reduzindo-se as ligações com a Andaluzia, acabou por se converter numa grande “ilha”. A insegurança do Litoral do Algarve era predominante, castigado pelos ataques dos piratas e corsários, até ao séc. XVIII. No séc. XIV, Silves não escapou a tal flagelo.

No início da segunda metade do século XV a cidade apresentava um lamentável estado de decadência, nunca mais recuperou a sua liderança municipalista em Cortes, em consequência do desenvolvimento dos restantes concelhos algarvios. Em Silves falava-se numa suposta maldição que teria caído sobre a cidade e seus habitantes, culpada da sua decadência.¹²⁵

A partir de 1490 Silves deixou-se atrasar em relação aos restantes concelhos algarvios. Entrou em progressivo declínio, até se perder por completo no séc. XVI.

Segundo Rosa Varela Gomes (1954-)¹²⁶ a zona da cidade situada a Sul da Sé sofreu ao longo dos séculos profundas transformações, devido às sucessivas destruições provocadas por sismos e às diferentes formas de utilização do espaço urbano. Diversas vivendas muçulmanas foram ali erguidas, desde os séculos VIII-IX e que subsistiram até ao século XIII. No entanto, com a edificação da Sé a área foi, parcialmente ocupada, logo na segunda metade do séc. XIII, pela necrópole correspondente àquele templo. É também possível que

¹²⁴ Cfr. Alberto IRIA, *A Liderança de Silves na Região do Algarve nos Séculos XIV e XV*, Silves, Câmara Municipal, 1995 e Alberto IRIA, *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do Séc. XIV (subsídios para a sua história)*, Lisboa, Academia portuguesa de história, 1982, p.18.

¹²⁵ Tal maldição é atribuída a D. Frei Álvaro Pais, bispo de Silves, que na ocasião das festas do Entrudo, ao passarem pela sua porta pessoas com brincadeiras, que ele quis evitar e repreender, foi desacatado, descalçando-se saiu da cidade e de um monte alto amaldiçoou os seus moradores.

¹²⁶ Vide ROSA VARELA GOMES, *Silves (Xelb) – uma cidade do Gharb Al-Andalus – Arqueologia e História (séculos VIII-XIII)*, vol.V, Dissertação de Doutoramento apresentada à FSCH da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999.

no mesmo momento ou posteriormente, ali tivesse sido erguido, em área situada mais a Sul, o Paço Episcopal.¹²⁷

Após a conquista definitiva de Silves (1242-1248), houve uma diminuição geral da ocupação humana intra-muros, o que se reflectiu na criação da mouraria, fora-de-portas, que se situou na zona Sul da cidade, entre a muralha da Medina e o rio.¹²⁸

A recuperação, desenvolvimento e nova expansão de Silves que se observa através das construções realizadas a partir de meados do séc. XV e durante a centúria seguinte, deve relacionar-se com a reanimação das actividades agro-pecuárias, e com a existência de certa burguesia mercantilista que terá enriquecido, com o abastecimento dos produtos vindos da Serra e do Barrocal, aos portos do Litoral, ou com algum comércio ultramarino. Assim, os séculos XV e XVI constituíram um novo período áureo na vida da cidade, denunciado pelas novas construções. A esse período de renovação urbana pertencem edificações religiosas como a Ermida dos Mártires, a Igreja da Misericórdia e nele se devem integrar importantes campanhas de obras na Sé.¹²⁹

Segundo Fernando Corrêa¹³⁰, a segunda metade do séc. XIV foi fértil em acontecimentos nefastos para a cidade de Silves: a peste negra (1351-1352), assim como os vários terramotos, e as guerras que D. Fernando I (1345-1383) sustentou contra Castela. Para além disso, muitos mouros emigraram deixando improdutivos os seus bens de raiz.

Em meados do séc. XV notamos um certo surto de desenvolvimento económico, a cidade de Silves começou a atravessar novo período de prosperidade. Em 1473, em consequência dos Descobrimentos, Silves parece recuperada e liberta da maldição lançada há mais de um século pelo Bispo D. Álvaro Pais (1275-1349). Naquele ano já possuía uma Sé reedificada, a ponte encontrava-se novamente levantada, as casas tinham sido reconstruídas.¹³¹

¹²⁷ Vide Rosa VARELA GOMES, *Silves (Xelb) – uma cidade do Gharb Al-Andalus – Arqueologia e História (séculos VIII-XIII)*, vol.V, Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1999, p.1078.

¹²⁸ Idem., p.1532.

¹²⁹ Cfr. Rosa VARELA GOMES, *Silves (Xelb) – uma cidade do Gharb Al-Andalus – Arqueologia e História (séculos VIII-XIII)*, vol.V, Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 1532.

¹³⁰ Vide Fernando CORRÊA, “Silves no início dos descobrimentos (1415-1460)” in *IV Jornadas de Silves*, Silves, CMS,1997.

¹³¹ Idem,p.86.

Em 1577 afirmava Frei de S. José (14--)¹³²: *o termo de Silves he grande e há nelle muita terra boa para semear, e pêra criaçoens e se fazia nella muito proueyto mas falta lhe a gente, e a astuci e trabalho, que à arte e execicio he necessário. Hum sitio de terra lhe cabe contra o mar que tem quasi duas léguas em comprido toda chã e fructifera, em que os moradores tem suas quintaas de figueyras, oliuaees, e vinhas a que chamam Lobite (...)*¹³³.

Silves que tinha sido rica, famosa e resplandecente encontrava-se em decadência: (...) *a maior parte da cidade já está arruinada e sem gente*". *O sitio é há muitos anos a esta parte, doentio e de maus ares pelo que certos meses de verão, a mais da gente que pode se vai viver a outras terras e a suas quintas quem as tem, de maneira que não aguarda nela senão alguma gente da mais pobre e alguns cónegos e outros clérigos para o serviço da igreja.*¹³⁴

Padre António Carvalho da Costa (1650-1715)¹³⁵ refere a conquista da cidade de Silves e descreve a cidade no séc. XVIII, revelando ser um dos locais mais aprazíveis, cercada de fortes muros e banhada por um ameno rio, revestida de várias árvores frutíferas, especialmente de espinho, parecendo um paraíso:

*Tem trezentos, & cincoenta vizinhos com huma igreja Parochial da invocação de Santa Maria, Priorado, Casa da Misericórdia, três Ermidas, & hum Convento de Frades Terceyros dedicado a Nossa Senhora do Paraíso. (...) o seu termo he abundante de pão, vinho, frutas, gado, & caça, & tem os lugares seguintes com suas Capellas Curada: S. Bertholameu de Mecines, S. Marcos, o Alferce, Alcantarilha, Perches, Mexilhoeyra Monchique (...). Os outros lugares são Algós, Amorosa, Pêra, Ameyxolhoeyrinha da carregação, & a Lagoa (...).*¹³⁶

Nas *Memórias Ecclesiásticas do Reino do Algarve*(...), escrita no séc. XVIII por Frei Vicente Salgado (1732-1802)¹³⁷, o autor esboça uma breve caracterização de Silves, terra fértil em géneros úteis ao comércio, com portos capazes de grandes batimentos marítimos, uma das três cidades condecoradas com a cadeia episcopal do Algarve. Silves conquistada desde o reinado de D. Sancho I (1154-1211), renovada no tempo do D. Sancho II (1209-1248), foi condecorada e aumentada no tempo de D. Afonso III (1210-1279): (...) *A cidade de Silves é célebre pela riqueza, e comércio de seus antigos habitantes, situada na parte*

¹³² Vide Frei de S. JOSÉ, *Corografia do Reino do Algarve*, 1577, cit. por Alberto IRIA, *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do Séc. XIV (subsídios para a sua história)*, Lisboa, Academia portuguesa de história, 1982, p. 25.

¹³³ Idem, p.25.

¹³⁴ Vide Frei de S. JOSÉ, *Corografia do Reino do Algarve*, 1577, cit. por J.D. Garcia DOMINGUES, *Silves: Guia Turístico da Cidade e do Concelho*, (s.l.), Região de Turismo do Algarve, 1989, p.45.

¹³⁵ Cfr. P. António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, Lisboa, Off. De Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712, pp.4-5.

¹³⁶ Idem, pp.4-5.

¹³⁷ Vide Frei Vicente SALGADO, *Memorias Ecclesiásticas do Reino do Algarve...*, Lisboa, Regia Officina Typ., 1786.

*ocidental do reino do Algarve. Construída de fortes muros e baluartes, segundo os tempos obrigavam. Uma ribeira lava as casas de seu arrabalde e por isso suas estreitas margens não são estéreis à cultura.*¹³⁸

J. D. Garcia Domingues (1910-1989)¹³⁹ defende a opinião de que as ruínas e vestígios encontrados no sítio da Rocha Branca testemunham um pequeno entreposto comercial onde fenícios e gregos viriam para o negócio com a cidade de Silves. Silves manteve-se situada desde sempre no local em volta do castelo, que como castro, serviria para a defesa da população.

Para este autor o terramoto de 1755 fez-se sentir fortemente na cidade, visto que uma grande parte das casas ficou arruinada. Sofreram fortes destruições o Castelo, a Sé e a Casa da Câmara. O terramoto constitui um dos mais terríveis golpes para acelerar a decadência de Silves, que depois de 1755 ficou reduzida a uma verdadeira aldeia abandonada.¹⁴⁰

Estudos recentes descrevem a evolução da cidade do séc. XIX ao séc. XX.¹⁴¹ A morfologia e a estrutura urbana do centro histórico de Silves, com as suas características marcadamente medievais são testemunhos de um passado histórico arquitectónico e urbanístico de grande valor. A malha urbana foi-se estruturando a partir de dois eixos perpendiculares em cujo centro se encontra a Sé, através de pequenos arruamentos organicamente interligados, ladeados por edifícios de pequeno porte e por muros de suporte.

A cidade através de vicissitudes chegou até aos finais do séc. XIX lutando pela sobrevivência, conservando costumes e tradições, apoiando-se nas velhas famílias, vivendo principalmente da agricultura, com a vantagem do rio, na fertilização e irrigação das terras, da pesca para consumo local e do pequeno comércio fluvial.¹⁴²

É certo que em 1820 o renascimento do comércio corticeiro, nomeadamente da cortiça alentejana veio incrementar uma corrente de exportação. Operários vindos da Catalunha trouxeram algumas inovações na arte de transformação da cortiça. Com a

¹³⁸ *Idem*, pp.9 e 303.

¹³⁹ Cfr. J.D. Garcia DOMINGUES, *Silves: guia turístico da cidade e do concelho*, (s.l.), Região de Turismo do Algarve, 1989. p.22.

¹⁴⁰ Cfr. J.D. Garcia DOMINGUES, *Silves: guia turístico da cidade e do concelho*, (s.l.), Região de Turismo do Algarve, 1989, p.49

¹⁴¹ Vide Maria das Dores Jorge de GOES, “Silves em Meados do séc. XX”, in *8º Congresso do Algarve*, Vilamoura, Estúdios Gráficos, 1995; CUSTÓDIO, Ana Paula; RAMOS, Fátima; VALENTE, Teresa, “Plano de Salvaguarda do centro histórico de Silves”, Silves, CMS, in *8º Congresso do Algarve*, Vilamoura, Estúdios Gráficos, 1995; AAVV, “A Antiga Toponímia de Silves : a zona histórica da cidade – co-relação com os actuais topónimos” in *7º Congresso do Algarve*, Vila Moura, Florida Gráfica, 1995; Maria das Dores GOES, “A Evolução de Silves a Partir de Meados do Séc. XX”, in *9º Congresso do Algarve*, Vilamoura, Estúdios Gráficos, 1997.

¹⁴² Cfr. Maria das Dores GOES, “Silves em Meados do séc. XX”, in *8º Congresso do Algarve*, Vilamoura, Estúdios Gráficos, 1995, p.108.

indústria da cortiça Silves ganha uma nova cidade, e um crescimento populacional. Tornou-se uma cidade próspera com a indústria, sem prejuízo do seu ar antigo, ecoado pelo Castelo em ruína, a Sé muito danificada, ruas estreitas íngremes e tortuosas. Esta fase de progresso vai-se prolongar até meados do séc. XX.¹⁴³

Em 1956 Silves vivia ainda um período grave entre a crise da indústria corticeira que fizera a sua riqueza e o “boom” dos citrinos, que se daria após a entrada em actividade da Barragem, então em construção. O concelho de Silves a quem foram deixados apenas dois palmos de costa viria a tirar do turismo escassos lucros.

As sequelas da grande crise corticeira afectaram toda a estrutura social, económica, urbana, e a psicológica. A cidade viu-se de repente apeada da posição que sempre mantivera entre as cidades algarvias, ultrapassada por outras. Manifestou-se um progresso lento na construção e urbanização dos espaços públicos.

Silves foi mantendo ao longo dos anos a mesma fisionomia com muito ligeiras alterações, lentamente foi-se alargando. Alargou-se de forma tentacular, lançou braços em todas as direcções, sem um plano, um critério, tornando-se cada vez mais assimétrica, menos funcional.¹⁴⁴

*Actualmente o seu valor patrimonial tem como principal inimigo o estado de degradação, descaracterização que tem vindo a verificar-se neste espaço.(...) proliferação de edifícios em mau estado de conservação, de ruínas resultantes quer do abandono das construções, quer da incapacidade desinteresse por parte dos seus ocupantes proprietários em os recuperar (...).*¹⁴⁵

As acções de salvaguarda pressupõem a reabilitação física do parque habitacional degradado e do património edificado, a reabilitação do tecido urbano, social, cultural e económico de modo a garantir uma requalificação global das zonas históricas, favorecendo a fixação das populações.

3.1.2. Iconografia

Quanto à Iconografia relativa à cidade de Silves, esta não é diversificada, embora permita extrair algumas informações relativas a alterações da sua estrutura urbana, de

¹⁴³ Idem, p.109.

¹⁴⁴ Cfr. Maria das Dores GOES, “A Evolução de Silves a Partir de Meados do Séc. XX”, in *9º Congresso do Algarve*, Vilamoura, Estúdios Gráficos, 1997, p.117.

¹⁴⁵ Vide CUSTÓDIO, Ana Paula; RAMOS, Fátima; VALENTE, Teresa, “Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Silves”, Silves, CMS, p.123 in *8º Congresso do Algarve*, Vilamoura, Estúdios Gráficos, 1995.

determinados edifícios e sobre o estado de conservação dos dispositivos defensivos. As imagens mais antigas são três gravuras publicadas entre 1825 e 1844. A primeira é uma litografia possivelmente do autor inglês J. Hill, datada de 1825. Ali se observa Silves a partir do lado Sul, destacando-se as muralhas da Medina e da Alcáçova, assim como a Sé. A revista “O Panorama”¹⁴⁶, datada de 1842, publicou vista da cidade idealizada, conferindo relevo às muralhas e à Sé. Em 1844, João Baptista Silva Lopes (1819-1896) deu a conhecer nova representação da cidade¹⁴⁷, que atribuiu ao séc. XVI, mas contendo distorções.

Entre finais do século passado e meados da presente centúria foram impressos postais com vistas de Silves. Aqueles documentos completam-se com os publicados, em 1911 e 1934, por Pedro Mascarenhas Júdice (1875-1944)¹⁴⁸ e com as fotografias efectuadas antes das obras de restauro da DGEMN, que constam do Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais¹⁴⁹, onde se descrevem os trabalhos e dão a conhecer levantamentos desenhados daquela edificação.

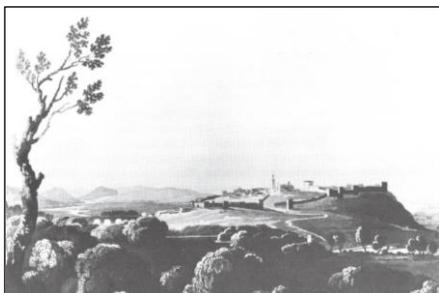


Fig.4 – Gravura inglesa com vista da cidade de Silves, datada de 1825
in Rosa Varela GOMES, *Silves (Xelb), uma Cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*, Nº 23, Trabalhos de Arqueologia, Lisboa, IPPAR, 2002, p.24

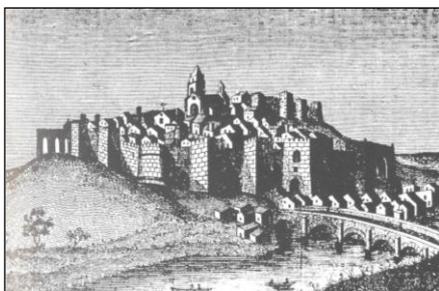


Fig.5 – Vista de Silves, publicada na revista “O Panorama”, de 1842
in Rosa Varela GOMES, *Silves (Xelb), uma Cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*, Nº 23, Trabalhos de Arqueologia, Lisboa, IPPAR, 2002, p.25

¹⁴⁶ Cfr. Alexandre HERCULANO (dir.), “O Panorama”, Lisboa, Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, VI, 1842.

¹⁴⁷ Vide João Baptista da Silva LOPES, *Relação da Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados que Partirão do Escalda para a Terra Santa no Anno de 1189*(Escrita em Latim por Hum dos mesmos Cruzados), Traduzida e anotada pelo autor, Lisboa, Ty. Da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1844, p.108.

¹⁴⁸ Vide Pedro JÚDICE, *Atravez de Silves: sé, castello, cruz de Portugal e pelourinho*, Silves, Typographia do Silvense, 1911; *A Sé e o Castelo de Silves*, Gaia, Edições Pátria, 1934.

¹⁴⁹ Vide *Sé Cathedral de Silves: boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 80, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1955.

Fig.6 – Vista de Silves, publicada por João Baptista da Silva Lopes, em 1844
in *Relação da Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados (...)*, Lisboa, Typographia da
Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1844, p.280

3.1.3. Fontes Cartográficas

A partir da análise comparativa de diversas fontes cartográficas, é possível caracterizar a evolução urbana de Silves, na época medieval, nos sécs. XIX e XX: planta conjectural da cidade de Silves na época medieval (Fig.7)¹⁵⁰; planta de 1882 (Fig. 10)¹⁵¹; planta topográfica da zona de protecção de 1940 (Fig. 8)¹⁵²; ortofotomapa de 2002 (Fig. 12)¹⁵³ e carta militar (Fig.11)¹⁵⁴.

Silves tem 7 ha de área urbana e é cercada por muralhas, que constituem um complexo sistema defensivo que envolve a cidade. Os levantamentos cartográficos permitem ler a trama urbana do sítio medieval, organizado segundo eixos praticamente perpendiculares, definindo quarteirões de dimensões variáveis, separados por pequenas vias de circulação. Observa-se o sistema de ruas e zonas habitacionais como a judiaria e a mouraria.



Através da análise da planta da cidade medieval (Fig.7), verificamos que existiu um sistema viário hierarquizado onde as principais artérias se manifestam não pelo seu traçado rectilíneo, ou pela sua largura, mas pela função que exercem como elos de ligação entre os principais pontos da cidade: as portas, a Sé, o mercado e o rio. Notamos um emaranhado, por vezes difícil de destrinçar, entre os espaços públicos e privados.

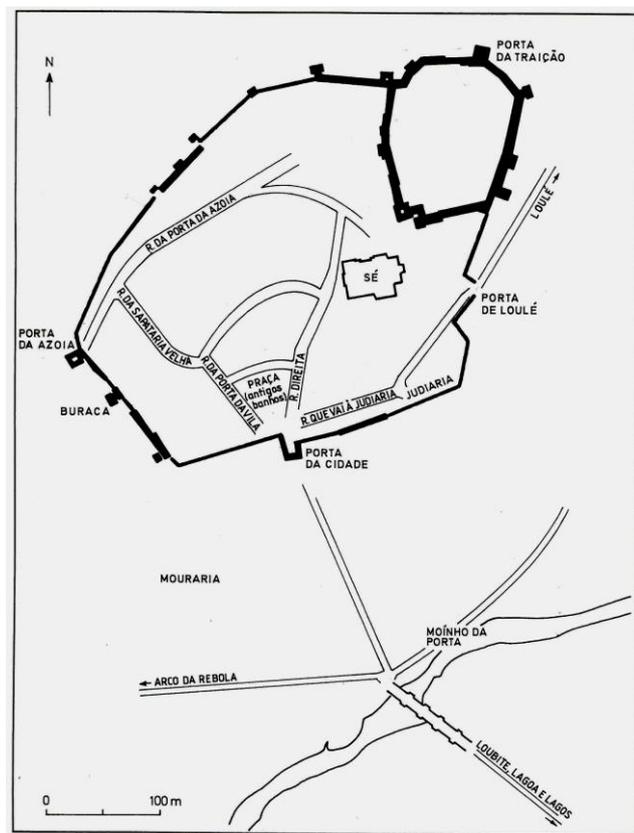
¹⁵⁰ Vide A.H. de Oliveira MARQUES, org., *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas: (séculos XII a XV)*, Lisboa, (s.e.),1990.

¹⁵¹ Vide Arquivo Municipal de Silves.

¹⁵² Vide *Sé Catedral de Silves: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 80, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1955.

¹⁵³ Levantamento de 2002 SIG CMS.

¹⁵⁴ Levantamento SIG CMS.



atravessavam diariamente a muralha para cultivar os campos do arrabalde. Na beira-rio acumulava-se uma profusão de pescadores, artesãos e comerciantes, formando a cidade baixa.

Na época medieval a cidade era constituída por dois pólos geradores que se unificavam numa só área urbana, apesar de autónomos: a alcáçova e a medina. A alcáçova localizava-se dentro do casco urbano, nas proximidades da cerca e em local estrategicamente defensável. Implantada no sítio elevado de uma anterior acrópole romana, aproveitava os sistemas já existentes de condução e armazenamento de água, que pudessem alimentar as suas termas e banhos. A medina, ou cidade envolvente, além de ser o local de trabalho dos comerciantes e artesãos, servia também de abrigo aos camponeses, que

Fig. 7 – Planta da cidade de Silves na época medieval
in A.H. de Oliveira MARQUES (Org.), Iria GONÇALVES, Amélia Aguiar de ANDRADE, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas: (séculos XII a XV)*, Lisboa, (s.e.),1990, p.5

Em meio urbano, a Sé constituía o mais importante edifício, envolvido pela estrutura defensiva do castelo e muralha, localizada no centro da cidade, em torno do qual cresceria depois o burgo de casas frágeis e pequenas. A Sé estava ligada à estrutura defensiva do castelo que assegurava a sua efectiva protecção, constituía um dos elementos de maior importância no ordenamento da cidade. Nessa época havia uma preocupação de organização do espaço, que não sendo ainda totalmente regular, se aproxima do modelo das *bastides*, inspiradas no urbanismo romano, com os seus eixos dominantes bem marcados.

O núcleo urbano medieval evoluiu em torno da Sé e dentro da muralha (Fig.7). Na época medieval, o principal acesso à cidade fazia-se pela Porta da Cidade, que permitia a ligação entre o rio Arade e o templo. As restantes portas delimitavam o núcleo central da cidade.

O castelo, e na sua dianteira a Sé, dominavam a paisagem urbana medieval. Para essa zona, no topo da elevação, convergiam duas das artérias da cidade que ligavam o exterior ao coração da urbe: a Rua Direita e a Rua da Porta da Azóia. A primeira e a mais importante estabelecia o contacto com o Litoral. Era a rua do comércio, onde alguns judeus desenvolviam o seu negócio; e a rua onde se localizava a Casa das Sisas, a Casa do Sal, a Alfândega, e na extremidade Norte, a Casa das Fangas e os Açougues; era a rua onde o rei detinha o grosso do seu património imobiliário.¹⁵⁵ Se a Rua Direita ligava a cidade desde a extremidade Norte à Porta da Vila¹⁵⁶, e esta estabelecia o contacto com os caminhos do arrabalde; outra rua, a da Porta da Azóia, ligava através do acesso que lhe dá o nome, toda a importante zona agrária a Oeste, desde as terras dos Reguengos do Ninho e de Arja e Boina às que se encontravam para cá da Ribeira de Odelouca, bem como a importante reserva de matérias-primas que representava a floresta, situada a Noroeste.¹⁵⁷ Numa rua perpendicular a esta e que parece nascer na Buraca e confinar na mesma porta, a chamada Rua da Sapataria Velha, era o local onde se localizavam os três fornos da cidade, para onde convergiam os cereais. A Rua da Porta da Vila estabelecia a ligação entre o referido acesso e a Buraca. A rua que ia para a judiaria, a Este da cidade, ligava a Porta da Vila à Porta de Loulé.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Fátima BOTÃO, *op.cit.*, p.26.

¹⁵⁶ Pela qual ingressavam as mercadorias e os mercadores que vinham do Sul.

¹⁵⁷ Cfr. Fátima BOTÃO, *op.cit.*, p.27. Vide *Livro do Almoarifado de Silves (séc. XV)*, Silves, CMS, 1984. A fonte dá a conhecer toda a propriedade régia, particular e eclesiástica.

¹⁵⁸ Cfr. Fátima BOTÃO, *op.cit.*, pp.26-27.

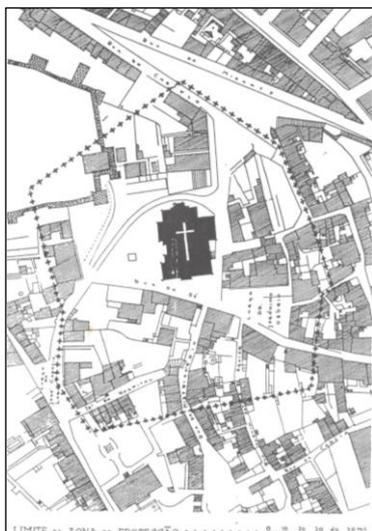


Fig.8-Planta topográfica da cidade de Silves com indicação da zona de protecção (1940) in *Boletim da DGEMN*, nº 80, Lisboa, Ministério das Obras públicas, 1955



Fig.9 – Planta da cidade de Silves (2002) in SIG, Câmara Municipal de Silves, 2002

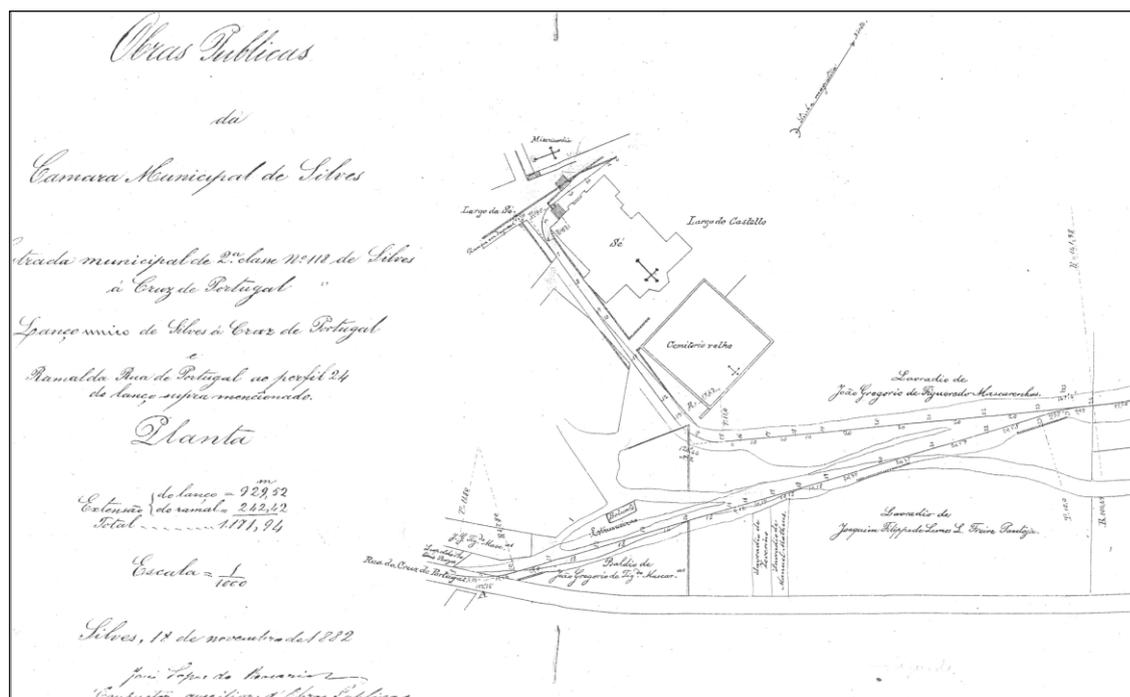
Verificamos que Silves evoluiu ao longo dos tempos, mantendo a estrutura das principais vias medievais, embora progressivamente se tenha expandido para fora da muralha. Observando a planta do Arquivo Municipal de Silves, datada de 1882 (Fig.10), verificamos que no século XIX, o antigo cemitério da cidade, localizava-se a Nascente da Sé, junto à cabeceira do edifício. Toda a área envolvente ao monumento não possuía construções. Posteriormente, é construído o novo cemitério, junto à Cruz de Portugal, passando o novo acesso à cidade a fazer-se pela Porta de Loulé.

No séc. XX, assistimos à construção progressiva do casario a Sul e a Nascente da Sé. Por volta de 1940, realizaram-se alterações no terreno situado a Poente da igreja, relacionadas com a demolição do átrio junto ao portal principal. Próximo da fachada Norte foram efectuadas terraplanagens que ocasionaram a destruição da zona florestal.¹⁵⁹

Actualmente, a envolvente do edifício tem sofrido progressivas alterações, fundamentalmente no terreno situado a Norte da Sé, onde prosseguem escavações arqueológicas coordenadas pela Universidade do Algarve.

Comparando os elementos cartográficos da época medieval (Fig.7), de 1940 (Fig.8) e de 2002 (Fig.9), verificamos que a evolução urbana de Silves, desde a época medieval aos nossos dias, é marcada pela permanência do traçado medieval, caracterizado por dois núcleos fundamentais: a antiga Rua da Porta da Azóia e a Rua da Porta de Loulé, que

¹⁵⁹ Vide ANEXO 8, *Cronologia das Obras de Restauro da DGEMN- Processo Fotográfico*.



delimitam a cidade respectivamente a Norte e a Sul. Estas principais vias permanecem no traçado do séc. XX (1940) (Fig.8). Na planta datada de 2002 (Fig.9), verificamos que a Rua da Porta da Azóia demarca o limite actual de evolução da cidade a Norte. A permanência da muralha impediu a evolução da estrutura urbana nesse sentido. Outra via fundamental perceptível no traçado de 1940 e no actual, manifestando a permanência do traçado medieval, é a Rua da Sé (antiga Rua Direita) (Figs.8 e 9).¹⁶⁰

Fig.10 – Planta de Silves (1882) – Estrada Municipal de Silves à Cruz de Portugal in Arquivo da Câmara Municipal de Silves, 1882

A partir da análise da carta militar (Fig.11) (in SIG CMS) é possível observar as principais características geográficas da cidade, marcada pelo acentuado declive. A principal artéria urbana estrutura-se em torno da zona plana, junto ao leito do rio Arade. A cidade

¹⁶⁰ As principais vias medievais persistem na actualidade (Fig.3), embora, com alguns nomes diferentes: Rua da Porta da Azóia (não sofreu alteração), Rua da Arrochela (antiga Rua da Sapataria Velha), Rua da Cadeia (antiga Rua da Porta da Vila que desembocava na antiga Porta da Cidade), Praça do antigos banhos (permanece na Rua da Cadeia), Rua da Misericórdia (não sofreu alteração), Rua da Sé (antiga Rua Direita), Rua das Portas de Loulé (onde se situava a antiga Porta de Loulé), Rua Gregório Nunes Mascarenhas (onde se situava a antiga Porta da Azóia) e que corresponde actualmente ao limite Poente da muralha, Rua do Moinho da Porta (corresponde ao antigo acesso à Porta da Cidade em direcção à ponte do rio Arade), a Nascente situava-se a Porta da Traição. A judiaria situava-se, na Idade Média, dentro das muralhas, junto à Rua das Portas de Loulé e a mouraria na zona mais pobre, no exterior da muralha a Poente da Porta da Cidade.

evoluiu para Sul e Poente, no sentido descendente, condicionada pela estreita relação com o rio. A zona Sul foi ocupada essencialmente por habitações e a zona Poente constitui a actual zona industrial. O local onde actualmente se localizam as habitações corresponde à área privilegiada da cidade, protegida das intempéries (Fig.12).

Concluimos, que a história de Silves prova a força da continuidade das estruturas ao longo dos séculos, que conjunturas políticas e militares não conseguiram abalar, de forma definitiva. O espaço é testemunho disso, sobretudo o urbano, onde o traçado viário e os edifícios confirmam o seu passado muçulmano. A sua fisionomia é a de uma cidade criada e preparada para a guerra, dispendo de infra-estruturas militares. No entanto, progressivamente Silves se afasta dos interesses que, outrora, lhe haviam dado força e vigor. Com o passar do tempo é imposta uma nova ordem, houve a transferência de grande parte das actividades económicas para o Litoral e respectiva população activa, condicionando a expansão urbana.

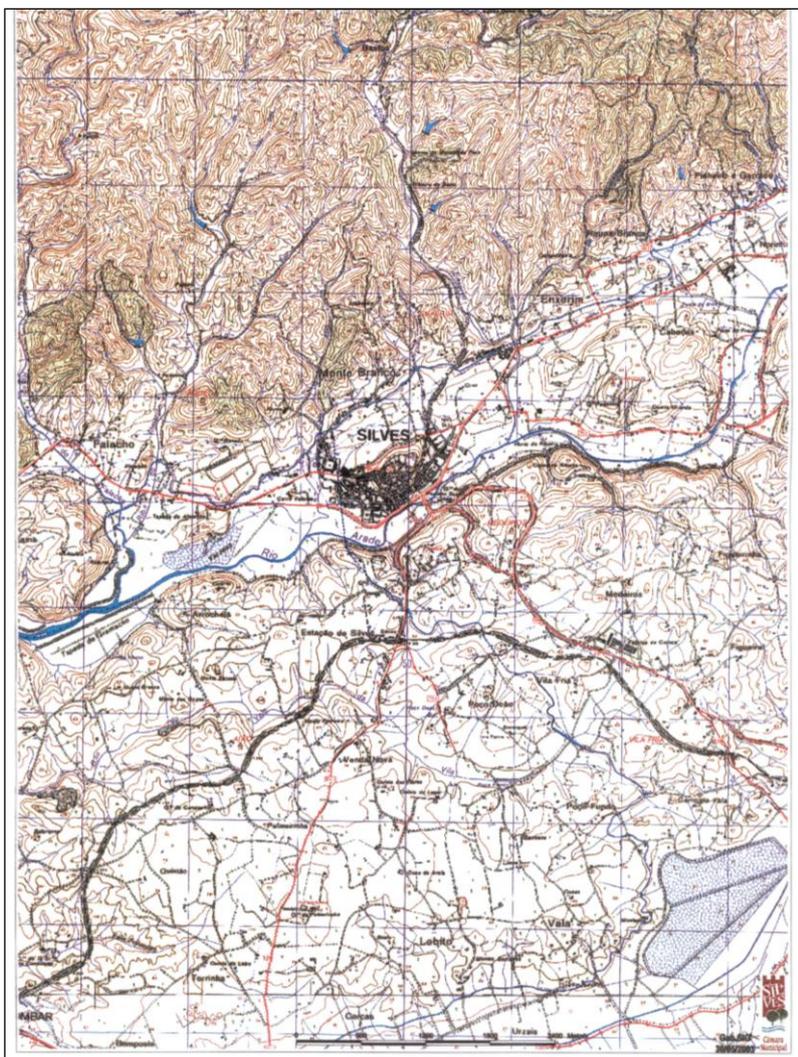


Fig.11 – Carta Militar *in* SIG,
Câmara Municipal de Silves, 2003



Fig.12 Ortofotomapa (2002),
in SIG, Câmara Municipal de
Silves, 2003

3.2.Caracterização Arquitectónica

3.2.1.Descrição Arquitectónica: Planta e Alçados

3.2.1.1.Programa Arquitectónico

As obras da Sé de Silves avançaram com imensos problemas, quer financeiros, quer estruturais, agravados pela ocorrência de diversos tremores de terra. Olhando para a estrutura do edifício, maioritariamente construído em “grés de Silves”, percebe-se que o desenho da cabeceira é de data recuada.

A planta da catedral de Silves, extraordinariamente compacta na cabeceira e no transepto, torna-se mais frágil e mais leve nas três naves e também nelas podemos ver como a construção do monumento sofreu várias alterações no decorrer das obras. É caracterizada pela simplicidade, a sua escala modesta, afasta-se das grandes proporções das catedrais europeias. A planta de eixo longitudinal bem acentuado apresenta forte unidade. O curto transepto pouco excede a largura da fachada. No interior ainda encontramos ecos do românico nos tramos quase quadrados e na planta. Mas as grandes janelas da cabeceira e a leveza das formas adelgadas criam um inconfundível efeito gótico. Gótico é também o verticalismo do espaço interior. Isto não depende tanto das proporções reais da nave como da permanente acentuação das linhas verticais e da arrojada facilidade com que se alcançou o efeito de altura.

Analisando a sua planimetria (Fig. 13) identificamos uma igreja em planta de cruz latina, com corpo longitudinal de três naves, de 4 tramos. Cabeceira tripartida orientada a Nascente, com três capelas escalonadas, que compreende uma capela-mor poligonal com dois tramos, ladeada por duas capelas colaterais de planta rectangular com dois tramos.

Transepto saliente dividido em dois tramos, sendo os dois braços pouco desenvolvidos e cruzeiro rectangular. O braço Norte do transepto possui no seu muro Ocidental escadas helicoidais que dão acesso aos telhados. Fachada orientada a Poente, ladeada por duas torres, que possuem na sua base, respectivamente, duas capelas de traçado rectangular. Um portal, localizado no alçado Sul, abre para a nave colateral Sul. Sacristia adossada ao braço Sul do transepto. Esta organização planimétrica, extraordinariamente simples, reflectiu-se também a nível do programa construtivo, ou seja, dos alçados e dos elementos de suporte.

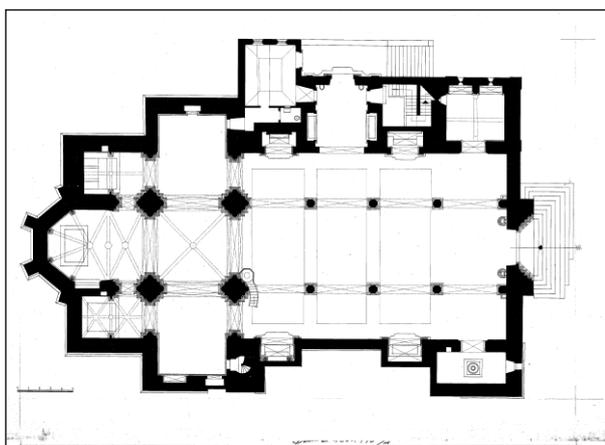


Fig. 13 – Planta da Sé de Silves após intervenção de restauro da DGEMN (1931-1955), in *Boletim da DGEMN*, nº 80, 1955

A Sé de Silves acusa as modificações introduzidas no projecto inicial. A planta e os alçados permitem-nos observar nesta igreja pouco homogénea os diversos períodos de edificação. Um percurso atento pelo edifício revela-nos que a cabeceira foi remodelada e a sua cobertura abobadada pelas armas nacionais que ostenta, pelos seus elementos arquitectónicos e pelo arco acairelado da capela-mor, que mostra influências da obra de Huguet (ca.13-?)¹⁶¹. A obra, de facto, não foi projectada de um jacto, e muito menos rapidamente construída. Ficou pelo transepto, por falta de interesse ou por falta de meios, pensando-se que deve ter sido projectada com desusada grandeza e que o seu mestre pensava dotar o corpo de um abobadamento, à maneira da Batalha. Se assim não fosse não se justificava a edificação de tão fortes e complexos pilares no transepto.¹⁶²

O interior da igreja oferece-nos, um formulário rigoroso, simples e despojado. Acima da antiga porta de entrada, portal situado a Poente¹⁶³, existiu um coro alto, localizado no primeiro tramo da nave (Figs. 14 e 15). Se, por um lado, marcava a entrada da Sé, a nível

¹⁶¹ Cfr. Mário Tavares CHICÓ, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, (s.l.), (s.n.), 1954, p.181.

¹⁶² Cfr. Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p.175.

¹⁶³ A porta de entrada situa-se actualmente no alçado Sul.

interior criava uma zona intermédia com alguma importância litúrgica. A destruição desse elemento documentada aquando da campanha de obras da DGEMN (1943) logra um espaço de maior continuidade, já que a dimensão modesta da Sé não permite mudanças acentuadas de escala sem perder alguma coerência. Por outro lado, esta intervenção acentua a verticalidade do espaço, o eixo longitudinal característico do gótico. O coro apeado fez desaparecer do interior da igreja toda e qualquer reminiscência de contributos posteriores, consequência da alteração do gosto e das próprias modificações litúrgicas que marcaram, na época moderna, a composição orgânica do edifício.



Fig. 14- Antigo coro situado na entrada principal (Poente) *In Boletim da DGEMN*, n° 80, 1955



Fig. 15- Interior da igreja pormenor da entrada principal sem coro

A partir da entrada da Sé podemos verificar que o percurso visual se queda, da verticalidade da nave central para a cabeceira com as suas aberturas a Nascente, numa diagonal de sentido descendente (Fig. 16). Esse percurso visual é acelerado a partir do cruzeiro, pela impossibilidade de cruzamentos transversais, uma vez que os pilares do cruzeiro dificultam, a um observador em posição central, a visão do transepto, portanto, o espaço é comprimido: a um ritmo regular nas naves sucede-se o fechamento do cruzeiro e logo depois de um tramo de abóbada cruzada curta que marca a entrada dos absidíolos a partir da capela-mor.



Fig. 16-Pormenor da nave central e cabeceira

Assim, podemos dizer que o cruzeiro é a zona de pausa em contraste com a zona de percurso ritmado das naves, iluminado transversalmente pelo topo Sul do transepto com a presença de uma janela geminada vertical de moldura em arco quebrado e arquivoltas, refeita pela DGEMN (1947) (Figs.17 a 19)¹⁶⁴. O transepto é pouco desenvolvido e assimétrico a nível das aberturas; o topo Norte do transepto tem uma pequena fresta vertical, aberta aquando das obras da DGEMN.



Fig. 17 – Pormenor da decoração da janela do topo Sul do transepto



Fig. 18 – Pormenor da janela do topo Sul do transepto



Fig.19- Pormenor da janela do topo Norte do transepto

O espaço interior é marcado pela claridade das frestas e pelos vitrais policromados. A iluminação é garantida pela janela da nave colateral Sul, e pelo pequeno óculo localizado na parte superior do portal Sul (Fig. 20); pelas frestas dos dois topos do transepto, Norte e Sul; pelas frestas da capela-mor e absidiolos; pelas pequenas frestas situadas na capela dos Regos (Fig. 21) e pelo óculo situado na frontaria do edifício.



¹⁶⁴ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Memória descritiva de 31-06-47.



Fig. 20 – Pormenor da iluminação a partir do óculo do portal Sul

Fig.21 – Pormenor da iluminação da Capela dos Regos

Na realidade as janelas actuam sobretudo como enormes filtros difusores variegados que modificam a qualidade da luz diurna, dotando-a dos valores poéticos e simbólicos tão altamente louvados pelo abade Suger. A lógica interna do sistema afirma-se com vigor na configuração das abóbadas, e na superfície ocupada pelas janelas.

Logo numa primeira análise, verifica-se que a sobriedade que qualifica a igreja é acentuada pelas reduzidas dimensões das naves, e pelo seu sistema de cobertura em madeira (Fig. 22). Por outro lado, as dimensões do transepto e cabeceira, não se coadunam com a proporção das naves, resultando, assim, numa certa desproporção, resultado, provavelmente de um projecto inicial inconcluso como temos vindo a referir.

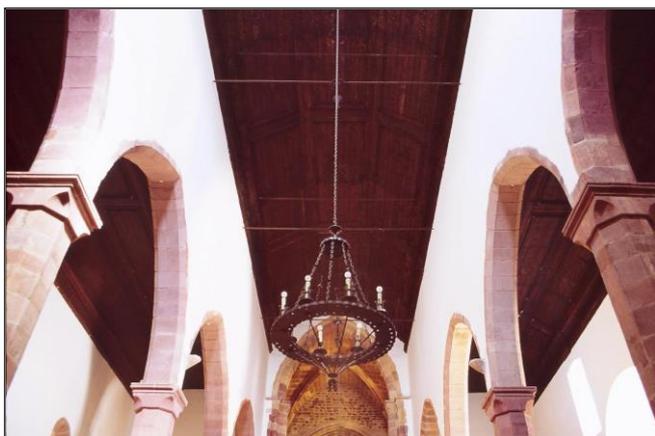


Fig. 22- Sistema de cobertura das naves em madeira

3.2.1.2. Leitura e Organização Interna

Na cabeceira franjas trilobadas ornaram o arco triunfal da capela-mor, como na igreja da Batalha¹⁶⁵. Totalmente revestida pelo “grés de Silves” a cabeceira compõe-se de dois absidíolos quase tão extensos como a abside. Em todos se abrem frestas, embora menores as dos absidíolos, são geminadas como as da abside. A cabeceira, orientada a Nascente, é constituída por três capelas escalonadas intercomunicantes: capela-mor mais profunda e elevada que as colaterais, possui dois tramos rectos e topo poligonal de três panos; dois absidíolos de planta rectangular de dois tramos. A capela-mor possui três frestas ogivais de dois lumes rasgadas a toda altura com vitrais policromados, arquivoltas em arco quebrado,

¹⁶⁵ Cfr. Paulo PEREIRA, dir., *História da Arte em Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p.416.

assentes em colunelos, capitéis com motivos vegetalistas; os absidíolos possuem frestas duplas com arcos quebrados, foram desentaipadas após intervenção da DGMEN. As capelas da cabeceira comunicam entre si através da abertura de vãos em arco quebrado assentes sobre capitéis com motivos vegetalistas (Fig. 23).

A impressão que esta igreja causa é na verdade surpreendente quando a vista se fixa na capela-mor e no cruzeiro, devido à cor avermelhada das abóbadas e dos alçados (interiores) e ao forte contraste que existe entre a composição dos dois topos.¹⁶⁶ O acesso à capela-mor é efectuado por arco quebrado acairelado, assente sobre capitéis com figuração



historiada, tal como os que suportam o tramo central do cruzeiro e colunelos (Figs.24 a 25).



Fig. 23-Pormenor do arco quebrado de comunicação entre os absidíolos



Fig. 24 – Pormenor dos capiteis das colunas localizadas no acesso à capela-mor

Fig. 25 – Capiteis e arco acairelado de acesso à capela-mor

Friso com decoração geométrica corre ao longo das paredes da capela-mor. Outro friso corre na parede superior desta capela, ao nível do arranque da abóbada, prolongando-se pelas impostas do arco triunfal e seguindo o seu percurso pelas impostas dos arcos torais do cruzeiro e pela parede de cada um dos braços do transepto. Este elemento decorativo permite a obtenção de algum sentido rítmico e corta, com a acentuada verticalidade produzida pela

¹⁶⁶ Cfr. Mário Tavares CHICÓ, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, (s.l.), (s.n.), 1954, pp.181-182.

arcatura daqueles espaços. A capela-mor possui, do lado esquerdo, arcosólio aberto por arco de volta-perfeita com túmulo em calcário¹⁶⁷.

As capelas da cabeceira são cobertas por abóbadas: capela-mor possui abóbada em cruzaria de ogivas (Fig.26) formando um tramo, outro em abóbada de cinco panos muito cavados e cadeia longitudinal¹⁶⁸. O absídiolo Norte apresenta cobertura mais perfeita em abóbada de cruzaria de ogivas, com dois tramos de ogivas cruzadas com cadeia longitudinal ornada por três bocetes (o nacional, um vegetalista e outro com emblema heráldico), arcos torais que descarregam o impulso sobre mísulas. As mísulas são em cone invertido na capela-mor e decoradas com figuras de animais no absidíolo Norte. As mísulas-capitéis, que obedecem a uma função estrutural distinta, foram frequentemente utilizadas nas construções e testemunham um exercício figurativo bastante elaborado, suavizando, ao mesmo tempo, a sóbria verticalidade dos elementos construtivos. Porém, é preciso ressaltar que a maior parte das mísulas da cabeceira foram recuperadas pelo restauro da DGEMN desconhecendo-se, ao certo, se correspondem às elaboradas pelos escultores da igreja primitiva.



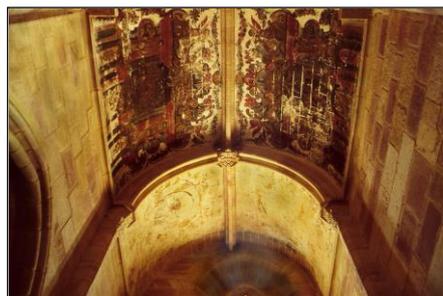
Fig. 26 – Abóbada da capela-mor em cruzaria de ogivas

O absídiolo Norte é provavelmente anterior ao absídiolo Sul que apresenta características diferentes, sendo constituído por uma cobertura em abóbada de berço quebrado (Fig. 27) com arco toral de dois toros e cadeia de um só toro, com elementos pictóricos inscritos e friso saliente ao nível do arranque da abóbada. As abóbadas possuem nas pedras de fecho as armas reais¹⁶⁹. Os pilares e ábacos têm forma poligonal e os capitéis são totalmente desornamentados. As três capelas abrem para o transepto por arcos quebrados

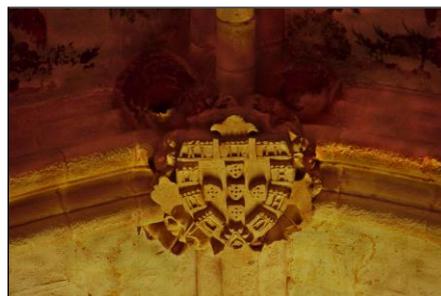
¹⁶⁷ Túmulo de bispo desconhecido.

¹⁶⁸ “a abóbada é curiosamente, do tipo do da capela do calvário de Moncarapacho ou da capela de S. Domingos na Sé de Faro, isto é um tramo de cruzaria de ogivas, outro em abóbada de cinco panos muito cavados, embora a de Faro não possua cadeia longitudinal” in Manuel Francisco Castelo RAMOS, *Vãos Arquitectónicos do Tardo Gótico Algarvio*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1986, p.39.

¹⁶⁹ No cruzamento da cadeia e do arco toral surge uma chave que apresenta o escudo nacional, rodeado por quatro cabeças humanas, entre as quais dois negros.



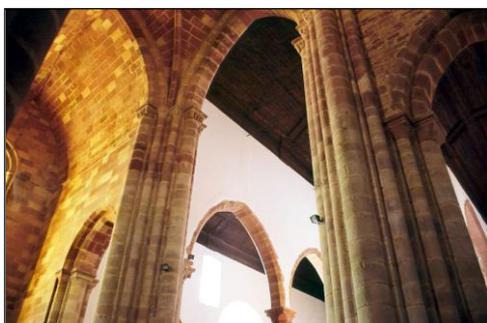
de múltiplas molduras e rebordados por delicado acairelado, no melhor estilo batalhino como



considerou Mário Tavares Chicó.¹⁷⁰

Fig. 27 – Abóbada de berço quebrado do absidiolo Norte

Fig. 28 – Pedra de fecho da abóbada do absidiolo Norte



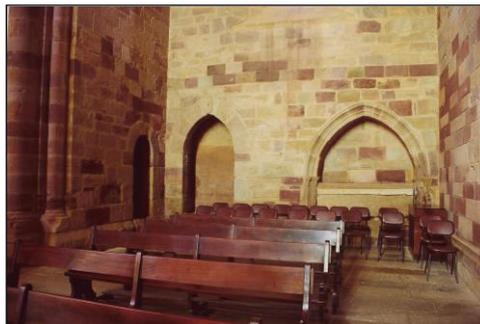
O transepto encontra-se perpendicular às naves e mais alto do que estas, assegurando a circulação destas para a capela-mor e absidiolos (Fig. 29). Possui braços salientes de traçado rectangular, pouco desenvolvidos. Como referimos anteriormente, no topo Norte do transepto abre-se uma estreita fresta, e no topo Sul uma grande janela dupla que ilumina abundantemente todo o espaço. A janela é mainelada com bandeira ornada de quadrifólios, arquivoltas em arco quebrado, capitéis com motivos vegetalistas e colunelos.

Fig. 29 – Pormenor da altura do transepto

¹⁷⁰ Cfr. Manuel Francisco Castelo RAMOS, *Vãos Arquitectónicos do Tardo Gótico Algarvio*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1986, p.38.

A fresta e a janela do transepto sofreram intervenção de restauro por parte da DGEMN. O braço Sul inteiramente revestido de pedra aparelhada e cortado a grande altura por friso, que corre ao longo das paredes e acusa o nascimento da abóbada, é extraordinariamente elegante; o braço oposto apenas forrado de silharia até um terço da altura, sendo daí para cima de alvenaria, a composição é diferente, mais simples, mais pobre.¹⁷¹ Esta escolha foi certamente propositada pois procurou conferir maior leveza estrutural à parte da edificação que tinha à sua ilharga uma cobertura mais frágil e delicada.

No topo Sul do transepto, por baixo da fresta encontra-se um vão entaipado em arco de volta perfeita com arquivolta, constituía a porta acesso à antiga sacristia, demolida e reconstruída na época da intervenção de restauro da DGEMN (Fig. 30). Assimetricamente, o braço Norte possui dois



de



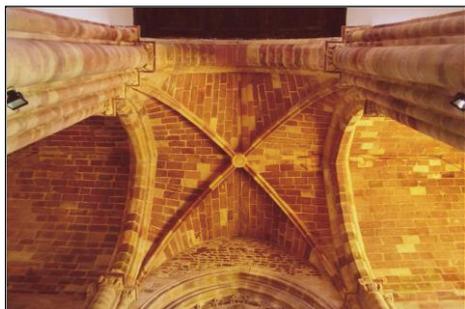
vãos em arco quebrado, um apresenta vestígios de uma porta e outro constitui arcosólio com túmulo em calcário (Fig. 31)¹⁷². No muro Ocidental do braço Norte do transepto podemos observar uma porta em arco de volta perfeita de acesso à torre cilíndrica que esconde uma escada helicoidal.

Fig. 30 – Vão entaipado com arco de volta perfeita localizado no topo Sul do transepto

Fig. 31 – Dois vãos entaipados em arco quebrado localizados no topo Norte do transepto

¹⁷¹ O aparelho em grés vermelho parece algo remendado e irregular principalmente no braço Norte do transepto e sobre o arco triunfal, sendo visíveis nos silhares das partes baixas, os mais antigos, muitas marcas de canteiro. Cfr. Mário Tavares CHICÓ, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, (s.l.), (s.n.), 1954, p.182.

¹⁷² Túmulo de bispo desconhecido.



O cruzeiro constitui espaço de base rectangular que liga a zona da cabeceira à nave



central, é abobadado em cruzaria de ogivas (Fig.32). Para o apoio da abóbada do cruzeiro foram utilizados pesados pilares, de secção quadrangular, aos quais foram adossadas colunelos nas quatro faces (Fig. 33), numa variação de uma tipologia de certa forma característica das construções cistercienses. Nas bases facetadas são visíveis motivos decorativos com formas geométricas. A maior parte dos capitéis foram, provavelmente, recuperados pelo restauro da DGEMN (1931-1935)¹⁷³ desconhecendo-se, ao certo, se a figuração que hoje as caracteriza, corresponde à elaborada primitivamente.

Fig. 32 – Abóbada em cruzaria de ogivas localizada no cruzeiro

Fig. 33- Pilares de secção quadrangular localizados no cruzeiro

Os dois topos do transepto possuem cobertura em abóbada de berço quebrado, no sentido transversal ao eixo da nave central, apoiada em arcos torais, o que permite a criação de uma estrutura robusta, equilibrada e bem proporcionada. As nervuras, acantonadas nos ângulos da parede, descarregam o peso da abóbada sobre as impostas dos colunelos que envolvem os maciços pilares do cruzeiro. A enorme fresta localizada no topo Sul do

¹⁷³ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular apresentada pelo empreiteiro Joaquim dos Santos Dias Júnior, aprovada pelo Arq. António de Couto Abreu a 8-5-34.



transepto, cuja gramática estilística repete a composição exterior, ilumina, abundantemente, o interior do edifício, consistindo na maior fonte de luz de todo o recinto. No braço oposto do transepto encontramos estreita fresta com decoração mais simples e despojada, sem sentido monumental.

O programa da Sé seria posteriormente modificado. A surpreendente beleza interior, exaltada pelas magníficas capelas da cabeceira, divide-se em três naves de quatro tramos, com coberturas de madeira (Fig. 34), mas que deve ter sido pensada para ser de pedra, dada a robustez e complexidade dos apoios erguidos no cruzeiro¹⁷⁴. A existência de uma cobertura em madeira tornava desnecessária a aplicação de elementos adicionais de suporte aos muros. Este sistema que restringe o abobadamento à cabeceira e transepto foi comum nas igrejas de médias dimensões, pois um conjunto de abóbadas sobre todas as partes construtivas só era possível nas sés ou nos mosteiros mais importantes, mesmo em épocas de maior desenvolvimento económico.¹⁷⁵ Assim, parece-nos plausível que, inicialmente, para a cobertura das naves tivesse existido um projecto que previa o seu abobadamento, projecto esse que nunca seria, de facto, concretizado.

Fig. 34 – Pormenor da cobertura em madeira das naves

No corpo da igreja a sobriedade é maior, num género simples e despojado. Corpo longitudinal, de traçado rectangular, de três naves, a nave central é mais alta e mais ampla

¹⁷⁴ Cfr. Mário Tavares CHICÓ, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, (s.l.), (s.n.), 1954, pp.181.

¹⁷⁵ Cfr. Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p.63.

que as naves colaterais, os quatro tramos das naves são marcados por oito pilares poligonais, com arcos de perfil quebrado que, suportam a cobertura em madeira. As três naves são separadas por simples arcos formeiros chanfrados, é possível verificar que os tramos são equidistantes, embora esta medida não coincida com a medida do cruzeiro, devido a obras posteriores.

Os pilares poligonais possuem capitel quadrangular. O espaço entre os arcos é preenchido com panos de parede da mesma espessura pintada de branco em contraste com a pedra vermelha da arcaria. O tecto das naves é constituído por caixotões em madeira, actualmente, pintados integralmente em tom escuro, mas originalmente policromados, são em curvatura poligonal de três faces, que se repete nas naves laterais com um pé direito mais reduzido. Como foi referido, o projecto inicial pode, ter previsto outro tipo de solução que não seria concluído.

Transição para o cruzeiro através de vão em arco quebrado cujo arranque se situa ao nível do fecho dos arcos das naves colaterais, descarregam em capitéis sem decoração, assentes em colonelos.

A nave principal é apenas iluminada por frestas muito estreitas. Das paredes das naves laterais abrem-se estreitas frestas: uma fresta na nave colateral Norte ¹⁷⁶ e na nave colateral Sul uma janela. Estas frestas foram intervencionadas pela DGEMN. Nos últimos tramo das naves, junto ao cruzeiro, do lado esquerdo, encontramos um púlpito em madeira.

Na nave Sul, do lado da Epístola, logo no primeiro tramo, abre-se a Capela de João do Rego ¹⁷⁷, instituída em 1486. O arco da entrada é suavemente quebrado. A planta da capela funerária é rectangular com abóbada muito simples de cruzaria de ogivas sobre mísulas em forma de cone invertido. Sob dois arcosólios abertos por dois arcos semelhantes ao da entrada, encontramos os túmulos de Gastão da Ilha e João do Rego encimados pelos respectivos brasões. Possui duas frestas em arco quebrado com vitrais policromados e pequena fresta entaipada aquando das obras de restauro da DGEMN. Por cima desta capela foi construída a Torre dos sinos, cujas escadas de acesso taparam a fresta a Nascente que daria a entrada de alguma luz ao espaço abobadado.

Ao longo das naves abrem-se quatro capelas laterais, do restauro setecentista, adicionando notas de talha barroca à composição (Figs. 35 e 36) ¹⁷⁸. As duas capelas na nave

¹⁷⁶ Localizamos na nave Norte fresta entaipada aquando das obras de restauro da DGEMN.

¹⁷⁷ Ou Capela Funda por se encontrar num plano inferior ao piso do corpo da igreja.

¹⁷⁸ A Sul Capela das Almas e Capela de S. Sebastião; a Norte Capela de Nossa Senhora da Piedade, e Capela do Calvário. Respectivamente, enquadraram-se metricamente na segunda e quarta arcadas perpendicularmente à nave.

colateral Sul possuem arco de volta perfeita, são decoradas com talha dourada e mármore, possuem altares barrocos.



– Capelas em talha barroca, nave colateral Sul

Fig. 35 – Capelas em talha barroca, nave colateral Norte

Fig. 36

Esta nave apresenta isomorfia em relação à nave lateral Norte, natural em construções simétricas, com excepção de abertura em arco de volta inteira, com abóbada de



berço, de acesso a um espaço



independente, situado pouco antes do transepto e

com comunicação para o exterior, designado corredor da “Porta do Sol” (Fig. 37)¹⁷⁹, onde se abre portal barroco encimado por pequeno óculo. Localizamos dois arcosólios (Figs. 38 à 40) em cada parede com arco de volta perfeita, assente em capitéis e pilares, com túmulos em calcário. Neste espaço localiza-se uma porta com escadaria de acesso à torre Sul, e à área onde existiu a antiga capela dos Gramachos (Fig. 41)¹⁸⁰ e outra porta de acesso à sacristia.



¹⁷⁹ Segundo João Vasco Reys no séc. XVI, o corredor da Porta do Sol ainda não existia, pois aí ficava o adro e a Porta do Sol ficava directamente ligada ao cruzeiro. Vide João Vasco REYS, *Vozes da Pedra*, Silves, CMS, 2002.

¹⁸⁰ Capela dos Gramaxos que se localizou onde está hoje o túmulo. Foi destruída quando se construiu o acesso e a escadaria da torre sineira. Era uma ampla capela, da qual os vestígios, que inclui uma rosácea ou florão, nervuras e mísulas, ainda são bem visíveis, no interior do acesso à torre.

Fig. 37 – Corredor da Porta do Sol, junto à nave colateral Sul

Fig. 38 – Arcosólio localizado no corredor da Porta do Sol

Fig. 39 – Arcosólio localizado no corredor da Porta do Sol

Fig. 40 – Acesso à torre Sul dos Gramachos



Fig. 41 – Abóbada da antiga capela

dos Gramachos

A nave colateral Norte possui no primeiro tramo baptistério com planta rectangular, abre em arco quebrado com grade de ferro, abóbada de cruzaria de ogivas com arcos torais, esta área foi intervencionada pela DGEMN. Em seguida temos duas capelas, uma caiada de branco, com arco de volta perfeita, retábulo em madeira e motivos decorativos barrocos em estuque, a outra é semelhante, embora seja decorada em talha dourada possui retábulo barroco e pinturas em madeira. Na parede da nave lateral Norte encontramos, no enfiamento da terceira arcada, uma pia de água benta (Fig. 42). Este elemento coincide exteriormente com a antiga “Porta da Serra” que é marcada pelo capitel (Fig. 43) colocado a descoberto pelas obras da DGEMN.



Fig. 42 – Pia de água benta,
nave colateral Norte

Fig. 43 – Alçado Norte, capitel colocado a
descoberto pela DGEMN

As obras da DGEMN colocaram a descoberto, as frestas entaipadas que se encontram por cima do arco do baptistério e por cima do arco da Capela dos Regos.

O pavimento em madeira das naves distingue-se do pavimento do transepto e cabeceira em lajes de pedra.

Duas torres localizam-se nos flancos da fachada Poente, onde o portal abre para as naves, encimado por óculo, importante fonte de luz, que unifica o espaço e onde aparece pequeno vão com porta.

Melhor ainda do que no interior das naves, podemos seguir a marcha da construção quando, de longe, avistamos a massa branca do corpo da catedral e observamos as naves da igreja, o transepto e a cabeceira, em que as paredes lisas dos absidíolos comprimem a capela-mor, coroada de merlões piramidais de inspiração muçulmana.

3.2.1.3. Leitura e Organização Exterior

A fachada está orientada a Poente. A parte superior da fachada foi remodelada tal como a torre do relógio, após o sismo de 1755. A estrutura primitiva do alçado principal deveria ter sido a corrente nas igrejas mendicantes trecentistas, isto é, três corpos dos quais o central mais elevado e terminado por empena ponteaguda.¹⁸¹ O alçado possui estrutura simétrica reforçada por dois gigantes coroados por pináculos piramidais borbotados, como se vê na Batalha (Fig. 44). A utilização daqueles elementos estruturais obedece a uma função de suporte, pois absorvem os impulsos dos arcos formeiros para o exterior, enquanto que, visualmente, nos indiciam para a organização interna do espaço religioso, definindo um corpo composto por três naves, sendo a central mais elevada que as laterais. Os contrafortes constituem elementos de primeira ordem na criação de uma fisionomia construtiva compacta que viria a ser complementada pelo número insignificante de aberturas.

¹⁸¹ Cfr. Manuel Francisco Castelo RAMOS, *Vãos Arquitectónicos do Tardo Gótico Algarvio*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1986, p.40



Fachada sem embasamento proeminente, possui cinco panos. O central é marcado pelo portal¹⁸² saliente aberto num maciço quadrangular, as suas cinco archivolts de perfil quebrado¹⁸³ assentam em colunelos com socos duplos e capitéis ricamente decorados (Fig. 45)¹⁸⁴. Sobre as archivolts uma cornija apoia-se em cachorrada de carrancas e animais fantásticos (Fig. 46) e corre um varandim com pequena fresta de arco de volta inteira, do lado direito, ao nível do antigo coro alto.



Fig. 44- Pormenor da Fachada Poente

¹⁸² O portal que Watson considerou uma redução do da abadia de Alcobaça e onde Mário Tavares Chicó vê influência de obras posteriores como S. Francisco de Santarém ou as do portal sul da Batalha. Cfr. Manuel Francisco Castelo RAMOS, *op.cit.*, p.40.

¹⁸³ Friso vegetalista e humano a decorar a última archivolta.

¹⁸⁴ Segundo Manuel Francisco Castelo Ramos os capitéis serão de meados do século. Apesar de deteriorados, apercebe-se que seriam lavrados em exuberante naturalismo, com figuras e cabecinhas humanas entre farta flora nas cestas.

Fig. 45 – Pormenor das arquivoltas e capiteis do portal Poente

Fig. 46 – Portal Poente, pormenor de cornija com cachorrada de carrancas e animais fantásticos

Como foi referido, do maciço pétreo nascem dois contrafortes adelgaçados adjacentes, no último andar sob pináculos ornados de cogulhos que sobem até ao remate do pano em volutas e enquadram o óculo de profunda moldura. Este pano central é também distinto na utilização de silharia de pedra vermelha da região em contraste com a parede rebocada dos panos laterais. Nos flancos as duas torres, a do lado Norte de dois registos não sobressai em altura na fachada (Fig. 47) possui apenas na sua base fresta em arco quebrado e um óculo na sua parte superior, enquanto a Sul com um pequeno óculo e com mais um registo onde é colocado o sino é rematada por um cupulim e domina o conjunto (Fig. 48). A torre Norte possui cunhais, excepto embasamento, revestidos em silharia de pedra vermelha. O acesso à Sé faz-se através de um lanço de escadas recto, construídas no período de intervenções da DGEMN, uma vez que a cota de soleira do edifício é superior à cota do exterior. É visível uma sineira que se pensa ser da época original.

Fig. 47- Pormenor da torre Norte

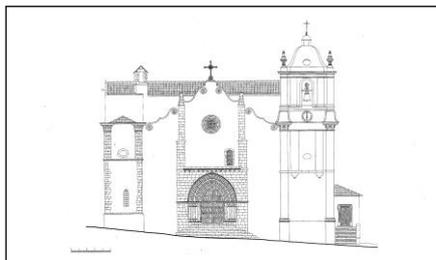


Fig. 48- Pormenor da torre Sul



O alçado Poente caracteriza-se assim pela singeleza plástica e pela ausência de um pronunciado sentido rítmico, verticalidade construtiva e despojamento arquitectónico e decorativo; um arcaísmo, cujos elementos construtivos apelam a uma permanência de algumas fórmulas que integram a gramática do românico. Sobreleva o modo como os pormenores foram integrados num conjunto maravilhosamente equilibrado e coerente. A harmonia, a ordem geométrica e a proporção torna-se aqui evidente. Esta disciplina formal também se encontra na escultura, mas atribuindo-lhe um papel definido com rigor pelo enquadramento arquitectural. Esta simplicidade e gosto de geometrização assumem-se em definitivo. (Fig. 49)

Fig. 49 – Alçado Poente, in *Boletim da DGEMN*, nº 80, 1955



O alçado Sul revela-nos uma relação mais íntima com as soluções determinadas por uma expressão barroca. É possível que esta área tenha sido nobilitada após o terramoto de 1755. Num primeiro momento na leitura do alçado em análise (Fig. 50), deparamos com o desfaseamento proporcional entre o braço do transepto e o comprimento das naves, o que só vem comprovar a possível existência de um projecto inicial inconcluso. Por outro lado, a verticalidade arquitectónica que se manifesta na elevação do transepto contrasta, fortemente, com a articulação das naves cujas linhas horizontais fazem ressaltar o aspecto maciço da estrutura anterior.

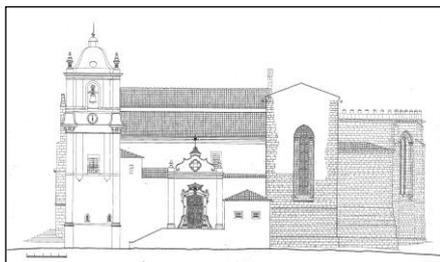


Fig. 50 – Alçado Sul, in *Boletim da DGEMN*, nº 80, 1955

É visível o alto corpo do braço do transepto, parcialmente em grés, desobstruído do corpo da sacristia reconstruída pela intervenção de restauro da DGEMN, tendo sido entaipada uma porta de remate rectangular pela qual se acedia à sacristia. Longa janela, abre-se neste braço do transepto, decorada com colunelos e arquivoltas em arco-quebrado com capitéis com motivos vegetalistas. Sacristia de traçado quadrangular com duas pequenas janelas. Patamar com acesso por escada lateral ao portal barroco sobrepujado por friso e frontão com volutas, da mesma época encimado por óculo e onde se localiza a porta de entrada para a sacristia.¹⁸⁵ É visível vão rectangular que se mantém aberto para a nave colateral Sul. Segue-se um pequeno corpo de acesso à torre Sul, de formato rectangular, com pequena fresta.

¹⁸⁵ De notar a transformação das escadas de acesso à Porta do Sol na época da intervenção de restauro da DGEMN.

A torre que se pode observar no ângulo Sudoeste, consiste num elemento curioso, com duas frestas em arco quebrado na sua parte inferior, porta com varandim e sineira.

Apesar da intervenção da DGEMN, os elementos que compõem o alçado Sul resultam fundamentalmente das campanhas de obras levadas a cabo aquando da abertura da “Porta do Sol” datada de 1781.

No alçado Norte é perceptível o braço Norte do transepto na sua verticalidade e o corpo longitudinal das naves. Este braço do transepto possui estreita fresta intervencionada pela DGEMN e na sua parte inferior é visível um vão entaipado, que corresponde a uma antiga porta. Temos uma sineira que será da época primitiva. A seguir ao braço do transepto segue-se o corpo longitudinal das naves. Encontramos um corpo saliente junto ao muro da nave colateral Norte e no topo desse muro é visível pequena fresta ao nível superior da nave. A seguir temos a torre Norte, que não foi concluída, apresentando dois óculos.

O alçado Norte (Fig. 51) denuncia, nos recortes irregulares deixados nas paredes, as marcas de outras construções. Começando pela torre Norte que esconde, no último piso, uma forma curva, passando pela relação entre as coberturas das capelas laterais com a cobertura do que resta do antigo baptistério, ou ainda o capitel colocado a descoberto na parede da nave, ou mesmo o destaque do volume paralelepípedo no topo Norte do transepto, que corresponde à pequena escada helicoidal que dá cesso ao terraço da sineira, ou ainda a porta entaipada. Esta porta já esteve escondida pelo nível mais elevado da terra em torno da Sé.

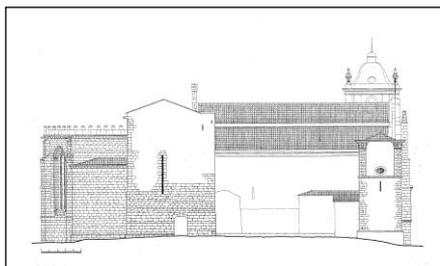
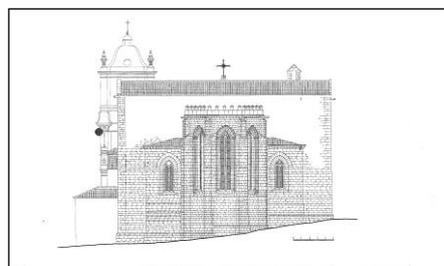


Fig. 51 – Alçado Norte, in *Boletim da DGEMN*, nº 80, 1955

No alçado Nascente (Fig. 52) , a cabeceira é totalmente revestida em grés de Silves, com a capela-mor mais alta que as colaterais. Capela-mor com três frestas em arco de volta quebrada assentes em colunelos com capitéis e dois absidiolos com uma fresta dupla respectivamente, as frestas foram desentapadas durante as obras de restauro da DGEMN. Os quatro ângulos da abside são marcados por contrafortes escalonados encimados por gárgulas fantasistas e colocados nos cunhais da cabeceira.



Fig. 52 – Alçado Nascente, in *Boletim da DGEMN*, nº 80, 1955



Os contrafortes escalonados e chanfrados apresentam secção rectangular, constituindo “ossos grandes” do esqueleto estrutural, não são visíveis de dentro da igreja, são dispostos em ângulo, nos cunhais da cabeceira. Os contrafortes prolongam-se, sobem até aos pontos críticos situados entre as janelas da cabeceira, onde se concentra a impulsão da abóbada para fora. Este método de escorar as abóbadas deve sem dúvida a sua origem a motivos funcionais.

Diversos merlões piramidais de inspiração muçulmana a coroam a capela-mor, foram também intervencionados pela DGEMN (Fig. 53). É visível o corpo mais elevado do cruzeiro. Em termos construtivos podemos encontrar alguns elementos que acentuam a diferença entre a capela-mor e os absidiólos. Para além do tratamento decorativo dos vãos e da estrutura dos contrafortes que acompanham a forma poligonal da abside, o aparelhamento da pedra dos absidiólos é também diferente. No absidiolo Norte existiu um anexo encostado a esse corpo, restam apenas como evidências as marcas onde se suportariam as traves da cobertura assim como a diferença nas direcções das gárgulas de escoamento das águas.¹⁸⁶

Fig. 53- Pormenor de merlões piramidais a coroar a capela-mor

Segundo José Custódio Vieira da Silva¹⁸⁷ temos neste edifício a subordinação, ao modelo inicial da Batalha, caracterizando-o uma falta de unidade, em termos de tratamento

¹⁸⁶ Veja-se que no absidiolo Sul a direcção das gárgulas é Norte-Sul e no absidiolo Norte a direcção é Poente-Nascente.

¹⁸⁷ Cfr. José Custódio Vieira da SILVA, *o Tardo- Gótico em Portugal: A arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989,p.41

global, porque recebeu os elementos sobre uma estrutura já iniciada. Com algumas soluções construtivas mais antigas.¹⁸⁸

3.3. Notícia Histórica sobre a Construção da Sé de Silves

Rezam as crónicas que D. Sancho I (1154-1211), conquistou Silves, em 1189, ordenou a reconstrução imediata da cidade, e tratou de restaurar a antiga diocese de Ossónoba, mandando edificar a Sé Catedral, em fins do séc. XII. Dois anos depois da reconquista, Silves voltaria às mãos dos Sarracenos, e a catedral tornou a mesquita.¹⁸⁹

A conquista definitiva do Algarve ocorreu em 1248. D. Afonso III (1210-1279) iniciou a campanha de libertação do território, após vários conflitos com o rei de Castela. O monarca português acabaria por fomentar o povoamento do Algarve e concedeu foros a Silves e a Faro.

Quem teria sido o mecenas da catedral de Silves? Afonso X de Castela, ou Afonso III de Portugal? Se alguns autores sustentam a teoria de que a construção da Sé de Silves teria sido ordenada por Afonso X de Castela (1221 -1284),¹⁹⁰ para a maioria dos historiadores não parece muito provável, visto que este monarca dominou o Algarve por pouco tempo e sempre em condições difíceis.

Dotar Silves de uma Catedral à altura da sua importância política e religiosa foi ideia concebida e levada a efeito por D. Afonso III, tendo iniciado as obras na segunda metade do séc. XIII. Teoria defendida por aqueles que acreditam, que não permitem as características arquitectónicas deste edifício admitir a hipótese de ter sido começado a construir antes das últimas décadas do séc. XIII.¹⁹¹

¹⁸⁸ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p.77.

¹⁸⁹ Cfr. *Crónica DelRey D. Sancho I*, cit. por João Vasco REYS, *Vozes da Pedra: Tumularia e Armaria da Sé Velha de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 2002, p.38.

¹⁹⁰ Cfr. Duarte NUNES DE LEÃO, *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal...*, Lisboa, Oficina de Pedro Craesbeek, 1600.

¹⁹¹ Cfr. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, Mário Jorge BARROCA, *História da Arte em Portugal : o Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p.77; Cfr. João Vasco REYS, *Vozes da Pedra: tumularia e armaria da Sé Velha de Silves*, Silves, Câmara Municipal,, 2002, 49.

Um dado importante surge em consequência das obras de restauro da DGEMN (1931-1955): ao proceder-se à demolição da antiga sacristia¹⁹² foi encontrada uma inscrição tumular, onde se informava que na era de 1317, ou seja, 1279 da era cristã, último reinado de D. Afonso III, foi sepultado naquela igreja *Domingos Joanes*, mestre que fundou a obra¹⁹³. É admissível que a Sé tenha sido começada a edificar por aquela época (1279)? A sua construção foi demorada e desses primeiros tempos pouco resta, “tantas e tão grandes vicissitudes por que passou o templo”. É certo que Domingos Joanes era cónego da Sé de Silves em 1266, na época do bispo D. Garcia, e em 1263, tinha assinado a concórdia entre a igreja *silvense-castelhana* e D. Paio Peres Correia.¹⁹⁴

Como já foi referido no capítulo do *Estado Actual da Investigação*, a maioria dos autores é unânime em afirmar que a Sé começou a ser edificada na segunda metade do séc. XIII, por determinação de Afonso III, ou Afonso X de Castela. Se o templo foi uma construção de raiz, foi erguido no local onde existia a mesquita, e no mesmo espaço onde, teriam decorrido os ofícios religiosos durante o bispado de D. Nicolau, entre 1189 e 1191. Não restou nada da arquitectura do primitivo templo. A cabeceira constitui, certamente, a obra inicial, no entanto, a Sé só viria a estar definitivamente concluída no reinado de D. Manuel I (1469-1521)¹⁹⁵.

Restam, apenas, alguns dados históricos sobre o lento processo de edificação da igreja. Sabemos que D. Afonso III, quando faleceu a 16 de Fevereiro de 1279, estabeleceu “um legado de mil libras à Sé de Silves, assim como outra igual quantia às demais catedrais do reino, ordenando que fossem despendidas em obras das igrejas e ordenamentos eclesiásticos”.¹⁹⁶ Facto que reforça a certeza de que, nessa altura, a catedral de Silves já estava a ser construída.

Estando o edifício em construção nas últimas décadas do séc. XIII, parece que foi atingido por um grave acidente no séc. XIV, não estando a igreja concluída na sua totalidade. Existem relatos de um grande terramoto que a terá afectado, entre 1352 e 1353, tendo o monumento sofrido danos consideráveis.¹⁹⁷ Só esse motivo justifica que em meados

¹⁹² “Aquando do restauro do templo, levado a cabo na primeira metade do século XX, a demolição de uma sacristia pôs a descoberto a lápide tumular do mestre que fundou a igreja, Domingos Joanes” in João Vasco REYS, *Vozes da Pedra: tumularia e armaria da Sé Velha de Silves*, Silves, Câmara Municipal,, 2002, p.50.

¹⁹³ Cfr. João Vasco REYS, *Vozes da Pedra: tumularia e armaria da Sé Velha de Silves*, Silves, Câmara Municipal,, 2002, p.50.

¹⁹⁴ Vide João Vasco REYS, *Vozes da Pedra*, Silves, CMS, 2002,p.50.

¹⁹⁵ Idem, p.49.

¹⁹⁶ Cfr. *Provas de História Genealógica*, Liv. 1º, Lit. Por & Lopes Mem., p. 53.

¹⁹⁷ Cfr. Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, p.173.

do século seguinte ainda se diga que as obras da Sé prosseguem lentamente, e que uma parte da igreja se encontra em ruínas, sujeita a desabar.

A 28 de Março de 1443 o bispo de Silves obtém do rei a doação de resíduos do reino do Algarve por dez anos, para se aplicar o seu produto às obras da Sé¹⁹⁸. A 15 de Março de 1458, D. Afonso V (1432-1481) ordena que fiquem isentos de serem tomados para o serviço das armadas os artífices que trabalhem na reedificação da Catedral.

O que se mantém como inquestionável, é que na primeira metade do séc. XV o edifício se encontrava em estado de desmoronamento. As obras realizadas devem ter sido de grande envergadura, visto que cerca de trinta anos depois ainda não tinham terminado. Supõe-se que a parte concluída por este monarca foi a das naves, executada por materiais muito pobres e sem respeito pelo projecto gótico inicial.¹⁹⁹

D. João II (1455-1495), em 1486, passou carta de privilégio ao cabido para facilitar a contratação de oficiais para as obras da Sé.

Em Outubro de 1499, indo D. Manuel I a Silves, “(...) mandou reedificar a Sé com obras novas, ficando um grande e sumptuoso templo, o coro foi feito em madeira de cedro que por esse tempo havia na ribeira de Silves”.²⁰⁰ Esta campanha de obras permitiu a ampliação do edifício, foi realizada na segunda metade do séc. XV e decorreu em grande parte durante o governo do bispo D. Álvaro.

Outro dos factos históricos a assinalar é a progressiva decadência da cidade e a recusa expressa por parte dos prelados de permanecerem nela. Condições de insalubridade, escassez de população e a pobreza, foram argumentos apresentados pelo bispo D. Manuel de Sousa, ao papa, para solicitar a transferência da catedral para Faro. A execução da bula pontifícia verificou-se em 1577, sob o governo episcopal de D. Jerónimo Osório (1506-1580)²⁰¹.

A falta de cuidados de conservação e manutenção, os terramotos de 6 de Março de 1719, de 27 de Dezembro de 1722 e o de 1 de Novembro de 1755, explicam que a Sé tenha chegado aos nossos dias tão deturpada. Os sinais do último terramoto ficaram marcados no

¹⁹⁸ Cfr. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais : Sé Catedral de Silves*, nº 80, Ministério das Obras Públicas, 1955, p.23.

¹⁹⁹ Cfr. Paulo PEREIRA, *História da arte portuguesa*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p.418

²⁰⁰ Cfr. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais : Sé Catedral de Silves*, nº 80, Ministério das Obras Públicas, 1955, p. 24.

²⁰¹ Pela Bula “Sacrossanta Ecclesia”, de 20 de Outubro de 1539, o papa Paulo III deu assentimento ao pedido de transferência da Sé para Faro. Mas, a decisão efectiva só se vem a realizar a 30 de Março de 1577, durante o episcopado de D. Jerónimo Osório.

corpo da igreja, martirizada através dos séculos por tantas reedificações, alterações e acrescentos.²⁰² Segundo relatos da época a igreja e a torre sofreram fortes estragos, supõe-se que tenham atingido também, os telhados e as paredes do transepto. É possível que seja dessa época a “Porta do Sol”, datada de 1781, transformando-se para o efeito a Capela dos Gramachos e criando-se o novo corredor da entrada. Assim sendo, essa zona, bem como a fachada que a acompanha (fachada Sul), são de um barroco tardio, provavelmente de fins do séc. XVIII. Segundo dados do Boletim da DGEMN,²⁰³ a Frei Lourenço de Santa Maria se deve aquilo que de “bom ou mau” se fez nos restauros da Sé de Silves, logo após o terramoto de 1755, nomeadamente, o novo coro.

Em 1875, a Junta da Paróquia de Silves solicita ao governo o restauro do edifício. A Sé de Silves foi classificada de Monumento Nacional em 1922²⁰⁴. Foi restaurada pela Direcção Geral dos Monumentos Nacionais a partir de 8 de Outubro de 1931, e as obras duraram mais de vinte anos (1931-1955), alterando por completo a sua estrutura.

Concluimos, que desconhece-se como era a Sé de Silves no período desde a reconquista definitiva e o reinado de D. Afonso V. A Sé de então desapareceu, arrasada por terramoto (1352 ou 1353)²⁰⁵, ou foi simplesmente semiaproveitada para se erguer outra. Terá sido reconstruída após os terramotos e mais tarde ampliada? A actual Igreja de Santa Maria só em parte corresponde ao que foi a catedral quatrocentista, especialmente no seu aspecto exterior. Os três terramotos do séc. XVIII (1719, 1722 e 1755²⁰⁶) sacrificaram a cidade e conduziram às alterações que vemos na igreja. Por outro lado, as intervenções de restauro executadas pela DGEMN entre 1931 e 1955 alteraram grandemente a estrutura arquitectónica do edifício²⁰⁷.

²⁰² Cfr. ANTT, *Memórias paroquiais in Dicionário Geográfico*, vol. 35, nº 117, fl.1271 cit. por Pinheiro e ROSA, *A catedral do Algarve e o seu cabido Sé em Silves*, Faro, (s.n.), 1982, p.6.

²⁰³ Cfr. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais : Sé Catedral de Silves*, nº 80, Ministério das Obras Públicas, 1955.

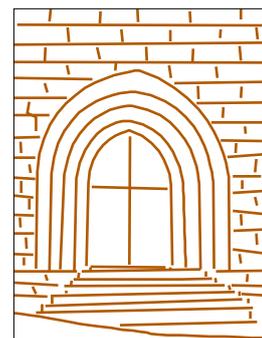
²⁰⁴ Decreto nº 8218, de 29 de Junho de 1922 que classificou a Sé como Monumento Nacional.

²⁰⁵ “(...) Silves sofreu efectivamente com a impiedade de alguns terramotos.” In Maria de Fátima Botão, *Silves: capital de um reino medieval*, Silves, CMS, 1992, p. 30.

²⁰⁶ Cfr. D. Garcia DOMINGUES, *Silves: guia turístico da cidade e do concelho*, Região do turismo do Algarve, 1989, p.49.

²⁰⁷ Vide Anexo 1 “Dados Cronológicos das Campanhas de Obras”.

4. PANORÂMICA DOS CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO NOS MONUMENTOS



4. PANORÂMICA DOS CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO NOS MONUMENTOS

4.1. Enquadramento Internacional do Restauro Arquitectónico

Introdução

Podemos reportar à Antiguidade os primeiros exemplos conhecidos de uma preocupação pelos objectos do passado. É célebre o interesse que o Império Romano votou aos testemunhos materiais da Civilização Grega, sobretudo depois do saque de Corinto (146 AC.), quando para Roma foi enviado um importante conjunto de objectos artísticos. Tratava-se de uma atitude motivada pelo comprovado reconhecimento da superioridade da cultura

grega.²⁰⁸ Mas, a origem diversa dos espólios reunidos nos saques, cujo valor contribuiu para um nascente gosto pelo “coleccionismo”, permitiu a valorização de produções de diferentes origens.

Durante a Idade Média, as novas igrejas construíram-se muitas vezes sobre templos pagãos, outras usaram material de aproveitamento de velhos edifícios, e alguns foram sagrados ao novo culto, com ligeiras alterações que pudessem responder às necessidades rituais cristãs.²⁰⁹

Só com o Renascimento encontramos a consciência de uma distância cultural em relação ao passado clássico. O “Quattrocento” depressa valorizou os aspectos arqueológicos e arquitectónicos. A partir de 1430 e sob o pontificado de Eugénio IV (1431-1447), os humanistas, em particular os da corte pontifical, são unânimes em apelar à conservação e a uma protecção vigilante aos monumentos romanos.²¹⁰ Multiplicaram-se campanhas de obras informadas por programas coerentes de construção ou restauro²¹¹, ou de modernização total, por oposição de organismos actualizados a estruturas preexistentes.

Durante o século XVII e grande parte do séc. XVIII, o panorama manteve-se inalterado. Fora de Itália, contudo, onde a ortodoxia em relação às regras clássicas era menos evidente, as velhas tradições construtivas nunca desapareceram. Sobretudo, a Norte, os mestres pedreiros e arquitectos continuaram a aplicar o estilo antigo. Era antes de mais um saber prático, de estaleiro, que acusava uma continuidade de métodos inalterados desde a Idade Média e que permitirá, entre 1644 e 1646, o lançamento da abóbada nervurada de Saint-Germain-des-Prés, em Paris, ou a reconstrução da nave da igreja abacial de Andlau, na Alsácia, depois de 1698²¹².

O movimento de retorno ao Gótico, era preparado paralelamente, por recolhas literárias, investigações historiográficas e levantamentos gráficos de ruínas e edifícios medievais. Em Inglaterra, onde foi mais precoce agregou-se a uma sólida tradição de restauros e obras de conservação e modas de construções góticas de raiz, iniciada por Horace Walpole (1717-1797) em Strawberry Hill (1753) e continuada pela residência de

²⁰⁸ Vide Françoise CHOAY, *A alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 1999, pp.30-31, cit. por Miguel SOROMENHO e Nuno Vassalo da SILVA, “Salvaguarda do património - antecedentes históricos: da Idade Média ao séc. XVIII” in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR, 1993, p.22.

²⁰⁹ Cfr. Miguel SOROMENHO e Nuno Vassalo e SILVA, *op.cit.*, p.22.

²¹⁰ Cfr. Françoise CHOAY, *op.cit.*, pp.44-45.

²¹¹ Caso da fachada de Santa Maria Novella, em Florença, idealizada cerca de 1455 por Alberti, reconstruída recorrendo a um complexo programa iconográfico. Cfr. Marco Dezzi BARDESCHI, “Sole in Léon Battista Alberti; astrologia, cosmologia y tradición hermética en la fachada de Santa Maria Novella” in *León Battista Alberti*, Barcelona, 1988, pp.123-175, cit. por Miguel SOROMENHO e Nuno Vassalo e SILVA, *op.cit.*, p.23.

²¹² Cfr. Louis GRODECKI, “Le gotique retrouvé et Viollet-le-Duc » in *Le moyen âge retrouvé*, Paris, 1991, p.352., cit. por Miguel SOROMENHO e Nuno Vassalo e SILVA, *op.cit.*, p.24.

Fonthill Abbey, que James Wyatt (1746-1813) ergueu, entre 1796 e 1817, para William Beckford (1760-1844).

Foi a partir das primeiras escavações sistemáticas das cidades de Pompeia e Herculano, em 1738, que se levantaram importantes questões relativas ao restauro das esculturas desenterradas.²¹³

O alvorecer de oitocentos traduz-se no momento de passagem da “preservação iconográfica” dos monumentos à “preservação real” e da mudança de designação de *antiguidades nacionais* para *monumentos históricos*. O Romantismo requeria a necessidade do homem conhecer a sua anterioridade, numa altura em que as profundas mudanças políticas, económicas, e sociais pautadas, quer pela Revolução Francesa (1789-1799), quer pela Revolução Industrial, anunciam uma nova era. É libertada uma energia em favor da protecção dos monumentos. A nostalgia pelo passado, sobretudo pela Idade Média, fruto da estética romântica, despertou o interesse em torno do estilo Gótico.

O interesse pela Idade Média, factor determinante do Romantismo, é alimentado e gerador de um quadro cultural que contribuirá para a caracterização deste período: o gosto medievalista - prontamente aberto ao pitoresco e depois ao folclórico e ao exótico - e os sentimentos nacionalistas; por outro lado, a catalogação rigorosa das formas medievais possibilitará, tal como aconteceu com o neoclassicismo, a palingénese de raiz gótica ou romântica - com o intenso movimento revivalista e uma muito maior desenvoltura técnica do restauro.²¹⁴

O Romantismo emerge, pois, como reacção, tanto ao Classicismo, como ao “Rocaille”. O homem do início de oitocentos buscava formas de expressão que, como a nova estrutura da sociedade, representassem uma ruptura com o passado mais próximo. Conseguiu-o pelo regresso ao passado, mais distante, de uma Idade Média idealizada.

O Liberalismo e o Romantismo oitocentista estabelecerão definitivamente o valor histórico-cultural dos museus, vistos agora, não apenas como “depósitos” de colecções preciosas²¹⁵, mas também como recurso pedagógico, como instituições de educação pública.

²¹³ Johann Joachim Winckelmann (1717-1768) confronta os originais com a destruição pura e simples dos restos considerados menores. Em 1757, a notícia da destruição das pinturas murais constituiu um precedente crítico sobre os limites de acções de restauro.

²¹⁴ Cfr. Pedro de ABREU, *Palácios da Memória*, Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos da FAUTL, vol.I, 1996, p.301.

²¹⁵ Ao longo da história o homem sempre colecionou os seus artefactos, descobrindo-lhes a cada passo novos valores, começando pelo valor de uso, depois pelo valor de troca ou de prestígio da Antiguidade, chegando finalmente ao valor simplesmente histórico-cultural dos nossos dias. E a colecção foi sendo cada vez mais abrangente em termos de espécies.

No séc. XIX os monumentos históricos²¹⁶ passam a integrar a colecção das preciosidades patrimoniais. Desde a segunda metade do século até aos nossos dias, ganhou forma o conceito de “monumento histórico”, abarcando os monumentos especificamente comemorativos, quer toda e qualquer construção arquitectónica, desde que se lhe atribua valor histórico e estético.

Foi a França revolucionária que trouxe consigo os conceitos que hoje empregamos em matéria de património. Foi essa França contestatária e radical que criou o primeiro corpo de leis visando a conservação dos *Monuments Historiques Nationaux*.²¹⁷

Os exageros da nova era liberal, prontamente seriam combatidos por homens também eles liberais, mas mais lúcidos e reflectidos. Victor Hugo (1802-1885) foi um desses homens. É já a França apaziguada do seu furor destrutivo que inicia os inventários, a constituição de objectos de arte, a montagem e a abertura ao público de museus que engrandeceram a era napoleónica.

Entre 1810 e 1815, a industrialização está já consolidada no Reino Unido. Nos decénios sucessivos alastra à Europa continental: primeiro à Bélgica, Alemanha, e França, depois, nas últimas décadas de oitocentos à Austrália, Itália e Espanha.

A Revolução Industrial trará consigo decisivas mutações sócio-políticas. A revolução dos transportes, a generalização do comércio internacional extra-europeu tornam possível conhecer um horizonte de mundo infinitamente maior em menos tempo. O afluxo das populações às cidades, a explosão demográfica, a exploração dos recursos energéticos e das matérias-primas, altera o próprio espaço existencial onde o indivíduo se radicava, transformando modalidades centenariamente estabelecidas como a de habitar.²¹⁸ O próprio ritmo existencial, a ordem cronológica do tempo deixa de ser regulada pelos factores naturais. Finalmente, as relações laborais e políticas adquirem expressões nunca imaginadas.²¹⁹

Vinha-se operando, desde o século XVIII, uma redescoberta dos caracteres medievais, notória na frequente publicação de recolhas de arquitectura desse período. Em segundo lugar, porque a presença das catedrais e de grandes igrejas foi enfatizada a nível

²¹⁶ Sobre este conceito *Vide* Françoise CHAOY, *op.cit.*, pp.113-115.

²¹⁷ O termo aparece nessa altura com os trabalhos do arqueólogo Aubin-Louis Milli (1759-1818).

²¹⁸ Cfr. Françoise CHOAY, *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70, p.106.

²¹⁹ Pedro de ABREU, *Palácios da Memória*, Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos apresentada à FAUTL, vol.I, 1996, p.304.

européu pelas extensas obras a que foram sujeitas: lembre-se o caso da catedral de Colónia, de Notre Dame, de Sainte-Chapelle de Paris, da catedral de Maiorca, do Duomo de Milão.

Doutrinas de Intervenção nos Monumentos

Na Inglaterra os monumentos góticos estimulam a criatividade de poetas e literatos. O gosto por este estilo combinava o amor pelo pitoresco e pelo bucolismo da natureza. Durante a primeira metade do séc. XVIII, as facções que formaram o suporte ideológico deste regime (poetas e antiquários), fizeram a sua evolução em separado, por volta de meados do século, surgiu um número de homens que ao abraçarem a literatura e a arqueologia tornam-se nos fundadores do *gothic revival*.²²⁰

Em torno das sociedades eruditas, como a *Society of Antiquaries*, fundada em 1717, e de círculos universitários promoveram-se, estudos sobre antigos edifícios góticos²²¹. Nomes como os de Thomas Gray (1716-1771), Horace Walpole (1771-1797), James Essex (1722-1784), estão nas origens destes trabalhos.

As sociedades eruditas procuram lançar uma estrutura de protecção e intervenção que se reveste de carácter privado, descentralizado e cívico, ao contrário do que vamos ver em França, onde esse papel será, mais tarde assumido pelo Estado. Essa descentralização proporcionou a equação de doutrinas de intervenção nos monumentos, num debate aceso que envolveu os antiquários ingleses, cerca de meio século antes da questão ser discutida em França.²²²

As intervenções do arquitecto James Wyatt (1746-1813) nas catedrais inglesas entre 1788 e 1791²²³, levantaram muita polémica e vieram colocar a questão da legitimidade histórica das intervenções. Wyatt é acusado de substituir elementos tardios por elementos refeitos e inventados à maneira antiga.

Desenhava-se a oposição, que perdurou até ao séc. XX, entre intervenção de restauro e intervenção de conservação, traduzida na *unidade de estilo* versus *estilo diverso* que vamos ver protagonizada em Inglaterra por John Ruskin e William Morris, de um lado, e o arquitecto Gilbert Scott de outro.

²²⁰ Cfr. Keneth CLARK, *The gothic revival*, Wiltshire, John Murray, 1983, 3ª ed., p.33, cit. por Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUL, vol.1., 1995, p.31.

²²¹ O estudo das antiguidades medievais centrava-se em dois aspectos polémicos: a origem do arco apontado e o nome a dar à arquitectura que o empregava, vide Maria João NETO, *op.cit.*, p.61.

²²² Cfr. Maria João NETO, *op. cit.*, p.61.

²²³ Lichfield, 1788; Hereford, 1789; Salisbury, 1789; Durham, 1791.

A pressão sobre a Igreja Anglicana obrigou a mudanças sensíveis na liturgia que interferiram directamente com a arquitectura. O gótico foi encarado como o mais puro e fiel estilo cristão, e o seu “culto” tornou-se sensivelmente, desde 1830, uma cruzada da Igreja.²²⁴

As orientações propostas pela *Cambridge Camden Society* eram claramente no sentido da reintegração do edifício, no mais puro estilo primitivo, com particular preferência pela fase *decorated* do gótico inglês. Esta tendência foi gravemente prejudicial aos edifícios ingleses da Idade Média.²²⁵

A introdução em França, depois das guerras de Itália, do gosto e da arquitectura ultramontana²²⁶, provocou um afastamento do gótico que, gradualmente, foi sendo visto como símbolo de arcaísmo e de mau gosto, contrastando com a situação inglesa onde o gótico era um estilo nacional, promovendo as construções medievais ao estatuto de antiguidades nacionais.²²⁷ Na abordagem do estilo gótico, domina em França uma perspectiva estruturalista.

A par do interesse pelo passado medieval, regista-se um crescente reconhecimento do gótico como modelo de uma estrutura racional, por parte dos teóricos, arquitectos e engenheiros, muitos deles protagonista dos classicismo. Apesar de muitos deles recusarem valor artístico e de condenarem a arquitectura gótica, reconheciam a sua audácia estrutural e acreditavam que os seus princípios construtivos podiam ser empregues de acordo com os princípios clássicos de uma forma racional, produzindo um tipo mecanicista de edifícios em resposta a requisitos materiais de funcionalidade.²²⁸

A Revolução Francesa (1789) trouxe uma onda de destruição, que atingiu as antiguidades medievais. Os monumentos são atingidos pela chama de destruição ideológica e que passa pelo varrimento de tudo o que pudesse recordar a antiga ordem.²²⁹ O profundo espírito anti-clerical não poupou as construções religiosas e a destruição de catedrais, igrejas, conventos, capelas.

Muitos monumentos sofreram adaptações às mais variadas funções, que as necessidades políticas impunham. Paradoxalmente, as primeiras medidas proteccionistas que

²²⁴ Cfr. Stephan TSCHUDI-MADSEN, *Restoration and anti-restoration: a study in english restoration philosophy*, Oslo, Universitetsforlaget, 1976, p.20, cit. por Maria João NETO, *op. cit.*, p.63.

²²⁵ Cf. Maria João NETO, *op. cit.*, p.63.

²²⁶ Ultramontanismo - doutrina dos que, em França, defendiam a concentração de todos os poderes e atribuições da Igreja Católica na pessoa do Papa e da cúria romana, deslocando para além dos montes (Alpes), a sede total dos poderes eclesiásticos.

²²⁷ Françoise CHAOY, *op. cit.*, p.62.

²²⁸ Cf. David WATKIN, *The rise of architectural history*, London, The Architectural Press, p.22, cit. por Maria João NETO, *op. cit.*, p.58.

²²⁹ Cfr. Françoise CHAOY, *A alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, p.85.

pretendem travar esta onda vandálica partem dos mesmos homens e do mesmo aparelho revolucionário responsáveis pelos actos vandálicos, numa sucessão de decretos antagónicos.²³⁰ Em Novembro de 1790 é criada uma *Comissão de Monumentos*, cujos membros eram frequentemente acusados de traidores. Foi efémera a existência desta Comissão. A preocupação em proteger os monumentos históricos leva ao estabelecimento de regras de levantamento e inventário, procuram definir diferentes categorias de bens a conservar e anunciar novos valores atribuídos aos monumentos nacionais.

De igual modo, poetas e escritores reclamavam a protecção dos monumentos considerados a herança cultural do passado, que importava conservar como Victor Hugo²³¹ e o conde de Montalembert (1810-1870).

Assiste-se a uma gradual constituição da noção de património histórico da nação. Esta noção enfeudava no espírito nacionalista difundido pelo Romantismo, que conhece um novo incremento depois das Invasões Francesas e do Congresso de Viena (1815), que via na arte um meio de afirmação nacional.

Com a monarquia de Luís Filipe (1773-1850), a partir de 1820, vamos assistir à consolidação de um esquema organizado de protecção e conservação do património artístico. Os monumentos passam a funcionar como símbolos dos valores históricos religiosos, sociais.²³²

A nomeação de Guizot (1787-1874) para Ministro do Interior contribuiu para o estabelecimento de um sistema de protecção aos monumentos. Guizot obteve do rei Luís Filipe, a criação do cargo de Inspector Geral dos Monumentos.²³³

Ludovic Vitet, foi o primeiro Inspector nomeado em 1830. Sucede-lhe quatro anos depois Prosper Mérimée (1803-1870), que durante trinta anos desenvolveu um esforço a fim de se preservar os monumentos.²³⁴ Para auxiliar o Inspector Geral foi criada em 1837, a *Commission des Monuments Historiques*, instrumento fundamental de toda a política do

²³⁰ *Idem*, p.85.

²³¹ Sobre Victor Hugo e a situação do património arquitectónico francês *vide* Jean MALLION, *Victor Hugo et l'architecture*, Paris, P.U.F., 1962.

²³² *Cf.* Maria João NETO, *op.cit.*, p.70.

²³³ *Cf.* Françoise CHOAY, *A Alegoria do património*, Lisboa, Edições 70, p.114.

²³⁴ *Cf.* Jean-Pierr BADY, *Les monuments historiques de France*, Paris, P.U.F., 1985, p.11, *cit.* por Maria João NETO, *op.cit.*, p.71.

governo, em matéria de monumentos históricos e esteve na base da legislação, posta em vigor ao longo do séc. XIX²³⁵.

Para os primeiros restauros foram chamados arquitectos pertencentes ao *Conseil Général dès Bâtiments Civils*, organismo do Ministério do Interior encarregado das construções dos edifícios departamentais do Estado. A falta de formação adequada desses técnicos provocou uma série de penosas decepções, como o desmoronamento de uma torre de Saint Denis, após a sua restauração pelo arquitecto Debret, em 1847. Os estudos preparatórios para intervenção nos monumentos históricos exigiram, a aquisição suplementar de numerosos conhecimentos científicos e técnicos ligados, à patologia e comportamento dos materiais.²³⁶

Homens como Vitet, Mérimée, Didron (1806-1867) e Montalembert, exprimem uma atitude reticente, algo cautelosa, em relação ao risco de uma intervenção demasiado inventiva, que caracteriza uma primeira vaga da filosofia restauracionista em França.

Na Alemanha, o interesse pela arquitectura medieval esteve, desde o início, centrado nas catedrais de Estrasburgo e Colónia. O projecto de conclusão desta última reunia uma forte carga simbólica que resume, em si, as principais linhas do revivalismo do gótico e do restauro monumental naquele país.

O interesse alemão pelos monumentos medievais constitui em grande parte, uma reacção nacionalista contra as invasões napoleónicas, situação distinta daquela que observamos na Inglaterra ou França.²³⁷

²³⁵ Sobre a legislação patrimonial francesa vide P. DUSSAULE, *La loi et le service dès monuments historiques français*, 2 vls, Paris, La Documentation Française, 1974, cit. por Maria João NETO, *op.cit.*, p.72.

²³⁶ Cf. François CHOAY, *op.cit.*, pp.128-129.

²³⁷ Vide William Douglas ROBSON-SCOTT, *The literary background of the gothic revival in Germany: a chapter to the story os taste*, Oxford, 1965, cit. por Maria João NETO, *op.cit.*, p.61.

Principais Teorias de Restauro

Viollet-le-Duc (1814-1879)²³⁸

É num ambiente técnico doutrinal ainda incipiente que surge pela mão de Mérimée Eugène-Viollet-le-Duc (1814-1879), que rapidamente ganha crédito como técnico e teórico do restauro dos monumentos góticos.²³⁹ Vitet²⁴⁰ e Mérimée²⁴¹ foram os percursores da sua actividade de restaurador.²⁴² Viollet-le-Duc irá influenciar toda uma geração de arquitectos contemporâneos, com a sua teoria e programa de restauro da “unidade formal de estilo” que deveria ser estabelecido de forma completa no edifício a recuperar. Tratava-se de devolver a pureza inicial de estilo a uma obra de arte alterada durante séculos.²⁴³

Viollet-le-Duc com apenas 25 anos, em 1839, iniciou os trabalhos de restauro da Madeleine de Vézelay. Em 1840, interveio em Sainte-Chapelle e quatro anos mais tarde, começava o restauro de Notre Dame de Paris. Arquitecto da *Commission des Monuments Historique* é nomeado, em 1853, um dos três Inspectores Gerais dos Edifícios Diocesanos.

²³⁸ Eugène–Emmanuel Viollet-le-Duc nasceu em Paris, em 1814, e morreu em Lausana a 17 de Setembro de 1879, onde realizou a sua derradeira obra o restauro da catedral daquela cidade Suíça. A sua família era culta e bem relacionada. Recebiam a melhor sociedade parisiense, sendo seus visitantes habituais homens que influenciariam decisivamente o futuro do Jovem: Ludovic Vitet e Prosper Mérimée, respectivamente o primeiro e segundo Inspector-Geral dos Monumentos Históricos (entre 1830 e 1860). Apresentando excelentes dotes para o desenho, Viollet-le-Duc viaja pela França, desde 1831, desenhando, estudando velhas igrejas e castelos, em 1831 visita Itália. No regresso, é nomeado professor de desenho da Escola Superior de Paris, passa a integrar o Conselho das Construções Civas e é ainda nomeado Inspector do Centro dos Arquivos. Os seus interesses científicos decorriam entre a história, a matemática e as leis da estática dos edifícios, dedicando boa parte dos seus estudos à decifração dos segredos de construção dos arquitectos medievais. Em 1840, Mérimée chama-o para intervir na igreja de Madeleine, em Vézelay. Em 1853, é nomeado Inspector Geral dos monumentos diocesanos. Em 1863, é incumbido de reorganizar a Escola Nacional Superior de Belas-Artes e será, pouco depois, encarregado da cadeira de Estética e de História da Arte. A sua intervenção por toda a França, que suscita acesas críticas e rasgados elogios, influenciará a prática do restauro em toda a Europa. Viollet-le-Duc produz um corpo teórico nem sempre coerente.

²³⁹ Para a biografia de Viollet-le-Duc *vide* a recente compilação por ocasião do centenário da sua morte : Pierre-Marie AUZAS, *Eugène Viollet le Duc 1814-1879*, Caïsse Nationale des Monuments Historiques et des Sites, s.l., 1979.

²⁴⁰ Vitet literato nomeado em 1830 inspector das Belas Artes, é o primeiro a reconhecer à arquitectura o valor de objecto de História de Arte e a propor o restauro como modalidade de conhecer e revelar o lugar na História desses monumentos *vide* Vitet, *De L'Architecture du Moyen Âge en Angleterre*, p.147, cit.por Pedro de ABREU, *op.cit.*, p.321.

²⁴¹ Também ele literato, sucessor de Vitet no cargo de Inspector a partir de 1835 tem por principal contributo o reconhecimento da necessidade de uma formação específica, quer técnica, quer histórico-filológica, para o arquitecto-restaurador.

²⁴² Cfr. Ana Vaz MILHEIRO, *O Gótico e os Sistemas de Desenho Presentes na Arquitectura Oitocentista – Produções Teóricas europeias e a Recensão Portuguesa manifesta na Obra Escrita de Possidónio da Silva*, Tese de Mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna da FAUTL, vol. I, 1997, p. 23.

²⁴³ Os principais conceitos de Viollet-le-Duc foram estabelecidos no seu *Dictionnaire raisonné d'architecture française du XI ème au XVI ème siècle*, 11 vols., Paris, B. Bance, p.1854 e seguintes, cit. por . Jorge CUSTÓDIO, *op.ci.*, p.42. As suas obras paradigmáticas foram Notre-Dame de Paris e o castelo de Pierrefonds (Cf. Para este caso *Description & Histoire du Chateau de Pierrefonds*, 11 ed., Paris, 1883.

Em 1863, detinha a cátedra de Estética e História da Arte na Escola de Belas-Artes em Paris.

*Antes de Viollet-le-Duc, os critérios de intervenção assentavam numa dispersão de métodos, numa falta de coerência e justificação teórica. Viollet-le-Duc procurou conhecer o modo de construir do estilo gótico. A partir de experiências tecnológicas, nos monumentos que restaurou, criou teorias construtivas e estilísticas do estilo medieval, expressas na sua monumental obra de 10 volumes *Dictionnaire raisonné de l'architecture* (Paris, 1854-68).²⁴⁴*

Viollet-le-Duc fez alguns projectos onde, servindo-se de preceitos góticos, criou novas formas e aplicou materiais novos.²⁴⁵ Foi dos primeiros a sublinhar a importância das dimensões social e económica da arquitectura. Animado por um pensamento “idealista” ao serviço de uma noção de estrutura, julgou poder refazer uma obra incompleta, ou com alterações posteriores, tendo por base as partes originais ainda intactas.

Viollet-le-Duc aplicava os seus princípios de coerência e lógica aos edifícios góticos servindo-se, da análise matemática, usando o triângulo equilátero como base da proporção formal.²⁴⁶ O restaurador devia meter-se na pele do autor e completar o monumento conforme o provável plano original, imaginando ornatos e estruturas que não tinham sido feitas, mas que julgava estarem previstas. Daqui resulta o princípio da unidade de estilo.

Viollet-le-Duc defendia a seguinte metodologia de actuação: 1º investigar o monumento do ponto de vista histórico (é um passo metodológico original e que antecipa o artigo 9º da Carta de Veneza (1964)); 2º integrar o monumento numa determinada tipologia (arqueologia de meados de oitocentos estuda os edifícios com métodos similares aos da anatomia, da biologia comparada ou da paleontologia); 3º propõe a dissecação do “cadáver” antes de actuar (os meios intelectuais franceses estavam marcados pelo Positivismo, pretendendo-se explicar cientificamente todos os conhecimentos); 4º restabelecer as mesmas formas e empregar os mesmos materiais; refazer a unidade de estilo;²⁴⁷ 5º reconstrução das esculturas desaparecidas ou danificadas por cópia ou “pastiche”²⁴⁸; 6º melhorar as

²⁴⁴ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento, Vol.I, Lisboa, Faculdade de Letras, 1995, p.76.

²⁴⁵ Antón CAPITEL, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, Madrid, Alianza Editorial, 1988, p.19, cit. por Maria João NETO, *op.cit.*, p.76.

²⁴⁶ Cfr. Antón CAPITEL, *op. cit.*, p.19, cit. por Maria João NETO, *op.cit.*, p.78.

²⁴⁷ A igreja de Madeleine de Vézelay é um exemplo notório desta tentativa de refazer os traços originais do edifício neste caso os tramos da abóbada foram refeitos por analogia com os remanescentes. As obras decorreram sob a sua orientação entre 1840 e 1861.

²⁴⁸ Em Vézelay manda refazer capitéis em falta danificados, por cópia dos remanescentes. Na intervenção em Notre Dame de Paris, Viollet-le-Duc aplica o princípio da unidade de estilo por analogia.

disposições consideradas defeituosas da estrutura ou do projecto; ²⁴⁹ 7º restaurar a forma pristina (a grande aplicação deste princípio será no castelo de Pierrefonds, que foi recreado numa fantasia neo-gótica). O restauro ganha foros de arte criativa, aceitável desde que respeitasse os cânones do estilo em causa. ²⁵⁰

Um dos aspectos mais importantes é sem dúvida a definição de uma metodologia preliminar à intervenção. Este processo inclui, pela primeira vez, o uso extenso da fotografia para documentação dos estados inicial e sucessivos do restauro, e das escavações para determinação rigorosa da estratificação cronológica do edifício. Recomenda além disso, após a investigação detalhada, o processo recompositivo da anastilose. ²⁵¹ O principal contributo de Viollet-le-Duc no âmbito das operações de restauro é não apenas a invenção da modalidade de restauro a que se chama estilístico, mas a criação das bases científicas do restauro arquitectónico, a ele se deve o nascimento da metodologia e da prática do restauro monumental.

Ruskin ²⁵²(1819-1900)

É contra a corrente predominante, ao nível das concepções e práticas de restauro, que John Ruskin (1819-1900) marca posição. Romântico e moralista, partilha com Viollet-le-Duc o fascínio pelos tempos medievais, desenvolvendo uma visão oposta em termos de restauro. Para Ruskin a Idade Média fora uma idade dourada, resultando a arte com expressão dessa sociedade. O gótico possuía a verdade, a vida e a beleza dessa harmonia social. Esta forma de interpretação da arte gótica, como verdadeira, nos sentidos social, cultural e moral do termo, opunha-se à visão de Viollet-le-Duc, que raciocinava em termos de pura arquitectura. Para Ruskin, os monumentos estão imbuídos de predicados morais que

²⁴⁹ Em Carcassone e em Saint Sernin de Toulouse, Viollet-le-Duc substitui o material original da cobertura, em telha, por ardósia e por mosaico de pedra, respectivamente. Ainda em Saint Sernin de Toulouse, Viollet-le-Duc realizou modificações estruturais, volumétricas e estéticas.

²⁵⁰ François ENAUD, « Les principes de restauration des monuments en France de Viollet-le-Duc a la Charte de Venise », *Geschichte der Restaurierung in Europa/ Histoire de la Restauration en Europe I*, Worms, 1991,p.53, cit. por Domingos BUCHO, *Herança cultural e práticas do restauro arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo (intervenção nas fortificações do distrito de Portalegre)*, Tese de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico da Universidade de Évora,p.70.

²⁵¹ E. VIOLLET-LE-DUC, *Restauration,raisonné...*p.34 cit. /cit. por Pedro ABREU, *op.cit*, p 336.

²⁵² As viagens de Ruskin geram nele um intenso gosto pela natureza e pela arquitectura gótica (principalmente pelo gótico veneziano). Viaja por Itália e França, dessas viagens sai chocado pela onda de restauros que assolava a Europa, que renovava os monumentos deixando-os paradoxalmente fantasiados de um antigo inventado e com aspecto novo. Movido por um ímpeto de reacção, no Inverno de 1848, escreve *The Seven Lamps of Architecture*, que publica em 1849, sublinhando o valor moral da arquitectura. O mesmo espírito leva-o a escrever *The Stones of Venice* (publica o 1ª volume em 1851).

nenhuma acção de restauro deveria adular. Restaurar é atentar contra a dignidade dos monumentos. Ruskin aponta a preservação ou a conservação como únicas operações técnicas admissíveis.²⁵³ Um ser arquitectónico ganha, na teoria de Ruskin, a equivalência ao ser vivo. E como ser vivo, tem os seus três momentos fundamentais que há que aceitar com naturalidade: o nascimento, um tempo de vida e a morte. Mas esse testemunho não se apaga entrelaçando-se com arbustos, heras e árvores, dará forma a uma ambiência promíscua entre o natural e o cultural que faz as delícias do pitoresco. Resumindo o pensamento de Ruskin: conservar até que o tempo faça desaparecer o edifício; restaurar nunca.

Entre os seguidores de Ruskin devemos apontar William Morris²⁵⁴ (1834-1896) que leva à prática estas teorias naturalistas e conservacionistas. Opõe-se ao restauro dos monumentos e funda a Society for the Protection of Ancient Buildings.

O pensamento de Ruskin relativo à arquitectura e à arte em geral, que se desenvolve sobre a resta da intersecção de dois planos – o da acção o tempo e o da utilidade social da arquitectura-funda a verdadeira operatividade da história no projecto e a moderna teoria da conservação dos monumentos.²⁵⁵

Boito²⁵⁶ (1836-1911)

No princípio do séc. XIX, Roma continuava a ser o centro cultural europeu mais importante. Inúmeras iniciativas são tomadas no sentido do restauro do património arqueológico, arquitectónico e museológico. Mas, é a escola italiana do restauro científico, encabeçada pelo arquitecto Camilo Boito (1836-1911), que concilia as posições extremadas: a posição naturalista e conservacionista que teve Ruskin como principal mentor e a posição

²⁵³ Vide John RUSKIN, *The seven lamps of architecture* (1849), Everyman's Library, London, 1969.

²⁵⁴ Morris é considerado um dos precursores do Movimento Moderno, convém-nos sublinhar o seu desempenho em prol dos monumentos, nomeadamente como fundador do S.P.A.B. (Society for the protection of Ancient Buildings fundada a 22 de Março de 1877). Em 10 de Junho de 1877, a Sociedade publica o seu *manifesto*, saído do punho de Morris. O *manifesto* qualifica o restauro como falsificação; por causa dos processos de destruição e adição e por causa da patine acumulada o restauro é inaceitável a via indicada é a da conservação.

²⁵⁵ Roberto Di STEFANO, *Presentazione di John Ruskin: Le sette lampade dell' Architettura*, Milano, Jaca Book, 1982, p.82, cit. por Pedro ABREU, *op.cit.*,p.353.

²⁵⁶ Camilo Boito nasceu em Roma e estudou na Academia de Veneza e na Faculdade de Matemáticas de Pádua, continuou os seus estudos de engenharia e arquitectura na Alemanha e Polónia. Ensinou nas academias de Veneza e Brera e dedicou-se à prática da arquitectura e do restauro dos monumentos antigos, nomeadamente, em Milão. Fundou a revista *Arte italiana decorativa ed industriale*. Publicou importantes ensaios e obras literárias com destaque para a novela *Senso*, mais conhecida devido à sua adaptação cinematográfica. Cfr. Françoise CHOAY, *op.cit.*,p.126.

do restauro em estilo, teorizado por Viollet-le-Duc e levada à prática um pouco por toda a Europa.

Critica em particular a escola francesa tanto nas demolições de elementos não unitários com a obra primitiva, como nas reconstruções. Propõe uma acção mínima restauradora, admitindo as novas adições, apenas como medida extrema de consolidação e exigindo que estas permaneçam por completo diferenciáveis da obra antiga e sejam reconhecidas como acrescentos modernos.

Camilo Boito dividia a actividade restauradora em três tipos: para o restauro dos monumentos da antiguidade um restauro arqueológico, de consolidação técnica e acção mínima; para os monumentos medievais, um restauro pitoresco, exercido, sobretudo a nível estrutural e por último para os monumentos renascentistas e barrocos um restauro arquitectónico, envolvendo o edifício na sua totalidade.²⁵⁷

Boito embora de maneira menos articulada, inicia a fundamentação teórica da síntese entre praxis restaurativas contrastantes, deixa transparecer o reconhecimento de alguns valores que Riegle definirá, mas sobretudo aninha, de maneira mais essencial que Riegle e em directa continuidade com Viollet-le-Duc (e Ruskin), a teoria de restauro na história da arquitectura.

Em 1883, no III *Congresso degli ingegneri ed architetti italiani*, em Roma, Boito submete à aprovação da assembleia o primeiro documento do seu pensamento restaurativo e um dos mais relevantes na história do restauro: considerado a primeira carta de restauro italiana. O pressuposto é o de um valor, não apenas estético mas sobretudo documental, dos monumentos. Depois elenca sete pontos: a prioridade da conservação sobre o restauro; a distinguibilidade dos complementos operada pela diferença de materiais, uso de sinais diacríticos ou inclusão de data do restauro; o culto da antiguidade, pela preservação, no restauro, da patine e aspecto pitoresco ou de ruína; o carácter de palimpsesto do monumento, que requer sempre a conservação de todos os aspectos e épocas de construção; a publicação e documentação (por fotografia, desenho, memórias descritivas e in-situ por uma lápide com descrição e data) das obras de restauro realizadas.

De Viollet-le-Duc retira não tanto as modalidades operativas mas, sobretudo os fundamentos ontológicos: a batalha por um novo estilo do tempo presente, sintetizada a partir do passado e por isso precisa do restauro para conhecer e preservar fisicamente o

²⁵⁷ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUL, 1995, p.89.

conhecimento, é comum aos dois. Todo este analítico percurso crítico é depois sintetizado por Boito em dois princípios gerais-conservação e distinguibilidade.

Deve-se a Boito mais do que ao fundador Viollet-le-Duc o estabelecimento das linhas principais da disciplina do restauro arquitectónico.²⁵⁸ Com ele a obra já não é apenas documento de um período histórico mas vive no tempo, os valores artísticos do monumento adquire valor histórico e integra-se num processo de comunicação integralmente antropológico e não apenas estético, ou documental.

Riegl (1858-1905)²⁵⁹

A reflexão que estabelece sobre a análise crítica da noção de monumento histórico²⁶⁰, enquanto objecto social e filosófico constitui uma ferramenta essencial a ter em conta para quem lida com o património arquitectónico. A sua obra *Der moderne Denkmalkultus*²⁶¹ (*o culto moderno dos monumentos*), publicada em Viena, em 1903, surge na sequência da preparação de uma nova legislação para a conservação dos monumentos, da qual Riegl é encarregado, em 1902. Riegl distingue entre monumento e monumento histórico.²⁶²

A principal invenção de Riegl reside na constatação de níveis de expressão do monumento²⁶³ que não se limitam à dimensão cognitiva ou racional. A tabela dos valores do monumento de Riegl é só aparentemente compreensiva, apesar do trabalho analítico que trás à luz nos clássicos valor histórico e valor artístico, dimensões práticas e psicológicas, opera naqueles uma drástica redução positivista, falhando no entendimento profundo do monumento.²⁶⁴

A deficiência de Riegl advém do conceito demasiado amplo do “Kunstwollen”, ainda determinado pela questão de estilo, ou seja, impondo uma sintonia estética com toda uma cultura expressiva e não apenas com a obra singular, e em segundo lugar de uma escassa

²⁵⁸ M. A. CRIPPA, “Boito e l’ architettura...” in M.A. CRIPPA, *Camilo Boito-Il nuovo e l’antico*, p.XXXVII cit. por Pedro de ABREU, *op.cit.*, p.407.

²⁵⁹ É importante o contributo inestimável de Alois Riegl jurista, filósofo historiador e museólogo vianense, funda uma concepção relativista do monumento histórico, de acordo com o relativismo que introduz nos estudos de história da arte. Riegl produz entre 1889 e 1901 uma série de obras importantes no domínio da história e da teoria da arte cuja metodologia influencia historiadores da arte como H. Wofflin, H. Sedlmoyr, P. Frankl, E. Panofsky, e R. Krautheimer.

²⁶⁰ Define o monumento histórico através dos valores de que este foi investido ao longo da história, traçando o seu inventário e estabelecimento da sua nomenclatura, *vide* Françoise CHOAY, *op.cit.*, pp.138-143.

²⁶¹ “O Culto Moderno dos Monumentos”, este magro opúsculo é uma obra fundadora. Surge a jeito de introdução à legislação para conservação dos monumentos, *vide* Françoise CHOAY, *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70, 1999, p.139

²⁶² Id., *ibid.*

²⁶³ A noção de monumento histórico é tratada como um objecto social e filosófico in Françoise CHAOY, *op.cit.*, p.139.

²⁶⁴ Pedro de ABREU, *op.cit.*, p.422.

consciência de processualidade artística que impede a identificação, ou pelo menos a percepção da vivência do artista ao criar.

A teoria de Riegl é, sobretudo uma teoria contemporânea. E ela é, além disso, instrumental à moderna teoria da conservação integral: a perspectiva fenomenológica do monumento, justificada pela finalidade popularista, desresponsabiliza o arquitecto de uma leitura profunda do monumento e de opções arquitectónicas que façam permanecer integralmente a sua finalidade monumental; a contraposição da autenticidade histórica à autenticidade do antigo.

Procurámos enquadrar o contexto internacional da teoria e prática da intervenção monumental. O movimento romântico “exigia” ao homem o conhecimento da sua anterioridade, num momento de profundas alterações políticas, económicas e sociais determinadas pela Revolução Francesa e Revolução Industrial. Forma-se um distanciamento nostálgico em relação aos monumentos e é despertada a necessidade de pugnar pela sua protecção. Intelectuais e artistas, de diferentes nacionalidades, entregam-se à causa da salvaguarda dos seus monumentos históricos procurando estabelecer um sistema de actuação eficiente. Foi colocada em evidência o papel desempenhado pela Inglaterra, devido às relações mantidas com Portugal. Viajantes ingleses vêm até nós e interessam-se por alguns dos nossos monumentos.

A França arranca das cinzas da Revolução as primeiras medidas de protecção aos monumentos, até à constituição de um sistema burocrático de protecção, centralizado no Ministério do Interior e à consolidação de uma filosofia de intervenção, com base no princípio da *unidade de estilo*, expresso na obra de E. E. Viollet-le-Duc.

Em Inglaterra funcionava um sistema de acção descentralizado, onde, a par do governo e das autoridades religiosas, as sociedades eruditas tinham um papel activo na intervenção monumental. As diferenças orgânicas entre o sistema francês e o inglês ajudaram a gerar uma alternativa crítica à *unidade de estilo*.

Recuámos aos finais do séc. XVIII para traçar toda uma situação antecedente, que explica, em parte, o posterior desempenho dos técnicos da DGEMN. No contexto nacional, procuraremos sublinhar os principais aspectos do fenómeno de tomada de consciência da salvaguarda do nosso património arquitectónico.

4.2. Enquadramento do Restauro Arquitectónico em Portugal

A consciência da presença de um património cultural e da necessidade da sua salvaguarda constituiu-se, em Portugal, durante o séc. XIX. De início não correspondeu a um fenómeno de massas, nem se revestiu de uma matriz democrática, própria de movimentos de defesa do património dos tempos actuais. A componente de cooperação internacional estava ainda ausente, se bem que referências a situações similares europeias fossem invocadas.²⁶⁵

Tratou-se antes de um movimento de afirmação da sociedade liberal e romântica, gerado no ambiente de intervenção pública da intelectualidade ilustrada. Implicou o reconhecimento de um conjunto de valores patrimoniais, sobretudo monumentais, históricos e nacionais, que importava transmitir às gerações vindouras como herança do passado. Exigiu a formação de uma opinião pública, cuja sensibilização era indispensável.²⁶⁶

No séc. XIX, com a instauração do regime liberal, a igreja sofre um profundo ataque dirigido em particular ao clero regular que veio a culminar com a extinção das ordens religiosas em 1834 e a consequente desamortização dos seus bens.²⁶⁷

A disposição legal promulgada em 1834, não contemplou quaisquer distinções e a profanação, destruição, o roubo e a venda abusiva foram uma constante. Esta onda de destruição veio culminar um processo de degradação progressiva dos imóveis religiosos, já antes vítimas dos efeitos do terramoto de 1755 e dos vandalismos praticados aquando das Invasões Francesas (1807-1811).²⁶⁸

Será com grande lentidão que o Estado irá montar um serviço burocrático de protecção aos edifícios de valor artístico e histórico. A consagração do monumento histórico entrava em Portugal por via da imprensa ilustrada e da sua capacidade de receptora da opinião pública.

A imprensa foi um meio de debate e formulação teórica em torno da consagração do monumento histórico em Portugal no século XIX. A gravura permitiu a difusão da

²⁶⁵ Cfr. Jorge CUSTÓDIO, “Salvaguarda do património: antecedentes históricos”, in *Dar Futuro ao passado*, Lisboa, IPPAR, 1993, p.34. Vide Marieta DÁ MESQUITA, *Arquitectura e Renovação: Aspectos do Restauro Arquitectónico em Portugal no Séc. XIX*, Lisboa, FAUTL, 1993.

²⁶⁶ *Idem, Ibidem*, p.34.

²⁶⁷ Cfr. António Martins da SILVA, *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do séc. XIX*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 1989, pp.126-128, cit. por Lucía ROSAS, *Monumentos Pátrios : A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p.46.

²⁶⁸ Vide Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.103.

iconografia dos monumentos portugueses e estrangeiros, alargando a sua difusão junto do corpo social.²⁶⁹

Começava a fazer-se a divulgação iconográfica dos monumentos do passado medieval e também a propiciar o seu culto. Em 1836, inicia-se na imprensa portuguesa a consagração de um dos edifícios mais emblemáticos do romantismo português.²⁷⁰

Em 1837, nas páginas de “O Panorama”²⁷¹, surgiu um elogio explícito da arquitectura gótica e o primeiro protesto contra o descuido a que o governo e os municípios votavam os monumentos portugueses.²⁷² No artigo definem-se alguns dos tópicos fundamentais da consagração do monumento histórico em Portugal, e da valorização dos edifícios góticos.²⁷³ Este texto de Alexandre Herculano (1810-1877)²⁷⁴ marca o início de uma reflexão sobre os monumentos e o património que será continuada nos anos seguintes pelo mesmo autor e outros.

Luis Mouzinho de Albuquerque (1792-1846), em 1836, convida a “Academia das Ciências” a inventariar os edifícios notáveis pela sua época de fundação, intenção a que não correspondeu nenhum arrolamento efectivo, mas que é indiciadora do conceito sobre monumentos e a importância de os conservar. No mesmo ano D. Fernando II (1816-1885)²⁷⁵

²⁶⁹ Cfr. Lucia ROSAS, *Monumentos Pátrios : A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p.15.

²⁷⁰ O *Jornal Encyclopédico* edita o seu primeiro número publicando no rosto uma gravura da fachada ocidental da igreja do Mosteiro da Batalha assinada por Manuel Bordalo Pinheiro. Cf. *Jornal Encyclopedico*, Lisboa, v.1., nº 1, Nov., 1836, pp.1-4., cit. por Lúcia ROSAS, *op.cit.*, p.17.

²⁷¹ Revista semanal patrocinada pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis que se propunha vulgarizar os conhecimentos científicos entre os portugueses.

²⁷² Alexandre HERCULANO, “A Arquitectura Gothica. Igreja do Carmo em Lisboa” in *Panorama*, Lisboa, nº 1, 6, Maio, 1937, pp.2-4. cit. por Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.17.

²⁷³ O “Panorama” introduz nas suas páginas artigos traduzidos de publicações estrangeiras como o *Magasin Pittoresque* ou o *Musée des Familles*, assim como as gravuras aí publicadas, contribuindo para a divulgação da iconografia de uma considerável quantidade de catedrais e castelos espanhóis, franceses, alemães, ingleses e de exóticas construções dos países de cultura árabe.

²⁷⁴ “Desde as comemorações do primeiro centenário da morte de Alexandre Herculano que se reconheceu o papel pioneiro da sua intervenção pública na valorização do património cultural português. É no contexto de um movimento radical de índole constitucional, o Setembrismo, que deverá inserir-se a voz e actividade de Alexandre Herculano em defesa dos monumentos nacionais. Consciente das perturbações que o abalo estava a provocar na herança histórica, para este importava reconhecer a ideia de pátria, urgia salvar o que de mais válido subsistia do antigo edifício social que acabara de ruir” in Jorge CUSTÓDIO, *op.cit.*, pp.34-42.

²⁷⁵ Marion EHRHARDT, *D. Fernando II – um Mecenas Alemão Regente de Portugal*, Porto, Paisagem Editora, s.d., cit. por Vide Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.157.

depois de visitar o Mosteiro da Batalha adverte o governo da urgência das obras que serão orçamentadas dois anos depois.²⁷⁶

Em Setembro de 1837, “O Archivo Popular” *Semanário Pintoresco*” abre o seu nº 26 com a gravura da Batalha e refere-se ao conjunto arquitectónico como o mais belo monumento da arquitectura gótica nacional e um dos mais respeitáveis padrões da glória portuguesa, o convento é designado por monumento nacional.²⁷⁷

Entre 1838 e 1839, Herculano (1810-1877) escreve no “O Panorama” quatro artigos sobre os monumentos²⁷⁸, que mais tarde reformulará com o objectivo de serem editados nos “Opúsculos”, sob o título de *Monumentos Patrios*. O autor comunga de uma visão mística da arquitectura gótica e de um conceito historicista do monumento.²⁷⁹

Os textos perpassam uma ideia de decadência da sociedade portuguesa nas primeiras décadas do século, decorrente de um pessimismo amargo relativamente ao progresso, que o leva a enfatizar o passado e a história.

A difusão dos artigos de Herculano e o impulso dado pelo rei D. Fernando II a obras de restauro, como a do Mosteiro da Batalha (1840), davam alento quando se institucionaliza a “Associação dos Architectos Civis Portugueses”(1863).

J.M.da Silva Leal (1818-1886) escreve em 1841 *Mais um brado contra os destruidores dos monumentos*, retoma o tom de protesto presente nos títulos utilizados por Herculano,²⁸⁰ desenvolvendo uma acção mobilizadora no plano legal, enquanto bibliotecário-mor.²⁸¹ Publica a partir de 1861 uma série de monografias sistematizadas contemplando seis monumentos nacionais.²⁸² A consciência romântica de Mendes Leal dita-lhe uma leitura histórico-simbólica dos edifícios antigos²⁸³.

²⁷⁶ F. J. Pinto COELHO, *Contemporâneo Ilustre – D. Fernando II de Portugal*, Lisboa, 1878, p.42, cit. por Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.18.

²⁷⁷ *O Archivo Popular. Semanario Pintoresco*, Lisboa, v.1., nº 26, 23, Set. de 1837, p.197-199, cit. por Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.19.

²⁷⁸ Alexandre HERCULANO, “Os Monumentos (I)” in *O Panorama*, nº 69, vol. II, 1838, pp.266-268; “Os monumentos (II)” *op.cit.*, nº 70, pp.275-277; “Mais um brado a favor dos monumentos (I)”, *op.cit.*, nº 93, vol. III, 1839, pp.43-45; “Mais um brado a favor dos monumentos (III)”, *op.cit.*, pp.50-52 cit. por Maria João NETO, *op.cit.*, p.148.

²⁷⁹ Cf. Lucia ROSAS, *op.cit.*, p. 23.

²⁸⁰ J.M.da Silva LEAL, “Mais um brado contra os destruidores dos monumento” in *O Mosaico. Jornal D’Instrução e Recreio*, Lisboa, v.3., nº 95, 1841, pp.70-71, cit. por Lucia Rosas, *op. cit.*, p.27.

²⁸¹ Vide os Relatórios de Mendes Leal in *Boletim Oficial de Instrução Pública*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.

²⁸² Castelo de Almourol, Mosteiro dos Jerónimos, Palácio da Pena, Igreja de S. João de Alporão, Sé de Lisboa, Torre de Belém.

²⁸³ Vide José da Silva Mendes LEAL, *Monumentos Nacionaes*, Lisboa, 1868.

Um dos mais precoces intervenientes na matéria foi um intelectual de formação literária e histórica da primeira geração romântica, Almeida Garrett (1799-1854).²⁸⁴ Do Mosteiro dos Jerónimos fizera Garrett o cenário do seu poema *Camões* (1825), contribuindo para a valorização deste monumento. Expressa o seu desagrado contra dourados, pinturas e rebocos que ocultam a singeleza dos monumentos medievais. É bem conhecida a indignação de Garrett perante o estado ruinoso dos monumentos de Santarém, nas *Viagens na Minha Terra*.²⁸⁵

A responsabilidade da perda e o estado ruinoso do património é atribuída ao caos do liberalismo e ao desrespeito pela História de Portugal, ou aos vários governos que se vão sucedendo sem nada fazerem para alterarem o estado das coisas. Os Mosteiros da Batalha, Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, Sé Velha, apresentavam um estado de degradação acentuado no princípio do séc. XIX.²⁸⁶

Os que escreveram sobre os monumentos portugueses também deram um contributo importante para a valorização nacional do património construído. Os estrangeiros que visitaram Portugal, entre as últimas décadas do séc. XVIII e os finais do séc. XIX, e que escreveram ou nos deixaram imagens sobre o país foram essencialmente viajantes, artistas, escritores, poetas, diplomatas e militares. Uma boa parte deles refere a obra de Murphy²⁸⁷ (1760-1814), que suscitou viva curiosidade pelo monumento de um país mal conhecido.

Sendo o Romantismo um processo de renovação, a procura de exotismo num país mal conhecido aí se deve enquadrar. Já em 1760, Thomas Pitt (1737-1793) se deslocara à Península Ibérica procurando nas construções medievais a confirmação da teoria de Christopher Wren (1632-1723), sobre a origem sarracena da arquitectura gótica. Os estrangeiros vão ocupar-se principalmente das construções medievais que tendencialmente classificam de sarracenas e mouriscas.

As obras escritas por estrangeiros, algumas delas traduzidas, contribuíram para despertar a consciência nacional para o património artístico²⁸⁸. A insistência com que a maior parte daqueles autores se referiu à degradação e deterioração da nossa arquitectura,

²⁸⁴ Vide José-Augusto FRANÇA, *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Lisboa, Livros Horizonte, vol.I, pp.239-283.

²⁸⁵ Romance inicialmente publicado em 1843 na *Revista Universal Lisbonense*.

²⁸⁶ Cf. Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.33.

²⁸⁷ Vide James MURPHY, *Plans, Elevations Sections and Views of the Church of Batalha in the Province of Estremadura in Portugal with the History and Description by Fr. Luís de Sousa*, London, J. and J. Taylor, High Holborn, 1795.

²⁸⁸ Lucília Verdelho da COSTA, *Ernesto Korrodi: 1889-1944: Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp.59-61.

assim como às obras descuidadas e de mau gosto que esta recebia, teve repercussão no despertar das consciências para o cuidado que merecia o património artístico.

Enquadramento Legal e as Primeiras Medidas Estatais

Depois de extintas as ordens religiosas masculinas e nacionalizados os seus bens por decreto de 30 de Maio de 1834²⁸⁹, o Estado ficou depositário de um vasto património artístico.

Um ano depois, a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, determinava o modo de venda dos bens nacionais, exceptuando dessa venda as obras e edifícios de notável antiguidade. Os anos seguintes serão de abandono e pilhagem.

A 13 de Fevereiro de 1836, Luís Mouzinho de Albuquerque (1852-1902), ocupando o Ministério do Reino convida a “Academia Real das Ciências de Lisboa” a fazer um arrolamento de todos os edifícios pertencentes às extintas ordens religiosas que fossem notáveis pela época da sua fundação, factos históricos, monumentos fúnebres ou relíquias de homens célebres ou pela sua arquitectura.²⁹⁰ O convite não obteve resposta e o inventário ficou por fazer. Em 1838, a Academia é encarregue por ordem do governo de elaborar a referida relação,²⁹¹ a medida legislativa não teve qualquer eficácia.

Em 1838, o orçamento do Ministério do Reino tinha já consignado a quantia de dois contos de reis para as despesas de conservação dos monumentos históricos. No ano seguinte, a legislação respeita o restauro do Mosteiro da Batalha, que D. Fernando II tinha impulsionado junto das Cortes.

Em 1840, as obras realizadas nos edifícios conventuais do Mosteiro dos Jerónimos pela Real Casa Pia de Lisboa (1780)²⁹², merecem uma regulamentação datada de 29 de Janeiro. Pela primeira vez na legislação portuguesa surgem princípios programáticos que respeitam o restauro e a conservação de monumentos.

A legislação em matéria de conservação dos monumentos é muito esporádica durante a década de 40. Ao sabor de poucas obras²⁹³ e de muitos protestos das Câmaras e na

²⁸⁹ Vide Lucília Verdelho da COSTA, *op.cit.*, p.62 e *Collecção Oficial de Legislação Potugueza*, 1834, p. 134, cit. por Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.45.

²⁹⁰ *Diário do Governo*, Lisboa, nº 51, 1836.

²⁹¹ Forma-se uma Comissão composta por F.M. Trigoso de Aragão Morato, pelo Bispo Conde resignatário de Coimbra D. Francisco, o Visconde de Vilarinho de S. Romão, Manuel José da Costa e Sá, António Lopes da Costa e Almeida e pelo Secretário da Academia.

²⁹² Cfr. Luciano CORDEIRO, *As obras dos Jerónimos-Parecer apresentado à Comissão dos Monumentos Nacionais pelo seu Vice-Presidente*, Lisboa, typ. Casa Portuguesa, 1895.

²⁹³ As obras de restauro desenvolviam-se no Mosteiro da Batalha e Mosteiro dos Jerónimos.

imprensa²⁹⁴, vai saindo uma portaria ou uma carta de Lei, mas o inventário do património arquitectónico continuava por fazer. Portugal começava a atrasar-se em relação a outros países da Europa, onde uma legislação sistemática e uma acção centralizadora por parte do Estado resultou em inventários, ou simplesmente, em listas das construções que deveriam ser conservadas.²⁹⁵

Será preciso esperar pela reestruturação Fontista do Ministério das Obras Públicas (1864) e pela actividade da prestigiada “Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes” (1863), para que o governo tenha a suficiente vontade política para mandar inventariar os monumentos nacionais, o que só acontecerá em 1880.²⁹⁶

A 22 de Novembro de 1863 vir-se-ia a fundar, por iniciativa de Joaquim Possidónio da Silva (1807-1896), a “Associação dos Architectos Civis Portuguezes”²⁹⁷. Na mesma ocasião a Associação obtém do Estado a cedência do arruinado Convento do Carmo, para aí instalar a sua sede e um Museu de Arqueologia. Foi a primeira Sociedade voltada para a defesa do património arquitectónico nacional e teve um papel activo, funcionando como núcleo de reflexão sobre os princípios teóricos de intervenção e estabelecendo acções práticas de salvaguarda, com constantes representações ao governo sobre a conservação dos monumentos históricos.²⁹⁸

A 14 de Novembro de 1872, um Alvará Régio concedia à Sociedade “a faculdade de usar do título de Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes”²⁹⁹, consagração pública que de certa forma culminará quando o Ministério das Obras Públicas, em Outubro de 1880,³⁰⁰ encarrega a Associação de elaborar uma relação dos edifícios que deviam ser considerados monumentos nacionais. Surgia finalmente, em 1881, a primeira

²⁹⁴ Em duas portarias de 1 e 6 de Setembro de 1843 incumbe-se o Governador civil de Santarém de despender 300 réis diários no pagamento a um funcionário que deveria ter a seu cargo a limpeza e guarda do Convento de Cristo que se encontrava ao abandono e a depredação. Cfr. António Delgado da SILVA, *Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1843, p.240 e 245, cit. por Lúcia ROSAS, *Monumentos Pátrios : A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p.49.

²⁹⁵ Idem, p.49.

²⁹⁶ Cfr. *Monumentos Nacionaes Portuguezes. Legislação (Publicação Official)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, p.16, cit. por Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.52.

²⁹⁷ Vide Ana Isabel RIBEIRO, *Architectos portugueses : 90 anos de vida associativa : 1863-1953*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, 1993 e *Estatutos da Associação dos Architectos Civis Portuguezes*, Lisboa, 1864, p.13, cit. por Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.104.

²⁹⁸ Tinha esta Associação um boletim intitulado *Archivo de Architectura Civil*, publicado entre 1865 e 1867.

²⁹⁹ Eduardo A da ROCHA, *A Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes desde a sua fundação até 11 de Novembro de 1889*, Lisboa, Typ. Da Casa da Moeda, pp.16-17, cit. por Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.111.

³⁰⁰ *Relatório e mappa ácerca dos edificios que devem ser considerados monumentos nacionaes; apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes em conformidade da portaria do ministerio das obras publicas de 24 de Outubro de 1880*, Lisboa, Lallement frères, 1881.

classificação oficial dos monumentos.³⁰¹

Com a redução da actividade de Possidónio da Silva devido à sua avançada idade e depois com o seu desaparecimento em 24 de Março de 1896, a RAACAP conhece uma marginalização.

Os arquitectos fundam em 1902 a “Sociedade dos Arquitectos Portugueses”³⁰², dentro dos seus propósitos estava também a defesa e conservação do património arquitectónico.

A RAACAP assim se passa a denominar apenas Real Associação dos Arqueólogos Portugueses, e depois de 1910, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

O processo que conduziu ao encargo conferido à “Sociedade dos Arquitectos” foi pontuado por três factores: a reorganização do Ministério das Obras Públicas em 1864; a publicação dos textos de Herculano primeiro impressos na década de 30, em “O Panorama”, depois reformulados e editados nos “Opúsculos”, em 1872-73, sob o título de *Monumentos Pátreos*, e a publicação em 1876 de um Relatório encomendado pelo Ministério do Reino com o objectivo de propor a reforma do ensino artístico, a reorganização dos museus, dos monumentos históricos e da arqueologia.

Em 1852,³⁰³ por iniciativa de Fontes Pereira de Melo (1819-1887) foi criado o Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria. A 30 de Setembro, um outro diploma regulamentava a organização das Obras Públicas, incluindo na 3ª Secção os monumentos históricos, edifícios públicos e obras de aformoseamento e recreio público. Ao mesmo tempo, organizavam-se os quadros responsáveis das Obras Públicas com formação adquirida em engenharia civil nas escolas nacionais e estrangeiras, nas “armas científicas do exercito”, nos cursos de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra ou de universidades estrangeiras, e nas escolas politécnicas de Lisboa e do Porto.³⁰⁴

A reorganização do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industria consignada em decreto de 3 de Outubro de 1864,³⁰⁵ criou um “corpo de engenharia civil e dos seus auxiliares”, pretendendo autonomizar-se dos engenheiros militares. Os auxiliares compreendiam os arquitectos, que deviam ocupar-se especialmente nas reparações e restauros dos monumentos nacionais e nas novas edificações públicas.

³⁰¹ Cf. Joaquim Possidónio da SILVA, *Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionais apresentado ao Illustrissimo e Excellentíssimo Senhor Ministro das Obras Públicas Comércio e indústria pelo presidente da referida Comissão em 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, cit. por Maria João NETO, *op.cit.*, p. 165.

³⁰² É publicado o *Anuário da Sociedade* entre 1905 e 1910.

³⁰³ Decreto de 30 de Agosto de 1952.

³⁰⁴ Cf. Lucia ROSAS, *op.cit.*, pp.111-112.

³⁰⁵ José Maximo de Castro Leite e VAZCONCELLOS, *Collecção official de legislação portugueza*, 1853, pp. 865-869 e 1864, pp.572-573, cit. por Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.112.

A Comissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875, para propor ao governo a reforma do ensino das Belas-Artes, a organização dos museus e da arqueologia e a salvaguarda dos monumentos teve nas *Observações sobre o estado actual do ensino das artes em Portugal*³⁰⁶, da autoria de Sousa Holstein, um importante documento para a elaboração do *Relatório (...)* que publicou em 1876.

É no ensino da arquitectura que Sousa Holstein (ca. 18-?) encontra as maiores deficiências. A falta de ensino teórico e da cultura artística era total nos programas académicos, assim como os conhecimentos práticos da arte de construir, resumindo-se o ensino da arquitectura à sua experimentação gráfica. Na salvaguarda dos monumentos históricos tudo faltava, nos restauros primava a ignorância, excepção feita às obras da Batalha e do Templo de Évora.³⁰⁷

Em 1872-1873, Alexandre Herculano reformula e publica os seus textos sobre monumentos, escritos em “O Panorama” em 1838. Os textos publicados nos “Opúsculos” vêm dar alento ao retomar do tema a nível oficial da opinião pública: a decadência da arquitectura portuguesa que se agravara nos últimos cento e cinquenta anos e logo as reconstruções e restauros desde então efectuados e a necessidade de uma legislação eficaz é manifestada.

O sentido de património é algo de muito amplo e pouco utilizado no século XIX, que ao eger períodos gloriosos da história, restringe logo o conceito de património-herança aos monumentos que simbolizam ou permitem a amostragem das qualidades dessas épocas.

Luciano Cordeiro (1844-1900), utiliza pela primeira vez a palavra património referindo-se à conservação. A noção de património como “propriedade artística e histórica da nação”³⁰⁸ é por ele afirmada quando diz “património opulento de história do trabalho nacional (...)”. O património como herança de toda a nação, o ensino como fonte de estímulo da capacidade artística do homem, de benéficos resultados no tecido social, e a consciência pública, só ela capaz de obstar ao mau gosto e às plantas daninhas, à insciência do mercantilismo, obliteradores da tradição artística portuguesa, são os vectores

³⁰⁶ “No serviço dos monumentos históricos tudo nos falta (...) não temos pessoal habilitado com os profundos conhecimentos theoreticos e práticos que se requerem para a restauração dos edificios de diferentes estylos que é mister acudir”, in Marquês de Sousa HOLSTEIN, *Observações sobre o estado actual do ensino das artes em Portugal, a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e da Archeologia offerecidas a Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 por um vogal da mesma commissão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p.46.

³⁰⁷ Cfr. Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.117.

³⁰⁸ Luciano CORDEIRO, *Relatório dirigido ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario D' Estado dos Negócios do Reino pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875*, p.XIII, cit. por Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.120.

fundamentais do texto de Luciano Cordeiro.³⁰⁹

O Projecto de Lei apresentado pela Comissão propunha a criação de uma Academia de Belas-Artes e Arqueologia³¹⁰. No ensino das Belas-Artes, concretamente no da Arquitectura e do Desenho aplicado à indústria era conferido assinalável lugar ao estudo da História de arte, da Estética, e da Arqueologia. Criavam-se os cursos de Arquitectura civil, Arte ornamental e decorativa, Escultura e estatuária.

No entanto, as reformas propostas pela Comissão de 1875, não foram sequer discutidas a nível parlamentar e só em 1881 foi decretada uma reforma do ensino artístico, que dividia Academia e Escola, insuficiente para reformar arquitectos com as habilitações necessárias à profissão.

Classificação dos Monumentos

Na sequência da importância crescente da actividade da “Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses”, o Ministério das Obras Públicas, em portaria de 24/10/1880 encarrega aquela Sociedade de elaborar um *Relatório e Mapa àcerca dos edifícios que devem ser classificados monumentos nacionais*.³¹¹ A tarefa da Real Associação foi bastante dificultada pela falta de conhecimentos histórico-artísticos das entidades regionais do país, que haviam de responder aos inquéritos sobre os monumentos locais.

Em 1881, o governo encarrega Possidónio da Silva de *levantar as plantas e alçados dos edifícios monumentaes, com os cortes indispensáveis para se conhecer o systema de construção e a divisão interna, e bem assim de redigir as correspondentes memorias descritivas (...)*³¹². As autoridades locais foram pouco colaborantes no processo de inventário dirigido pela Comissão dos Monumentos Nacionais.³¹³ A tarefa de Possidónio não era fácil e disso se ressentiu o *Relatório* também na sua falta de consequências. Até à primeira década do século XX continuam a ser criadas comissões destinadas a classificar os

³⁰⁹ Vide Lúcia ROSAS, *op.cit.*, p.121.

³¹⁰ Vide *Relatório dirigido ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario D’ Estado dos Negocios do Reino pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do serviço dos museus, Monumentos Históricos e Archeologia. Segunda parte. Actas e Comunicações*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, p.3, cit. por Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.121.

³¹¹ Vide *Relatório e Mappa àcerca dos edifícios que devem ser classificados monumentos nacionaes. Apresentado ao Governo pela Real Associação dos Arquitectos Civis e Archeologos Portuguezes em conformidade da portaria do Ministério das Obras Públicas de 24710/1880*, Lisboa, 1881. Appenso ao nº 4 (série 3ª, tomo III) do *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Archeologos Portuguezes*, pp.3-14, cit. por Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.125.

³¹² Cfr. *Monumentos Nacionaes Portuguezes Legislação (Publicação Official)*, Lisboa, Imprensa Nacional, p.17, (Portaria de 29/12/1881), cit. por Lúcia ROSAS, *op.cit.*, p.139.

³¹³ “Dos 138 questionários expedidos apenas 33 tiveram resposta por parte dos municípios (...)”, Cfr. Lúcia ROSAS, *op.cit.*, p. 140.

monumentos nacionais.

Depois de outras tentativas sem resultado, de inventariar o património, em 27 de Fevereiro de 1894 é regulamentada, no seio do Ministério das Obras Públicas, por portaria, a “Comissão dos Monumentos Nacionais”.³¹⁴

Em Julho de 1894, a Comissão apresenta um Questionário Geral³¹⁵, enviado aos presidentes das Câmaras, Juntas de Distrito, e autoridades eclesiásticas, e dois outros questionários, militar e paroquial, destinados à administração militar e aos párocos. O Questionário Geral dividia a classificação dos monumentos, pela primeira vez, por épocas. No entanto, verificamos a inoperância da Comissão devido aos curtos poderes e programa utópico, no que respeitava o inventário dos monumentos e a ineficácia das medidas governamentais.³¹⁶

A 9 de Dezembro de 1898, o Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria decreta o *Plano orgânico dos serviços dos monumentos nacionaes*, criando no seu ministério o “Conselho Superior dos Monumentos Nacionais”.

Temos o estabelecimento em 1901³¹⁷, das bases para a classificação dos Imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais.

O trabalho de inventariação do “Conselho dos Monumentos Nacionais”, muito beneficiou da acção paralela da “Sociedade dos Arqueólogos e Architectos”. Em 1909, esta apresenta a *Classificação dos Monumentos Nacionaes*,³¹⁸ tendo sido aprovada por decreto de 16 de Junho de 1910³¹⁹.

Em 1910, a Associação começa a promover excursões como processo de estudo dos monumentos, continuando a insistir no inventário que, sem o afirmar explicitamente,

³¹⁴ São considerados monumentos nacionais todos os edifícios, construções, ruínas e objectos artísticos, industriais e arqueológicos. As incumbências da Comissão dos Monumentos Nacionais passavam pelo estudo, classificação e inventário dos monumentos nacionais bem como pela proposta de medidas necessárias para a sua guarda, conservação, reparação e exposição pública para além de dinamizar a nível público a defesa e estudo desses monumentos.

³¹⁵ O Questionário Geral dividia a classificação dos monumentos em : Monumentos pré-históricos; Antiguidades romanas; Tradições locais; Antiguidades românicas e góticas; Monumentos árabes; Monumentos portugueses; Antiguidades de origem desconhecida; Notícias de retratos, estampas ou cartas geographicas antigas; Notas sobre o estado de conservação dos objectos mencionados. Cfr. “Boletim da Real Associação do Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”, Lisboa, nº 1, v.7, 3º série, p.1-4, cit. por Lúcia ROSAS, *op.cit.*,p.143.

³¹⁶ Cfr. Lúcia ROSAS, *op.cit.*,p.143.

³¹⁷ Decreto que estabelece as bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais, em 30 de Dezembro de 1901.

³¹⁸ Ministério das Obras Publicas Commercio e Industria, Conselho dos Monumentos Nacionais, *Classificação dos Monumentos Nacionaes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, cit. por Lucia ROSAS, *op.cit.*,p.153.

³¹⁹ Decreto de 16 de junho de 1910 que classifica os Monumentos Nacionais. *Diário do Governo*, nº 136, 23 de Junho de 1910.

considera insuficiente.³²⁰ A ideia de “excursões artísticas” aos monumentos nacionais tinha sido lançada pela “Sociedade dos Arquitectos Portugueses”, fundada nos finais de 1903, com o objectivo de prestigiar a classe e afirmar a sua autonomia.³²¹

Implantada a República, os serviços dedicados aos monumentos nacionais são alterados por nova legislação de 29 de Maio de 1911³²². O país é dividido em três circunscrições, na sede de cada circunscrição passaria a funcionar, com funções consultivas e deliberativas, um “Conselho de Arte e Arqueologia”³²³ e em cada Conselho era formada uma Comissão dos Monumentos.³²⁴

Uma série de monumentos foi sendo classificada até 1928, data de publicação do inventário que juntava ao arrolamento de 1909 os monumentos entretanto decretados como nacionais.

Correntes Teóricas de Intervenção

Fenómeno complexo na sua definição, a prática do restauro surge associada ao século XIX historicista e romântico, que consagrou o monumento histórico e procurou classificá-lo e conservá-lo, e aos arquitectos e teóricos que adquiriram maior notoriedade pela prática e pela divulgação das suas teorias: Viollet-le-Duc (1814-1879), John Ruskin (1819-1900) e Camilo Boito (1836-1911).

Em boa parte do século o restauro nacional, é praticado à margem daquelas teorias, ao sabor de critérios e tópicos herdados de setecentos, enformados pela valorização histórica dos monumentos, pelo prestígio e atracção anímica do que é ou do que parece ser antigo, de uma aprendizagem em estaleiro, em periódicos especializados vindos de fora e em manuais de divulgação dos princípios que deviam ser aplicados nas obras de restauro.³²⁵

Não obstante a ausência de programas concertados e métodos definidos, sem ensino,

³²⁰ Cfr. *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Lisboa, v.12, nº 3, 5ª série, Julho-Set., 1910, p.153.

³²¹ “Os arquitectos apartavam-se dos arqueólogos e da antiga sociedade criada em 1864, para mais eficazmente reclamarem o lugar que lhes competia no meio artístico e intelectual português.”, Cfr. Lúcia ROSAS, *op.cit.*, p.154.

³²² Decreto nº 1. Diário do Governo, nº 124, 29 de Maio de 1911.

³²³ Ao conselho de Arte e Arqueologia competia: classificar os monumentos da circunscrição e velar pela sua conservação, propondo e apreciando projectos de restauro e reparação; promover conferências sobre estética, história de arte e monumentos nacionais; proceder ao arrolamento da riqueza artística e arqueológica da circunscrição e propor ao governo as medidas necessárias para a sua conservação.

³²⁴ Vide Miguel TOMÉ, *Património e Restauro em Portugal(1920-1995)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p.2.

³²⁵ Cf., Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.302.

sem teoria e arquitectos formados na especialidade³²⁶, num quadro político e governamental em constante mutação, recebendo tardiamente uma estrutura própria, com orçamentos flutuantes e escassos, tacteando sobre o impulso da imprensa periódica, grande propulsora do fenómeno em Portugal, o entusiasmo de indivíduos ou sociedades locais vocacionadas para a salvaguarda dos monumentos, elogios e desagravos da “Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses”, efectuaram-se vários restauros.³²⁷

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1846), foi o responsável pela primeira grande experiência nacional de restauro, efectuado no Mosteiro da Batalha (1840).³²⁸ A preferência e o reconhecimento do estilo gótico como estilo ideal faz-se sentir. As ideias teóricas de Mouzinho de Albuquerque reflectem o clima internacional que então se vivia na questão antes de Viollet-le-Duc estabelecer os seus princípios doutrinários. Principalmente em França, assistia-se a uma verdadeira “obcecação” pela fidelidade ao gótico.³²⁹

A Torre de S. Vicente e o Mosteiro de Santa Maria de Belém, tidos como símbolos da epopeia marítima de Portugal, contaram, igualmente, com o apoio de D. Fernando II no desenrolar das intervenções de que foram alvo. As obras na Torre de Belém iniciaram-se por volta de 1843, sob a supervisão do Duque da Terceira.

O Mosteiro de Santa Maria de Belém foi objecto de restauro, a partir de 1859, sob a acção do provedor José Maria Eugénio de Almeida (1812-1872)³³⁰. Os projectos de C. F. G. Colson³³¹, Valentim José Correia (1822-1900), Samuel Bennet³³², Rambois e José Luís Cinnatti (1800-1879) suscitaram as opiniões de técnicos e intelectuais motivados pelos problemas estéticos e artísticos da época, desencadeando-se maior polémica depois da derrocada do corpo central da ala dos dormitórios, ocorrida a 18 de Dezembro de 1878.³³³

Vão ser as catedrais os imóveis que mais despertam as atenções dos eruditos

³²⁶ Vide Maria Helena LISBOA, *Os Engenheiros em Lisboa: Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

³²⁷ Cf. Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.303.

³²⁸ Vide Luís Mouzinho de ALBUQUERQUE, *Memória Inédita Acerca do edifício monumental da Batalha*, Leiria, 1854. O Mosteiro da Batalha foi o primeiro monumento nacional a ser objecto de restauro, a partir de 1840, por determinação governamental. Cfr. Maria João NETO, *op.cit.*, p.235.

³²⁹ Cf. Maria João NETO, *op.cit.*, p.235.

³³⁰ Cfr. José Maria Eugénio de ALMEIDA, *Relatório da Administração da Real Casa Pia de Lisboa, 20 de Outubro de 1859 a 31 de Outubro de 1866*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, p.49. As obras de restauro no Mosteiro dos Jerónimos principiaram de forma organizada, com apoio estatal, por volta de 1859, altura em que Eugénio de Almeida é nomeado provedor (10 de Outubro de 1859). Cfr. Maria do rosário GORDALINA, “As Obras Revivalistas do Século XIX no Mosteiro de Santa Maria de Belém” in *Romantismo da Mentalidade à Criação Artística*, Sintra, 1986, pp.247.291.

³³¹ Arquitecto francês que vemos trabalhar nos anos 60 nos projectos para a Câmara dos Pares, o Observatório da Ajuda e a Alfândega Nova, no Porto.

³³² De nacionalidade inglesa responsável pelas obras do Palácio de Monserrate em Sintra.

³³³ Cf. Maria João NETO, *op.cit.*, p.205 e 236 e Vide José Augusto FRANÇA, *a Arte em Portugal no século XIX*, vol.I, Venda Nova, Bertrand, 1990, p.325 e 384.

conterrâneos, pela importância histórico-simbólica que lhes é inerente pelo que procuram sensibilizar as autoridades locais e o poder central para a elaboração de projectos e execução de obras de restauro.³³⁴

A catedral de Lisboa foi alvo de vários estudos a partir de 1895, por ocasião do centenário de Santo António. A 16 de Janeiro de 1899, o Governo nomeia uma comissão para proceder a estudos e elaboração de um projecto de restauro do monumento.

Na mesma linha valorativa dos imóveis em função de factos ou personalidades históricas foi a vez do Mosteiro Madre de Deus sofrer um projecto de intervenção, a partir de 1872, destinado a repor a traça manuelina.³³⁵

A motivação crescente pelo estudo e salvaguarda do património arquitectónico levou alguns autores a publicarem os seus trabalhos, dinamizando o conhecimento e despertando o interesse pelos monumentos citados. Sem advogarem uma teoria de intervenção, deixam transparecer nos seus textos ideias estéticas e culturalistas sob determinada linha.³³⁶

Como foi referido anteriormente, Alexandre Herculano nos artigos do *O Panorama* de 1837-38, preconizava já determinados princípios a impor ao restauro dos monumentos. No entanto, o desconhecimento histórico e artístico dos monumentos levava a acções desprovidas de rigor, onde a invenção era factor dominante.³³⁷

Na mesma perspectiva de Alexandre Herculano encontra-se Mendes Leal (1818-1886) e Vilhena Barbosa (1811-1890), defensores da causa patrimonialista. Em 1868 José da Silva Mendes Leal publica, a obra *Monumentos Nacionais*.³³⁸

Inácio Vilhena Barbosa (1811-1890) incrementa a sua actividade erudita em favor dos monumentos nacionais a partir da revista *Universo Pittoresco*, entre 1830 e 1844.³³⁹ Crítico dos acrescentos posteriores à edificação primitiva dos imóveis, que lhe desfiguravam a traça inicial, condenava igualmente o desinteresse do poder público pelo património e os restauros mal dirigidos.³⁴⁰

A “unidade de estilo” sofria influências românticas, historicistas e nacionalistas, mas participava igualmente de um conceito lógico e estrutural dominado por um cientismo, comunicado pelo pensamento positivista. Esta pluralidade de influências contribui para que as propostas de Viollet-le-Duc fossem seguidas por um grande número de arquitectos e

³³⁴ Idem, p.185.

³³⁵ Vide Liberato TELLES, *Mosteiro e Igreja da Madre de Deus*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1899.

³³⁶ José AUGUSTO-FRANÇA, *A arte em Portugal no séc. XIX*, Lisboa, Livraria Bertrand, p.236.

³³⁷ Maria João NETO, *op.cit.*, p.230.

³³⁸ Cfr. Lucia ROSAS, *op.cit.*, p.98.

³³⁹ Cfr. Maria João NETO, *op.cit.*, p.238.

³⁴⁰ Vide Inácio Vilhena BARBOSA, *Estudos Históricos e Arqueológicos*, Lisboa, Tipografia Castro e Irmão, tomo I e II, 1874.

teóricos de restauro, sem contudo, terem absorvido e compreendido o pensamento do arquitecto francês por inteiro, derivando em preceitos radicais e sem critério artístico coerente. Sem possuírem a preocupação do conhecimento do organismo gótico, os seguidores deste arquitecto limitavam-se muitas vezes a acções de demolição de elementos artísticos de qualidade e à construção de outros sem qualquer critérios histórico-artístico.³⁴¹

Esta falta de dinâmica e articulação com a evolução do pensamento internacional espelha-se na obra de Ramalho Ortigão (1836-1915). Foi defensor e promotor da instituição de todo um programa de acção com vista à salvaguarda dos monumentos nacionais. Desde instigar ao levantamento e inventário dos imóveis, à sua classificação e protecção por intermédio de legislação adequada, ao seu estudo e divulgação e também ao cuidado físico a fim de evitar a sua degradação.³⁴²

Ramalho Ortigão manifesta-se frontalmente contrário à teoria da “unidade de estilo” expressa por Viollet-le-Duc. Adopta uma posição oposta à do arquitecto francês bebendo nas ideias de Ruskin e de Camilo Boito, sem contudo, as digerir por completo.

Luciano Cordeiro (1844-1900), sem alcançar o pensamento de Ramalho Ortigão no domínio da filosofia de intervenção, não deixa de evidenciar uma posição contrária à “unidade de estilo”.

Com ideias mais claras Gabriel Pereira (1847-1911), procura divulgar o seu pensamento num artigo publicado na revista *Arte portuguesa*, intitulado “restaurar e conservar” e através de uma série de conferências proferidas e publicadas em 1909.³⁴³ Procura distinguir entre restauro e conservação, estabelecendo uma união directa entre a primeira atitude e as ideias de Viollet-le-Duc, que considera perigosas. Mostra-se favorável às ideias de Ruskin e Camilo Boito, numa perspectiva de conservação mais respeitadora da integridade dos monumentos.

Na mesma linha de pensamento encontramos Sousa Viterbo (1845-1910), embora com uma exposição de ideias menos definidas e precisas em relação a Gabriel Pereira. Viterbo tem consciência de que a “unidade de estilo” é uma preocupação recente na mente dos arquitectos. O grande argumento contrário às restaurações que o autor apresenta é de ordem financeira. Viterbo defende a sua concepção de intervenção, no seio da “Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses”, contra ideias divergentes.

Todas estas posições críticas recebidas do ambiente internacional, que punham em

³⁴¹ Cf. Maria João NETO, *op.cit.*, p.240.

³⁴² Vide Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, António Maria Pereira, Livreiro Editor, 1896.

³⁴³ Vide Gabriel Pereira, *Monumentos Nacionais, Conferências*, Lisboa, Typografia do Anuário Comercial, 1909.

causa uma intervenção, exclusivamente em termos de “reintegração primitiva” do monumento, não tiveram grandes repercussões em termos práticos, devido principalmente à filosofia intervencionista dos restauradores.³⁴⁴

Os arquitectos e outros técnicos possuíam um espírito mais arreigado a concepções práticas, onde o aspecto histórico ou artístico podia ser sublevado por reconstituições arqueológicas, sob preciosismos de hipotética “pureza de estilo”, que impunham demolições e construções de elementos ao sabor, muitas vezes, da imaginação e criação dos seus autores.

Possidónio da Silva elabora um projecto de restauro para a igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém³⁴⁵. Na Memória Descritiva subjacente ao projecto, que nunca viria a ser executado, Possidónio manifesta-se contra a capela-mor do templo, segundo uma gramática clássica. O arquitecto justifica o seu projecto de “reintegração estilística” do imóvel segundo argumentos violletianos.³⁴⁶

Rosendo Carvalheira (1864-1919) no estudo que preparou sobre o edifício intitulado *Memória sobre a Sé Catedral da Guarda e a sua possível restauração* deixa transparecer um conceito de restauro arquitectónico, ao qual não são estranhas as influências de Alexandre Herculano. Apoiando-se várias vezes em citações do pensamento de Viollet-le-Duc, propõe várias demolições levadas à prática pelos executores do projecto, norteadas pela “unidade de estilo”.³⁴⁷

Augusto Maria Fuschini (1843-1911) foi outro dos técnicos que teve a seu cargo a projecção e a direcção de trabalhos de restauro, desenvolvendo a sua acção na Sé de Lisboa, é partidário de uma concepção de restauro com base na “unidade de estilo”.

Desde 1890, até ao final da Monarquia Constitucional, desenvolveram-se alguns restauros³⁴⁸, confrontando-se na altura várias teorias. Viollet-le-Duc ganhara uma maior audiência no final do século, influenciando Rosendo Carvalheira (1864-1919), Korrodi

³⁴⁴ Cf. Maria João NETO, *op.cit.*, p.251.

³⁴⁵ Vide J. Possidónio da SILVA, *Mémoire Description du Project d' une Restauration por L' église Monumentale de belem à Lisbonne*, Lisbonne, 1867, p.3, cit. Por Maria João NETO, *op.cit.*, p.251.

³⁴⁶ Cfr. Maria João NETO, *op.cit.*, pp.251-252.

³⁴⁷ *Idem*, p.252.

³⁴⁸ Este movimento intervencionista em torno das catedrais teve na Sé Velha de Coimbra a sua primeira acção prática iniciada em 1893, dirigido por António Augusto Gonçalves. A catedral de Lisboa foi alvo de vários estudos a partir de 1895 por ocasião do Centenário do Nascimento de Santo António, sob a direcção de Fuschini. A 16 de Janeiro de 1899, o governo nomeia uma comissão para proceder a estudos e elaboração de um projecto de restauro do monumento. A catedral da Guarda exaltada pela sua filiação estilística no mosteiro da Batalha é objecto de uma vistoria por parte de Rosendo carvalheira em 1898 e o Castelo de Leiria, devido à iniciativa de Ernesto Korrodi. Cfr. Jorge CUSTÓDIO, *op.cit.*, p.51.

(1870-1944) e Fuschini.³⁴⁹ As teorias de Camilo Boito e a de John Ruskin de reacção à escola de restauro integral não tiveram sucesso em Portugal durante este período e seria necessário a projecção da Carta de Veneza (1964), para que tal concepção ganhasse maior audiência.³⁵⁰

Em Portugal, até à década de 1930, nunca foi visto de bons olhos um projecto de restauro moderno como o entendeu Viollet-le-Duc, na sua dupla vertente. A ideia de alterar profundamente o monumento histórico não foi bem aceite e por isso os restauros mais elogiados são os que seguem a matriz da autenticidade³⁵¹ e da procura do estado primitivo do edifício, copiando, renovando e inventando, mas pouco.

4.3. Da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN) à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)

A Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, criada em 1920, na dependência do Ministério das Obras Públicas,³⁵² em substituição das Direcções Regionais do mesmo ministério, absorve e centraliza as responsabilidades do Estado na intervenção do património arquitectónico classificado.³⁵³

Usufruindo de um clima de prosperidade vivida no pós-guerra, desenrolavam-se obras em diversos monumentos: na Sé de Lisboa, no Mosteiro de Odívetas, nos Palácios de Belém e Sintra, no Castelo de Leiria, no Mosteiro de Belém e no Convento de Cristo, em Tomar.³⁵⁴ Adães Bermudes (1864-1947) encontrava-se à frente destes trabalhos, dirigindo uma equipa de arquitectos, em que se contavam António de Couto Abreu (1874-1946) e Baltazar de Castro (1892-1967).

Em 1924, a AGEMN é substituída pela 3ª Repartição da Direcção Geral de Belas Artes³⁵⁵. O lançamento de uma política de restauros, é protagonizada pela 3ª Repartição da

³⁴⁹ Cfr. Jorge CUSTÓDIO, *op.cit.*, p.51

³⁵⁰ Ide, *Ibidem*, p.51.

³⁵¹ Batalha, Mouzinho de Albuquerque, Sé-Velha de Coimbra, António Nogueira Gonçalves.

³⁵² O MOP, criado em 1852 por Fontes Pereira de Melo, inclui na 3ª Secção os Monumentos Históricos, definindo-se, em 1882, o primeiro serviço oficial dos Monumentos Nacionais.

³⁵³ Os serviços divididos em internos e externos, ficavam nesta última categoria confiados a duas direcções, uma com sede no Porto e outra em Lisboa.

³⁵⁴ Vide mapa das despesas em monumentos relativo aos anos económicos 1923-24 a 1925-25 apresentado por Maria João Neto. Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.215 e 218.

³⁵⁵ Através da Lei nº 17 700, de 18 de Dezembro de 1924.

Direcção Geral de Belas Artes³⁵⁶, organismo dependente do Ministério da Instrução Pública, que em 1927, assume as competências no âmbito da intervenção nos Monumentos Nacionais. Verifica-se a centralização no Ministério da Instrução, de todos os serviços relativos a monumentos e palácios nacionais.

A Direcção da Repartição é confiada a Adães Bermudes,³⁵⁷ adjunto do Administrador Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, desde 1920, integrando na equipa Baltazar de Castro, responsável pela acção deste organismo na região norte do país.

Em 1929, A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, definida como órgão do Ministério do Comércio e Comunicações, representa o retorno ao âmbito das Obras Públicas, para o qual transita grande parte da equipa da 3ª Repartição. A supervisão das obras em monumentos ficará a cargo da Direcção dos Monumentos Nacionais, que em 1930 seria subdividida em Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte e a Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul, para em 1935, ser novamente reunida numa única Direcção.³⁵⁸ Assiste-se a uma continuidade na execução dos projectos previstos, assegurada pelo mesmo quadro técnico.

Criada no seio do Ministério do Comércio e Comunicações³⁵⁹, a DGEMN veio reunir os serviços de obras de edifícios e monumentos nacionais. O decreto contemplava a par de uma Repartição Central e de duas Direcções de Edifícios Nacionais (do Norte e do Sul), de uma Direcção dos Monumentos Nacionais, constituída pelos serviços herdados, da extinta Repartição dos Monumentos Nacionais.³⁶⁰

O decreto nº 18070 de 10 de Março de 1930 institui a Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte e Direcção dos Monumentos do Sul, extinguindo-se a Direcção dos Monumentos Nacionais.

³⁵⁶ As competências da Repartição passavam pela vigilância dos imóveis e tomada de providências necessárias à sua conservação, pela elaboração de projectos destinados a obras de reparação, conservação e restauro. A grande novidade introduzida centrava-se no conceito de salvaguarda extensível à envolvimento do imóvel.

³⁵⁷ Decreto de 24 de Abril de 1926.

³⁵⁸ Cfr. Miguel TOMÉ, *Património e restauro (1920-1995)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p.8.

³⁵⁹ Decreto nº 16 791, de 30 de Abril de 1929.

³⁶⁰ Em relação às suas atribuições podemos referir a elaboração de projectos completos para obras de reparação, restauro e conservação de monumentos e palácios nacionais, e respectiva execução. Propor as providências necessárias para a conservação dos palácios. Competia promover a cooperação entre o Estado e as entidades particulares possuidoras de imóveis classificados, em relação aos encargos a assumir com vista à salvaguarda. A actualização do inventário geral dos imóveis classificados, organização do catálogo e o arquivo iconográfico, formular os preceitos técnicos e regras a serem observadas no tratamento e conservação, quer na execução de obras de reparação ou restauro dos monumentos nacionais, de fixar uma zona de protecção em torno dos monumentos classificados.

Em Novembro de 1935 é pronunciada uma nova orgânica da DGEMN: temos uma Repartição de Estudos e Obras dos Monumentos, voltando a existir uma Direcção de Monumentos.

Em 1947, a legislação criava uma Direcção dos Serviços de Monumentos que compreendia uma Repartição Técnica e uma Secção de Expediente Técnico. *A orgânica determinada pelo decreto de 1947 servirá de suporte à actuação da DGEMN, durante toda a década de 50 e parte de 60, mais precisamente até Julho de 1968, altura em que nova legislação produzirá alterações(...)*.³⁶¹

O diploma criador da DGEMN decretava a extinção da Administração Geral das Obras de Edifícios Nacionais, a Repartição dos Monumentos Nacionais e a Secção de Construções Escolares. O pessoal dos serviços extintos transitava para a nova Direcção Geral.

O ritmo das intervenções nos monumentos foi aumentado, no decorrer dos anos. Com a criação, junto do Ministério das Obras Públicas, do *Comissariado do Desemprego*, em 1932, são iniciadas muitas obras, financiadas em regime de comparticipação, pelos fundos do novo organismo, desde que utilizassem mão-de-obra recrutada na lista dos desempregados.³⁶²

No final dos anos 40, Portugal via-se envolvido numa estranha situação de pós-guerra. Os arquitectos dos “Monumentos Nacionais”, confrontam-se com a necessidade e a responsabilidade de revisão de algumas premissas teóricas e pelo questionamento dos procedimentos já consolidados. Contributos associados à crescente participação de profissionais com formações complementares vêm alterar progressivamente a situação.³⁶³

A década de 50 caracteriza-se por um alargamento do campo e dos métodos de acção dos arquitectos, procurando superar o isolamento a que o Estado Novo os tinha votado, pela abertura internacional e pela redefinição dos territórios disciplinares³⁶⁴. Esta dinâmica reflecte-se no interior da DGEMN e, nomeadamente no Serviço de Monumentos Nacionais, somente na década de 60, quando se assume a abertura internacional, pela participação nas mais importantes iniciativas realizadas por organismos de tutela patrimonial. A presença

³⁶¹ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.373.

³⁶² *Idem*, pp.377-378.

³⁶³ Cfr. Miguel TOMÉ, *Património e restauro (1920-1995)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp.75-76.

³⁶⁴ *Idem*, p.77.

portuguesa no Congresso Internacional de Veneza, em 1964, revela a urgência em acompanhar o debate internacional.³⁶⁵

Ao procurar retomar o tema das celebrações simbólicas com as Comemorações do infante D. Henrique, já nos anos 60, o regime não consegue alcançar um empenhamento e envolvimento comparáveis ao das Comemorações Centenárias.³⁶⁶

Exposições Evocativas e as Comemorações Centenárias

Oliveira Salazar (1889-1970), é indigitado para formar governo, em Julho de 1932. Os monumentos nacionais, enquanto documentos vivos das épocas de glória, assumem particular importância para o regime, que faz da sua salvaguarda, uma das suas principais “cruzadas”³⁶⁷.

O estatuto assumido pelos monumentos é indissociável da intenção nacionalista de reconduzir Portugal na tradição do seu passado épico.³⁶⁸ *A atenção patrimonial justificava-se pelo estado de abandono e ruína em que se encontravam os monumentos e a instituição de comemorações ajudaria a sedimentar uma memória colectiva, sintonizada com a sua causa.*³⁶⁹

Os monumentos restaurados são aqueles que melhor ilustram a história “prescrita” pelo regime, funcionando como testemunhos vivos que autenticam os momentos de triunfo da Nação secular. A importância conferida à ancestralidade da acção e luta desencadeada pela independência, e pela reconquista do território e pela manutenção das linhas de fronteira, era de molde a privilegiar as intervenções nos exemplares religiosos do românico rural, bem como nos castelos, na mesma linha as catedrais surgem como símbolos do poder espiritual.³⁷⁰

A par deste grupo de imóveis consagrados, pelo ambiente ideológico-mental, o regime permitiu-se explorar o valor simbólico de determinados monumentos, no âmbito de Comemorações e Exposições Evocativas. *Contudo, esse ambiente não influiu apenas nos critérios de selecção dos imóveis a restaurar ele foi, de igual modo, decisivo na perfilhação de doutrinas de intervenção que garantissem a reposição do edifício no estado primitivo da*

³⁶⁵ Idem, pp.77-78.

³⁶⁶ Idem, p.78.

³⁶⁷ “A ideia de “salvação da pátria em ruínas” é uma constante nos discursos de O Salazar e torna-se mais explícita a partir da altura em que assume a chefia do governo” in Margarida ACCIAIUOLI, *Exposições do Estado Novo : 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p.36.

³⁶⁸ Cfr. Maria João NETO, *op.cit.*, p.271.

³⁶⁹ Cfr. Margarida ACCIAIUOLI, *op.cit.*, p.11.

³⁷⁰ Maria João NETO, *op.cit.*, pp.274-276.

*sua construção e os expurgasse dos acrescentos posteriores, a fim de facilitar a leitura da mensagem simbólica do monumento, obrigando o edifício a apresentar uma gramática estético-artística, de acordo com o período histórico com que se identificava. Tal atitude exigia o sacrifício de elementos de outras épocas, que perturbavam a assimilação correcta da mensagem pretendida.*³⁷¹

O Estado Novo encontrou nas Exposições Evocativas e na celebração de factos e figuras da nossa história, um mecanismo de estruturação ideológica e um sistema eficaz de propaganda e sugestão de confiança nos destinos da nação³⁷². Sobressai o grande evento da dupla Comemoração dos Centenários da Formação e da Independência de Portugal, em 1940.³⁷³

É com as celebrações dos centenários, em 1940, que vamos assistir a um fervilhar intervencionista sem precedentes na história do restauro monumental nacional.³⁷⁴ Os monumentos vão constituir cenários privilegiados, onde se vão desenrolar os vários actos das festividades, promovendo-se uma considerável operação de recuperação dos monumentos nacionais.³⁷⁵

A ideia de reunir em volta de 1940 a comemoração do *VIII Centenário do Nascimento de Portugal*³⁷⁶ e do *III Centenário da Restauração da Independência*, tomou corpo, a partir de 1929.

Na sequência da ligação directa às figuras centrais dos factos históricos a celebrar, D. Afonso Henriques (1109-1185) e D. João IV (1604-1656), determinava-se a restauração do núcleo monumental de Vila Viçosa.

A atenção legislativa do governo determinava a conclusão das obras de restauração do Palácio, jardim e parque de Queluz; a remoção dos elementos que afrontavam a Torre de

³⁷¹ *Idem*, p.276.

³⁷² “(...) reparações integrais nos monumentos (com a colagem possível aos poucos documentos existentes) e instituição de celebrações e comemorações (com o lançamento de peregrinações obrigatórias aos novos lugares de culto) mostram muito cedo a vocação patrimonial e museológica do regime - sustentada por um súbito desejo de História que fundava a sua legitimidade no estado de urgência provocado pela ruína dos testemunhos arquitectónicos (...)” in Margarida ACCIUOLLI, *Os anos 40 em Portugal, o país, o regime e as artes. Restauração e Celebração*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova, 1991, p.6.

³⁷³ “Os anos 40 em Portugal foram profundamente marcados pelo messianismo “restaurador” de O Salazar, firmado ao longo da década anterior no êxito de um modelo de recuperação financeira (...)” in Margarida ACCIUOLLI, *op.cit.*, p.30

³⁷⁴ Maria João NETO, *op.cit.*, pp.281-282.

³⁷⁵ Vide J. Da Costa LIMA, “A beleza das exposições comemorativas” in *Brotéria*, vol. XXXI, 1940, pp626-627, cit. por Maria João NETO, *op.cit.*, p.282.

³⁷⁶ Tendo como referência o ano de 1139, no qual D. Afonso Henriques se intitulou, pela primeira vez, *Rex*.

Belém e o tratamento adequado do envolvimento do imóvel; a conclusão das obras no Palácio de S. Bento e a urbanização do local; e as reparações no Teatro de S. Carlos.³⁷⁷

Há que ter em conta os contributos prestados pelas várias acções culturais-mentais empreendidas no âmbito das comemorações, nomeadamente *A Grande Exposição Histórica do Mundo Português*³⁷⁸, onde são tratadas as épocas triunfalistas da história nacional.

Em 1947, era a vez de comemorar o *VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros por D. Afonso Henriques*. Na mesma ocasião passavam quinze anos sobre a constituição do 1º governo de Salazar, num período agitado pelo pós-guerra, o regime decide fazer coincidir a efeméride com uma exposição consagrada às obras públicas: *15 anos de Obras Públicas 1932-1947*, organizada no ano seguinte no Instituto Superior Técnico.³⁷⁹

Na década de 50 iniciam-se os preparativos para as comemorações do *V Centenário da morte do Infante D. Henrique*, a celebrar em 1960.³⁸⁰ A DGEMN volta a ser incumbida de executar intervenções nos monumentos onde se iriam desenrolar cerimónias.

A expressão monumental das comemorações henriquinas assentou na erecção do Monumento aos Descobrimentos, na Praça do Império. A construção do Padrão não dispensou a participação dos monumentos nacionais. Assim, a DGEMN foi chamada a intervir na Casa do Infante, na Rua da Alfândega Velha do Porto, no Convento de Cristo (Tomar), e no Algarve, em Castro Marim, sede da ordem militar de Cristo, em Lagos e Sagres, restauro das muralhas de Sagres.³⁸¹

³⁷⁷ Cfr. Maria João NETO, *op.cit.*, p.287.

³⁷⁸ No âmbito desta exposição foi encomendada uma película para documentar a actividade do Ministério das Obras Públicas entre 1932 e 1947. Era documentada com imagens de muitos imóveis restaurados pelos técnicos da DGEMN: ruínas romanas de Milreu e Conimbriga, do castelo, da igreja românica de S. Miguel e do Paço Ducal de Guimarães; das Sés de Lisboa e Porto, Coimbra, Évora, Funchal, Silves, Guarda, Lamego, e Vila Real; dos castelos de Arraiolos, Bragança, Chaves, Estremoz, Flor da Rosa, S. Jorge, Leiria, Lousã, Monsaraz, Montemor-o-Novo, Moura, Óbidos, da Pena, Pombal, Porto de Mós, Silves, dos Templários e de Viana do Alentejo; do Domus Municipalis; do Mosteiro dos Jerónimos, Belém e de Santa-Clara (Vila do conde); do Convento de Cristo; da Torre de D. Mécia; do Palácio da Vila de Sintra; das igrejas de Alcobaça e Batalha, do Carmo, do Colégio; de Marvila, da Senhora do Monte, Leça do Bailio, Lourinhã, da Memória, S. Salvador de Travanca; Santa Maria de Óbidos, Santo António (Lagos e de Viana do Alentejo; das Capelas de S. Martinho (Covilhã) e dos Ferreiros (Oliveira do Hospital); dos Museus Nacionais de Arte Antiga e de Arte Contemporânea; do Abade de Baçal; de Aveiro, Cascais, D. Diogo de Sousa (Braga), Grão Vasco, Soares dos Reis e Palácio das Carrancas; Machado de Castro e de Lamego; das Bibliotecas de Braga e Évora.

³⁷⁹ Vide *15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947*, 1º vol., livro de ouro, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, Lisboa, Imprensa Casa da Moeda, p.55, cit. por Maria João NETO, *op.cit.*, p.292.

³⁸⁰ Vide Sérgio Campos MATOS, "A ideia de Cruzada no Centenário Henriquino 1969" in *O Fim da II Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*, no prelo, cit. por Maria João NETO, *op.cit.*, p.295.

³⁸¹ Cfr. Maria João NETO, *op.cit.*, p.297.

4.3.1. Critérios de Intervenção da DGEMN

A DGEMN nunca elaborou um corpo teórico, definindo princípios concretos de intervenção em monumentos. Foram enunciados certos preceitos de acção, em textos dispersos, editados por aquele organismo.³⁸²

Os textos que expressam uma filosofia de acção são sempre anónimos, com excepção de algumas páginas publicadas em 1935, no *Boletim* nº 1, da autoria do Director-Geral, Henrique Gomes da Silva (1890-1969).

Gomes da Silva realça o espírito da Direcção Geral ao conferir aos monumentos nacionais “a pureza da traça primitiva”, procurando refazê-los dos “atentados cometidos no séc. XVII e XVIII”.³⁸³

É importante, contudo, ter presente que o amadorismo que orientava os estudos de História da Arte, não era de molde a garantir juízos de valor e critérios de análise correctos sobre os nossos monumentos. *A defesa do património, de resto, continuava a assentar em premissas que vinham do romantismo liberal e que o final do século de Oitocentos solidificara arbitrariamente apesar das reflexões críticas de Ramalho Ortigão ou de Joaquim de Vasconcelos, e práticas de Ernesto Korrodi ou Augusto Fuschini. As poucas reconstruções que se fizeram chamaram a si um papel correctivo, inspirado muitas vezes numa leitura apressada do que se fazia em França e, mais precisamente, do que se retirara do pensamento de Viollet-le-Duc sem análise crítica.*³⁸⁴

As conclusões enunciadas por Gomes da Silva reflectem quanto aos critérios a seguir pela DGEMN, os princípios enunciados por Viollet-Le-Duc: *O restauro deve ser feito de modo a integrar o monumento na sua beleza primitiva expurgando-o de excrescências posteriores (...).*³⁸⁵

Podemos dizer que os princípios norteadores das iniciativas da DGEMN junto dos Monumentos Nacionais, pautaram-se por uma “reintegração arquitectónica” com base numa “pureza de estilo” com o sacrifício de elementos de outras épocas. Os monumentos são

³⁸²A colecção dos Boletins editados pela DGEMN constitui um precioso auxiliar, tratam-se de publicações realizadas sobre os monumentos nos quais se cumpria um programa de acção da responsabilidade daquele organismo.

³⁸³Cfr. Maria João NETO, *op.cit.*, p.436.

³⁸⁴Vide Margarida ACCIAIUOLI, *Exposições do Estado Novo : 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p.12

³⁸⁵Cfr. Henrique Gomes da SILVA, “Monumentos Nacionais - orientação técnica a seguir no seu restauro”, in *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 1, setembro, 1935, p.19-20.

restaurados enquanto traduzem factos significativos da nossa história, em detrimento muitas vezes do seu valor artístico.³⁸⁶

*E esse facto também nos esclarece sobre a não observância das directrizes que no resto da Europa se tinham começado a seguir, como resultado das linhas programáticas que a primeira Conferência Internacional sobre a conservação dos Monumentos Históricos, realizada em Atenas, preconizara em 1931, preferindo-se continuar a insistir no carácter dramático da reconstituição integral dos monumentos (...).*³⁸⁷

O momento político favoreceu essa filosofia de actuação, para servir a propaganda ideológica do regime. Esta atitude teve momentos altos em festividades cuidadosamente organizadas: Comemorações Centenárias de 1940, a Tomada de Lisboa aos Mouros, em 1947, ou as exposições evocativas da acção do Estado Novo: Ano X da Revolução Nacional, em 1936, 15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947.

O nosso meio cultural não era permeável à reflexão crítica sobre as diferentes teorias de restauro enunciadas na Europa. Mesmo as próprias ideias do arquitecto francês não eram assimiladas na sua plenitude, emergindo apenas os aspectos mais radicais. Os critérios de Ruskin e Camilo Boito apenas encontram eco no pensamento de alguns intelectuais, como Gabriel Pereira (1847-1911), sem qualquer consequência em termos práticos.³⁸⁸

Coincide com o início da década de 50 a criação do IBI,³⁸⁹ o intercâmbio então estabelecido permitiu aos técnicos portugueses a participação em questões internacionais de defesa do património arquitectónico através de visitas, colóquios e da leitura do boletim editado pelo instituto. Beneficiando da evolução dos estudos de História da Arte, dá-se uma aproximação entre os Serviços de Monumentos e outras instituições de cultura vocacionadas para o estudo e protecção de monumentos.

Os anos 60 da DGEMN correspondem ao início do abandono dos restauros espectaculares e radicais, preferindo-se a conservação dos monumentos, com as atribuições válidas de todas as épocas e sem alteração do ambiente em que se encontram, numa atitude caucionada pelos princípios da Carta de Veneza.³⁹⁰

³⁸⁶ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.439

³⁸⁷ Cfr. Margarida ACCIAIUOLI, *Exposições do Estado Novo : 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998,p.13.

³⁸⁸ Cfr. Maria João NETO, *op.cit.*,p.443.

³⁸⁹ Internationales Burgen Institut, um centro de estudos sobre castelos históricos, ao qual Portugal, por intermédio da DGEMN vem a aderir.

³⁹⁰ Cfr. Maria João NETO, *op.cit.*,p.450.

Monumentos Intervencionados

A DGEMN, no momento da sua criação em 1929, recebera o Serviço de Monumentos da 3ª Repartição de Belas Arte, e com ele, as obras que na altura se desenrolavam sob a sua alçada. Nos primeiros anos assistimos a uma continuidade do que vinha sendo feito desde 1926.

Os serviços situados no Porto, contavam com um esquema organizativo, montado sob a iniciativa de Baltazar de Castro. As seguintes obras foram iniciadas antes de 1929: Paço de Sousa, Leça do Bailio, *Domus Municipalis* de Bragança, Colegiada de Barcelos, Cete, S. Pedro de Lourosa, entre as principais.

Em Coimbra temos a intervenção emblemática na Sé de Coimbra, as obras de Santiago, de Santa Clara-a-Velha e da Sé Velha.

Os serviços centrais em Lisboa concentravam-se em dois pólos: catedral e Mosteiro de Santa Maria de Belém.

Com a decisão tomada em 1938, de celebrar em 1940 o *VIII Centenário do Nascimento de Portugal* e o *IV Centenário da Restauração da Independência Nacional*, dá-se início à preparação de um projecto grandioso, que passa pela acção de “vestir” os monumentos. Constituem-se núcleos de actuação em torno da cidade de Guimarães, com intervenção no Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques e em Vila Viçosa, no palácio e no castelo.³⁹¹

Sãos os monumentos medievais que em maior número sofrem a intervenção dos restauradores. Grande número de antigos conventos e igrejas classificados são objecto de campanhas de obras. Por todo o país os castelos são alvo de intensas campanhas de obras. Na mesma sintonia intervém-se nas catedrais, símbolo do poder episcopal e local onde se realiza grande número das cerimónias religiosas das Comemorações Centenárias.

Os palácios são outros dos focos de grande actividade, onde se despendem largas somas, principalmente no de Queluz.

A obra da DGEMN aparece com destaque na Exposição evocativa dos *15 Anos de Obras Públicas*, organizada em 1947. Regista-se um activar de trabalhos entre 1944 e 1946, é o momento de execução dos projectos de reutilização de alguns monumentos com fins assistências, sociais e sanitários e também de turismo e lazer: o Palácio de Seteais, o Forte

³⁹¹ Idem, p.460.

de Catalazede, o Forte de Berlenga, o Mosteiro de Lorvão, o Convento de S. Bento de Castris, o Convento de Travanca, o Convento de Arouca e o Palácio Foz.

Alguns monumentos contaram com intervenções, no âmbito dos preparativos para receber altas individualidades estrangeiras, que nos visitaram no pós-guerra, e sobretudo, na década de 50. O Palácio de Queluz sofreu uma campanha de obras, o Teatro de S. Carlos e o Mosteiro de Alcobaça.

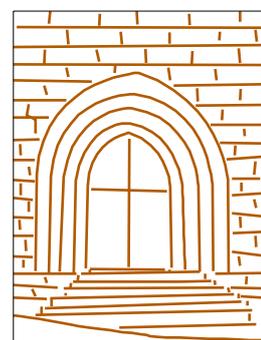
Novamente os técnicos da DGEMN voltaram-se para a execução de um plano de intervenções determinado pelo programa das comemorações do *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, a celebrar em 1960.³⁹²

Sagres foi um dos palcos das festividades, elabora-se um plano de intervenção visando os principais imóveis entre a cidade de Lagos e o Cabo de S. Vicente. Em Lagos restauram-se as muralhas da cidade e organiza-se a envolvência paisagística. Em Sagres operou-se a Ermida de Stº António de Budens, a Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, e a Matriz de Vila do Bispo. Fizeram-se obras no Forte do Cabo de S. Vicente, adaptou-se a Fortaleza do Belixe a Casa de Chá e restaurou-se a Fortaleza do Promontório de Sagres.

Paralelamente às intervenções em torno do centenário Henriquino, procurou-se uma solução para o templo inacabado de Staª Engrácia, enquanto se última a conclusão no Paço dos Duques de Guimarães.

³⁹²Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995,p.466.

5. INTERVENÇÕES DA DEGMN NA SÉ DE SILVES



5.INTERVENÇÕES DA DGEMN NA SÉ DE SILVES

5.1.O Processo de Recuperação da Sé

Introdução

Podemos referenciar os documentos que abordam as intervenções de restauro realizadas na Sé de Silves em fontes manuscritas,³⁹³ fontes impressas e estudos. Ao nível das fontes manuscritas mencionamos, os *Livros de Visitas*³⁹⁴(sécs. XVI-XVIII), que contemplam a descrição das intervenções efectuadas: referência a mestres-de-obras,

³⁹³ Documentação que consta do Arquivo Paroquial da Sé de Silves e do Arquivo Municipal de Silves.

³⁹⁴ Pinheiro e Rosa na obra *A Catedral do Algarve e o seu Cabido – Sé em Silves*, descreve o conteúdo da documentação que consta do Arquivo Paroquial (*Livros de Visitas*). Faz referência às obras realizadas entre os séculos XVI e XVIII. O estudo que apresentamos, relativamente às *Visitações*, é fruto da análise, da obra de Pinheiro e Rosa.

materiais de construção e importâncias gastas³⁹⁵. Simultaneamente, são relatados pormenores alusivos ao estado de conservação do edifício. Neste âmbito, salientamos outra fonte importante o *Livro de Registo de Orçamentos e Actas das Sessões da CMS* (sécs. XIX-XX), que descreve algumas intervenções realizadas nas capelas e na área envolvente da Sé.³⁹⁶

Quanto às fontes impressas, para além do *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*³⁹⁷ (1955), mencionamos as obras de Pedro Júdice (1875-1944)³⁹⁸ e de Pinheiro e Rosa (1908-1995)³⁹⁹, como os estudos mais antigos que se debruçam sobre esta problemática. Fornecem elementos importantes sobre as intervenções de restauro e sobre o estado de conservação do edifício, até à primeira metade do séc. XX.

Inseridos neste âmbito, encontramos os estudos de Luís Aires-Barros⁴⁰⁰ e o artigo publicado na revista *Arqueologia Medieval*.⁴⁰¹ Lançam o olhar sobre o edifício, na perspectiva de conservação dos materiais de construção, partindo da análise do material pétreo, o “grés de Silves”.

Luís Aires-Barros centra-se no estudo da pedra da Sé de Silves: procede à identificação de litologias e ao diagnóstico do estado de conservação das pedras, nomeadamente à identificação de patologias e caracterização do decaimento dos materiais.⁴⁰²

³⁹⁵ Vide Apêndice Documental Anexo 2 “Conteúdo dos Livros de Visitas”.

³⁹⁶ A documentação do Arquivo Municipal de Silves, relativa ao séc. XIX, que reporta o estado de degradação do edifício, será analisada separadamente. Vide Apêndice Documental Actas das Sessões da Câmara Municipal de Silves in Anexo 10 “Documentação do Arquivo Municipal de Silves”.

³⁹⁷ Vide MOPT, *Sé Catedral de Silves: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 80, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1955. Vide capítulo referente à análise do *Boletim da DGEMN*.

³⁹⁸ Vide Pedro JÚDICE, *Atravez de Silves: Sé, castelillo, Cruz de Portugal e pelourinho*, Silves, Typographia do Silvense, 1911; *A Sé e o Castelo de Silves*, Gaia, Edições Pátria, 1934; *Silves e seus arredores: a região das laranjeiras e tangerineiras*, S. Tiago de Cacém, Tip. A Gráfica, 1937.

³⁹⁹ Vide Pinheiro e ROSA, *A Catedral do Algarve e o seu Cabido – Sé em Silves*, (s.l.), (s.e.), 1983.

⁴⁰⁰ Vide Luís AIRES-BARROS, *Alteração e Alterabilidade das Rochas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação científica, 1991; “Conservação da Pedra em Monumentos” in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR, 1993; pp.244-249; *As Rochas dos Monumentos Portugueses: Tipologias e Patologias*, 2 vols., Lisboa, IPPAR, 2000, pp.487-490.

⁴⁰¹ Vide AAVV, “A Sé de Silves Memória da Pedra” in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997. O artigo constitui a sùmula do trabalho desenvolvido, no âmbito do projecto “processos de Degradação dos Monumentos do Algarve”, base de uma acção integrada Luso-Alemã estabelecida entre a Universidade do Algarve, sector de Arqueologia, e a Universidade de Saarland, Departamento de Geochimie. A análise consistiu no diagnóstico e recuperação de materiais desgastados, que constituem parte integrante dos monumentos nacionais. A equipe inicialmente constituída pelos professores G. Lensch e T. Júdice Gamito, que elaboraram o projecto, foi secundada pelas Dr^{as} K. Marschall e o Dr. Luís Oliveira.

⁴⁰² O estudo das rochas presentes na Sé de Silves, será realizado com maior profundidade na parte II da dissertação.

A revista *Arqueologia Medieval*⁴⁰³ analisa a pedra, numa perspectiva arqueológica, a partir do conhecimento das marcas de pedreiros e das técnicas medievais de construção, procura identificar as diversas fases construtivas e intervenções de restauro realizadas na Sé.

Em termos metodológicos as publicações serão analisadas segundo o critério cronológico, de acordo com a data de edição. O estudo das intervenções de restauro anteriores a 1931-1955, resultou fundamentalmente da análise da obra de Pinheiro e Rosa, uma vez que foi impossibilitada a consulta local das fontes.⁴⁰⁴ A obra referida⁴⁰⁵, constitui um marco fundamental, sobre o período anterior às intervenções da DGEMN, reporta-se aos trabalhos realizados entre os séculos XVI e XVIII.

5.1.1. Análise das Fontes Impressas

Os estudos que apresentamos dão um importante contributo para a compreensão das intervenções, permitindo a identificação de elementos arquitectónicos e decorativos actualmente inexistentes. Descrevem o avançado estado de degradação da Sé em princípios do séc. XX, e transcrevem a atitude da opinião pública face à necessidade de uma intervenção de restauro realizada por um organismo competente.

Pedro Mascarenhas Júdice, no livro *Atravez de Silves*⁴⁰⁶, oferece uma descrição da Sé tal como a viu em 1911. O autor relata um conjunto de danos causados ao edifício, que designa de “vandalismos”, os quais deturparam a sua feição primitiva:

*(...) pois que gente ignorante e de mau gosto tem n' elle commettido lamentáveis vandalismo.(..)Para collocação d'uns painéis, junto à capella-mor, nos quaes ainda ninguém conseguiu descobrir merecimento, cortaram-se desapiadadamente columnas elegantíssimas. Tem-se esburacado, permitta-se-me o termo, o edificio com moderníssimas janellas, que destoam por completo do estylo primitivo.(...)A grade d' aquella espécie de varanda que se vê um pouco acima da porta principal, que horror!(...)A capella-mor tem entaipadas umas formosíssimas janellas gothicas.*⁴⁰⁷

Outras informações são fornecidas, como o facto de em 1911 a Capela do Santíssimo permanecer do lado direito da capela-mor. As suas paredes estavam forradas de azulejos representando factos bíblicos, possuía talha e o tecto estava pintado. No cruzeiro

⁴⁰³ Vide AAVV, “A Sé de Silves Memória da Pedra” in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997.

⁴⁰⁴ As *Visitações da Sé de Silves* encontram-se na posse da Igreja Paroquial de Silves, e em avançado estado de degradação, tendo sido impossibilitada a sua consulta.

⁴⁰⁵ Vide Pinheiro e ROSA, *A Catedral do Algarve e o seu Cabido – Sé em Silves*, (s.l.), (s.e.), 1983.

⁴⁰⁶ Vide Pedro JÚDICE, *Atravez de Silves: Sé, castello, Cruz de Portugal e pelourinho*, Silves, Typographia do Silvense, 1911.

⁴⁰⁷ *Idem*, p.30.

existiam quatro capelas: *Santo António, S. José, Santa Barbara e Senhora do Rozário*.⁴⁰⁸ É feita a alusão ao restauro efectuado na Capela da Senhora da Piedade, do lado Norte, junto ao baptistério.⁴⁰⁹ Pedro Júdice documenta ainda, a anterior existência da chamada Capela dos Gramachos:

*Entrando pela porta que communica a egreja com a torre, notam-se vestígios desta capella os quaes mostram que esta foi muito espaçosa.*⁴¹⁰ *Esta capela que existiu próxima à porta do sol, provavelmente desapareceu, quando se construiu a escada que comunica a igreja com a torre.*⁴¹¹

Do mesmo autor, datada de 1933, temos a obra denominada a *Sé e o Castelo de Silves*⁴¹². Manifesta o debate da elite cultural, em torno da intervenção de restauro da DGEMN, iniciada em 1931. Algumas personalidades tecem críticas, contra o estado de degradação do edifício, é o caso de Joaquim Leitão, no *Diário Nacional* de 8-10-1917:

*(...)os enxertos da talha, embora preciosa e bem conservada na Capella do Santissimo, interrompendo e vellando os columnellos da fabrica gothica; o entaipamento de uma das frestas lateraes; o criminoso corte das nervuras descendentes do arco da capella-mor, para lhe embracharem dois mediocres retábulos; os revestimentos de cal, zebraados de branco como muros de granja, que occultam talvez os filetes nervosos e ascéticos das nervuras sustentadoras das naves; e sobretudo o disfarce das bellissimas janellas geminadas da capella-mor afogadas pelo altar de madeira, incaracterístico e apocripho-attestam, sobre a expulsão da mourama, a invasão dos novos bárbaros que à arte architectonica dos templos portuguezes atiraram a onda da sua cal e do seu camartelo ignorante.*⁴¹³

Pinheiro e Rosa no livro *A Catedral do Algarve e, o seu Cabido - Sé em Silves*,⁴¹⁴ apresenta uma abordagem inédita, no que refere à análise do conteúdo das *Visitações*, apresentando excertos dos textos. Ressalvamos o facto de não ter efectuado um

⁴⁰⁸ *Idem*, p.61. Pinheiro e Rosa também refere, na obra *A Catedral do Algarve e o seu Cabido - Sé em Silves*, que a igreja tinha em 1712 oito altares laterais, e em 1946 apenas quatro. Enuncia os nomes das capelas: do Santissimo Sacramento, do Senhor Jesus, de Santo António, da Senhora do Rosário, de Santo Ivo, das Almas, das Chagas, e da Senhora dos Prazeres.

⁴⁰⁹ Vide Pedro JÚDICE, *Atravez de Silves: Sé, castello, Cruz de Portugal e pelourinho*, Silves, Typographia do Silvense, p.65

⁴¹⁰ *Idem*, p.48.

⁴¹¹ (...) *e entendimento que lhe faça, e mande fazer ella ou com quem ella casar uma capella pegada com o dito cruzeiro de maneira que elle e o dito seu pae fiquem dentro na dita capella a qual há de ser abobada, e de cantaria, e da banda de dentro para a dita se há-de ter seu arco como o da capella de João do Rego segundo a dita capella o de mandar que seja da feição de nossa Senhora dos Martyres, a qual capella há-de ser tamanha quão couber entre a dita porta do sol e o dito cruzeiro, e lhe farão dentro seu altar com o crucifixo de Jesus Christo e a Magdalena de um lado e S. João Evangellista de outro (...), Cfr. testamento datado de 1521, no Livro 4^a das Capellas da Coroa (Torre do Tombo), fls, 330 e seguintes cit. por Pedro JÚDICE, *op.cit.*, p.78.*

⁴¹² Vide Pedro JÚDICE, *A Sé e o Castelo de Silves*, Gaia, Edições Pátria, 1934.

⁴¹³ Vide Pedro JÚDICE, *A Sé e o Castelo de Silves*, Gaia, Edições Pátria, 1934, p. 22.

⁴¹⁴ Vide Pinheiro e ROSA, *Catedral do Algarve e o seu Cabido - Sé em Silves*, (s.l.), (s.e.), 1983.

estudo completo de toda a documentação do Arquivo Paroquial. Centrou-se apenas, no período compreendido entre 1586 e 1717, permanecendo por estudar os anos seguintes, até 1899. O autor realizou o inventário do Arquivo Paroquial, tal como foi encontrado em 1946⁴¹⁵ e procedeu à análise da documentação, sendo possível depreender as principais modificações ocorridas no edifício entre os séculos XVI e XVIII, nomeadamente, as áreas intervencionadas, a Capela do Santíssimo Sacramento e Capela-mor, os nomes dos mestres-de-obras, as importâncias gastas em materiais de construção e o pagamento da mão-de-obra.

Para além de analisar o conteúdo das *Visitações*, Pinheiro e Rosa apresenta a sua visão das principais reconstruções do edifício através dos séculos e dos trabalhos desenvolvidos pela DGEMN. O autor questiona o seguinte facto, depois dos melhoramentos manuelinos, irreconhecíveis, o que terá sucedido à Sé de Silves? *Não esqueçamos a constância das injúrias naturais do tempo e da inépcia dos homens. Lembremo-nos de que era corrente a falta de cuidados e de reparações a tempo e horas. E consideremos que a*

⁴¹⁵ Em 1946 Pinheiro e Rosa inventariou a documentação que constava do Arquivo o Paroquial: Constituições do bispado (D. Francisco Barreto); Institutio Parochorum (Sebastião de Abreu); Rol de Confessados (1790, 1804, 1805, 1812, 1813, 1817, 1822, 1826, 1827, 1840, 1843, 1851, 1862, 1906); Visitas dos prelados (1586-1631, 1638-1742, 1744-1824, 1802-1826, 1826-1880, 1890-1899, 1892...); Confraria de Santo António(1773 e 1802); Confraria da Senhora da Conceição (1725-1782, 1782-1803, 1803...); Assentos dos Irmãos da Confraria do Santíssimo-1785; Livro dos Chrismados (1675-1792); Confraria da Senhora dos Mártires (1633-1779, 1766-1802, 1802); Confraria da Senhora dos Rosários: 7 livros (1 de foros; 2 de assentos de irmãos; 4 de receita e despesa,) (1698-1716, 1767, 1721, 1798-1838); Confraria das Almas: 4 livros (1 de assentos de irmãos, 3 de receita e despesa (1770-1798, 1799, 1831) e fragmentos de livros (1750 a 1760); Compromisso da Confraria das Almas (1795); Capelas – 5 livros (1613, 1711, 1749, 1783, 1802); Testamentos (1751-1766); Pé de altar – 2 livros (1697 e 1699); Distribuição – 7 livros (1706, 1733, 1752, 1759, 1768, 1794, 1836); Benesse – 9 livros (1703, 1713, 1724, 1780, 1786, 1823, 1832, 1879, 1892); Fábrica – 4 livros (1705, 1739, 1842, 1873); Piores (1803-1835); Colecção de Escrituras.

Segundo Gabriela Rocha Martins os arquivos eclesiástico da Sé de Silves são compostos por: antigas escrituras de compra e venda; doações solenes e outros papeis; alguns diplomas do Infante D. Henrique, nomeado alcaide-Mor de Silves (ou Administrador dos bens de alcaidaria de Silves); bulas papais, etc. Cfr. Gabriela Rocha MARTINS, "O Acervo Bibliográfico da Catedral do Algarve: do Cartório Quinhentista ao Actual Arquivo Paroquial da Sé de Silves" in *4º Congresso do Algarve*, vol.1, Montechoro, SAFIL, 1986, pp.163-166. Refere a autora, que em Maio de 1985, ao proceder ao inventário da documentação, deparou-se com o seguinte espólio: *Visitas dos Prelados* (livros dos anos de 1586-1631; 1638-1742; 1744-1824; 1802-1826; 1826-1880; 1890-1899; 1892). *Livros dos Crismados* de 1675 a 1792; *Livros dos Capelos* 85 volumes datados de 1613; 1711; 1749; 1783; e 1802; *Livros do Pé de Altar* (dois volumes datados de 1697 e 1699); *Livros da Fábrica* (4 volumes datados de 1705; 1739; 1847; 1873; *Colecção de Escrituras: para as Terças da Sé de Silves em 94*, de 1794; *Livros da Confraria de Nossa Senhora do Rosário* (existem 7 volumes: 1 de foros; 2 de assentos; 4 de Receitas e Despesas; datados de 1698-1716; 1717; 1721; 1798-1838; *Livro do compromisso da Confraria das Almas*, de 1795. Carecendo toda a documentação de um restauro urgente. Alguns documentos mais recentes completam o Arquivo Paroquial, também carecendo de desinfestação. De entre eles *Livros de Receitas e Despesas da Confraria de Nosso Senhor dos Passos*, abrangendo os séculos XIX e XX; *Registos Paroquiais* de 1911 a 1985.

⁴¹⁶ Vide Apêndice Documental Anexo "Conteúdo dos Livros de Visitas".

*preocupação dos melhoramentos, embora bem intencionados, era por vezes infeliz e, algumas, catastrófica.*⁴¹⁷

Em 1946, Pinheiro e Rosa observa os seguintes elementos arquitectónicos:

(...) o pórtico, apresenta na parte superior uma pequena porta de verga curva, que o restauro descobriu ao qual se tinha acesso pelo antigo coro. Na fachada sul, encontra-se uma escadaria que dá acesso a uma porta barroca de 1781 e um pequeno corpo que substituiu a antiga sacristia construída no séc. XVIII e que tapava um dos topos do transepto. Nenhuma das duas torres⁴¹⁸ é contemporânea da parte primitiva da igreja. A torre primitiva devia limitar-se talvez à sineira que a DGEMN reconstruiu sobre o terraço da escadaria de caracol⁴¹⁹.

O autor continua:

*Na abóbada do absidiolo direito ficaram os frescos existentes antes do restauro, de pintura policromada, parecendo representar duas cenas bíblicas do tempo do cativoiro dos Judeus entre os Persas. Na parte inferior do topo norte do transepto há dois arco-sólios ogivais. Um mais estreito era uma porta, a do Norte ou da Sombra, dando talvez para o claustro. Por baixo do janelão do topo sul, uma porte ogival que abre hoje para a sacristia, mas devia ser primitivamente a porta do sol, de entrada lateral para a igreja. No braço esquerdo do transepto há uma porta que dá para uma escada caracol, dando acesso a um pequeno terraço, talvez a torre primitiva. A cobertura do corpo da igreja, é em forro de madeira de três esteiras apainelado. Era antigamente pintado, o restauro pô-lo a escuro. Nas paredes laterais descobriram-se frestas.*⁴²⁰

Relativamente às obras que centram o seu estudo no material pétreo, particularmente o artigo da revista *Arqueologia Medieval*,⁴²¹ analisa as reconstruções efectuadas pela DGEMN. São reconstituídos os trabalhos realizados, definindo-se as suas principais fases: *Após intervenções durante os primeiros anos da década de 30, em que se substituíram as pedras degradadas dos pilares, das bases e capitéis da cabeceira, bem como algumas outras pertencentes às nervuras das abóbadas, a principal campanha de trabalhos decorreu entre 1938 e 1942.*⁴²²

⁴¹⁷ Vide Pinheiro e ROSA, *Catedral do Algarve e o seu Cabido – Sé em Silves*, (s.l.), (s.e.), 1983, p.6.

⁴¹⁸ A torre dos sinos é anterior a 1713, nesse ano o Visitador mandou que ela e a sua escada se consertassem, ficou reconstruída na forma actual em 1761.

⁴¹⁹ Vide Pinheiro e ROSA, *op.cit.*, p.8.

⁴²⁰ Idem, pp.9-10.

⁴²¹ Vide AAVV, “A Sé de Silves: a Memória da Pedra” in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997.

⁴²² Idem, p.289.

Os autores tentaram identificar as principais obras de restauro decorridas de 1938 a 1940⁴²³. Consideram que em 1955 os trabalhos de restauro estavam terminados, assim como o reboco e a pintura das paredes. É referido que na maior parte das empreitadas do séc. XX utilizaram-se, sobretudo pedras de grés de uma cor vermelha escura, que se distinguem das pedras de talhe medieval, aparelhadas com a escoda, as quais apresentam uma coloração mais diversificada. As superfícies dessas pedras foram reutilizadas, foram retocadas com a bujarda, talvez para lhe conferir um aspecto mais rústico, sendo hoje dificilmente reconhecíveis os vestígios de talhe medieval.⁴²⁴

A documentação consultada facultou-nos dados relevantes sobre as intervenções de restauro realizadas no edifício dos séculos XVI-XVIII⁴²⁵ e fundamentalmente das intervenções da DGEMN⁴²⁶. Permitiu-nos o conhecimento de alguns elementos arquitectónicos actualmente inexistentes. No entanto, em termos gerais, as fontes são diminutas, e por vezes, pouco esclarecedoras. Existe uma lacuna relativamente ao conhecimento aprofundado de toda a documentação do Arquivo Paroquial, de forma a explicar todo o processo de restauro. A análise dos estudos referidos não permite uma reconstituição de todos os momentos das intervenções realizadas através dos tempos.

⁴²³ (...)nessa altura removeu-se o monte de terra que tapava o alicerce da sacristia e da cabeceira tendo-se renovado algumas das pedras mais degradadas dos alicerces do muro sul do transepto e do muro sul da capela lateral direita, como se verifica pelas superfícies trabalhadas como a bujarda. Na fachada norte do templo demoliu-se uma construção encostada à capela lateral e ao transepto, tendo-se ainda tapado uma janela de arco abatido, situada no topo do muro norte da capela-mor. Murou-se igualmente uma abertura rectangular da capela lateral sul, ao mesmo tempo que se abria a janela principal dessa capela, até então tapada, renovando-se por completo o seu mainel. A cartografia da igreja assinala igualmente uma fase diferente de construção, nesse trabalho além de um grés vermelho escuro, os pedreiros usaram pedra de grés alaranjado que não foram utilizadas para outros restauros na igreja.

A partir de 1949 completou-se este vasto conjunto de trabalhos, destinado a recuperar o aspecto gótico do templo. A antiga sacristia encostada ao braço sul do transepto foi demolida e substituída por uma nova construção, mais pequena erguida ao lado do portal barroco. A janela mainelada do transepto estava parcialmente entaipada. O transepto sofreu ainda mais alguns trabalhos com a substituição de várias pedras ao nível do telhado da construção demolida, além do fecho da porta de comunicação com a antiga sacristia. Essa antiga porta foi assinalada no interior do templo com um arco quebrado, recuperado da antiga sacristia, idêntico ao que hoje assegura a passagem do transepto para a nova sacristia. Cfr. AAVV, "A Sé de Silves: a Memória da Pedra" in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, pp 288-291.

⁴²⁴ Relativamente à época medieval, o estudo foi pouco conclusivo. O que se deve em parte às perturbações observáveis nos muros da cabeceira, os quais já não apresentam em muitos sítios as disposições originais. Salvo raras excepções, os buracos de fixação dos andaimes, ou os buracos de preensão das garras das gruas, já não se encontram nas suas posições primitivas, indicando que essas pedras foram sujeitas a uma reutilização. Apesar desta ser uma prática corrente e de se documentar no braço sul do transepto, a reutilização de uma pedra trabalhada com o pico, talvez de época romana, todas as pedras aqui reutilizadas são de talhe medieval. O aspecto actual das paredes sobretudo as que pertencem às duas capelas laterais pode ter resultado de uma qualquer reconstrução de época medieval, talvez motivada por um dos sismos. Pelo menos muitas dessas pedras apresentam um arredondamento acentuado. Vide AAVV, "A Sé de Silves: a Memória da Pedra" in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997.

⁴²⁵ Vide Apêndice Documental Anexo 2 "Conteúdo dos Livros de Visitas".

⁴²⁶ Vide Apêndice Documental Anexo 3 "Datas das Obras de Intervenção de Restauro da DGEMN (1931-1987)".

Salientamos, também, a necessidade de se efectuar o estudo exaustivo do espólio do Arquivo da Diocese de Faro.⁴²⁷

O Boletim da DGEMN

Introdução

O *Boletim n.º80 da DGEMN*⁴²⁸ é dedicado às intervenções de restauro efectuadas na Sé de Silves, entre 1931 e 1955. Insere-se no âmbito da política ideológica do regime do Estado Novo, de valorização dos monumentos símbolos históricos da nação, e enquadra-se nas Exposições Evocativas e Comemorações Centenárias realizadas entre 1940 e 1960. As obras foram desenvolvidas com base em estudos que se justificavam rigorosos, com o objectivo de repor o hipotético primitivo projecto gótico do edifício religioso.

O *Boletim* é constituído essencialmente por três partes: notícia histórica, intervenções de restauro, e um anexo com documentação gráfica e fotográfica. A Notícia Histórica constitui o maior capítulo, contém uma descrição minuciosa acerca da história do edifício, embora sem uma investigação documental rigorosa.⁴²⁹ São referenciadas algumas publicações consultadas, nomeadamente memórias eclesíásticas, artigos de semanários e monografias locais.⁴³⁰

A parte relativa à “Intervenção de Restauro da DGEMN”, é constituída por uma subdivisão em dois capítulos: um referente ao estado de degradação do edifício antes da intervenção⁴³¹ e outro referente às obras efectuadas a partir de 8 de Outubro de 1931⁴³².

⁴²⁷ Na época da transferência do bispado para Faro, em 1577, parte do Arquivo Paroquial da Sé de Silves foi incorporado no Arquivo da Diocese de Faro. A incipiente organização documental deste fundo limitou a nossa pesquisa.

⁴²⁸ Cfr. *Boletim da DGEMN: Sé Catedral de Silves*, n.º 80, Lisboa, DGEMN, Junho de 1955.

⁴²⁹ O autor refere as fontes em que se baseou, mas não critica a sua veracidade.

⁴³⁰ A “Notícia Histórica” do *Boletim* dedicado à Sé de Silves é da autoria de Magalhães de Basto (1894-1960). Quanto às fotografias muitas foram da autoria de Marques de Abreu enquanto outras eram feitas pelos próprios técnicos da DGEMN. Os desenhos estiveram, a partir dos anos 50, a cargo de uma equipa técnica da DGEMN composta por Sá Reis, Castro Lobo, António Baptista e Arq. Lyster Franco. Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento, vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.435. Da análise da documentação da DGEMN aferimos que o Arq. Eduardo Moreira Santos Arquitecto Assistente na Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul se propôs executar os desenhos para a obra de restauro da Sé de Silves, através de proposta datada de datada de 27-4-35 e aprovada a 29-4-35. Cfr. Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de tarefa de ajuste particular do Arq. Eduardo Moreira Santos datada de 27-4-35. Vítor Ferreira teria sido outro dos desenhadores responsável pelo levantamento topográfico e passar à tela diversos desenhos para o “Estudo da Sé de Silves. Cfr. Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Documento datado de 31-12-46 .

⁴³¹ Cfr. *Boletim da DGEMN: Sé Catedral de Silves*, n.º 80, Lisboa, DGEMN, Junho de 1955, p.38.

⁴³² *Idem*, pp.40-41.

Na primeira parte são enumeradas algumas personalidades de Silves que criticaram o acentuado estado de degradação da Sé evidenciando a necessidade urgente de uma intervenção de restauro. Na segunda parte são enumerados os trabalhos realizados, resumindo-se de forma esquemática as principais obras, sem abordar os estudos realizados, a data, os projectos arquitectónicos, os técnicos intervenientes e os materiais utilizados. São referenciados apenas os motivos estéticos e de reintegração estilística, como justificação para a intervenção de restauro.

O capítulo referente à Documentação Gráfica e Fotográfica, divide-se em duas partes: desenhos e estampas. Dos desenhos constam⁴³³: planta topográfica com indicação da zona de protecção (1956)⁴³⁴; planta térrea antes (*vide* Fig.2.1.) e depois das obras (*vide* Fig.2.2.); planta a nível das frestas depois das obras (*vide* Fig.2.3.); planta dos telhados depois das obras (*vide* Fig.2.4.); alçado principal (*vide* Fig.3.5.); alçado Sul (*vide* Fig.3.4.); alçado posterior (*vide* Fig.3.2.); alçado Norte (*vide* Fig.3.2.); corte transversal (*vide* Fig.3.7.); corte longitudinal (*vide* Fig.3.6.).⁴³⁵

As estampas são compostas por 43 fotografias, que apresentam as imagens anteriores e posteriores à intervenção de restauro. Mantém-se presente a ideia de Viollet-Le-Duc (1814-1879) de documentar gráfica e fotograficamente todos os passos da intervenção, mostrando a decadência do antes e a dignidade recuperada do depois.

Podemos discriminar as imagens: Fachada principal (pórtico); fachada Sul (demolição da sacristia); fachada Nascente (cabeceira e anexo demolido); fachada Norte (frestas e zona envolvente, caiação); aspecto interior da capela-mor com altar em talha dourada; uma das passagens da capela-mor; conjunto da nave central e capela-mor; nave central vista da capela-mor (demolição do coro); aspecto da colateral Sul; aspecto do absídiolo Sul com altar em talha dourada; braço Sul do transepto; obras na colateral Norte; imagens dos túmulos; capiteis da passagem do absidíolo Sul.⁴³⁶

⁴³³ Os elementos gráficos não estão datados.

⁴³⁴ ZEP, DG 84 de 7 de Abril de 1956.

⁴³⁵ Cfr. *Boletim da DGEMN: Sé Catedral de Silves*, n° 80, Lisboa, DGEMN, Junho de 1955, p.44.

⁴³⁶ *Idem*, pp.45-55.

As Obras de Restauro

As principais intervenções decorreram entre 1931 e 1955⁴³⁷. Os técnicos restauradores pretendiam a reconstituição da obra, interpretando as ideias originais dos artistas medievos e restaurando alguns elementos arquitectónicos. Houve uma desmontagem da estrutura decorativa de feição Barroca dos sécs. XVII e XVIII, tendo sido destruídos todos os elementos de época posterior à fase Gótica.

Ao longo do capítulo são utilizados os conceitos de restauro e restauração referindo-se a obras de conserto, limpeza e reintegração dos motivos esculturais primitivos, com o objectivo de corrigir as alterações consideradas impróprias, que deturpavam a leitura arquitectónica do edifício.

Da análise do texto aferimos que as obras de restauro foram efectuadas com o objectivo de desmontar elementos arquitectónicos considerados inestéticos. Realizaram-se demolições de partes inadequadas à luz da época primitiva, construíram-se novas partes e efectuaram-se entaipamentos. Muitos materiais foram substituídos por serem desapropriados de acordo com os critérios vigentes. Realçaram-se os principais elementos arquitectónicos como a capela-mor e o pórtico, e as zonas em que a pedra se encontrava em bom estado.

Do exposto aferimos que não foi compreendida a estrutura do edifício composta por diversas fases estilísticas. Foram valorizados alguns elementos e demoliram-se outros, perdendo-se os vestígios históricos que permitiriam compreender melhor as suas fases construtivas. As obras concentram-se no conserto dos telhados e portas; limpeza tanto interior como exterior de todo o edifício; realizaram-se obras de reintegração, visto muitos complementos esculturais primitivos se encontrarem entaipados por construções posteriores, ou deturpados por alterações impróprias. As zonas intervencionadas foram o coro, a sacristia, que encobria a bela janela do transepto e a escadaria da fachada Poente.⁴³⁸

O coro foi demolido, as janelas entaipadas, a escadaria da porta principal foi substituída por uma simples escada sem guardas que não prejudicasse o conjunto arquitectónico da fachada e realçasse o pórtico gótico. Reduziu-se a antiga sacristia, de forma a deixar desafogada a parte primitiva do edifício, ou seja, o braço Sul do transepto e o conjunto formado pela capela-mor e capela colaterais.

⁴³⁷ Vide Anexo 6 “Boletim da DGEMN : Resumo das Obras de Restauro (1929-1955)”.

⁴³⁸ Cfr. *Boletim da DGEMN: Sé Catedral de Silves*, nº 80, Lisboa, DGEMN, Junho de 1955, pp.41-42.

Foram enumerados de forma sucinta os principais trabalhos sem referência à época, mestres ou estudos de intervenção (*vide* Doc.24)⁴³⁹:

- 1-Demolição da antiga escadaria de acesso à porta principal e construção duma nova escada;
- 2-Entaipamento das três janelas da fachada principal com remoção da respectiva grade de varanda e entaipamento das aberturas das capelas laterais;
- 3-Demolição da antiga sacristia e construção de outra e de novas escadas na fachada lateral direita;
- 4-Demolição de um anexo inestético que existia encostado ao transepto e capela lateral esquerda;
- 5-Demolição do coro e restauração das colunas da nave principal a que estava apoiado
- 6-Demolição dos altares da capela-mor e das capelas laterais e desentaipamento das respectivas janelas;
- 7-Construção de três altares de pedra para as mesmas capelas;
- 8-Construção e assentamento de todo o madeiramento dos telhados e portas incluindo a cobertura com telha apropriada;
- 9-Limpeza tanto interior como exteriormente e tomada de juntas em profundidade;
- 10-Caiação interior das naves e paredes laterais deixando a descoberto a silharia dos arcos e colunas;
- 11-Caiação exterior de toda a igreja, com excepção dos cunhais e sancas em que a pedra se encontrava em bom estado;
- 12-Modificação do traçado da escadaria lateral direita;
- 13-Construção e assentamento de vitrais apropriados.

5.2.Documentação do Arquivo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos

Nacionais

Caracterização dos Documentos

A DGEMN tinha competência na elaboração de projectos para obras de reparação, restauro e conservação de monumentos e palácios nacionais, e respectiva execução, por administração ou empreitada, sem deixar de ser exercida uma rigorosa fiscalização sobre os

⁴³⁹ *Idem*, p.42.

trabalhos.⁴⁴⁰ Cabia aos serviços, fazer anualmente, o plano de obras para o ano seguinte e calcular as verbas necessárias, a fim de as fazer inscrever no Orçamento Geral do Estado. Os técnicos elaboravam projectos de intervenção com a descrição dos trabalhos, a estimativa dos custos e a previsão do prazo de execução.⁴⁴¹

O fundo documental existente nos Arquivos da DGEMN é constituído por um conjunto variado de documentos: ordens de serviço, processos individuais de dirigentes e técnicos, organização contabilística de despesas por ano económico, planos anuais de obras, processos administrativos e de obras e processos fotográficos, organizados por imóveis classificados. Os livros de contas correntes estão organizados segundo as quatro secções de serviços, que obedeciam a uma divisão geográfica do país, onde são discriminadas as intervenções realizadas e as respectivas quantias despendidas.

A documentação do Arquivo do Forte de Sacavém foi analisada em profundidade e complementada, numa segunda fase, pela consulta da documentação do Fundo Geral do Arquivo dos Serviços Centrais da DGEMN e da Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul.

Do Fundo Geral do Arquivo dos Serviços Centrais da DGEMN consultámos os processos de obras da Sé de Silves⁴⁴². Nesse organismo foram analisados os processos individuais dos Arquitectos Jorge Bermudes França (1899-?), António de Couto Abreu (1874-1946), Rui Ângelo de Couto (1917-1998) e Martinho Humberto dos Reis (1904-?)⁴⁴³. Em relação à Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul o arquivo encontrava-se muito incompleto, relativamente aos anos 30 e 40.

Em termos metodológicos iniciámos o nosso estudo pela consulta dos processos de obras e posteriormente partimos para a análise da documentação fotográfica, e dos processos individuais dos arquitectos,⁴⁴⁴ o que permitiu confrontar a informação referente às intervenções e possíveis desfasamentos das suas efectivas concretizações. Assim, na insuficiência e, contradição dos dados contidos na publicação oficial do organismo⁴⁴⁵, tivemos nas ordens de serviço, nos processos individuais dos arquitectos e nos processos

⁴⁴⁰ Vide Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.367.

⁴⁴¹ Idem, p.451.

⁴⁴² Comportava documentação, em parte, repetida em relação aos documentos já consultados no Arquivo do Forte de Sacavém. Processos MI-252/5 DSARH PT 41-44, MI-252/6 DSARH PT 45-53 e MI-252/7 DSARH PT 54-64, Sé de Silves.

⁴⁴³ Os processos individuais dos arquitectos foram analisados no Arquivo dos Serviços Centrais da DGEMN.

⁴⁴⁴ Vide Anexo 4, Processos Individuais dos arquitectos que intervieram nas intervenções de restauro da Sé de Silves.

⁴⁴⁵ Cfr. MOPT, *Boletim da DGEMN: Sé Catedral de Silves*, nº 80, Lisboa, DGEMN, Junho de 1955.

administrativos de obras uma preciosa fonte de informação relativa ao desenvolvimento das intervenções, aos critérios seguidos e ao conhecimento dos técnicos responsáveis pelos trabalhos.

Como foi referido, a pesquisa arquivística assentou fundamentalmente, no estudo pormenorizado da documentação do Arquivo do Forte de Sacavém⁴⁴⁶. O processo administrativo de obras do imóvel classificado contém os projectos de intervenção, os cadernos de encargos destinados a concursos públicos, propostas de tarefa de ajuste particular, fornecimento de materiais, pagamento de despesas, fotografias, desenhos e plantas do decurso dos trabalhos, ordens de serviço, planos anuais de obras; O processo fotográfico contempla imagens das obras desenvolvidas entre 1931 e 1955, reportando o estado do imóvel antes e após a intervenção. Por último, consultámos o fundo constituído por recortes de imprensa, com notícias veiculadas em jornais sobre os trabalhos de restauro desenvolvidos no monumento.

Quanto à delimitação cronológica dos documentos do Arquivo do Forte de Sacavém, compreende os anos de 1931 a 1991: o primeiro dossier contempla as datas de 21 de Janeiro de 1931 a 8 de Março de 1952; o segundo dossier vai de 11 de Março de 1953 a 19 de Julho de 1991⁴⁴⁷ e o terceiro dossier apresenta documentos dispersos de anos anteriores, de 1943 a 1965⁴⁴⁸.

A consulta de um importante núcleo documental, relativo ao séc. XX, revelou um manancial de informações que nos permitiu tirar ilações quanto à dimensão da intervenção no edifício⁴⁴⁹. Este fundo documental, está longe de servir só a história da arquitectura e o património, as informações que dele se podem extrair sobre preços de materiais, salários, organização laboral constitui matéria inédita para outros campos do conhecimento.

A recolha teve por base orientadora o tipo de informação possível a extrair de cada documento, já que por vezes a documentação é contraditória, sendo pouco credível. Apesar da dispersão, insuficiência e contradição dos dados, tivemos nas ordens de serviço, nas informações de fiscalização dos trabalhos, nos processos individuais dos arquitectos, nos processos administrativos de obras e processo fotográfico, preciosas fontes de informação,

⁴⁴⁶ Processo S-081307/003, Sé de Silves, Pastas 919 a 920.

⁴⁴⁷ Relativamente ao 2º dossier surgem documentos que se reportam aos seguintes anos: 1955, 1957, 1959-61, 1965, 1969, 1971, 1975, 1979, 1980, 1983-87, 1991. O ano de 1953 possui referências mensais a obras desenvolvidas (Maio a Dezembro).

⁴⁴⁸ O terceiro dossier apresenta documentos relativos a anos anteriores (1943, 1944, 1948, 1952, 1954, 1955, 1956, 1959, 1965).

⁴⁴⁹ Núcleo documental que constam dos processos administrativos e de obras do Arquivo do Forte de Sacavém. Vide Apêndice documental Quadro A, contendo descrição pormenorizada das obras de restauro desenvolvidas na Sé de Silves no período compreendido entre 1931 e 1991.

contribuindo para a caracterização da intervenção e para o conhecimento dos principais técnicos responsáveis pelos projectos.

A documentação do Arquivo do Forte de Sacavém referente ao primeiro dossier (1931-1952) descreve as obras propostas por ajuste directo, relativas ao período compreendido entre 1931 e 1952. Os trabalhos referenciados terão decorrido na zona da cabeceira (1931-34): desentaipamento das janelas das capelas absidiais, colocação de caixilhos de ferro e vitrais, demolições de paredes das capelas absidiais e capela-mor, execução de três duplas frestas geminadas⁴⁵⁰. Terão sido retirados os retábulos e altares de alvenaria das capelas de Santo António e do Senhor dos Passos e construídos dois altares de cantaria iguais ao da capela-mor (1952)⁴⁵¹.

Outras obras terão ocorrido, entre 1938 e 1941, nomeadamente, reparações nos telhados⁴⁵²; construção de escadaria de acesso ao portal Poente⁴⁵³ (1942-46); demolição completa do coro (1942-1943)⁴⁵⁴; demolição da sacristia e construção de um novo corpo de menores dimensões (1947-1951)⁴⁵⁵, restauro da fresta do transepto e alinhamento da escada da fachada lateral direita (1947-1951)⁴⁵⁶.

Em relação ao segundo dossier (1953-1991), este contém documentos que se reportam ao período compreendido entre 1953 e 1991. As principais obras descritas são as seguintes: fornecimento e assentamento de altares de casquinha e talha dourada (1953)⁴⁵⁷ e reparações nos telhados (1961)⁴⁵⁸. Surge a referência ao sismo ocorrido em Fevereiro de

⁴⁵⁰ Vide Anexo 5, p.1. Cfr. vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves.

⁴⁵¹ Vide Anexo 5 p.17. Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória descritiva datada de 3-05-52. Foi autorizada a 3-7-52 a adjudicação das obras de conservação da Sé de Silves pela importância de 67 800\$00.

⁴⁵² Vide Anexo p.9. Cfr. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 3-11-38, e aprovado por despacho a 17-11-38.

⁴⁵³ Vide Anexo p. 11. Cfr. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 919, Documento datado de 31-12-42 e aprovado no mesmo dia.

⁴⁵⁴ Vide Anexo 5, p.10 e 12. Cfr. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 6-06-42 e aprovada a 11-6-42; Cfr. Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de Joaquim Morgadinho datada de 4-10-43 e aprovada a 6-10-43.

⁴⁵⁵ Vide Anexo 5, p. 14. Cfr. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Memória descritiva de 31-06-47.

⁴⁵⁶ Vide Anexo 5, p. 14. Cfr. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Memória descritiva de 31-06-47.

⁴⁵⁷ Vide Anexo 5. p. 18. Cfr. Memória descritiva datada de 11-05-53, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920. A 1 de Junho de 1953 foi autorizada a abertura de concurso público. A proposta surge novamente a 8 de Junho de 1953

⁴⁵⁸ Vide Anexo 5, p. 23. Cfr. Projecto datado de 16-02-61 e autorizado a 7-3-61 pela despesa de 14 350\$00, tendo sido previsto o prazo de 24-3-61 para o início do trabalho, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

1969 que teria provocado largos estragos no edifício⁴⁵⁹, entre as zonas afectadas temos a cobertura, abóbadas, paredes do alçado lateral direito e principal, rebocos aluídos, pináculos e degraus de cantaria do alçado lateral direito. Em 1975 aparece a referência à reparação de uma fenda na fachada Poente⁴⁶⁰; em 1979 teria sido substituído o pavimento de soalho de pinho nas naves⁴⁶¹; em 1984 teria sido colocado “vidro catedral” matizado, em substituição do vitral partido do óculo⁴⁶²; em 1985 temos a reparação da cimalha de madeira do tecto, em virtude de esta ter caído⁴⁶³ e em 1987 temos o assentamento de azulejos artísticos junto à sacristia⁴⁶⁴.

O terceiro dossier (1944-1955) é constituído por documentos dispersos que se reportam a obras desenvolvidas em anos anteriores permitindo, no entanto, o esclarecimento em relação a alguns trabalhos desenvolvidos. Podemos retirar algumas ilações: a escadaria da fachada Poente terá sido provavelmente construída em 1943⁴⁶⁵; em 1948 permaneciam por iniciar os trabalhos de redução da sacristia⁴⁶⁶; em 1952 ter-se-á mandado executar os dois altares laterais junto à capela-mor⁴⁶⁷; em 1954 surge a polémica sobre a existência de uma cripta⁴⁶⁸ e em 1955 terá sido aprovada a zona de protecção da Sé de Silves⁴⁶⁹.

⁴⁵⁹ Vide Anexo 5, p. 24. Cfr. Documento datado de 8-11-69, a obra foi adjudicada ao empreiteiro Odilom Martins Garcia a realizar até ao final de 1969, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

⁴⁶⁰ Vide Anexo 5, p. 25. Cfr. Memória descritiva datada de 17-05-75, obra adjudicada a Odilom Martins Garcia, devendo a obra ficar concluída até 17-08-75, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

⁴⁶¹ Vide Anexo 5, p. 25. Cfr. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória descritiva de 12-3-79. A obra foi adjudicada a Odilom Garcia pelo valor de 239 000\$00, tendo sido previsto o prazo de 5-4-79 para início dos trabalhos devendo ficar concluídos a 4-6-79.

⁴⁶² Vide Anexo 5, p. 26. Cfr. Documento datado de 3-05-84, vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

⁴⁶³ Cfr. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Documento datado de 15-02-85, aprovado a 20-05-85.

⁴⁶⁴ Vide Anexo 5, p. 28. Cfr. Memória Descritiva datada de 27-03-87, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

⁴⁶⁵ Esta escadaria construída em 1943, seria demolida em 1944, para se construir novamente em 1946. Vide Anexo 5 p.11-13. Cfr. Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Documento datado de 26-3-43; Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, documento datado de 27-07-44; Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 21-12-46 e aprovada a 27-12-46.

⁴⁶⁶ Vide Anexo 5, p. 15. Cfr. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 24-04-48 e aprovada a 5-5-48.

⁴⁶⁷ Vide Anexo 5, p. 17. Cfr. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória descritiva datada de 3-05-52. Foi autorizada a 3-7-52 a adjudicação das obras de conservação da Sé de Silves pela importância de 67 800\$00

⁴⁶⁸ Vide Anexo 5, p. 21. Cfr. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Ofício datado de 20-10-54.

⁴⁶⁹ Vide Anexo 5, p. 21. Cfr. Memória Justificativa datada de 7-11-55, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 921.

Lacunas das Fontes

As várias fontes apresentam diversas lacunas e exigem um cuidado específico no seu tratamento. Esta documentação não permite averiguar as verbas despendidas, exclusivamente com as intervenções em monumentos, de entre as despesas gerais da DGEMN⁴⁷⁰. Também não esclarece quanto ao número de intervenções realizadas, bem como aos imóveis onde estas tiveram lugar. Uma vez a verba atribuída havia uma certa mobilidade interna de gasto, devido a condicionantes de vária ordem, interrompendo-se os trabalhos e realizando-se obras imprevistas. Há que ter em conta um certo relativismo nas descrições oficiais das quantias gastas em determinados imóveis.⁴⁷¹

Os documentos descrevem as obras realizadas, no entanto, impossibilitam, em certos casos, a identificação exacta dos locais onde se operava a intervenção⁴⁷². A diferença entre os nomes das partes dos monumentos citadas nos documentos e a designação dada pela actual historiografia, tornam difíceis certas identificações⁴⁷³. O mesmo se passa em relação a determinados elementos que foram entretanto demolidos e dos quais não existe qualquer vestígio⁴⁷⁴. Como se trata, na sua maioria, da descrição de trabalhos para justificar o material, a mão-de-obra e o dinheiro gasto, este tipo de documentação por si só não revela pormenores artísticos que seriam importantes.

Ao procurarmos determinar a evolução cronológica dos restauros nas diversas partes do monumento com o objectivo de avaliar a orientação imposta pela intervenção, deparámo-nos com contradições e insuficiência de dados. De acordo com a documentação consultada recapitulamos todo o processo de renovação do edifício.

Um dos factores de indeterminação é a conclusão final dos trabalhos adjudicados. Somente a partir da análise dos relatórios de fiscalização, ou dos autos de medição dos trabalhos, se torna possível aferir a real execução dos trabalhos adjudicados, dado que os trabalhos orçamentados nem sempre são realizados, por esgotamento de verbas ou alteração

⁴⁷⁰ Vide Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. 1, 1995, p.452.

⁴⁷¹ Idem, p.452.

⁴⁷² “fazer um vitral para a capela da Sé de Silves, na mesma composição dos existentes, incluindo frete e colocação de dois caixilhos de latão” in Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular de Ricardo Leone datada de 2-1-35 e aprovada a 8-2-35.

⁴⁷³ “construção de dois altares em cantaria a colocar nas capelas laterais segundo o existente na capela-mor (...)reparação de talha nos altares laterais” in Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória Descritiva datada de 3-05-52; “Possivelmente o constructor será o mesmo que reparou ou construiu os altares das absides” in Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/5 DES ARH PT 41-44, Sé de Silves, Documento datado 12-08-57.

⁴⁷⁴ “retirar cuidadosamente o coro” in Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 29-12-43 e aprovada a 31-12-43.

dos planos⁴⁷⁵. Em termos gerais, os documentos apresentam lacunas quanto à datação, integridade dos textos e autoria.

Para tentar colmatar estas limitações, socorremo-nos de elementos iconográficos do período de intervenção⁴⁷⁶. Da comparação entre estes e a informação prestada pelos resumos de obras, procurámos identificar o que foi feito no monumento.

Nos processos administrativos conseguimos tirar algumas ilações a partir das propostas dos empreiteiros aprovadas, das “ordens de serviço”, bem como pelos relatórios de visita às obras e autos de medição, e das folhas de resumo de cada pasta, que dão os projectos por cumpridos. Relativamente à caracterização do processo de intervenção de restauro podemos identificar a instituição responsável; a datação (considerando como um dos factores de indeterminação a conclusão final dos trabalhos adjudicados); a definição ou atribuição de parte das autorias e de equipas (nas intervenções conduzidas pela DGEMN considerou-se o director de secção como o responsável pela obra, embora este fosse, normalmente, secundado por uma equipa).

É possível efectuar a descrição dos principais momentos da intervenção de restauro. Realizou-se um quadro⁴⁷⁷ que resultou de uma condensação realizada a partir da documentação arquivística referente ao processo.⁴⁷⁸ Reúnem-se diversos dados estruturados cronologicamente para o período compreendido entre 1931 e 1991: nas estimativas orçamentais dos projectos elaborados, refere-se sempre que conhecido, o autor do projecto e os trabalhos previstos; as adjudicações de obras ou tarefas, são por ajuste directo, por concurso público ou limitado, sendo igualmente referido o respectivo adjudicatário e os trabalhos a executarem; os relatórios de fiscalização de obra, permitem aferir a real execução dos trabalhos adjudicados. Esta informação revestiu-se de particular importância dado que os trabalhos orçamentados nem sempre são realizados.⁴⁷⁹

Foram dados condicionantes, a dificuldade na precisão total de autorias que se deve quer à prolongada duração dos estaleiros, quer à centralização das decisões e orientação metodológica a nível nacional.

⁴⁷⁵ “através do relatório de “Visita à obra Sé de Silves” verificou-se a necessidade de se proceder à consolidação e refechamento com argamassa forte nas juntas das pedras” in Relatório datado de 16-06-53, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

⁴⁷⁶ Procedemos à análise do processo fotográfico da Sé de Silves.

⁴⁷⁷ Vide Apêndice Documental Quadro A – Cronologia das Obras de Restauro da DGEMN.

⁴⁷⁸ Segue-se a indicação específica, sempre que pertinente, de intervenções, referentes a acções simples de manutenção, reparação e conservação.

⁴⁷⁹ Apenas em alguns casos é possível verificar se a obra foi executada através dos autos de medição dos trabalhos efectuados, ou pelos relatórios de visita às obras.

Ao nível dos números, com base nos orçamentos obtivemos as verbas despendidas em obras.⁴⁸⁰ Recorremos à representação dos dados através de quadros que permitem o cruzamento da informação referente à autoria, descrição das obras e verbas despendidas. A selecção fotográfica permite estabelecer a comparação entre estados diferenciados no tempo.

Em termos gerais, as fontes disponíveis são deficitárias em informações claras e objectivas, não esclarecem todo o processo de restauro: o existente antes das intervenções não é descrito de forma completa; não existem interpretações histórico-arquitectónicas, de forma a podermos avaliar as opções tomadas, nomeadamente, as demolições. As várias campanhas de obras não são descritas com detalhe e localizadas no tempo e no monumento, em inúmeros casos, é impossível sabermos, com clareza, se a obra se realizou e exactamente onde e quando; os projectos eram geralmente concebidos para se realizarem durante longos anos⁴⁸¹, sendo impossível localizarmos, com rigor, as várias campanhas de obras. Os projectos são omissos, as propostas dos empreiteiros também, as verbas cabimentadas eram, por vezes, transferidas para outras obras; o que se reflecte nas poucas imagens, grande número de fotografias não tem data, e fogem quase sempre à pormenorização, não permitindo a avaliação dos critérios seguidos; as memórias descritivas são omissas relativamente aos mesmos pormenores; algumas dúvidas são levantadas no que se reporta a obras referidas no resumo de obras, mas não referenciadas ao longo do processo.

A documentação não apresenta esclarecimento em relação às seguintes obras: entaipamento das três janelas da fachada principal⁴⁸²; obras na cobertura dos telhados e portas⁴⁸³; limpeza tanto exterior como interior do edifício e tomada de juntas⁴⁸⁴; caiação interior das naves deixando a descoberto a silharia dos arcos e colunas e caiação exterior de toda a igreja.

⁴⁸⁰ Na análise foram excluídos os dados relativos às participações especiais concedidas pelo Fundo de Desemprego.

⁴⁸¹ “manifestação da necessidade de se concluir a sacristia anexa à Sé, de modo a poder ser utilizada (...)” in Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 2-5-51; “ (...) há quase seis anos que as referidas obras de restauração e conservação [da Sé de Silves] são auspiciosamente principiadas por determinação do Estado Novo (...) [no entanto] se encontram paralisadas (...). A capela-mor ultimamente restaurada está ainda incompleta (...)” in vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves.

⁴⁸² Não se conseguiu apurar a data da obra sendo provável o ano de 1938.

⁴⁸³ Aparecem vários projectos datados de 1938 a 1941.

⁴⁸⁴ Sendo provável a sua realização entre os anos de 1938 e 1941.

Algumas propostas referem desenhos e fotografias que não se encontram nos processos⁴⁸⁵. A existência de um projecto de intervenção nos arquivos é o ponto de partida para uma investigação demorada que tem que conjugar os processos de obras, os fotográficos e os administrativos, para se atingir conclusões aceitáveis.

5.3.Caracterização da Intervenção da DGEMN (1931 a 1955)⁴⁸⁶

5.3.1.Técnicos da DGEMN Responsáveis pelos Projectos de Arquitectura

O pessoal técnico contratado era admitido por concurso documental, sendo a escolha feita por um júri constituído pelo Director-Geral e pelos directores de serviços dos Edifícios e Monumentos. Na escolha era tida em conta a classificação final do curso e sobretudo os méritos reais de que, como técnico, o candidato tivesse dado provas na vida prática.⁴⁸⁷

Porém, o número de obras a cargo da DGEMN crescia em ritmo acelerado e os quadros técnicos não respondiam às necessidades. Com a criação, junto do Ministério das Obras Públicas, do Comissariado do Desemprego, em 1932, são iniciadas muitas obras, financiadas em regime de comparticipação, pelos fundos do novo organismo, desde que utilizassem mão-de-obra recrutada nas listas dos desempregados.⁴⁸⁸

Existia sempre um arquitecto ou engenheiro, do quadro da DGEMN, a delinear, a coordenar e até mesmo a acompanhar os programas de obras. Ao arquitecto cabia a concepção dos desenhos, alçados e cortes relativos ao edifício a construir ou a restaurar, o acompanhamento dos trabalhos durante a sua execução, a verificação da qualidade dos materiais colocados em obra, em função dos termos dos contratos de fornecimento e o

⁴⁸⁵ Como exemplo temos a 8 de Março de 1954 aparece uma comunicação do Arquitecto Rui Ângelo de Couto, informando sobre deficiências na balastrada da teia do altar-mor conforme fotografia junta, Cfr. Ofício datado de 8-3-54, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 919.

⁴⁸⁶ Análise efectuada com base na documentação do processo administrativo e de obras do Arquivo do Forte de Sacavém e do Fundo Geral dos Serviços Centrais da DGEMN.

⁴⁸⁷ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995,p.377.

⁴⁸⁸ Idem, p.457.

controlo financeiro, ocupando o cargo de responsável máximo por tudo o que acontecia no estaleiro.⁴⁸⁹

Através dos inúmeros ofícios remetidos pela DGEMN, sabemos pelas assinaturas, quem foram, ao longo dos anos, os técnicos responsáveis pela intervenção na Sé de Silves. Passamos a discriminar as personalidades que, durante o período escolhido, desempenharam um papel determinante no restauro do monumento. O Arquitecto Jorge Bermudes França (1899-?), é referenciado através de documentos datados de 1931 a 1934⁴⁹⁰ e pelas informações contidas no processo individual do arquitecto;⁴⁹¹ o Arquitecto António de Couto Abreu (1874-1946), foi Director dos Monumentos do Sul a partir de 1931, responsável pelos projectos desenvolvidos no edifício de 1934 a 1935⁴⁹²; o Arquitecto Martinho Humberto dos Reis (1904-?), exerceu funções na Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul a partir de 1938, procedendo à fiscalização das obras de restauro da Sé de Silves de 1939 a 1945⁴⁹³; o Arquitecto Rui Ângelo de Couto (1917-1998), surge como responsável pelos projectos desenvolvidos na Direcção dos Edifícios e Monumentos do Sul, nomeadamente na Sé de Silves de 1952 a 1987⁴⁹⁴.

Estes arquitectos foram importantes na direcção técnica dos trabalhos de restauro do monumento. Jorge Bermudes França (1899-?) foi transferido nos termos do art. 9º do dect. 16.791 de 25 de Abril de 1929 para a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Prestou serviço na Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul desde 1 de Julho de 1929. Em 1933 sabemos que coadjuvou os Serviços da Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul, tendo a seu cargo entre as diversas obras as do distrito de Faro,

⁴⁸⁹ Cfr. Clara Moura SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha : pedreiras históricas, estaleiro de obras e mestres canteiros*, Leiria, Magno Edições, 2001,p.88.

⁴⁹⁰ O nome do arquitecto Jorge Bermudes França surge, através de Orçamento aprovado a 24-01-31, para obras de “restauração” a empreender na Sé de Silves, vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves.

Vide projecto de obras urgentes a realizar na Sé de Silves Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Projecto datado de 14-3-33; Cfr.Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº.S-081307/003, Sé de Silves, Memória descritiva datada de 15-06-33.

Outra referência ao projecto do arquitecto surge em 1935 Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Projecto assinado pelo Arq. Jorge Bermudes França datado de 14-3-35 e aprovado a 15-3-35 pelo Arq. António de Couto Abreu.

⁴⁹¹ Vide Anexo 4, Processo Individual do arquitecto Jorge Bermudes França.

⁴⁹² Segundo análise do processo administrativo o arquitecto António de Couto Abreu durante o período de 1934 a 1935 assinou ordens de serviço, comunicou a aprovação de projectos, e elaborou informações sobre o início das obras e o seu custo, ou a concessão de subsídios por parte do Fundo de Desemprego. No ano de 1934 encontramos diversos “autos de medição” dos trabalhos realizados por António de Couto Abreu. Embora o seu nome surja também em documento datado de 1944.

⁴⁹³ Vide Anexo 4, Processo individual do Arquitecto Martinho Humberto dos Reis.

⁹ O arquitecto Rui Ângelo de Couto assina diversos documentos relativos a obras desenvolvidas na Sé de Silves nos seguintes anos: 1953, 1961, 1965, 1971, 1975, 1979, 1980, 1983-87.

nomeadamente orçamento, direcção e fiscalização das obras de “restauração” da Sé de Silves⁴⁹⁵. A 15 de Setembro de 1934, Jorge Bermudes França foi promovido a Arquitecto de 2ª classe. Nesse ano, teve novamente a seu cargo a direcção e fiscalização das obras de restauro da Sé de Silves.

António de Couto Abreu (1874-1946)⁴⁹⁶ foi técnico responsável pelos projectos de restauro da Sé de Silves, de 1934 a 1935, onde efectuou também, a fiscalização dos trabalhos. Em 1921 ingressou no quadro da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Em 1926 prestou serviço na 3ª Repartição da Direcção Geral de Belas Artes, onde exerceu a função de Arquitecto Chefe de Secção dos Monumentos Nacionais. A 20 de Setembro de 1927 é nomeado Arquitecto Chefe de Secção da 3ª Repartição da Direcção Geral de Belas Artes. A 14 de Novembro de 1929 é nomeado Director Interino dos Monumentos Nacionais, devido ao afastamento do Arq. Adães Bermudes. Com o desdobramento do Serviço de Monumentos nas Direcções do Norte e do Sul⁴⁹⁷, António de Couto Abreu é, em 1931, nomeado Director dos Monumentos do Sul, por decreto de 6 de Junho de 1931. A 9 de Maio de 1934 é promovido a Arquitecto de 1ª classe, continuando a dirigir os Monumentos do Sul. A 3 de Março de 1944 completou no dia 8 de Abril, 70 anos de idade, o limite para exercer funções na Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, passando à Reforma.⁴⁹⁸

Martinho Humberto dos Reis (1904-?)⁴⁹⁹ substituiu Raul Lino (1879-1974), no cargo de Director dos Serviços de Monumentos, a 21 de Novembro de 1949. Apesar de se ter aposentado com apenas 48 anos, por invalidez, foi um arquitecto de invulgar acção no campo do restauro e conservação de imóveis.⁵⁰⁰ Desempenhou a partir de 1938 funções na 3ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais que correspondia à região Sul do país. Elaborou diversos estudos de pormenor e detalhe para várias obras em imóveis dessa região, procedendo à fiscalização dos trabalhos de restauro empreendidos na Sé de Silves.⁵⁰¹ A 30 de Maio de 1939 desempenhou o serviço inerente ao cargo de Chefe de Secção, sendo responsável pelo orçamento da Sé de Silves. A 8 de Maio de 1941 foi responsável pela

⁴⁹⁵ Cfr. Anexo 4, Processo Individual do Arquitecto Jorge Bermudes França.

⁴⁹⁶ Cfr. Anexo 4, Processo Individual do Arquitecto António de Couto Abreu.

⁴⁹⁷ O Decreto nº 18070, de 10 de Março de 1930, vem atender às vantagens na divisão dos serviços de Monumentos Nacionais, com a constituição da Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte e da Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul. Cfr. DGEMN, *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN, 1999, p.28.

⁴⁹⁸ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.406.

⁴⁹⁹ Cfr. Anexo 4, Processo Individual do Arquitecto Martinho Humberto dos Reis.

⁵⁰⁰ Cfr. Maria João NETO, *op.cit.*, p.419.

⁵⁰¹ *Idem*, p.420.

fiscalização das obras de restauro a cargo da Secção, inclusivamente na Sé de Silves. De 1943 a 1945 surge a informação sobre a sua participação na fiscalização das obras de restauro dos monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público da área dessa Secção, incluindo novamente a Sé de Silves. Por portaria de Janeiro de 1948 foi promovido a Arquitecto de 2ª classe e no ano seguinte foi nomeado, chefe da Repartição Técnica de Monumentos. Em 1950, ascendeu ao cargo de Director e a partir de 30 de Setembro de 1952 passou à situação de aposentado.

Rui Ângelo de Couto (1917-1998),⁵⁰² foi nomeado a 23 de Maio de 1952 Arquitecto de 3ª classe contratado, a prestar serviço na 3ª Secção de Évora como Arquitecto Chefe da 3ª Secção. Em 1953, através de nota dos serviços desempenhados surge o seu nome associado à Sé de Silves, tendo sido responsável pela organização de estimativa das obras a realizar no edifício. Executou desenhos para altares em cantaria das capelas laterais, desenho da balaustrada para o altar-mor, pormenores de caixilhos e portas, desenhos de colunas para o suporte de imagens, de pia baptismal e de escada do púlpito. De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1955, surge novamente o registo de funções que Rui Ângelo de Couto exerceu na Sé de Silves. Em 1955 elaborou o processo da zona de protecção⁵⁰³. A 3 de Julho de 1958 o arquitecto foi provido definitivamente no quadro da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Em 1965, ocupa a categoria de Chefe de Secção da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais do Sul. A 12 Julho de 1966 Rui Ângelo de Couto foi provido a Arquitecto de 2ª classe. O seu nome ficou associado à direcção das obras de conclusão do restauro da Sé de Silves.

5.3.2. Os Projectos dos Técnicos da DGEMN

A catedral que hoje vemos não pode ser estudada sem ter em conta a obra dos restauradores. Importa verificar se existiu um ou vários projectos de intervenção e conhecer a acção dos responsáveis que conduziram o processo.

Durante os primeiros cinco anos do restauro (1931-1935), a igreja, na sua parte interior, absorve o maior volume dos trabalhos, fundamentalmente na cabeceira: através do

⁵⁰² Cfr. Anexo 4, Processo individual do Arquitecto Rui Ângelo de Couto.

⁵⁰³ Cfr. Memória Justificativa datada de 7-11-55, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo n.º S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 921.

desentapamento das janelas das capelas absidiais e colocação de vitrais; demolição dos altares dessas capelas, foram retirados os retábulos e reparação de colunas da capela-mor.⁵⁰⁴

O arquitecto Jorge Bermudes França, esteve à frente das obras da Sé de Silves de 1931 a 1934. Em 1933, coadjuvou os serviços da Direcção dos Monumentos do Sul, tendo a seu cargo o orçamento, direcção e fiscalização das obras de restauro do monumento.

O plano de acção da DGEMN visava impedir a ruína dos monumentos, e sobretudo, a sua reintegração numa pureza de estilo.⁵⁰⁵ A cabeceira da catedral foi um dos núcleos de intervenção dos arquitectos em que se procurou a sua reintegração no estilo primitivo como refere o arquitecto Jorge Bermudes França:

“(…) os trabalhos propostos neste orçamento são o complemento dos que até agora foram executados e com os quais se conseguiu repor já uma parte do monumento, com o seu aspecto primitivo, cuja beleza e grandiosidade tinham sido em anos anteriores completamente deturpadas e criminosamente destruídas, pois não se contentando com o entapamento das belas janelas geminadas que iluminam a abside central e os absidiolos, nem com o esconder com rebocos e estuque, os paramentos que são de boa silharia aparelhada, levaram a sua perversidade iconoclasta a ponto de escacilharem totalmente belas colunas e ornamentações arquitectónicas, não escapando o próprio altar primitivo que foi substituído por um retábulo de madeira pintado a fingir mármore.”⁵⁰⁶

Lisboa, 15 de Junho de 1933.

De 1935 a 1940, realizaram-se obras, no exterior e fundamentalmente nos telhados⁵⁰⁷: demolição da platibanda de alvenaria sobre o beiral dos telhados do cruzeiro; substituição completa dos telhados, incluindo madeiramento. Realizando-se também nessa época a demolição de um anexo e arranjo da testeira do transepto.

Durante este período dois técnicos marcaram a direcção dos trabalhos: António de Couto Abreu e Martinho Humberto dos Reis. António de Couto Abreu fiscalizou directamente as obras da Sé de 1934 a 1935. A partir de 1939 Martinho Humberto dos Reis fica responsável pelo orçamento das obras da Sé, realizando estudos e procedendo à fiscalização dos trabalhos até 1945.

A partir de 1942 desenvolvem-se obras na escadaria principal da igreja, prolongando-se até 1946. Em 1943 surgem trabalhos desenvolvidos no interior: demolição do coro, reparação dos pilares de apoio e dos tectos de madeira das naves e reparação geral

⁵⁰⁴ Vide Anexo 3, *Datas das Obras de Intervenção de Restauro da DGEMN (1931-1987)*.

⁵⁰⁵ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.451.

⁵⁰⁶ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo n.º.S-081307/003, Sé de Silves, Memória descritiva datada de 15-06-33, referente ao projecto de continuação das obras de “restauração” que se vêm realizando na Sé de Silves.

⁵⁰⁷ Em 1938 realizou-se o projecto de reparação geral dos telhados. Vide anexo 3, *Datas das Obras de Intervenção de Restauro da DGEMN (1931-1987)*.

dos altares em talha. Martinho Humberto dos Reis dirigiu e fiscalizou as obras do edifício nesse período.

Em 1947 surge o projecto de demolição da sacristia e construção de um novo corpo. Os trabalhos iniciaram-se em 1948 e arrastaram-se até 1951. No decurso das obras realizou-se o restauro da fresta do braço Sul do transepto e foi rectificada e alinhada a escada de acesso à entrada lateral.

Rui Ângelo de Couto foi responsável pela estimativa de obras a realizar no edifício a partir de 1952 e executou alguns desenhos de pormenor. Desenvolveu o projecto de construção de dois altares em cantaria para as capelas laterais. Em 1955 o arquitecto elaborou o processo da zona de protecção, fiscalizando os trabalhos da Sé até 1987.

5.3.3.Os Trabalhos de Restauro

A compreensão da acção destes técnicos encontra o seu complemento na análise da execução dos trabalhos que passamos a referir. Procurámos, determinar a evolução cronológica do restauro com o objectivo de avaliar a orientação imposta à intervenção no monumento.

O restauro do edifício parece, não ter sido precedido de um estudo preparatório de planificação do amplo e complexo programa de intervenção que veio a ser levado a efeito, à semelhança do que em França era já um hábito instituído, desde o último quartel do século XVIII. Qualquer intervenção de restauro implicava, uma convocatória de concurso, à qual os arquitectos de renome concorriam com projectos. Do projecto faziam parte, além de plantas, cortes e alçados, que patenteavam as alterações, acrescentos e reabilitações que os arquitectos se propunham realizar, uma memória descritiva detalhada dos trabalhos a empreender e o respectivo orçamento⁵⁰⁸.

Em Portugal, não existia uma forte tradição ligada à concepção de projectos de restauro, que precedessem as intervenções. O quadro nacional era marcado pela inexistência de um programa governamental para dar resposta às necessidades de intervenção que grande parte do nosso património monumental denunciava e a falta de um *corpus* de princípios teóricos de restauro pré-estabelecidos, que pudessem servir de programa às intervenções que pretendiam realizar, eram uma realidade.⁵⁰⁹ Apesar disso, a criação de

⁵⁰⁸ Cfr. Clara Moura SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha : pedreiras históricas, estaleiro de obras e mestres canteiros*, Leiria, Magno Edições, 2001,p.198.

⁵⁰⁹ Idem, pp.198-199.

serviços específicos, responsáveis pelo restauro de monumentos, coincidiu com o surgimento da necessidade de se zelar pelo património construído nacional.

No caso concreto da Sé de Silves, o restauro ficou a cargo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), tendo sido nomeados alguns arquitectos do organismo para dirigir a intervenção, conforme já foi referido no ponto anterior do trabalho. Foi realizado um levantamento genérico e superficial dos trabalhos de carácter urgente que o estado calamitoso em que o monumento se encontrava impunha, com a finalidade de se orçamentar as referidas obras. O levantamento arquitectónico do monumento realizado pela DGEMN composto por plantas, alçados e cortes, terá sido utilizado como base de trabalho para o restauro realizado no edifício (*vide* Figs.2.1. à 3.7.).⁵¹⁰

As linhas de orientação da empreitada foram sendo delineadas à medida que os trabalhos foram avançando. A documentação dos restauros testemunha, ainda, que foram realizados alguns desenhos de pormenor ao longo do decurso das obras.⁵¹¹

Pela informação de 13 de Dezembro de 1930⁵¹² era solicitado ao Director dos Monumentos Nacionais do Sul que mandasse elaborar o orçamento de obras que a Sé de Silves carecia. Não sabemos em que consistiam essas obras de carácter urgente, nem conhecemos o teor do programa de trabalhos.

O arquitecto Jorge Bermudes França esteve à frente do projecto de restauro do edifício de 1931 a 1934, sendo responsável pelo orçamento, direcção e fiscalização das obras da Sé.⁵¹³ No entanto, encontramos poucas referências ao programa de obras desenvolvido por esse arquitecto. A 24 Janeiro de 1931 Jorge Bermudes França aprovou o orçamento relativo a uma parte das obras de “restauração” a realizar na Sé de Silves das quais faziam parte o conserto de telhados e caiação geral, desentapamento e “restauração” das janelas das capelas absidiais (*vide* Figs.5.7a5.9), colocação de caixilhos de ferro e vitrais, e por fim, demolições nas paredes das capelas colaterais e nas paredes da capela-mor. “(...) pois tendo por razões inexplicáveis [as janelas] sido emparedadas destroem todo o efeito arquitectónico desta parte do edificio, a mais bem conservada e a que melhor o caracteriza (...)”.⁵¹⁴ A 25

⁵¹⁰ Cfr. *Boletim da DGEMN: Sé Catedral de Silves*, nº 80, Lisboa, DGEMN, Junho de 1955.

⁵¹¹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 2-10-52.

⁵¹² Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, documento datado de 13-12-30.

⁵¹³ Vide Anexo 4, Processo individual do arquitecto Jorge Bermudes França.

⁵¹⁴ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, documento datado de 21-01-31.

de Fevereiro de 1931, foi concedida uma verba de 5 000\$00, por conta do orçamento na importância de 49 574\$00 (*vide* Doc.1), para início das obras.⁵¹⁵

Parece existir um vasto projecto de restauro, global, começado por Jorge Bermudes França e continuado pelos arquitectos António de Couto Abreu, Martinho Humberto dos Reis e Rui Ângelo de Couto. A determinação da evolução cronológica dos trabalhos pode ser verificada através da *Cronologia das Obras de Restauro da Sé de Silves*⁵¹⁶, baseada na análise da documentação do Arquivo da DGEMN, permitindo alcançar hipóteses interpretativas quanto à dimensão da intervenção.

Assistimos à divisão dos trabalhos no monumento em quatro focos de acção predominantes. Os primeiros trabalhos foram desenvolvidos nos telhados. Outro foco foi no interior: a cabeceira foi um dos locais de grande labor de 1931 a 1935, com o restauro das janelas, altares e capitéis. Teremos posteriormente a demolição do coro; restauro da cobertura das naves e entaipamento de frestas. O terceiro foco de acção reside no exterior, através dos trabalhos desenvolvidos na sacristia e por fim no portal principal.

Depreende-se que depois de concluídas as principais obras de consolidação da estrutura do edifício e de embelezamento estético, procedeu-se a uma série de trabalhos de carácter revivalista no exterior: a sacristia que se encontrava adossada ao braço Sul do transepto foi reduzida, foi demolido um anexo considerado inestético e alinhada a escada lateral da fachada Sul.

Verificamos que houve uma preocupação inicial em defender o edifício da pluviosidade, acudindo-se de imediato aos elementos que se encontravam permeáveis à chuva como os telhados. A 13 de Março de 1931⁵¹⁷, teria sido aprovada a proposta de obras de reparação: consertar os telhados, substituir as telhas partidas, arranjar e compor o beirado e fazer pequenas reparações interiores e exteriores; conserto do terraço da sacristia e caiação geral de todas as paredes a nível interior e exterior.

Por outro lado, no interior da igreja, as construções em talha que compõem os altares levam os técnicos a condenar o gosto e a propor a demolição de tais elementos, numa atitude de repulsa por aquilo que não é gótico. A 3 de Setembro de 1931⁵¹⁸ surge a referência à

⁵¹⁵ vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, documento datado de 25-2-31.

⁵¹⁶ Vide Anexo 5, *Cronologia das Obras de Restauro da Sé de Silves (1931-1987)*. A cronologia foi realizada a partir da análise dos documentos dos Arquivo do Forte de Sacavém e do Fundo Geral dos Serviços Centrais da DGEMN.

⁵¹⁷ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta do pedreiro Artur Neto, datada de 6-3-31 e aprovada a 13-3-31.

⁵¹⁸ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de tarefa de ajuste particular datada de 31-08-31 e aprovada a 3-09-31.

realização de obras de reparação na capela-mor: apelar as imagens do retábulo, trono e altar de madeira da capela-mor e transportar para outro lugar. Demolir um maciço de alvenaria que serve de base ao trono e desentaipar a janela do lado esquerdo da capela-mor (*vide* Doc.2).

Os arquitectos procuram reconhecer no organismo medieval um sentido de unidade próprio. Este tipo de leitura era comum e contrastava, mas no sentido de equilíbrio, com a vertente histórica e celebrativa projectada pelo Romantismo.⁵¹⁹ A preferência e o reconhecimento do estilo gótico como estilo ideal faz-se sentir nos técnicos, há uma preocupação em apagar do monumento traços arquitectónicos de outros estilos, concentrando-se apenas em exaltar o significado histórico-celebrativo do monumento.

No entanto, não é fácil que se possa proceder à reconstrução das partes, sem prever uma interpretação pessoal. A justificação para este raciocínio deve ser procurada no sentido da unidade e equilíbrio que o restaurador quer ver no gótico. Trata-se de uma ideia base que Viollet-le-Duc (1814-1879) desenvolverá e sobre a qual se apoia a sua teoria restauracionista da unidade de estilo.⁵²⁰

Em 1932 temos nova proposta de obras a desenvolver na capela-mor, nomeadamente reparação da janela central⁵²¹:

“(…)trabalho de reparação da janela central da capela-mor por dentro e por fora, demolir a parte de alvenaria que tapa a janela e tirar o gradeamento de ferro da mesma. Fazer trinta e seis tacos de pedra para tapar um rebaixo onde estava o caixilho de ferro com vidros e rede de arame e abrir as ranhuras ao alto como estava a primitiva, para encaixar o vitral. Fazer trinta e oito pedras aparelhadas para substituir as que estão deterioradas nos paramentos lisos no interior e exterior da dita janela. Fazer dez pedras para completar uma coluna interior do lado direito da mesma janela. Fazer catorze pedras moladas para as molduras que guarnecem a base da janela por dentro e por fora. Fazer catorze pedras moladas para completar de ambos os lados no interior da janela as colunas delgadas e as molduras que guarnecem os intervalos das mesmas (...)”.

A preocupação que os técnicos demonstram em justificar a sua acção, é visível nas *Memórias Descritivas* das obras, onde se pode verificar o trabalho prático durante o tempo em que dirigem o restauro do monumento. Jorge Bermudes França orientava as obras, tanto na capela-mor como no exterior desta parte do edifício, quando decorria o ano de 1933. Os

⁵¹⁹ Cfr. Maria João NETO, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p.94.

⁵²⁰ *Idem*, p.87.

⁵²¹ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular de Joaquim dos Santos Dias Júnior, datada de 26-09-32 e aprovada 28-09-32 .

trabalhos são relatados na Memória Descritiva de 15 de Junho de 1933⁵²²: demolição da arrecadação ao lado da capela absidial esquerda; demolição dos maciços de alvenaria em que assentam os altares que ladeiam o arco-triunfal da capela-mor; demolição de parede que entaipa as janelas das capelas absidiais e do muro de alvenaria que circunda a capela-mor e capelas absidiais; rebaixamento do pavimento exterior da capela-mor; forro de cantaria lisa aparelhada a picota nos paramentos da capela-mor.

Julgamos poder conhecer o projecto de intervenção para o monumento e o espírito que o norteia, proposto por António de Couto Abreu, através da análise de alguns documentos. O projecto, pela sua dimensão, só se explica por um conjunto de circunstâncias, que passámos já em análise, baseadas na teoria da unidade de estilo e na exaltação do significado histórico celebrativo do monumento, dentro da qual participa o espírito dos técnicos da DGEMN. O arquitecto foi responsável pelos restauros realizados na Sé de Silves, de 1934 a 1935, onde efectuou também, a fiscalização das obras.⁵²³ Os trabalhos que orientou, centraram-se essencialmente na capela-mor. A 30 de Junho de 1934⁵²⁴ realizou o “auto de medição” dos trabalhos de reparação de colunas da capela-mor e da janela da capela do Senhor dos Passos: “encaixar os fustes das colunas da capela-mor e reparar bases e capitéis danificados”(vide Fig.5.23).

As janelas da cabeceira ocuparam o restaurador no ano de 1934. A 15 de Dezembro de 1934, realizou o “auto de medição dos trabalhos” executados por Ricardo Leone (18....-1971). A acção do arquitecto foi muito importante na direcção técnica da empreitada, orientando os restauros, dando cumprimento às propostas enunciadas, nomeadamente o assentamento de três duplas frestas geminadas de vitral (vide Figs.5.10 e 5.11) de harmonia com o projecto aprovado (vide Doc.3)⁵²⁵.: “(...) os vitrais serão executados pelo processo antigo, isto é, montado com pinásio de chumbo coloridos com vidros transparentes tudo na massa modelados a grisalhe e patinados assentes nos vãos com cimento vermelho”.

⁵²²Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº.S-081307/003, Sé de Silves, Memória descritiva datada de 15-06-33, referente ao projecto de continuação das obras de “restauração” que se vêm realizando na Sé de Silves.

⁵²³ Vide Anexo 4, Processo Individual do arquitecto António de Couto Abreu e Quadro das obras de restauro da Sé de Silves, Anexo 9.

⁵²⁴ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular apresentada pelo empreiteiro Joaquim dos Santos Dias Júnior, aprovada pelo Arq. António de Couto Abreu a 8-5-34. A 30-6-34 António de Couto Abreu efectuou o “auto de medição” dos trabalhos.

⁵²⁵ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de tarefa de ajuste particular de Ricardo Leone datada de 4-5-34 e aprovada a 5-5-34. Junto ao processo surge outra proposta com a mesma data, de fornecimento de material destinado à execução das três duplas frestas geminadas de vitral, no valor de 4 790\$00. A 15-12-34 o Arq. António de Couto Abreu realizou o “auto de medição” dos trabalhos executados por Ricardo Leone.

Em 1935 teriam sido retirados os retábulos e altares (*vide* Figs.5.18 e 5.19)⁵²⁶, pavimentos, degraus e vigamentos de madeira das capelas do Santo António e do Senhor dos Passos, junto à capela-mor. Desenvolveram-se obras na capela do Senhor do Rosário e do Santíssimo Sacramento⁵²⁷:

“(…) apear a Capela da Senhora do Rosário junto à Capela do Santíssimo Sacramento; incluindo a demolição de alvenaria do altar, degraus de cantaria. Descascar 780 m2 de rebocos caiados sobre a cantaria aparelhada nos paramentos verticais, e abóbada do cruzeiro da igreja. Arranque e desbaste de 70 pedras de grés rijo com 2,75 m3 para reparação da parte onde se achava a porta que foi apeada e restauração da primitiva porta que estava tapada com alvenaria na Capela do Senhor dos Passos e tapar o vão da porta que foi demolida (…).”

António de Couto Abreu aprovou, em 1935⁵²⁸ o projecto de obras de restauro a realizar no cruzeiro: demolição dos rebocos e entaipamentos; refazer uma das majestosas janelas geminadas que se encontrava destruída, guarnecendo com vitrais, como foi feito na capela-mor e na absidial esquerda (*vide* Doc.6). Nesse ano teria sido demolida a platibanda de alvenaria sobre o beiral do telhado do cruzeiro da igreja (*vide* Doc.8)⁵²⁹.

A partir de 1938 Martinho Humberto dos Reis assumiu a Direcção dos Monumentos do Sul. A 6 de Outubro de 1938 os trabalhos ainda se arrastavam como podemos comprovar por carta⁵³⁰ dirigida ao Dr. Oliveira Salazar, a solicitar a sua conclusão, que a encaminhou ao Arq. Director dos Monumentos Nacionais, a 11 de Outubro de 1938, para que mandasse elaborar a estimativa das obras urgentes que carecia a Sé de Silves (*vide* Doc.9):

“(…) há quase seis anos que as referidas obras de restauração e conservação [da Sé de Silves] são auspiciosamente princepadas por determinação do Estado Novo (...) [no entanto] se encontram paralisadas (...). A capela-mor ultimamente restaurada está ainda incompleta pois continua com o seu pequeno e melhor altar em madeira, o que muito a desvaloriza. A porta principal da igreja (...) com muita dificuldade se pode abrir pelo estado de ruína e já pela falta dum guardavento. (...) O cruzeiro tem um aspecto verdadeiramente desolador e os telhados encontram-se em tal estado de ruína, que em dias de chuvas torrenciais formam no pavimento pequenos

⁵²⁶ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº.S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 14-12-34 e aprovada a 29-12-34. A 15-2-35 o Arq. António de Couto Abreu procedeu ao “auto de medição” dos trabalhos.

No entanto, só em 1952 estariam completas as obras de reconstrução dos novos altares em cantaria, já sob a orientação técnica do arquitecto Rui Ângelo de Couto. Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória descritiva datada de 3-05-52.

⁵²⁷ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular de Joaquim dos Santos Dias Júnior datada de 15 -2-35 e aprovada a 19-2-35.

⁵²⁸ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Projecto assinado pelo Arq. Jorge Bermudes França datado de 14-3-35 e aprovado a 15-3-35 pelo Arq. António de Couto Abreu.

⁵²⁹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular de 7-03-35, e aprovada a 16-05-35. A 31-5-35, o Arq. António de Couto Abreu realizou o “auto de medição” dos trabalhos de restauro efectuados até essa data.

⁵³⁰ Vide Carta de 11-10-38, Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves.

lagos. As paredes interiores estão negras pela acção do tempo, pois foram caiadas pela última vez há cerca de vinte anos.

Excelência é neste estado deplorável de ruína e abandono, palidamente descrito que se encontra a vetusta Sé de Silves.”

Silves, 6 de Outubro de 1938

Esta acção irá resultar na aprovação do projecto de obras de beneficiação, a desenvolver a partir desse ano⁵³¹ e que incluía a reparação geral dos telhados, substituição de telhas partidas e regularização de empenas e canais; a construção e assentamento de pedras de cantaria nos cunhais da capela-mor, em substituição das ali existentes em mau estado; reparação de várias caixilharias; pinturas em portas e caixilharias.

De 1939 a 1945 Martinho Humberto dos Reis será responsável pela aprovação dos orçamentos e pela fiscalização das obras de restauro do monumento. Em 1940 foi apresentada a proposta⁵³² de demolição de 1 anexo sem valor (*vide* Figs.5.20 a 5.22); arranjo completo de testeira do transepto, substituição completa de telhados incluindo madeiramento. Em 1941⁵³³ surgem novos projectos, a referir a necessidade de obras nos telhados, nomeadamente de reconstrução geral da cobertura incluindo canais novos de tipo românico. Limpeza e tomada de juntas com argamassa hidráulica nas cantarias dos pilares da nave.

Em 1942 surge pela primeira vez o projecto⁵³⁴ de demolição completa do coro (*vide* Fig.5.16), incluindo reparação dos apoios das cantarias dos pilares; limpeza e tomada de juntas, queima de tinta velha e reparação dos tectos de madeira das naves e nova pintura. No entanto, esta obra só será concluída em 1943⁵³⁵, ano em que se procedeu ao seu apeamento (*vide* Doc. 11)⁵³⁶ (*vide* Figs.5.16 e 5.17):

“(…) A estrutura e feição própria deste monumento, a meu ver não permite a construção do coro que se solicita, tanto mais que o antigo coro que ali existia foi apeado durante as obras de restauro realizadas naquela Sé no ano

⁵³¹ Cfr. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 3-11-38, e aprovado por despacho a 17-11-38. A estimativa de obras urgentes a realizar contemplava o total de 25 000\$00 para materiais e 22 500\$00 para mão-de-obra.

⁵³² Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nºS-081307/003, Sé de Silves, Pasta 919, Proposta datada de 9-11-40, existindo a informação de que foi aprovada por despacho.

⁵³³ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nºS-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 13-09-41 e aprovada a 25-9-41.

⁵³⁴ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nºS-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 6-06-42 e aprovada a 11-6-42.

⁵³⁵ Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 29-12-43 e aprovada a 31-12-43.

⁵³⁶ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Ofício datado de 19-07-44.

transacto, porque e além de inestético, se julgou arquitectónicamente indevida a existência dum coro naquele monumento nacional. A beleza e profundidade que as naves da Sé de Silves, hoje nos patenteiam, deve-se em grande parte à demolição do coro, já referida. (...)”

Em 1942 terá sido aprovado o projecto⁵³⁷ de construção de escadaria de acesso à porta principal em cantaria lavrada (*vide* Figs.5.1 a 5.4), incluindo alicerces. O projecto de restauro irá arrastar-se provavelmente até 1947. Em 1943 a própria Câmara Municipal de Silves irá solicitar à Direcção dos Monumentos Nacionais a reparação da escadaria que dava acesso à porta principal (*vide* Fig.4.6.), para a passagem da procissão a realizar a 4 de Abril⁵³⁸(*vide* Fig.5.5):

“(...)Em cumprimento do despacho de V. Ex^a de 25 de Março corrente, junto devolvo o officio nº 396 da Câmara Municipal de Silves, informando também V. Ex^a de que já foi dada ordem ao respectivo encarregado a fim de ser composta a escadaria da Sé de Silves para a passagem da procissão que ali se realiza no dia 4 do próximo mês.”

No entanto, em 1944⁵³⁹ surge a informação de que era necessário desmanchar a escadaria:“(...)É necessário proceder à reconstituição do pavimento da igreja e da escadaria principal que tem de ser totalmente desmanchada. (...)”. Em 1946 somos confrontados novamente com informações sobre as obras da escadaria principal (*vide* Doc. 12) (*vide* Fig.5.6)⁵⁴⁰, que ainda decorriam nesse ano.

O projecto de obras a desenvolver na sacristia e sua reconstrução irá envolver os técnicos de restauro de 1947 a 1951. Em 1947⁵⁴¹ é descrito o projecto de demolição da sacristia, (*vide* Figs.5.12 e 5.13) e sua reconstrução (*vide* Fig.3.1.), bem como o restauro da fresta do transepto (*vide* Figs.5.31 a 5.34), equivalente à do outro lado já aberta, sendo fechado o vão do transepto e adaptado à nova sacristia, permitindo o acesso à mesma, do exterior e seria rectificada e alinhada a escada de acesso à entrada lateral.

Através de Memória Descritiva⁵⁴² (*vide* Doc. 13), foram enunciados os trabalhos, para libertar o transepto e para executar as alterações indicadas no projecto: demolição da

⁵³⁷ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 919, Documento datado de 31-12-42 e aprovado no mesmo dia.

⁵³⁸ officio nº 396 de 26-3-43, vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves.

⁵³⁹ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, documento datado de 27-07-44.

⁵⁴⁰ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 21-12-46 e aprovada a 27-12-46.

⁵⁴¹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Memória descritiva de 31-06-47.

⁵⁴² Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Memória descritiva de 8-11-47. O projecto foi aprovado a 26-11-47.

actual sacristia e a construção de um corpo de edifício de menores dimensões para a instalar, e ainda a adaptação de uma dependência a instalações sanitárias. No entanto, só em 1948⁵⁴³ terão iniciado as obras (*vide* Doc. 14) (*vide* Figs.5.14 e 5.15):

“(…) aprovada superiormente como a verba dotada para o corrente ano diz respeito, somente, à construção da sacristia, de acordo com a estimativa entregue, e como as obras pedidas pelo pároco são dispendiosas, rogo a V. Ex^a se digne informar-se do que superiormente determinar a fim de se poder iniciar os trabalhos de redução da sacristia, aprovada pelo Conselho Consultivo, cujas obras foram já iniciadas em 11 do corrente, como informei V. Ex^a pelo ofício n^o 1234 de 21 de Abril último.”

Os trabalhos irão prolongar-se por algum tempo, pois a 24 de Agosto de 1949⁵⁴⁴ é aprovada uma alteração do projecto (*vide* Doc. 15)(*vide* Fig.2.5.):

“(…) Parecendo a esta Direcção haver vantagem na modificação do acesso, interior, à nova sacristia da Sé de Silves, junto tenho a honra de enviar à apreciação dessa Ex^ma Direcção Geral uma planta na qual se indica, a vermelho a alteração julgada mais adequada e que vai indicada com a letra A, resolvendo V. Ex^a, no entanto, o que entender por bem.”

Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais em 6 de Agosto de 1949.

As obras serão retomadas novamente em 1950,⁵⁴⁵ manifestando-se a necessidade de executar: o pavimento de tijoleira assente com argamassa hidráulica; assentamento de muros e rebocos; construção e assentamento de caixilhos; construção de tecto em estafe (*vide* Fig. 4.1.). Álvaro Magro de Moura Bessa⁵⁴⁶, arquitecto residente em Évora irá propor a execução de desenho de todo o alçado lateral direito, incluindo o levantamento da nova sacristia (*vide* Doc. 16). Em 1951⁵⁴⁷ a sacristia ainda não estava concluída, uma vez que é manifestada a necessidade de terminar as suas obras, de modo a poder ser utilizada.

A partir de 1952 o arquitecto Rui Ângelo de Couto será o responsável pela conclusão do projecto de restauro da Sé de Silves, desenvolvendo diversas obras de conservação.

⁵⁴³ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo n^o S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 24-04-48 e aprovada a 5-5-48.

⁵⁴⁴ Vide Ofício datado de 6-08-49 e aprovado a 24-08-49, vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves.

⁵⁴⁵ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo n^o S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 8-05-50 e aprovada a 25-5-50. O documento contém a seguinte informação: “as obras iniciaram a 5-6-50”.

⁵⁴⁶ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de Álvaro Magro Bessa, datada de 19-8-50 e aprovada a 4-9-50, declarando que entrega os desenhos devidamente em condições no prazo de quarenta dias.

⁵⁴⁷ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo n^o S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 2-5-51. Obra da sacristia incluída na dotação de 80 000\$00 e a realizar em regime de administração directa.

Nesse ano é solicitada a organização do processo da zona de protecção,⁵⁴⁸ que só será concluído em 1955.:

“ Em cumprimento da ordem de serviço nº 317 de 21 de junho de 1952, devo informar V. Ex^a que, de posse do extracto da planta de Silves, à escala 1:1000 com a localização da Sé, que nos foi enviada da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, se passa a proceder ao estudo da zona de protecção da Sé de Silves.”

No âmbito das obras de conclusão da Sé de Silves, em 1952⁵⁴⁹ foi autorizada a adjudicação das obras de conservação: construção de dois altares em cantaria a colocar nas capelas laterais (*vide* Fig.4.13), segundo o existente na capela-mor; construção e assentamento de vitrais; balaustrada em madeira exótica para o altar-mor (*vide* Fig.4.15.); reparação de talha nos altares laterais, caiação e pintura exterior e interior (*vide* Figs.5.26 e 5.27), entaipamento de frestas na nave central, construção e assentamento de colunas trabalhadas em cantaria (*vide* Doc.18).

A 6 de Outubro de 1952 Rui Ângelo de Couto⁵⁵⁰ informa que foi realizado o estudo de dois altares laterais a fazer na Sé de Silves no âmbito das obras de conclusão de restauro, segundo desenho do altar da capela-mor. Tendo sido “ (...) autorizada a prorrogação do prazo fixado para a empreitada de “obras de conclusão da Sé de Silves” - sendo autorizada a prorrogação do prazo até 31 de Dezembro de 1952.”⁵⁵¹

Em 1953 o arquitecto apresenta o projecto de reconstrução e conservação do edifício: reparação dos muros de suporte, limpeza de telhados, fornecimento de guarda-vento, de altares de casquinha e talha dourada, grades de balaústres, modificação do púlpito (*vide* Figs.4.22. a 4.23.) e reparação de vitrais (*vide* Doc.19).⁵⁵²

⁵⁴⁸ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 921, Ofício datado de 4-02-52.

⁵⁴⁹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória descritiva datada de 3-05-52. Foi autorizada a 3-7-52 a adjudicação das obras de conservação da Sé de Silves pela importância de 67 800\$00.

⁵⁵⁰ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 2-10-52 e a 6-10-52 foi autorizada a execução dos dois altares. Outra referência à autoria dos altares é nos dada a conhecer a partir de carta do cônsul português em Badajoz: (...) *Estabeleci, entretanto, contacto com Sua Ex^a o Sr. Bispo do Algarve (...) que aprovou o meu projecto de colocação do altar e da imagem do Santo Condestável na Capela do Cav. Johan de Rego, em Silves, assim como a lápide que há de esclarecer a inscrição tumular, tendo-se dignado aceitar, igualmente, o convite que lhe dirigi de ir em pessoa benzer a imagem e restituir a dita capela ao nosso culto, logo que tudo estiver pronto. Possivelmente o constructor será o mesmo que reparou ou construiu os altares das absides. Avistar-me-ei com ele em breves dias no Algarve (...).* in Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/5 DES ARH PT 41-44, Sé de Silves, Documento datado 12-08-57.

⁵⁵¹ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Documento datado de 18-12-52.

⁵⁵² Vide Memória descritiva datada de 11-05-53, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920. A 1 de Junho de 1953 foi autorizada a abertura de concurso público.

A 16 de Junho de 1953, através do relatório⁵⁵³ de “Visita à obra Sé de Silves” o arquitecto verificou a necessidade de se proceder à consolidação e refechamento com argamassa forte nas juntas das pedras. No mês seguinte⁵⁵⁴ realizou a visita para fiscalizar “diversos trabalhos de construção civil na Sé”: iniciaram-se as obras de reconstrução do muro de suporte junto ao castelo e à Sé, sua reparação e consolidação (*vide* Figs. 5.28 e 5.29). Por informação⁵⁵⁵ de Rui Couto se sabe que os trabalhos de construção civil foram concluídos a 15 de Outubro de 1953. Ainda nesse ano surge o orçamento⁵⁵⁶ para obra de modificação da galeria e colocar roletes em ferro para reposteiro (*vide* Doc.20) (*vide* Fig.4.25.).

Em 1954⁵⁵⁷ foram detectadas deficiências nas obras a cargo do construtor civil Pedro Silva⁵⁵⁸, nomeadamente na balaustrada do altar e na porta principal.

De acordo com a Memória Descritiva⁵⁵⁹ que acompanha o projecto do arquitecto Rui Couto, foi fixada a zona de protecção da Sé de Silves em 1955 (*vide* Doc. 22):

(...) situa-se no caso presente, a linha poligonal que limita a zona de protecção, para além da distância de 50 metros marcada como limite mínimo pelo artº 26 º do decreto nº 20 985 de 7/3/1932, devido a verificar-se a necessidade de estabelecimento de uma vasta área, de forma a permitir uma protecção nacional e de harmonia com a cronologia do monumento. Assim foi esta linha marcada de forma a proporcionar a sua fácil identificação no terreno e pretende evitar futuras construções que destruam a visibilidade da Sé de Silves”.

Quanto à acção dos restauradores, procurámos apurar os aspectos mais significativos. O mais evidente, é sem dúvida, a atitude de unificação estilística das várias partes do imóvel, através da demolição de alguns elementos e reconstrução de outros. Apesar de termos perpassado rapidamente sobre o registo dos trabalhos realizados, fácil é verificar que nas janelas da cabeceira e braços do transepto parte das bandeiras e molduras de pedra foram

A proposta surge novamente a 8 de Junho de 1953 e aprovado 19-06-53, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

⁵⁵³ Vide Relatório datado de 16-06-53, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

⁵⁵⁴ Relatório datado de 28-07-53, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

⁵⁵⁵ Vide ofício datado de 26-10-53, vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

⁵⁵⁶ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Orçamento do empreiteiro Álvaro Nunes Fernandes, datado de 21-12-53 e aprovado na mesma data.

⁵⁵⁷ Vide ofício datado de 8-3-54, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 919.

⁵⁵⁸ Responsável pela empreitada das “obras de conclusão da Sé de Silves”.

⁵⁵⁹ Vide Memória Justificativa datada de 7-11-55, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 921.

refeitas; os vitrais sofreram muitas modificações; os telhados da igreja foram reconstruídos; as platibandas das capelas da cabeceira foram refeitas; a sacristia foi reconstruída; foi restaurada a escadaria principal e foi demolido um anexo junto ao absidíolo esquerdo. No interior os restauradores construíram novos altares, repararam as colunas e capitéis, restauraram os tectos, entaiparam frestas e desenvolveram acções de demolição como aconteceu com o coro⁵⁶⁰.

5.3.4. Empreiteiros e Artífices

No restauro da Sé a mão-de-obra foi bastante numerosa, envolvendo artífices ligados a diversos ofícios. São eles os autores de muitos elementos que hoje vemos e que muitos julgam originais. Através das ordens de serviço e de alguns ofícios, podemos conhecer os seus nomes. Torna-se, no entanto, difícil tentar fazer atribuições de obras específicas a partir destes documentos, porque a informação prestada é bastante vaga, sendo difícil conhecer o que cada um fez com precisão.

Havia operários especializados e outros sem ofício específico. Dentro das especialidades, as principais são as de construtor civil, pedreiro, canteiro, pintor e empreiteiro. Os artífices especializados permanecem ao longo dos anos no monumento, porque a extensão do projecto o exigia. Em parte, por existir nos vários ofícios uma formação organizada, orientada segundo uma tradição familiar. Este esquema servia perfeitamente as necessidades laborais da intervenção no monumento.

Com o estabelecimento do regime de *concurso público* muitos destes artífices formaram pequenas empresas de construção civil para poderem concorrer aos projectos lançados e assegurar a continuação do seu trabalho especializado.⁵⁶¹ Do sistema de *administração directa* pura, passou-se à admissão de propostas de *tarefas de ajuste particular*. Muitos destes tarefeiros eram operários especializados, que trabalhavam já nos monumentos sob a administração dos técnicos da DGEMN.⁵⁶²

Podemos verificar a variação do número de operários empregados no restauro do monumento, que pode indicar uma maior actividade, ou simplesmente uma maior disponibilidade de verba. Existe, por vezes, uma variação acentuada no vencimento de um artífice que ocupando a mesma categoria vê o seu salário oscilar com frequência,

⁵⁶⁰ Vide Anexo 3 “Datas das Obras de Intervenção de Restauro da DGEMN (1931-1987)”.

⁵⁶¹ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.457.

⁵⁶² Idem, p.457.

independentemente das descidas ou subidas gerais. Outro factor, além da disponibilidade da verba, reside na possibilidade de o vencimento dos operários variar de acordo com o trabalho específico em que estão ocupados.

Apesar de muitos intervenientes na obra terem sido recrutados localmente, no entanto, alguns operários especializados foram recrutados em Lisboa. Os esquemas rígidos em que se desenrolava a empreitada obrigavam ao constante registo de todos os elementos a ela inerentes, nomeadamente, registo dos resumos das obras realizadas, das contas correntes, dos fornecimentos de materiais. A fim de garantir uma maior economia de meios, os materiais provenientes das demolições, como madeiras, pedraria e lajedo, que se encontravam em bom estado, eram reutilizados nas partes a restaurar.⁵⁶³

Com base nos documentos, organizámos, segundo os vários officios os nomes dos operários e empresas que trabalharam na Sé de Silves e o respectivo período cronológico.⁵⁶⁴

5.3.5. Comparação entre os Processos Administrativo de Obras, Fotográfico e Boletim da DGEMN⁵⁶⁵

O *Boletim da DGEMN*⁵⁶⁶ apresenta o resumo das obras de restauro realizadas pelo organismo entre 1930 e 1955⁵⁶⁷. A enumeração dos trabalhos faz-se esquematicamente, sem grandes explicações, como referimos anteriormente. O resumo das obras e o levantamento gráfico era da autoria dos técnicos que orientavam a intervenção.⁵⁶⁸

Procurámos analisar paralelamente a informação contida na monografia, e a documentação que consta dos processos administrativos de obras e fotográfico. A análise das três fontes permitiu esclarecer algumas dúvidas sobre o processo de intervenção e apresentar algumas hipóteses de datação das obras de restauro desenvolvidas pela DGEMN na Sé de Silves.

⁵⁶³ Foi, igualmente, muito comum que os grandes monumentos pétreos se alimentassem de restos de outros edifícios anteriores, por forma a se aliviar a graviosa carga que recaía sobre as fábricas, ao assumirem a extracção de pedra nas pedreiras. Cfr. Clara Moura SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha : pedreiras históricas, estaleiro de obras e mestres canteiros*, Leiria, Magno Edições, 2001, p.83.

⁵⁶⁴ Vide Anexo 8 “Relação de Empreiteiros e Artífices”.

⁵⁶⁵ Comparação entre os processos administrativo de obras e fotográfico do Arquivo do Forte de Sacavém, Fundo Geral dos Serviços Centrais da DGEMN e o *Boletim da DGEMN*.

⁵⁶⁶ Cfr. *Boletim da DGEMN: Sé Catedral de Silves*, nº 80, Lisboa, DGEMN, Junho de 1955.

⁵⁶⁷ Vide Anexo 6, *Boletim da DGEMN: Resumo das Obras de Restauro (1929-1955)*.

⁵⁶⁸ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, pp.434-435

Socorrendo-nos do auxílio de fotografias da época da intervenção (1931-1955)⁵⁶⁹, procurámos indagar sobre o que de mais significativo foi executado. Podemos observar em relação à demolição da antiga escadaria de acesso à porta principal, que o processo administrativo de obras faz alusão a dois processos construtivos, um datado de 1942 (*vide* Figs.5.1 a 5.4),⁵⁷⁰ e outro de 1946⁵⁷¹ (*vide* Fig. 5.6).

Através do processo fotográfico, verifica-se que cerca 1938 o portal abria para um adro delimitado por uma grilhagem (*vide* Figs.6.22 a 6.23)⁵⁷². Por volta de 1942 ter-se-ia iniciado o desaterro do terreno contíguo ao adro da porta principal. O antigo adro⁵⁷³ foi destruído, e a soleira do portal desceu até ao nível da base do monumento posta a descoberto. Procurámos, analisar em conjunto as poucas referências documentais e outras informações com vista a tentarmos aproximar a data em que o portal sofreu esta modificação.

Em Dezembro de 1942 foi apresentada uma proposta de construção da escadaria principal, por parte do empreiteiro António Domingues Esteves (*vide* Figs.5.1 a 5.4)⁵⁷⁴. Em 1943 a escadaria ainda não estava concluída, quando em Março desse ano é manifestada a necessidade de conclusão da obra, para passagem da procissão, o que foi autorizado pela DGEMN (*vide* Fig.5.5)⁵⁷⁵. Em 1944 surge a informação de que tinha de ser novamente desmanchada a escadaria principal.⁵⁷⁶

Em Dezembro de 1946 surge nova proposta de construção da escadaria, por parte do

⁵⁶⁹ Vide Anexo 7 “Cronologia das Obras de Restauro Baseada na Análise do Processo Fotográfico da DGEMN”.

⁵⁷⁰ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 919, Documento datado de 31-12-42 e aprovado no mesmo dia.

⁵⁷¹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 21-12-46 e aprovada a 27-12-46 que refere : “construção da escadaria de cantaria na porta principal, segundo desenho fornecido”.

⁵⁷² Vide Apêndice Gráfico e Documental, *Cronologia das Obras de Restauro da DGEMN: Processo Fotográfico*.

⁵⁷³ As informações mais antigas que conhecemos sobre a existência do adro junto ao portal principal da igreja datam do séc. XIX. Encontrámos uma referência ao mau estado de conservação do adro da igreja e à necessidade de obras de conservação no ano de 1875. Vide Anexo 10, *Documentos do Arquivo Municipal de Silves*.

⁵⁷⁴ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 919, Documento datado de 31-12-42 e aprovado no mesmo dia.

⁵⁷⁵ A Câmara Municipal de Silves solicita à Direcção dos Monumentos Nacionais a execução de obras a realizar na Sé de Silves, ofício nº 396 de 26-3-43, vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves. Foi dada ordem para se compor a escadaria da Sé para a passagem da procissão através de ordem de serviço, vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Documento datado de 26-3-43.

⁵⁷⁶ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, documento datado de 27-07-44.

empreiteiro Joaquim Morgadinho, sendo aprovada a 27 de Dezembro de 1946⁵⁷⁷ (*vide* Fig.5.6). Analisando as imagens do processo fotográfico observamos que entre 1942 e 1946⁵⁷⁸, terão existido duas escadas na fachada principal apresentando traçados diferentes. É provável que uma tenha sido construída em 1943, posteriormente demolida, provavelmente em 1944 e reconstruída em 1947.

Relativamente ao entaipamento das três janelas da fachada principal, o processo administrativo apenas referencia, em Junho de 1953, “o entaipamento de dois vãos, incluindo reboco e regularização das paredes”, proposta efectuada pelo empreiteiro J. Freitas Garcia⁵⁷⁹. Será que se refere aos dois vãos localizados na fachada principal? Através da análise do processo fotográfico é possível apresentar uma hipótese de datação do entaipamento de um dos vãos⁵⁸⁰. Em 1943 terá sido provavelmente entaipado o vão central da fachada principal que permitia o acesso ao coro e demolido o varandim sobre o portal, no mesmo período teriam sido colocados andaimes no vão esquerdo (*vide* Fig.6.26).⁵⁸¹ Acreditamos que o vão central da fachada Poente possa ter sido entaipado em 1943 e que os outros dois tenham sido entaipados, mais tarde, por volta de 1953. É certo que em 1955 os três vãos estavam entaipados, e a parede da fachada principal regularizada, para além do coro ter sido demolido (*vide* Fig.5.31).⁵⁸²

Em Maio de 1951 surge uma informação onde é manifestada a necessidade de se efectuar o entaipamento das aberturas existentes nas naves (*vide* Figs. 5.24 e 5.25),⁵⁸³ mas só em Maio de 1952 surge o projecto de entaipamento das frestas da nave central⁵⁸⁴, sendo a obra adjudicada em Julho do mesmo ano. Verificamos que os dados são contraditórios em relação ao processo fotográfico: se a fresta da nave colateral direita aparece entaipada em

⁵⁷⁷ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 21-12-46 e aprovada a 27-12-46.

⁵⁷⁸ Vide Apêndice Gráfico e Fotográfico, *Cronologia das Obras de Restauro da DGEMN: Processo Fotográfico*.

⁵⁷⁹ Vide Documento datado de 8-06-53 e aprovado 19-06-53, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

⁵⁸⁰ Vide Apêndice Gráfico e Fotográfico, *Cronologia das Obras de Restauro da DGEMN: Processo Fotográfico*.

⁵⁸¹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 29-12-43 e aprovada a 31-12-43.

⁵⁸² Vide Apêndice Gráfico e Fotográfico, *Cronologia das Obras de Restauro da DGEMN: Processo Fotográfico*.

⁵⁸³ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 2-5-51.

⁵⁸⁴ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória descritiva datada de 3-05-52. Foi autorizada a 3-7-52 a adjudicação das obras de conservação da Sé de Silves.

1955 (*vide* Fig.6.34), parece que a janela da nave colateral esquerda foi entaipada em 1945 (*vide* Fig.6.33).⁵⁸⁵

Em Junho de 1947 surge o projecto de demolição da sacristia⁵⁸⁶, e sua reconstrução, restauro da fresta do topo Sul do transepto e fecho do vão de acesso à sacristia e seria também rectificada e alinhada a escada de acesso à entrada lateral⁵⁸⁷. Em Abril de 1948 surge nova proposta de demolição da sacristia, por parte do empreiteiro Joaquim Morgadinho⁵⁸⁸ e parece que as obras ter-se-ão iniciado nesse ano.⁵⁸⁹ No entanto, só a 24 de Agosto de 1949 foi aprovada uma alteração do projecto,⁵⁹⁰ prevendo a modificação do acesso interior à sacristia.

Sabemos que os trabalhos de restauro da sacristia ainda estariam a decorrer em 1950⁵⁹¹ e só concluiriam em 1951. Em Maio de 1951 surge uma informação onde se manifesta a necessidade de conclusão da sacristia⁵⁹². A partir do processo fotográfico verificamos que a demolição da sacristia deve datar de 1949 (*vide* Figs.6.19 a 6.20), decorrendo nesse período o arranjo da fresta do topo Sul do transepto. Em 1950 estavam em curso as obras de edificação da nova sacristia, de menor dimensão (*vide* Fig.6.21), tendo os trabalhos sido, provavelmente prolongados até 1951.

A proposta de demolição da arrecadação localizada junto à capela absidial esquerda, é datada de Junho de 1933 e foi apresentada pelo Arq. Jorge Bermudes França⁵⁹³. Em Novembro de 1940 surge nova proposta, efectuada pelo empreiteiro António Domingues Esteves, propondo a “demolição de um anexo sem valor”⁵⁹⁴. Pela análise do processo fotográfico verificamos que por volta de 1938 o anexo existia encostado à capela

⁵⁸⁵ Vide Apêndice Gráfico e Fotográfico, *Cronologia das Obras de Restauro da DGEMN: Processo Fotográfico*.

⁵⁸⁶ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Memória descritiva de 31-06-47.

⁵⁸⁷ O Processo Administrativo da DGEMN não faz alusão à construção das escadas na fachada lateral direita, apenas refere o facto de ter sido rectificada em 1947, na ocasião das obras desenvolvidas na sacristia, por seu lado, o Processo Fotográfico também não é elucidativo.

⁵⁸⁸ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 24-04-48 e aprovada a 5-5-48.

⁵⁸⁹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 24-04-48 e aprovada a 5-5-48.

⁵⁹⁰ Vide Ofício datado de 6-08-49 e aprovado a 24-08-49, vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves.

⁵⁹¹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada 8-05-50 e aprovada a 25-5-50.

⁵⁹² Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 2-5-51.

⁵⁹³ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Memória descritiva datada de 15-06-33, referente ao projecto de continuação das obras de “restauração” que se vêm realizando na Sé de Silves.

⁵⁹⁴ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 919, Proposta datada de 9-11-40, existindo a informação de que foi aprovada por despacho.

absidial esquerda (*vide* Fig.6.6), e já não consta em 1939 (*vide* Fig.6.10). Concluímos que existe uma contradição entre os dados dos processos administrativo de obras e o processo fotográfico.

A proposta de demolição do coro data de Junho de 1942 e tendo sido efectuada pelo empreiteiro António Domingues Esteves⁵⁹⁵ (*vide* Fig.16). Em Setembro de 1943 surge nova proposta por parte do empreiteiro António Domingues Esteves de “apeamento cuidadoso do coro”.⁵⁹⁶ Os documentos atestam que o coro terá sido demolido nesse ano de 1943.⁵⁹⁷ Nas imagens do processo fotográfico observamos que o coro ainda existia em 1943 (*vide* Fig.6.30), e em 1955 já não consta (*vide* Fig.6.31). Pelo cruzamento das informações podemos concluir que é provável que a sua demolição date de 1943.

Relativamente à demolição dos altares da capela-mor e das capelas laterais, em 1931 temos a alusão a “obras de reparação na capela-mor: apear as imagens, retábulo, trono e altar de madeira da capela-mor e transportar para outro lugar”.⁵⁹⁸ Em Julho de 1933 surge o projecto do Arq. Jorge Bermudes França, referindo “demolição dos maciços de alvenaria em que assentam os altares que ladeiam o arco triunfal da capela-mor”⁵⁹⁹. Surgem mais duas propostas por parte do empreiteiro Joaquim Dias Júnior, apresentadas em Maio de 1934⁶⁰⁰ e em Dezembro de 1934⁶⁰¹, e que contemplam “apear os retábulos e altares das capelas do Santo António e Senhor dos Passos” (*vide* Figs.5.18 a 5.19). Em 1935 surge novamente a referência a obras a realizar na Capela do Senhor dos Passos⁶⁰² e no mesmo

⁵⁹⁵ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nºS-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 6-06-42 e aprovada a 11-6-42.

⁵⁹⁶ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de Joaquim Morgadinho datada de 4-10-43 e aprovada a 6-10-43. Proposta semelhante à datada a 23-09-43.

⁵⁹⁷ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Ofício datado de 19-07-44.

⁵⁹⁸ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de tarefa de ajuste particular datada de 31-08-31 e aprovada a 3-09-31.

⁵⁹⁹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº.S-081307/003, Sé de Silves, Memória descritiva datada de 15-06-33, referente ao projecto de continuação das obras de “restauração” que se vêm realizando na Sé de Silves.

⁶⁰⁰ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular apresentada pelo empreiteiro Joaquim dos Santos Dias Júnior, aprovada pelo Arq. António de Couto Abreu a 8-5-34. A 30-6-34 António de Couto Abreu efectuou o “auto de medição” dos trabalhos.

⁶⁰¹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº.S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 14-12-34 e aprovada a 29-12-34. A 15-2-35 o Arq. António de Couto Abreu procedeu ao “auto de medição” dos trabalhos.

⁶⁰² Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular do empreiteiro Joaquim dos Santos Dias Júnior datada de 22-01-35 aprovada por despacho de 2-2-35, pelo Arq. António de Couto Abreu. Tendo sido realizado o “auto de medição” dos trabalhos efectuados até 31-2-35.

ano desenvolvem-se obras na capela da Senhora do Rosário e do Santíssimo Sacramento⁶⁰³. Em 1952 foi aprovado o projecto de construção de dois altares em cantaria a colocar nas capelas laterais segundo o existente na capela-mor⁶⁰⁴.

Através da análise das imagens do processo fotográfico presume-se que antes de 1938 teriam sido demolidos os altares e retábulos em talha dourada da capela-mor e capelas absidiais. Uma imagem de 1938 reporta-se à capela absidial Sul revestida em talha dourada (*vide* Fig.6.38), nesse mesmo ano estavam a ser realizadas obras de restauro (*vide* Fig.6.39). Outra imagem datada de 1954 apresenta a mesma capela desobstruída de talha e com pequeno altar em cantaria (*vide* Fig.6.42). Com base na análise das imagens podemos aferir que a talha e os originais retábulos da capela-mor e absidíolos foram demolidos antes de 1938, por essa altura teria sido provavelmente construído o altar da capela-mor, e só em 1952 teriam sido construídos os altares das capelas absidiais.

Assim, os altares das capelas da cabeceira não foram todos construídos no mesmo período. Em Maio de 1952 ao proporem-se os dois altares em cantaria para as capelas absidiais é confirmado que o da capela-mor já tinha sido construído⁶⁰⁵. Em Outubro de 1952 o Arq. Rui de Couto informa que foi realizado o estudo de dois altares em cantaria segundo desenho do altar da capela-mor⁶⁰⁶. Esse altar em cantaria aparece representado no processo fotográfico em 1938, o da capela absidial Sul aparece em 1954. É provável que a realização dos altares das capelas absidiais tenha ocorrido em 1952 e o da capela-mor seja anterior a 1938.

Relativamente ao desentaipamento das janelas da capela-mor e capelas laterais existe um projecto datado de Janeiro de 1931, do empreiteiro Joaquim Dias Júnior, que propõe o desentaipamento e “restauração” das janelas das capelas absidiais, colocação de caixilhos de ferro e vitrais, demolições nas paredes das capelas colaterais e capela-mor⁶⁰⁷

⁶⁰³ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular de Joaquim dos Santos Dias Júnior datada de 15 -2-35 e aprovada a 19-2-35.

⁶⁰⁴ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória descritiva datada de 3-05-52. Foi autorizada a 3-7-52 a adjudicação das obras de conservação da Sé de Silves pela importância de 67 800\$00.

⁶⁰⁵ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória descritiva datada de 3-05-52. Foi autorizada a 3-7-52 a adjudicação das obras de conservação da Sé de Silves pela importância de 67 800\$00.

⁶⁰⁶ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 2-10-52 e a 6-10-52 foi autorizada a execução dos dois altares.

⁶⁰⁷ Orçamento do empreiteiro Joaquim dos Santos Dias Júnior, datado de 21-01-31 e aprovado a 24-01-31, pelo Arq. Jorge Bermudes França, para obras de “restauração” a empreender na Sé de Silves, vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves. No verso do documento surge a seguinte informação: “as obras iniciaram a 15-06-33 e terminaram a 19-11-40”. A 14-03-33 surge o mesmo projecto submetido a aprovação superior pelo Arq. Jorge Bermudes França.

(*vide* Figs.5.7 a 5.9). Em Agosto do mesmo ano surge outra proposta de desentaipar a janela do lado esquerdo da capela-mor.⁶⁰⁸ Em 1932 surge a referência à reparação da janela central da capela-mor⁶⁰⁹. Em Março de 1933 temos o projecto de desentaipamento, “restauração” e colocação de caixilhos de ferro e vitrais nas janelas das capelas absidiais⁶¹⁰, semelhante ao projecto de 21 de Janeiro de 1931. Outra referência surge nesse ano, relativa ao projecto de demolição da parede que entaipa as janelas das capelas absidiais, datado de Junho de 1933, concebido pelo Arq. Jorge Bermudes França, havendo a confirmação de que as obras iniciaram a 15 de Junho de 1933.⁶¹¹ A necessidade de conclusão de três duplas frestas geminadas de vitral é manifestada em 1934, por proposta apresentada por Ricardo Leone⁶¹². Em Março de 1935 surge o projecto de obras a executar no cruzeiro, nomeadamente refazer uma das janelas geminadas que se encontra destruída, guarnecendo com vitrais, e um dado importante é referido “como foi feito na capela-mor e na absidial esquerda”⁶¹³. É certo que as janelas da capela-mor e do absidíolo esquerdo foram entaipadas antes de 1935 e a do absidíolo direito só o foi provavelmente em 1938.

A partir da análise do processo fotográfico verificamos que por volta de 1938 a janela do absidíolo Sul estaria entaipada e no mesmo ano seria desentaipada (*vide* Fig.6.5), sendo nula a informação sobre as restantes janelas. Numa imagem do interior da igreja é possível observar que as janelas dos três corpos estavam desobstruídas dos retábulos em talha, por volta de 1938 (*vide* Fig.6.41).

O rol de trabalhos desenvolvido nos telhados é enorme, embora se deva ter em consideração que muitas das propostas não foram aprovadas e conseqüentemente as obras não terão sido realizadas. Em Janeiro de 1931 existe um projecto que prevê o concerto de

⁶⁰⁸ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de tarefa de ajuste particular datada de 31-08-31 e aprovada a 3-09-31.

⁶⁰⁹ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular de Joaquim dos Santos Dias Júnior, datada de 26-09-32 e aprovada 28-09-32.

⁶¹⁰ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Projecto datado de 14-3-33, a executar com o orçamento anteriormente aprovado a 24-01-31 no valor de 49 574\$00, contemplando 20 000\$00 para mão-de-obra e 29 574\$00 para materiais. Como foi referido anteriormente as obras só iniciaram a 15-06-33.

⁶¹¹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo n.º.S-081307/003, Sé de Silves, Memória descritiva datada de 15-06-33, referente ao projecto de continuação das obras de “restauração” que se vêm realizando na Sé de Silves.

⁶¹² Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de tarefa de ajuste particular de Ricardo Leone datada de 4-5-34 e aprovada a 5-5-34. Junto ao processo surge outra proposta com a mesma data, de fornecimento de material destinado à execução das três duplas frestas geminadas de vitral, no valor de 4 790\$00. A 15-12-34 o Arq. António de Couto Abreu realizou o “auto de medição” dos trabalhos executados por Ricardo Leone.

⁶¹³ Vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Projecto assinado pelo Arq. Jorge Bermudes França datado de 14-3-35 e aprovado a 15-3-35 pelo Arq. António de Couto Abreu.

telhados por parte do empreiteiro Joaquim Dias Júnior⁶¹⁴. Surge mais tarde a referência à proposta de demolição da platibanda de alvenaria sob o beiral do telhado do cruzeiro da igreja, pequenos consertos no algeroz, telhado e abóbada do cruzeiro, capelas e sacristia, datada de Março de 1935⁶¹⁵. A 31 de Maio de 1935 é realizado o “auto de medição” dos trabalhos pelo Arq. António de Couto Abreu, comprovando a execução da obra.

Em Novembro de 1938 surge o projecto de reparação geral dos telhados incluindo substituição de telhas partidas e regularização de empenas e canais, pinturas em portas⁶¹⁶. Em Novembro de 1940 surge a proposta por parte de António Domingues Esteves de substituição completa dos telhados, incluindo madeiramento⁶¹⁷.

Em Setembro de 1941 encontramos nova proposta de António Domingues Esteves, referente à reconstrução geral da cobertura dos telhados, incluindo canais novos de tipo românico e cobertura assente em argamassa, pintura sobre o madeiramento dos telhados⁶¹⁸. Em Setembro de 1943 surge nova proposta do mesmo empreiteiro de assentamento de telhado com telha românica em canais e telha antiga em cobertura⁶¹⁹. Mantém-se presente a prática dos artífices especializados permanecem ao longo dos anos no monumento, porque a extensão do projecto o exigia.

Em Maio de 1952 surge o projecto de construção e assentamento de portas e caixilhos, limpeza de telhados e substituição de telhas⁶²⁰. Em Maio de 1953 surge um projecto por parte do Arq. Rui Couto de reparação e limpeza dos telhados⁶²¹. J. Freitas Garcia propõe em Junho de 1953 a reparação e limpeza dos telhados compreendendo substituição de telhas partidas e vigamentos em mau estado, consolidação de pedras na

⁶¹⁴ Orçamento do empreiteiro Joaquim dos Santos Dias Júnior, datado de 21-01-31 e aprovado a 24-01-31, pelo Arq. Jorge Bermudes França, para obras de “restauração” a empreender na Sé de Silves, vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves.

⁶¹⁵ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular de 7-03-35, e aprovada a 16-05-35. A 31-5-35, o Arq. António de Couto Abreu realizou o “auto de medição” dos trabalhos de restauro efectuados até essa data.

⁶¹⁶ Cfr. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 3-11-38, e aprovado por despacho a 17-11-38. A estimativa de obras urgentes a realizar contemplava o total de 25 000\$00 para materiais e 22 500\$00 para mão-de-obra.

⁶¹⁷ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 919, Proposta datada de 9-11-40, existindo a informação de que foi aprovada por despacho.

⁶¹⁸ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 13-09-41 e aprovada a 25-9-41.

⁶¹⁹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 23-09-43 e aprovada a 6-10-43.

⁶²⁰ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória descritiva datada de 3-05-52. Foi autorizada a 3-7-52 a adjudicação das obras de conservação da Sé de Silves pela importância de 67 800\$00.

⁶²¹ Vide Memória descritiva datada de 11-05-53, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920. A 1 de Junho de 1953 foi autorizada a abertura de concurso público. A proposta surge novamente a 8 de Junho de 1953.

cornija⁶²². As imagens do processo fotográfico apenas documentam a execução de trabalhos na cobertura da capela-mor e absidíolo Sul, nomeadamente na platibanda, por volta de 1938 (*vide* Fig.6.5).

Confirmamos que as obras desenvolvidas nos telhados foram numerosas, o que é justificado em parte pela fragilidade da área devido à sua exposição às condições climáticas.

Em Setembro de 1941 o empreiteiro António Domingues Esteves propõe a “limpeza e tomada de juntas com argamassa hidráulica na cantaria dos pilares das naves”⁶²³. O mesmo empreiteiro apresenta em Junho de 1942 a proposta de limpeza de cantarias e tomada de juntas⁶²⁴. Em Dezembro de 1943 Joaquim Morgadinho apresenta nova proposta⁶²⁵. Em Junho de 1953 surge a referência através do relatório do Arq. Rui Couto à necessidade de se proceder à consolidação e refechamento com argamassa forte nas juntas das pedras⁶²⁶. Por seu lado, o processo fotográfico não é elucidativo em relação às obras de limpeza e tomada de juntas.

A referência à caiação do edifício é genérica, muitas vezes, não é especificado o local exacto onde a obra foi efectuada. Em Janeiro de 1931 aparece o projecto do empreiteiro Joaquim Dias Júnior de “caiação geral do edifício”.⁶²⁷ Em Novembro de 1940 António Domingues Esteves propõe o arranjo completo da testeira do transepto, compreendendo substituição de cantarias e rebocos⁶²⁸. Em Junho de 1951 Joaquim Morgadinho propõe a picagem de reboco e caiação da Sé⁶²⁹. Em Maio de 1952 aparece um projecto de caiação exterior e interior do edifício⁶³⁰. Parece, no entanto, ser este último, o

⁶²² Documento datado de 8-06-53 e aprovado 19-06-53, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

⁶²³ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nºS-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 13-09-41 e aprovada a 25-9-41.

⁶²⁴ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nºS-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 6-06-42 e aprovada a 11-6-42.

⁶²⁵ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 29-12-43 e aprovada a 31-12-43.

⁶²⁶ Relatório datado de 16-06-53, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920.

⁶²⁷ Orçamento do empreiteiro Joaquim dos Santos Dias Júnior, datado de 21-01-31 e aprovado a 24-01-31, pelo Arq. Jorge Bermudes França, para obras de “restauração” a empreender na Sé de Silves, vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves.

⁶²⁸ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nºS-081307/003, Sé de Silves, Pasta 919, Proposta datada de 9-11-40, existindo a informação de que foi aprovada por despacho.

⁶²⁹ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 4-06-51, e aprovado a 12-06-51. Contém a seguinte informação: “os trabalhos ficaram concluídos a 29-12-51.”

⁶³⁰ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória descritiva datada de 3-05-52. Foi autorizada a 3-7-52 a adjudicação das obras de conservação da Sé de Silves pela importância de 67 800\$00.

projecto referido no Boletim da DGEMN⁶³¹. Em Maio de 1953 surge o projecto do Arq. Rui Couto de pinturas e caições⁶³².

O processo fotográfico não é elucidativo em relação às obras de caiação do edifício: em 1938 terá sido rebocada e caiada a testeira do transepto (*vide* Fig.6.5); após 1943 terá sido caiada a torre Norte, provavelmente nesse ano também a fachada lateral Norte (*vide* Fig.6.15). É visível que no ano de 1957 a pintura do edifício encontrava-se em avançado estado de degradação (*vide* Fig.6.16).

Essencialmente, as obras traduziram-se em modificações da estrutura medieval e demolições. A igreja viu a sua planimetria alterada com a demolição de um anexo que existia junto ao absidiolo esquerdo e com a imposição da nova sacristia de reduzidas dimensões, libertando o braço Sul do transepto. A volumetria e alçado foram igualmente modificados: a reformulação da fachada Poente levou à demolição do adro e da escadaria de acesso ao pórtico e ao entaipamento de aberturas nessa fachada. Na fachada Sul foi modificado o traçado da escadaria lateral.

Para além destas intervenções, procedeu-se à remodelação e abertura de alguns vãos na cabeceira e entaipamento de outros por perda de função, como aconteceu nas naves colaterais. Sob o signo da unidade de estilo em que se procurou devolver ao monumento a sua verdade arquitectónica original, procedeu-se ao apeamento dos altares barrocos, à demolição do coro e ao restauro de colunas e capitéis. Realizaram-se trabalhos de conservação, nomeadamente o arranjo do telhado e a substituição do pavimento entre outros.

5.4.Leitura Crítica das Intervenções (1931-1955)

Os edifícios religiosos assumem-se, como objectos artísticos complexos, resultantes de constantes processos de transformação e redefinição das suas qualidades espaciais e funcionais, para os quais o termo restauro nem sempre se revela adequado. Frequentemente as modificações tomam a forma de acrescentos (de unidades volumétricas e espaciais) e de sobreposições (de elementos plásticos), numa reinterpretação e recriação do organismo arquitectónico que ultrapassa objectivos de pura conservação do edifício. Por vezes, estas

⁶³¹ Vide Anexo 6, *Boletim da DGEMN: Resumo das Obras de Restauro (1929-1955)*.

⁶³² Memória descritiva datada de 11-05-53, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920. A 1 de Junho de 1953 foi autorizada a abertura de concurso público. A proposta surge novamente a 8 de Junho de 1953.

transformações são realizadas mantendo os princípios formais do edifício, outras vezes, são impostas alterações estruturais e espaciais significativas.

O termo restauro, utilizado no “Processo Administrativo de Obras” da Sé de Silves (também designado por restauração, reconstrução, reconstituição ou reparação)⁶³³, enquadra um conjunto de acções que visavam essencialmente a transformação física do monumento, procurando redefinir a sua unidade estrutural e figurativa. Os trabalhos de restauro iniciam-se com a demolição dos elementos sobrepostos à estrutura gótica, dos revestimentos, dos volumes e espaços construídos, de forma a revelar a estrutura primitiva e permitindo reunir dados objectivos para a reconstituição da forma medieval.

A terminologia usada nas Memórias Descritivas⁶³⁴ das obras de restauro - onde dominam expressões como “repor uma parte do monumento, com o seu aspecto primitivo”, - deve-se mais a uma explanação dos objectivos estabelecidos para o projecto. Enumeram-se as intervenções de reparação, consolidação, beneficiação, conservação, restauração, reconstrução, reconstituição e reintegração⁶³⁵. A um léxico ligado ao conceito de “restauração estilística” – restauro, reconstituição, feição primitiva, estado original - contrapõe-se o conceito de “conservação”, aceitando várias valências como a reparação ou consolidação.⁶³⁶ Restaurar significava, com efeito, refazer um edifício num estado que talvez nunca tivesse existido, mas de acordo com a noção de estilo que lhe era próprio.

⁶³³ “(...) foi aprovado o orçamento relativo a uma parte das obras de “restauração” a realizar na Sé de Silves (...)” vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Orçamento datado de 21-01-31.

“(…)É necessário proceder à reconstituição do pavimento da igreja e da escadaria principal que tem de ser totalmente desmanchada (...)” vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, documento datado de 27-07-44;

“(…)reconstrução de paredes de alvenaria ordinária (...)” vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de Joaquim Morgadinho datada de 7-8-47.

“(…)obras de reparação na capela-mor: apear as imagens, retábulo, trono e altar de madeira da capela-mor e transportar para outro lugar.(...)” vide Fundo Geral do Arquivo da DGEMN, Praça do Comércio, Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53, Sé de Silves, Proposta de tarefa de ajuste particular datada de 31-08-31.

⁶³⁴ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº.S-081307/003, Sé de Silves, Memória Descritiva datada de 15-06-33.

⁶³⁵ “(...)obras de conservação: limpeza e reparação dos telhados e outras pequenas obras; reparação de portas.(...)” Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Projecto datado de 16-02-61.

“(…)reparação de uma fenda existente na fachada principal compreendendo o seu refechamento e consolidação por meio de “gatos” de betão armado.(...)”Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória Descritiva datada de 17-05-75.

“(…)obras de “beneficiação” que incluem a reparação geral dos telhados (...)” vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 3-11-38.

⁶³⁶ Cfr. Miguel TOMÉ, *Património e restauro (1920-1995)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p.81.

No século XIX, a nível nacional, a actividade e prática de restauro monumental é marcada pelas intervenções em alguns “monumentos modelos” (Mosteiros da Batalha⁶³⁷ e Jerónimos⁶³⁸, Sé de Coimbra⁶³⁹ e Sé de Lisboa⁶⁴⁰, entre outros). Os conceitos restauracionistas de Viollet-le-Duc (1814-1879), terão orientado, segundo as interpretações específicas de vários autores, muitas das intervenções sobre monumentos, no Portugal de oitocentos⁶⁴¹. Este interesse oitocentista é inspirado pela teoria da “unidade de estilo” e foi responsável pelos abusos em muitas intervenções executadas essencialmente viradas para a época de ouro da História da Arte, como o próprio Alexandre Herculano (1810-1877) defendia: a Idade Média. Os restauros deveriam ser efectuados de tal forma que não se distinguisse o novo do antigo. Um projecto que baseado em premissas erradas, levaria a resultados enganadores.⁶⁴²

No entanto, as situações que se podem considerar como intervenções de restauro revestem-se de objectivos depuradores (raspagem de argamassas ou demolições de acrescentos) conducentes a um suposto “estado primitivo”, ainda mal enunciado nesta época.⁶⁴³ Algumas intervenções em igrejas medievais dificilmente são classificáveis como restauros, inserindo-se mais claramente num processo criativo, com deficiente suporte historiográfico, aliam a idealização do medieval e a preocupação pela coerência formal (de raiz clássica), em trabalhos de mimese de modelos arcaicos, reproduzindo elementos do passado⁶⁴⁴.

A partir de 1929, a DGEMN passou a ter a responsabilidade da construção e reparação de todos os edifícios pertencentes ao Estado português, na maioria dos casos abandonados ou mal cuidados, dando continuidade a projectos de restauro anteriormente iniciados. As primeiras décadas de actuação do organismo seguem uma concepção de restauro baseado no princípio da “unidade de estilo”.⁶⁴⁵

Foram efectuadas grandes alterações nos monumentos e foram profundamente remodelados os seus espaços envolventes. Para restituir os edifícios à sua “beleza primitiva”

⁶³⁷ O Mosteiro da Batalha sofreu intervenções a partir de 1840 a 1852.

⁶³⁸ O Mosteiro dos Jerónimos teve intervenções de restauro a nível do claustro nos anos de 1835-1859, 1860-1866, 1882-1886 e no templo entre 1868-1878.

⁶³⁹ A Sé de Coimbra sofreu intervenções de restauro de 1893-1918.

⁶⁴⁰ Na Sé de Lisboa uma das intervenções relevantes ocorreu em torno do ano de 1899.

⁶⁴¹ Cfr. Miguel TOMÉ, *op.cit.*, p.19.

⁶⁴² Cfr. Pedro de ABREU, *Palácios da Memória*, Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos da FAUTL, 1996, p.301.

⁶⁴³ Cfr. Miguel TOMÉ, *op.cit.*, p.16.

⁶⁴⁴ *Idem*, pp.15-16.

⁶⁴⁵ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.439.

eram necessárias grandes operações tanto de “limpeza dos acrescentos” de épocas posteriores, como de reconstrução a partir de ruínas. A “reintegração” é determinada pela supressão, substituição e acrescento de elementos estruturais e decorativos.

Em princípios do séc. XIX, a Catedral de Silves encontrava-se num estado de degradação e descaracterização acentuada, devido ao abandono progressivo a que foi votada.⁶⁴⁶ Em 1931, sob a alçada da DGEMN iniciaram os trabalhos de restauro que decorreram até 1955⁶⁴⁷, sob a responsabilidade dos arquitectos, Jorge Bermudes França (1899-?) António de Couto Abreu (1874-1946), Martinho Humberto dos Reis (1904-?), e Rui Ângelo de Couto (1917-1998).

O projecto de reconstrução procurou recriar o monumento numa determinada época histórico-artística, cabendo à imaginação reconstituir o que faltava, com base no princípio da unidade de estilo. Os trabalhos foram orientados com base numa perspectiva “Positivista”, concebendo-se a Catedral como um “organismo no seu todo”, o que foi possibilitado através de estudos que se justificavam rigorosos, e que permitiam repor o hipotético primitivo projecto gótico⁶⁴⁸:

(...)Os trabalhos previstos neste orçamento são o complemento dos que até agora foram executados e com os quais se conseguiu repor já uma parte do monumento, com o seu aspecto primitivo, cuja beleza e grandiosidades tinham sido em áreas anteriores completamente deturpadas e criminosamente destruídas, pois não se contentando com o entaipamento das belas janelas geminadas que iluminam a ábside central e os absidiolos, nem com o esconder com rebocos e estuques, os paramentos que são de boa silharia aparelhada (...) não escapando o próprio altar primitivo que foi substituído por um retábulo de madeira pintado a fingir mármore.⁶⁴⁹

⁶⁴⁶ Referência às reparações efectuadas na Sé de Silves, entre 1868 e 1869 : (...)é o caso que se estão fazendo importantes reparos na Sé de Silves, e sendo costume de quem faz táes reparos, rebocar com argamassa uma grande parte dos muros, entendo que é da maior necessidade requerer para que se não reboquem as paredes que ainda não estão rebocadas, para não ficarem ocultos os sinaes que existem em grande quantidade, nas paredes, interiormente nas columnas, (que são construídas de pequenas pedras de amolar, com as juntas tapadas de cal branca, o que produz mau effeito a vista)(...) e para que nos concertos que actualmente se praticam na Sé de Silves, onde quasi toda a sua cantaria se acha marcada com sinais diverso, não lhe aconteça igual incúria(...).Cfr. A.N./T.T., t. III (8º).doc.442.”Correspondência artística e científica nacional e estrangeira com J. Possidónio da Silva”, A.N./T.T., cit. por Lúcia ROSAS, *Monumentos Pátrios : a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p.365.

⁶⁴⁷ Os anos compreendidos entre 1931 e 1955 constituem o período relevante das intervenções de restauro realizadas pela DGEM, embora as obras estejam documentadas até 1991.

⁶⁴⁸ Vide Ana Cristina Fernandes Vaz MILHEIRO, *O Gótico e os Sistemas de Desenho Presentes na Arquitectura Oitocentista – Produções Teóricas Europeias e a Recensão Portuguesa Manifesta na Obra de Escrita de Possidónio da Silva*, Tese de Mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna da FAUTL, 1997.

⁶⁴⁹Vide Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo Adm. nº S-081307 / 003, DSID -919, Memória Descritiva datada de 15 de Junho de 1933.

A eficácia do restaurador, quando se tratava de reconstrução, residia não só nos conhecimentos que possuía no domínio dos estudos histórico-arqueológicos, como também na sua capacidade como arquitecto, ou melhor, como construtor, na medida em que a arquitectura da Idade Média era vista como uma totalidade orgânica, onde a ciência do arquitecto se aliava à arte do construtor.⁶⁵⁰

A igreja que sofre obras de “restauração” desde 1931, passa a ser objecto de uma operação de maior envergadura e impacto formal. Procede-se ao conserto dos telhados, caiação geral, desentaipamento e “restauração” das janelas das capelas absidiais e colocação de caixilhos de ferro e vitrais.⁶⁵¹ A destruição de elementos barrocos como o apeamento dos retábulos⁶⁵² e altares das capelas do Santo António e do Senhor dos Passos⁶⁵³ é outra das práticas correntes.

Sem possuírem a preocupação do conhecimento do organismo gótico, os seguidores dos princípios de Viollet-le-Duc limitam-se muitas vezes a acções de demolição de elementos artísticos de qualidade e à construção de outros sem qualquer critério histórico-artístico, evocando, no entanto, as sólidas teorias do mestre.⁶⁵⁴

A teoria do restauro estilístico de Viollet-le-Duc serve como modelo de inspiração, fundamentando a filosofia de actuação de Henrique Gomes da Silva (1890-1969): *necessidade de suprimir os acrescentos anacrónicos; reconstrução das partes alteradas; conservação e restauro se as partes apresentarem valor artístico ou histórico*⁶⁵⁵. Neste

⁶⁵⁰ Lucília Verdelho da COSTA, *Ernesto Korrodi : 1889-1944 : arquitectura, ensino e restauro do património*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p.199.

⁶⁵¹ Durante os restauros, ao reconstituir-se as frestas ou grelhagens primitivas colocou-se a necessidade de preenchimento dos vãos com vitrais, de forma a recuperar-se uma espacialidade supostamente original. Ricardo Leone foi o responsável pela execução dos vitrais: (...) *fazer e assentar três duplas janelas geminadas e vitral de harmonia com o projecto aprovado; os vitrais seriam executados pelo processo antigo isto é montados com pinasio de chumbo colorido, vidro transparente , tudo na massa, modelados a grisalhe e patinados, assentes nos vãos com cimento vermelho*. Vide Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo Adm. NºS-081307 / 003, DSID-919, Memória Descritiva de 21 de Janeiro de 1931.

⁶⁵² O ofício nº 868 de 12 de Dezembro de 1955 informa acerca dos altares que tinham sido retirados da Sé de Silves e estavam armazenados num torreão do castelo. (...) *em virtude da talha existente na Igreja da Misericórdia de Beja e que era necessária para a reconstrução de um altar ter sido cedida para a igreja de Stº António de Beja, foi necessário obter-se talha de outro local, foi a talha existente no armazém do castelo de Silves transferida para Beja a fim de uma parte ser adaptada ao altar da Igreja da Misericórdia, a restante talha foi prevista aplicar na Igreja de da Luz em Lagos*. No âmbito das operações de restauro de sentido reintegrador, é frequente o apeamento de retábulos e a sua substituição por altares em cantaria. Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, documento datado de 12-12-55.

⁶⁵³ As obras desenvolvidas na Capela do Senhor dos Passos decorreram até Fevereiro de 1935.

⁶⁵⁴ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.240.

⁶⁵⁵ Vide Henrique Gomes da SILVA, “Monumentos Nacionais, orientação técnica a seguir no seu restauro” in *Boletim da DGEMN*, 1935, nº 1, pp.19-20.

âmbito se insere a demolição completa do coro⁶⁵⁶ e a reparação dos apoios nas cantarias dos pilares da nave principal da Sé, reforçando-se a ideia de *conferir aos nossos monumentos a pureza da traça primitiva procurando refazê-los dos atentados cometidos no séc. XVII e XVIII*.⁶⁵⁷

O princípio do restauro estilístico encontra fundamento na legitimação da intervenção reintegradora, assente na capacidade do arquitecto recuperar o espírito do mestre medieval, de modo a restabelecer a perfeição formal de cada obra. A autenticidade resulta da recuperação do estilo original, segundo um ideal de unidade estilística.

Os elementos estruturais modernos são considerados como destacáveis e passíveis de recomposição, de acordo com as exigências de organização formal definidas no projecto de intervenção da Sé de Silves. Foi reconstruída a escadaria de acesso à porta principal em cantaria lavrada, incluindo alicerces⁶⁵⁸; entaiparam-se as frestas existentes na nave central e procedeu-se à demolição da antiga sacristia:

*(...)A actual sacristia da sé de Silves, pelas suas avantajadas proporções e, sobretudo, pela sua localização, corta por completo o transepto da igreja, não sendo, portanto de admitir – num estudo de restauro a sua permanência. Dentro deste critério se fez o presente estudo, no qual nos propomos demolir a actual sacristia, e reconstruí-la de tal modo, que restitua ao transepto a sua primitiva proporção (...) poderá também ser feito o restauro da fresta do transepto(...) será fechado o vão que presentemente se encontra no transepto e coro, quanto a nós, tem bastante interesse, propomos, que seja adaptado à nova sacristia, permitindo o acesso à mesma pelo exterior. Será rectificada e alinhada a escada de acesso à entrada lateral, que se mantém.⁶⁵⁹(...) Assim prevê-se a demolição da actual sacristia e a construção de um corpo de edifício de menores dimensões para a instalar, e ainda a adaptação de uma dependência para as instalações sanitárias.*⁶⁶⁰

A recomposição atinge também os elementos medievais como os capitéis, os frisos e as colunas, que são muitas vezes recolocados em novas posições num completo desrespeito

⁶⁵⁶ A demolição do coro ocorreu no ano de 1944. Vide Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo Adm. nº S-081307 / 003, DSID -920, Cfr. Ofício 317 de 19 de Julho de 1944.

⁶⁵⁷ Maria João NETO, *op.cit.*, p.436.

⁶⁵⁸ Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 919, Documento datado de 31-12-42. Surge posteriormente, outra proposta datada de 27 de Dezembro de 1946, propondo a execução da escadaria, por parte do empreiteiro Joaquim Morgadinho. Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 21-12-46.

⁶⁵⁹ Vide Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo Adm. nº S-081307 / 003, DSID -919, Memória Descritiva de 31 de Junho de 1947.

⁶⁶⁰ Vide Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo Adm. nº S-081307 / 003, DSID -919, Memória Descritiva datada de 8 de Novembro de 1947.

ou desconhecimento da sua conexão iconográfica global, não se reconhecendo os programas iconográficos.⁶⁶¹

As operações de “reintegração no estilo original” que, como é verificado, raramente abrangem todo o organismo arquitectónico, são realizadas por analogia formal, recorrendo ao método comparado e à noção de estilo como um sistema global que permite identificar as regras formais de diferentes partes, organicamente referenciadas ao todo.

O abandono de objectivos “reintegradores” verifica-se quando não é reconhecida a qualidade artística que o justifique. Limita-se, então, a intervenção a obras de “conservação”, admitindo pontuais recuperações de conjuntos românicos ou góticos:

*(...) reconstrução geral da cobertura dos telhados, incluindo canais novos de tipo românico e coberturas existentes assentes em argamassas; limpeza e tomada de juntas com argamassa hidráulica nas cantarias dos pilares da nave; pintura a duas demãos de carbonilo a quente sobre o madeiramento do telhado. Queima de tinta velha e reparação dos tectos de madeira das naves.*⁶⁶²

Os principais trabalhos de conservação da Sé de Silves referem-se à estabilização das fundações e reparação dos telhados. Encontramos também a referência a obras relacionadas com causas de degradação patológica, como as infiltrações de água :

*(...) Assim, e atendendo à infiltração das águas das chuvas, foi previsto a reparação geral dos telhados, incluindo a substituição de telhas partidas e regularização de empenas e canais. Também nos cunhais da capela-mor foi previsto a construção e assentamento de pedras de cantaria, em substituição das ali existentes e em mau estado.*⁶⁶³

O Arquitecto Rui Couto enuncia através de Memória Descritiva⁶⁶⁴ os trabalhos urgentes a desenvolver, provocados por causas de degradação patológica atingindo essencialmente os telhados do edifício:

⁶⁶¹ Foram reparadas as colunas da capela-mor e da capela do Senhor dos Passos: encaixados os fustes e reparadas as bases e capiteis danificados. Um dos grandes problemas que se colocam no desenvolvimento dos trabalhos de reconstrução de monumentos, é o do restauro/reconstituição de peças escultóricas. A substituição de elementos degradados, por cópias idênticas é um processo utilizado pela DGEMN. Quando devido à existência de significativas lacunas, a determinação da forma original é impossível, então procura-se reproduzir a forma geral e o volume. Inserem-se neste grupo os capiteis da Sé de Silves.

⁶⁶² Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nºS-081307/003, Sé de Silves, Proposta de ajuste particular datada de 13-09-41.

⁶⁶³ Vide Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo Adm. nº S-081307 / 003, DSID -919, Memória Descritiva de 3 de Novembro de 1938.

⁶⁶⁴ Vide Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo Adm. nº S-081307 / 003, DSID -920, Memória Descritiva emitida por Rui Couto a 16 de Fevereiro de 1961.

(...) *Verificando-se que os telhados da Sé de Silves, se encontram cheios de ervas e com diversas telhas desligadas o que ocasiona a entrada das águas pluviais, que estão danificando o interior do templo, prevê-se com a verba concedida no ano corrente, proceder à reparação dos telhados e a outras pequenas obras de conservação. Os trabalhos a executar são os seguintes: limpeza e reparação dos telhados; reparação da porta; pintura de duas portas. Importa esta estimativa na quantia total de 15 000\$00 (...).*

O uso de cintamentos em betão armado no remate das paredes é frequente. O carácter de durabilidade do betão e a sua capacidade de resistência a qualquer tipo de esforço garantem-lhe um lugar importante no conjunto de materiais utilizados. Outro dos trabalhos complementares de conservação, constantes na maioria das intervenções, é a tomada de juntas e a reconstrução de caixilharias.

Através do relatório datado de 16 de Junho de 1953 constatamos o estado da progressão das obras: *Tenho a honra de informar V. Ex^a que verifiquei que bastantes pedras de cantaria no exterior dos absidiolos e abside, se encontram desligadas da argamassa e algumas até soltas, havendo necessidade de na próxima empreitada se proceder à consolidação e refechamento com argamassa forte nas juntas das pedra.*⁶⁶⁵

A execução de um programa de restauro com tal envergadura exigia condições que apenas foram facultadas sob o fomento da política cultural do Estado Novo. A natureza ideológica e celebrativa dos trabalhos de restauro, encontrou nas datas simbolicamente significativas das Comemorações Nacionais um momento privilegiado de intervenção.

Os mais significativos esforços de intervenção surgem logo em 1936, quando da celebração dos 10 anos do Estado Novo. Comemoração que constitui um ensaio para a grande celebração dos “Centenários em 1940”, momento alto para o regime com a realização da “Exposição do Mundo Português” e uma enorme intervenção nos monumentos nacionais, sobretudo medievais⁶⁶⁶. Novo momento importante surge em 1947, tendo em vista a celebração do “Oitavo Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros”.

A intervenção da DGEMN suscitou críticas ao longo de todo o período de vigência do regime. A actividade do organismo, em prol do património arquitectónico nacional, não foi isenta de censuras, algumas das quais bastante severas e pertinentes.⁶⁶⁷ Destacam-se as

⁶⁶⁵ Vide Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo Adm. nº S-081307 / 003, DSID -920, Relatório s/nº de 16/6/53, intitulado “Visita à Obra- Obras de Conclusão da Sé de Silves”, remetido pelo Arquitecto Rui de Couto.

⁶⁶⁶ Vide Margarida ACCIAIOLI, *Os Anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes: Restauração e Celebração*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, UNL, 1991.

⁶⁶⁷ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.481.

que se prendem com os erros de interpretação artística, que destruíram ou mutilaram elementos de valor histórico.

As preocupações da DGEMN durante o Estado Novo dividiam-se entre as de carácter eminentemente técnico, frequentemente informadas de forma insuficiente, por falta de interdisciplinaridade das equipas do projecto, e as de natureza ideológica, dada a necessidade de reconstruir a partir da memória do passado.

Os técnicos da DGEMN reconstruíram os monumentos não como tinham sido, mas como deveriam ter sido, colocando-se o restaurador na “pele de autor” e interpretando as intenções originais dos artistas medievos. Algumas intervenções tornaram difícil a prática dos ofícios religiosos, pela limpeza que efectuaram nos interiores e dependências utilitárias, retirando ou descontextualizando os altares e imagens geralmente barrocas. A interpretação que fizeram de elementos primitivos encontrados não foi, em nosso ver, a mais correcta. Ao ser destruída toda a decoração de feição classicista que o templo apresentava no seu interior, constrói-se uma nova catedral, devido a alterações estruturais introduzidas.

O projecto baseado nos princípios de reintegração estilística, na “pureza arquitectónica medieval”, mostrou-se polémico ao propor a construção de alguns elementos arquitectónicos, que repunham a traça primitiva do imóvel, como a reconstrução da escadaria de acesso ao pórtico principal da Sé. A noção perigosa de “reintegração” causou grandes prejuízos artísticos. A destruição da estrutura que antecedia a fachada principal foi demolida com o objectivo de permitir a visualização do portal axial. O não entendimento da estrutura em presença e, as preocupações estéticas dos restauradores, resultaram aqui, na destruição de uma estrutura característica de uma época posterior à fundação da Catedral.

Outro dos erros e abusos frequentemente cometidos foi o da desmontagem de muitas estruturas decorativas dos sécs. XVII e XVIII, geralmente de feição barroca, que tinham vindo a ornamentar os templos medievais ao longo dos tempos, atestando os passos diversos da sua existência. Esta desmontagem verificou-se praticamente em todos os templos intervencionados, permitindo assim a visão desafogada das estruturas primitivas, particularmente das cabeceiras góticas, com a destruição de altares.

Os templos medievais eram investidos de uma falsa espiritualidade, em que o despojamento da pedra nua, totalmente em contradição com a realidade artística da Idade Média, era símbolo de valores morais e religiosos que se pretendia recuperar. Assim, se fez a demolição dos coros e dos altares que pejavam “discordantemente” todo o templo, na limpeza ideológica. Os altares barrocos são destruídos, uma vez que estariam sujeitos à lei

de vulgaridade, para repor a decência estética e o equilíbrio cronológico. Muitos foram os elementos de épocas posteriores destruídos em busca da “pureza primitiva”.

O procedimento da DGEMN foi o de construir novas estruturas pretensamente baseadas numa correcta interpretação de indícios materiais e documentos existentes. A execução destes polémicos restauros leva-nos a levantar duas questões. Em primeiro lugar a falta de efectivos estudos preparatórios dos restauros, a nível da história da arte e arqueologia, que permitissem interpretar correctamente os vestígios materiais. Outra das questões colocadas eram os materiais e as técnicas utilizadas, utilizaram-se argamassas de cimento em estruturas em pedra, sem ter em linha de conta a interacção com os materiais existentes. Modificaram-se estruturas existentes sem respeito pelas evidências materiais, imperando a falta de autenticidade.

É no entanto, importante advertir, em relação à questão de falsos critérios artísticos, que muitas vezes constam das críticas que são emitidas em relação à DGEMN, que os erros de restauro não podem apenas atribuir-se a esta instituição. Foram comuns nos períodos antecedentes, dependeram da maneira de pensar generalizada entre arquitectos e engenheiros, penetrados pelas práticas de restauro de origem francesa, usos considerados como os mais convenientes e adaptados à natureza dos monumentos. A situação é tanto mais gravosa quanto para proceder à “reintegração” do monumento se condenam elementos posteriores à construção primitiva, segundo critérios de “correção e aperfeiçoamento”⁶⁶⁸. Os arquitectos e outros técnicos possuíam um espírito mais arreigado a concepções práticas, onde o aspecto histórico ou artístico podia ser sublevado por reconstituições arqueológicas, sob preciosismo de hipotética “pureza de estilo”, que impunham demolições e construções de elementos ao sabor, muitas vezes, da imaginação e criação dos seus autores⁶⁶⁹, predominando a tendência para falta de autenticidade histórico - artística.

Em síntese, os critérios que orientaram os restauros, a interpretação crítica do monumento, enquanto obra de arte e testemunho do passado, resulta de uma dominante valorização da instância histórica de conotação arqueológica sobre a instância artística que, até aqui predominara na prática projectual.

É no final dos anos 30, que se acentua a valorização do significado histórico de alguns edifícios antigos e se manifesta a vontade de lhes recuperar a condição de

⁶⁶⁸ Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.243.

⁶⁶⁹ Idem, p.251.

monumentalidade. O Regime procura enquadrar as anteriores experimentações de restauro numa doutrina generalizável e que conduza a uma eficaz homologação de procedimentos.

O confronto com a produção internacional traduz-se, após o “Congresso Nacional de Arquitectura” de 1948, na afirmação de novos caminhos e novas formas por oposição ao existente. Isolados do debate profissional, o conjunto de técnicos que asseguram a intervenção no património arquitectónico encerram-se na sua prática, apoiados numa proliferação de estudos historiográficos e num alargamento da consciência histórica da produção artística. O pós-guerra, determinou uma reapropriação de teorias de restauro mais radicais, entendendo a reintegração formal como uma necessidade espiritual de reencontro com um passado destruído.

Houve no entanto, que esperar por uma nova conjuntura, desenhada a partir da década de 50, através do contacto directo com iniciativas internacionais na matéria, para, paulatinamente, se reverem critérios e modos de actuação.⁶⁷⁰ No final da década de 50, pressente-se uma procura dos valores nacionais e da tradição, ultrapassando os dados puramente formais, numa abordagem de sentido culturalista para a qual seria decisiva a realização do inquérito à arquitectura popular.

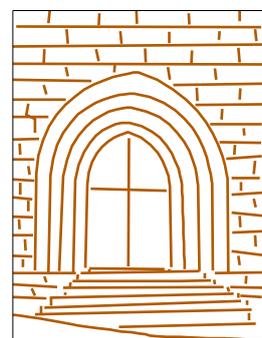
Os anos 60 da DGEMN, correspondem ao início do abandono dos restauros espectaculares e radicais, preferindo-se a conservação dos monumentos, com as atribuições válidas de todas as épocas e sem alteração do ambiente em que se encontram, numa atitude caucionada pelos princípios da *Carta de Veneza* (1964).⁶⁷¹

⁶⁷⁰Cfr. Maria João NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.488.

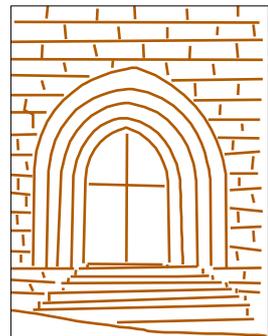
⁶⁷¹ Idem, p.450.

PARTE II

CONTRIBUTOS PARA UMA PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA SÉ DE SILVES



6. MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO



6. MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

6.1. Materiais de Construção

Entende-se por material todo o produto, destinado a ser incorporado na construção, obtido na natureza ou mediante um processo industrial ou artesanal, quer seja utilizado isoladamente, quer seja misturado ou conjugado com outro.

Os materiais tradicionais utilizados na construção da Sé, na sua grande maioria, foram recolhidos no próprio sítio, ou na região envolvente:

- A rocha utilizada em alvenarias, pilares, contrafortes, cunhais e vergas de portas e janelas, é fundamentalmente, o grés de Silves;
- O calcário foi utilizado na decoração dos pórticos Sul e Poente⁶⁷² e nos túmulos existentes no interior da igreja;
- Na argamassa utilizou-se como ligante a cal hidráulica natural, por sua vez, a areia poderá ter sido recolhida no leito do rio Arade, pela sua proximidade de Silves;
- No acabamento das paredes foi utilizada a tinta de cal;⁶⁷³
- A madeira utilizada primitivamente na parte estrutural (pavimentos e cobertura, tectos das naves, caixilharia de portas e janelas), deve ter sido de castanho, por predominar na flora da região, tendo sido provavelmente, recolhida na Serra de Monchique;
- Os materiais cerâmicos (telha e tijolo), podem ter sido fabricados em Silves, nas barreiras da região.

6.1.1. Rocha

Silves assenta em grande parte sobre o grés do Tiásico, e conglomerados argilosos. É com eles principalmente construída, deles recebe a cor e o aspecto característico. É o chamado “grés de Silves”, a pedra macia e avermelhada de quase todos os monumentos da

⁶⁷² Vide representação de litologias do pórtico principal, onde identificamos vários tipos de rochas desde o calcário compacto, conglomerado e “grés de Silves”.

⁶⁷³ Cfr. Gabriel de Barbosa TEIXEIRA, Margarida da Cunha BELÉM, *Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção*, Porto, CRAT, 1998, p.109.

região.⁶⁷⁴ Segundo Luís Aires-Barros esta rocha é formada de grânulos de quartzo aglutinados por um cimento ferruginoso que lhe confere uma cor avermelhada escura.⁶⁷⁵

O arenito, ou “grés de Silves”, constitui boa parte da base do substrato rochoso da região do Barrocal, foi devido à sua grande quantidade, facilidade de obtenção e de corte, a matéria-prima mais utilizada nas edificações. Naquele material construíram-se as imponentes paredes da Sé, que ainda hoje perduram, para além do Castelo de Silves. Muitas das habitações muçulmanas de Silves foram erguidas, de igual modo, em arenito, utilizado tanto nas alvenarias de parede e pilares como, em certos casos, no revestimento de pavimentos, nas soleiras das portas, ombreiras e padieiras.⁶⁷⁶

Esta rocha é aplicada principalmente em alvenarias irregulares ou silharia. Os blocos de arenito, utilizados apresentam tamanhos que permitiam o seu fácil transporte, por um único homem, medindo 0,45 m e 0,65 m de maior comprimento.⁶⁷⁷ Nas alvenarias de melhor qualidade, esses blocos, depois de aparelhados, com as faces em esquadria e as paredes aplanadas por picagem ou bojardagem⁶⁷⁸, eram sobrepostos, na maioria dos casos, uns dispostos longitudinalmente e outros transversalmente àqueles, de modo a melhor travar a construção, sendo a ligação efectuada com argamassa.⁶⁷⁹

Para além do grés, utilizado maioritariamente nos elementos estruturais, verifica-se essencialmente ao nível dos espaços interiores, a utilização de calcário escolhido em função das suas características decorativas, como nos túmulos.⁶⁸⁰ A existência numa área apreciável

⁶⁷⁴De S. Bartolomeu de Messines até Silves, em terrenos Triásicos, encontra-se esse arenito, que serviu para a edificação do Castelo e da Sé. O grés é utilizado até ao presente no fabrico de mós e pedras de amolar, constituindo uma das actividades industriais do concelho.

⁶⁷⁵Cfr. Luís AIRES-BARROS, “Conservação da pedra em monumentos” in *Dar Futuro ao passado*, Lisboa, IPPAR, pp.244-249.

⁶⁷⁶ Cfr. Rosa VARELA GOMES, *Silves (Xelb) – uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*, Trabalhos de Arqueologia, nº 23, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002, p. 76.

⁶⁷⁷ Idem, *Ibidem* p.76.

⁶⁷⁸ A partir das superfícies das pedras, é possível identificar os instrumentos usados para as aparelhar, graças aos vestígios de talhe, podendo-se obter uma indicação sobre a época em que a pedra foi preparada. Durante a época romana e pré-romana, o pico foi um utensílio característico. Na Idade Média utilizava-se a escoda para aparelhar superfícies finas. Nesse período utilizou-se um instrumento semelhante a uma garra, em ferro, também conhecido como bíceps, de maneira a que as pedras aparelhadas pudessem ser erguidas com uma grua. Para tal era necessário abrir dois buracos de prensão, trabalhados nas faces opostas de cada pedra. Mais tarde, durante o barroco, usou-se um cinzel com uma largura de 8 a 12 cm, para talhar as pedras não muito duras, enquanto que a partir do séc. XIX, se passou a utilizar uma serra, além de outros instrumentos, como a bujarda. *Vide AAVV, “A Sé de Silves memória da pedra” in Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, pp.28-30.

⁶⁷⁹ Cfr. Rosa Varela GOMES, *op.cit.*, pp. 76-77.

⁶⁸⁰ O Calcário foi também utilizado na edificação dos portais Poente e Sul.

de bons terrenos calcários e argilosos, torna fácil a manufactura da cal e dos materiais cerâmicos.⁶⁸¹

As paredes construídas em pedra, eram rebocadas com argamassa de cal e areia, permitindo melhor impermeabilização, dada a capacidade hidrófuga da cal. A cal foi utilizada, de igual modo, no estuque das paredes, sendo sempre misturada com areia, na constituição de pavimentos⁶⁸². A recorrência do uso da cal permite presumir que existiriam localmente, ou não longe, fornos para o seu fabrico. Estes encontram-se referenciados no século XVI, na aldeia de Estombar, zona rica em calcários, que não se encontram na Serra, nem tão pouco no Barrocal da região de Silves.⁶⁸³

As Pedreiras : Identificação e Localização

Deparámo-nos com a dificuldade na identificação das pedreiras responsáveis pelo fornecimento de material para o período de construção e restauro da Sé. A documentação do Arquivo da DGEMN possui muitas lacunas em relação à proveniência dos materiais, entre elas, a pedra, sendo provável que esta fosse originária do concelho de Silves, não sendo, no entanto, especificada a localização da pedreira, o seu nome, ou o proprietário.

O mesmo se verifica em relação às fontes secundárias sendo diminutas as que se referem à pedra de construção do edifício. No entanto, parece-nos credível, a informação de que *“O grés deve ter sido talhado num dos vários afloramentos situados nos arredores (...). Também não é de excluir uma proveniência regional para o calcário com que se construiu o portal da Sé, que assenta, de resto, em alicerces de grés, ainda que se ateste o costume local de importar pedra do Levante, para lavrar janelas e portais”*.⁶⁸⁴ Esta informação surge na revista *Arqueologia Medieval*, que procura traçar uma síntese das obras efectuadas pela DGEMN, centrando-se essencialmente no estudo da pedra e das marcas dos pedreiros. É importante a referência ao facto das pedras de grés de cor vermelho escuro, utilizadas no

⁶⁸¹ O calcário emprega-se vulgarmente como alvenaria, na pavimentação de caminhos e sobretudo, no guarnecimento de vãos de portas e janelas. A cal desempenha um papel muito importante no acabamento interior e exterior das construções, quer aplicada sobre reboco, quer aplicada directamente.

⁶⁸² As paredes exteriores da Sé foram caiadas parcialmente. Ao nível interior, na zona das naves colaterais, estas encontram-se totalmente caiadas.

⁶⁸³ Cfr. Rosa VARELA GOMES, *Silves (Xelb) – uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*, Trabalhos de Arqueologia, nº 23, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002, p.78.

⁶⁸⁴ Cfr. AAVV, “A Sé de Silves : a Memória da Pedra” in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.291. A obra *Forais de Silves* faz também breve referência aos materiais disponíveis na região, utilizados provavelmente na construção da Sé, Vide “Foral Manuelino” in *Forais de Silves*, Silves, 1993, p.191.

restauro da DGEMN, distinguirem-se das pedras de talhe medieval, de coloração variada, do cinzento claro e do ocre ao vermelho escuro. No entanto, a revista não adianta novas conclusões, apenas refere a proveniência local do grés e calcário.

Segundo Rosa Varela Gomes, ainda hoje subsistem dois locais com o topónimo Pedreira, um a Nascente e o outro a Poente de Silves, exactamente junto de grandes afloramentos de arenito vermelho, com sinais de ali se ter processado a sua exploração⁶⁸⁵. Esta era facilitada pelos veios e direcções de clivagem daquela rocha, tal como pela sua resistência ao ataque a ferramentas pesadas.⁶⁸⁶

Quanto às fontes primárias, também apresentam muitas lacunas sobre esta matéria. Efectuámos diversas pesquisas em arquivos, mas infelizmente não obtivemos dados conclusivos.⁶⁸⁷ A documentação medieval não consta do Arquivo Paroquial, acreditamos que o acesso a essa documentação permitiria o esclarecimento de diversas dúvidas quanto à proveniência dos materiais de construção.

Relativamente aos *Livros de Visitas* da Sé de Silves (documentos do séc. XVI-XVIII), utilizámos apenas a análise parcial da documentação, efectuada por Pinheiro e Rosa⁶⁸⁸. A obra contém referências a intervenções efectuadas no edifício dos sécs. XVI a XVIII, a mestres-de-obras, materiais de construção e importâncias gastas, mas não esclarece a questão da origem da pedra de construção.

A documentação do Arquivo Municipal de Silves⁶⁸⁹, relata essencialmente o mau estado de conservação do edifício e a necessidade de realização de obras nos sécs. XIX a XX. O Arquivo possui somente o registo do descobrimento de um jazigo de pedra de grés, no Sítio do Castelo⁶⁹⁰:

Registo do descobrimento d' un jazigo de pedra gréz no Sítio do Castelo, freguesia de S. Bartolomeu de Messines, de que são denunciantes José Luiz, António Pedro e Camilo Piro [canteiros] de S. Bartolomeu de Messines.

⁶⁸⁵ Cfr. Rosa Varela GOMES, *Silves (Xelb) – uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*, Trabalhos de Arqueologia, n.º 23, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002, p.77.

⁶⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p.77.

⁶⁸⁷ A pesquisa efectuada no Arquivo da Diocese de Faro e no Arquivo Distrital de Faro, não trouxeram novos dados que permitissem esclarecer a problemática.

⁶⁸⁸ Vide Pinheiro e ROSA, *A Catedral do Algarve e o seu cabido – Sé em Silves*, (s.l.), (s.e.), 1983. Vide Capítulo referente à análise dos *Livros de Visitas* da Sé de Silves.

⁶⁸⁹ Vide Anexo 9 análise da documentação dos *Livros de Registos de Orçamentos e Actas das Reuniões da CMS* (documentos dos sécs. XIX a XX).

⁶⁹⁰ Cfr. *Livro de Registo de Minas* de 17-06-1905/ 26-03/1930 in Arquivo Municipal de Silves. Vide Anexo10 “Documentação do Arquivo Municipal de Silves : Análise dos Livros de Registos de Minas”.

27 de Janeiro de 1917

(...) declaram ter descoberto um jazigo de pedra de gréz no Sítio do Castelo e na referida freguesia de S. Bartolomeu de Messines, concelho de Silves, jazigo que os declarantes desejam registar para os efeitos legais. A propriedade onde se acha situado o jazigo pertence a João Figueiredo Mascarenhas, proprietário residente em Lagoa, jazigo cujas confrontações são as seguintes: ao norte com a estrada municipal que vai de S. Bartolomeu de Messines para norte; sul com uma propriedade pertencente a João José Calado, proprietário, residente em S. Bartolomeu de Mesines, nascente com Manuel Santinho proprietário residente em S. Marcos da Serra, poente com Diogo Mascarenhas e Francisca Cortes ambos residentes em S. Bartolomeu de Messines (...).

A análise meticulosa de toda a documentação proveniente do Arquivo da DGEMN, não permitiu esclarecer a proveniência da pedra utilizada nos restauros ocorridos de 1931 a 1955. São referenciadas as obras de restauro, surge um registo fotográfico considerável das obras efectuadas, mas não obtivemos qualquer informação acerca das pedreiras.⁶⁹¹

Perante este panorama procurámos cruzar as informações recolhidas, por via da tradição oral⁶⁹², fontes primárias e secundárias. Confirmamos que existem algumas divergências entre os dados fornecidos pela tradição oral. No entanto, tentámos localizar as zonas prováveis das pedreiras e delineamos algumas hipóteses a confirmar futuramente, à luz de novas fontes. Houve a possibilidade através de pessoas mais idosas desta localidade e que se lembravam das intervenções efectuadas na Sé de Silves, de tentar localizar os locais prováveis de origem da pedra. As explorações encontram-se actualmente desactivadas. Do percurso que efectuamos em torno da cidade e dos contactos com a população local, foram apontados alguns locais prováveis de origem da pedra da construção (grés):

-Zona de Matamouros

- Zona das Cadeias (perto do rio)

- Sítio do Castelo (onde actualmente existem pomares e hortas)

- Sítio da Pedreira (actual estrada de S. Bartolomeu para Messines)⁶⁹³

Em relação aos locais prováveis de origem do calcário foram apontados os seguintes:

-Planície de Silves a Lagos

-Estrada de Silves para Portimão (afloramento rochoso em degraus)

- Estrada de Silves para S. Bartolomeu de Messines

⁶⁹¹ Veja-se Anexo 5 “Cronologia das Obras de Restauro da Sé de Silves (1930-1987)”.

⁶⁹² Obtivemos algumas informações a partir de várias fontes: pároco da Sé de Silves, conversámos igualmente com alguns idosos que vivem perto da Sé e com um pedreiro da região, senhor Manuel Cabrita.

⁶⁹³ Segundo o pedreiro Manuel Cabrita onde existiram outrora fornos de cal.

- Zona das Ferreiras

Localizámos uma pedreira que funciona actualmente em Vale Fuzeiros (pedreira da Amorosa) (*vide* Fig.1.12.), podendo corresponder ao local próximo, onde outrora se extraiu a rocha para os restauros da DGEMN, ocorridos entre 1931 e 1955. Obtivemos a informação, por via oral, que o restauro efectuado na Casa Paroquial, em frente à fachada Sul da Sé de Silves, teria sido efectuado com rocha proveniente da Pedreira da Amorosa⁶⁹⁴.



Fig. 54 – Pedreira de Val Fuzeiros, vista geral

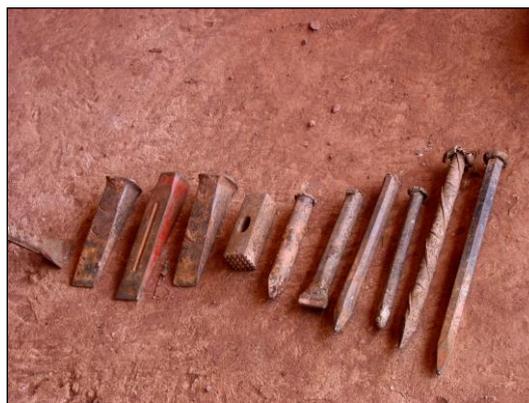


Fig. 55 – Utensílios utilizados na Pedreira de Val Fuzeiros



Fig. 56 – Exploração da Pedreira de Val Fuzeiros

Uma vez que não existem, até à data, registos documentais dos locais de proveniência do material pétreo levantamos algumas hipóteses. Consideramos que a hipótese mais plausível relativamente à pedreira da qual se extraiu a pedra de construção será o Sítio do Castelo. Na medida em que a Sé está situada na encosta da colina do Castelo, as possíveis dificuldades de transporte leva a supor que a pedra, utilizada durante o período inicial da sua construção, seria extraída em pedreiras na sua proximidade.

⁶⁹⁴ Vide Anexo 11 “Depoimento de Pedreiro de Val Fuzeiro (Silves)”.

Quanto à pedreira utilizada no restauro de 1931-1955, realizado pela DGEMN, poderá eventualmente corresponder à zona de S. Bartolomeu de Messines a Silves, onde se encontra a maior quantidade de grés, ou perto de Vale Fuzeiros. É provável que o calcário seja proveniente da zona das Ferreiras.

6.1.2.Cerâmica

As argilas, são muito comuns na região de Silves, formando massas volumosas por alteração das rochas de que derivam, foram aproveitadas na elaboração de materiais de construção cerâmicos, nomeadamente, tijolos⁶⁹⁵ e telhas.

As telhas de canudo foram muito difundidas, seriam produzidas em fornos próprios, conforme se depreende do “Foral de Silves”, de 1266, e do de Porches, de 1286, onde se manda, explicitamente, “Dêem a dízima dos fornos de telha”, ficavam, no entanto, isentos de pagar tal imposto os fornos de olaria de Silves.⁶⁹⁶

Ainda há poucos anos produziam-se “telhas de canudo”⁶⁹⁷ nas proximidades de Silves, nomeadamente, junto à “Ribeira das Fontes”, aproveitando depósitos aluvionares do Arade, tendo existido outros telheiros na zona de S. Bartolomeu de Messines, também próximos daquele mesmo rio.⁶⁹⁸ A telha de canudo o material utilizado na cobertura primitiva da Sé de Silves.

6.1.3.Madeira

Os autores muçulmanos que descreveram Silves, relatam-nos a existência, no seu território, de montanhas que forneciam grandes quantidades de madeira, provavelmente, na

⁶⁹⁵ A actividade destas unidades de produção, desde a extracção da argila na barreira, até se adquirir o tijolo para aplicar na construção, passa por uma série de etapas. O material extraído na barreira é trabalhado com a enxada, molhado e amassado durante largas horas, até se adquirir a consistência do barro. Procede-se à sua colocação em formas dispondo-se os tijolos regularmente na eira, no local onde são executados e onde inicialmente secam ao sol. A secagem prossegue empilhando-se o material de modo a possibilitar uma boa circulação de ar em todas as faces, depois de secos, são levados para o forno. Passados dois dias de ter sido concluída a cozedura procede-se ao desenformar e ao seu armazenamento.

⁶⁹⁶ Cfr. Manuela Santos SILVA, *Forais de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 1993, p.24.

⁶⁹⁷ As telhas de canudo foram muito difundidas durante o Período Islâmico, embora com variantes formais, ainda actualmente se empregam com o nome de “telha mourisca” ou “árabe”.

⁶⁹⁸ Cfr. Rosa Varela GOMES, *op.cit.*, p.78

zona de Monchique e em outros pontos da Serra. Aquela seria exportada através do porto e, por ser numerosa, abasteceria o estaleiro de construção naval ali documentado.⁶⁹⁹

Predomina na flora desta zona do Algarve o pinheiro bravo (*Pinus pinea L.*), o sobreiro, o carvalho de folha caduca e o castanheiro (*Castanea sativa L.*), nos flancos da Picota.⁷⁰⁰ O carvalho e o castanheiro tiveram uma utilização intensiva na feitura de mobiliário, caixilharia e outros elementos destinados à construção. O cedro (*Cedrus loudon*), originário do Líbano e cuja introdução na região poderá remontar ao período muçulmano, seria outra árvore abundante, sendo ainda ali existente nos finais do séc. XV, conforme documenta o texto referente às obras efectuadas na Sé de Silves por ordem de D. Manuel I (1469-1521), em 1499, especificando-se que (...) *o coro foi feito em madeira de cedro, que por esse tempo havia na ribeira de Silves.*⁷⁰¹

A substituição das madeiras originais nas intervenções da DGEMN, não nos permite identificar o material utilizado inicialmente na construção. Colocamos a hipótese de utilização de madeira de castanho ou carvalho, por serem resistentes à humidade e serem normalmente utilizadas nos travejamentos de telhados e pavimentos.⁷⁰² Na construção original do pavimento e tecto, foi utilizada provavelmente a madeira do castanho ou carvalho, substituída na época das intervenções de restauro realizadas pela Direcção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais.⁷⁰³

6.1.4. Argamassa

A argamassa de ligação varia em função das disponibilidades locais, entre a terra mais ou menos argilosa, e as misturas de areia e cal, sendo as areias mais ou menos argilosas, consoante a região e a forma de extracção. Existem dezenas de receitas e misturas, mas ignora-se quase sempre a composição real das argamassas utilizadas nas construções.

⁶⁹⁹ Cfr. Manuela Santos SILVA, *Forais de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 1993, p.237.

⁷⁰⁰ O castanho era obtido na Serra de Monchique. Vide Orlando RIBEIRO, Hermann LAUTENSACH, *Geografia de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1991.

⁷⁰¹ Vide Rosa VARELA GOMES, *Silves (Xelb) – uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*, Trabalhos de Arqueologia, nº 23, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002, p.64.

⁷⁰² Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *Edifícios antigos: contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, Programa de Investigação, Lisboa, LNEC, 1991, p.11 e 25.

⁷⁰³ Encontramos a referência à reconstrução da cobertura em madeira de pinho e pavimento em soalho de pinho, Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória descritiva de 12-3-79. A madeira de casquinha é também vulgarmente utilizada na substituição de caixilharia de janelas e portas, cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *op.cit.*, p.11 e 25.

Tradicionalmente estas eram constituídas exclusivamente à base de cal e areia, verificando-se contudo, em alguns casos, a mistura de óleos vegetais ou sebo, que conferiam uma melhoria das suas qualidades.⁷⁰⁴ Vários são os factores que podem contribuir para se obter uma boa argamassa de cal, como a qualidade e proveniência da areia, a pureza da água e o tipo de rocha calcária na origem da cal em pedra, bem como o modo como se procedia à sua hidratação. O fabrico de cal e a implantação de fornos relacionam-se com zonas onde existem afloramentos rochosos de origem calcária.

Não nos foi possível executar análises laboratoriais às argamassas utilizadas na Sé de Silves, que nos permitissem averiguar com rigor a constituição das argamassas aplicadas em alvenarias de pedra, de tijolo e ainda em rebocos interiores ou exteriores.

As argamassas que podemos observar, quer a nível do fechamento das juntas, quer as utilizadas em rebocos, apresentam ser de cal e areia, as paredes deverão apresentar troços com dois panos de alvenaria de pedra, enchimento de argamassas de cal. As várias intervenções da DGEMN introduziram alterações em muitos dos rebocos existentes com a aplicação de argamassas de cimento.

6.2. Técnicas de Construção

As técnicas tradicionais de construção evidenciam a perpetuação de um saber, caracterizado pela realização de soluções de qualidade, baseadas no profundo conhecimento dos materiais, na escolha adequada para o fim a que se destinam e na forma como são trabalhados. Radicam numa herança cultural feita de um conhecimento que permitiu ao homem saber utilizar com exactidão cada material e aperfeiçoar o modo de o trabalhar.

Das técnicas de construção da Sé de Silves realçamos:

- Alvenaria de pedra (fundações, paredes, contrafortes, cunhais, abóbadas, pilares);
- Alvenaria de tijolo (paredes compartimentais);
- Cantaria (portas e janelas, óculos, escadas);
- Pavimentos de soalho e lajes de pedra;
- Coberturas utilizando asnas, e telha de canudo.

⁷⁰⁴ Vide Gabriel de Barbosa TEIXEIRA, Margarida da Cunha BELÉM, *Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção*, Porto, CRAT, 1998, pp. 104-108 e João Carlos de Oliveira Mascarenhas MATEUS, *Princípios e técnicas tradicionais de construção de alvenarias na literatura técnica publicada entre 1750 e 1900 e o seu contributo para a conservação dos edifícios históricos*, Tese de Doutoramento em Engenharia Civil da Universidade Técnica de Lisboa, 2000.

As fundações deste tipo de construção são habitualmente constituídas por sapatas isoladas (para pilares), ou contínuas (para paredes), de alvenaria de pedra ou tijolo, com constituição que não se afasta muito das paredes resistentes. Quando se está perante um solo de fundação muito resistente (rochas graníticas, calcárias ou basálticas), não se consegue distinguir a qualidade da alvenaria da fundação e da própria parede, já que o terreno da fundação pode ser mais resistente que a alvenaria. No entanto, nem sempre o terreno da fundação se encontra à superfície, sendo necessário aprofundar as escavações alguns metros, até se encontrar as camadas resistentes.⁷⁰⁵

No caso da Sé de Silves não possuímos dados que nos forneçam indicações específicas sobre as fundações. Podemos considerar que estamos em presença de fundações directas de tipo contínuo, em alvenaria de pedra, pressupondo-se que estas assentam em terreno firme⁷⁰⁶. Constituindo o simples prolongamento, até ao terreno das próprias paredes resistentes, com a mesma largura, ou com ligeiro alargamento, em função das características do terreno. Todavia, a hipótese de construção de uma cripta, bem como as lajes tumulares existentes no pavimento da nave, apontam a existência de uma camada de terreno não rochoso.

Paredes resistentes são aquelas que representam um papel relevante na estrutura do edifício, no que se refere à resistência a cargas verticais e a forças horizontais. Na Sé de Silves todas as paredes são resistentes de alvenaria de pedra⁷⁰⁷. A pedra utilizada é o “grés de Silves”, apresentando aparelhos diferentes desde alvenaria de pedra irregular argamassada⁷⁰⁸ a silharia⁷⁰⁹. As paredes exteriores são em alvenaria de pedra regular, as zonas sujeitas a cargas tal como os contrafortes são em alvenaria maciça de pedra regular e os cunhais variam entre alvenaria de pedra regular e irregular.

⁷⁰⁵Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *Edifícios antigos: contribuição para o estudo do seu comportamento e das ações de reabilitação a empreender*, Programa de Investigação, Lisboa, LNEC, 1991, p. 13 e vide Maria João Madeira RODRIGUES, Pedro Fialho de SOUSA, Horácio Manuel BONIFÁCIO, *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura*, Lisboa, Quimera, 2002.

⁷⁰⁶ A igreja deve estar implantada sobre afloramento rochoso.

⁷⁰⁷ Com excepção de algumas paredes compartimentais a nível interior.

⁷⁰⁸ A alvenaria de pedra aparelhada é constituída por pedras irregulares assentes em argamassa, escolhendo-se para formar os paramentos as pedras rijas de melhor aspecto e que se aparelham numa das faces. As arestas podem ser aperfeiçoadas, a fim de lhes tirar as asperezas e maiores irregularidades, de maneira a que a pedra apresente o aspecto de um polígono irregular. Vide Gabriel de Barbosa TEIXEIRA, Margarida da Cunha BELÉM, *Diálogos de edificação: técnicas tradicionais de construção*, Porto, CRAT, 1998, p.75.

⁷⁰⁹ Dá-se o nome de silharia ou enxilharia a uma alvenaria realizada com pedras regulares (paralelepípedos) aparelhadas. Esta é uma alvenaria para ficar à vista e regularmente não usa argamassa de assentamento. Vide Gabriel de Barbosa TEIXEIRA, Margarida da Cunha BELÉM, *op.cit.*, p.80.

As paredes mais espessas são as que suportam o peso das abóbadas, na zona da cabeceira e transepto, obrigando a uma maior espessura e a contrafortes exteriores. Essas paredes são constituídas por materiais heterogêneos, de que resultam elementos rígidos e pesados, cuja principal característica mecânica consiste na baixa resistência à tracção. As restantes paredes da área em estudo, são menos espessas.⁷¹⁰

As paredes, no exterior, encontram-se rebocadas e parcialmente caiadas, tornando-se, por isso, difícil avaliar a sua composição. No interior deste espaço e por degradação dos revestimentos, foi possível averiguar a constituição das alvenarias. Maioritariamente constituída por pedra irregular argamassada, a parede apresenta fiadas de tijolo, intercaladas com alvenaria de pedra, com espaçamentos regulares. O acabamento das paredes interiores, de um modo geral, apresenta caiação sobre reboco.⁷¹¹

Os ângulos da parede exigem especial cuidado, para que os blocos fiquem bem travados entre si. Os cunhais dos muros quer de cantaria ou de alvenaria, são muitas vezes, construídos de pedra aparelhada; podem ter ambos os paramentos da mesma largura. Na Sé os cunhais são em ângulo recto, em alvenaria de pedra aparelhada regular e irregular.

A cantaria desempenhou uma função estrutural de grande relevo, localizando-se a pedra aparelhada nas zonas mais importantes do edifício: pilastras, contorno de aberturas de portas e janelas, cimalthas e cornijas, socos etc. Por outro lado, a cantaria tem uma função decorativa de igual importância, a imagem exterior de um edifício é conferida pela sua qualidade.⁷¹² As rochas utilizadas são sempre extraídas de pedreiras próximas da região. Eram aplicadas como um remate das construções de alvenaria, integrando-se harmoniosamente nestas e constituindo o elemento nobre de reforço. O assentamento das

⁷¹⁰ *As paredes de compartimentação, são paredes não estruturais, paredes concebidas para desempenhar o papel de elemento de separação de espaços interiores do edifício, foram projectadas considerando que a sua função estrutural é teoricamente nula, não sendo consideradas no cômputo geral da resistência estrutural cit. por João Augusto da Silva APPLETON, op.cit.,p. 34.*

⁷¹¹ Nas paredes de alvenaria, os revestimentos mais frequentes são à base de rebocos de argamassas, em que o ligante utilizado geralmente é cal aérea. Procurava-se fabricar argamassas com características que se tornassem adequadas à base: baixa retracção, fraca resistência mecânica, boa porosidade, boa aderência à base, boa trabalhabilidade, fracas com areia e cal aérea, ou em certas regiões com areia e barro. Os rebocos de alvenarias antigas apresentam espessuras substanciais (por vezes mais de 5 cm de espessura total), associadas à necessidade de protecção das paredes. A técnica de execução de rebocos de argamassa em paramentos exteriores de paredes era frequentemente utilizada em revestimentos de paredes interiores, embora nestes a importância de fendilhação dos rebocos seja menor. Os acabamentos de paredes são sem dúvida a caiação, a branco, ou com cores que são conferidas à cal por pigmentos e corantes naturais; as cores mais vulgares são o ocre e o cor-de-rosa, obtidos a partir do óxido de ferro e o azul .A cal para caiar é obtida a partir da cal viva, em pedra ou em pó, fazendo-se a sua solidificação pela cristalização dos constituintes, dando origem à formação de uma camada consolidante do reboco subjacente. Recorre-se ao uso de aditivos destinados a fixar a cal (fixantes), constituídos por gorduras naturais (óleos), com os quais a durabilidade da caiação pode aumentar consideravelmente, Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *op.cit.*,p.37 e 40.

⁷¹² Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *op.cit.*, p.53.

cantarias era feito com argamassas de cal e areia, embora se pudesse recorrer a pregagens e gateamentos com elementos de ferro, chumbados à cantaria e embebidos nas alvenarias, reforçando assim a ligação.⁷¹³

Na Sé os elementos de cantaria encontram-se nos contornos das janelas, frestas e portas, especialmente aplicada como elemento de decoração no portal Sul (ombreiras, vergas, soleira e frontão), nas gárgulas e cachorros, no contorno do óculo da fachada Poente, nas cimalthas e a nível interior nas aduelas de arcos, e decoração dos túmulos.

A caixilharia dos edifícios, habitualmente de madeira pintada, tem um papel determinante a desempenhar no comportamento dos edifícios, na medida, em que faz parte da envolvente, ou seja, da pele que separa o interior do edifício do ambiente exterior mais agressivo, cabendo-lhe a função de evitar a entrada de água da chuva, proteger do vento e das poeiras, reduzir os efeitos de radiação solar.⁷¹⁴

Na igreja, a caixilharia é de madeira, frequentemente de casquinha, apresentando configurações, formato e tipologias variadas. A folha da janela é preenchida por uma ou várias chapas de vidro liso, consoante a forma como é executada a estrutura de madeira da folha.

Na análise da igreja devemos ter em conta que as janelas que hoje são observadas não constituem a solução original, tendo sido substituídas, pois a caixilharia de madeira não tem grande durabilidade.⁷¹⁵

A Sé possui duas pequenas frestas na torre Norte; a torre Sul possui uma pequena fresta e duas janelas guarnecidas com grades de ferro fundido (estas frestas abrem-se no envasamento do edifício, perto do solo, o vão é de cantaria, possui peitoril com esbarro para evitar a permanência da chuva); uma janela na nave colateral Sul⁷¹⁶ e pequena fresta na nave colateral Norte; dois vãos de janelas na sacrista, uma janela⁷¹⁷ no topo Sul do transepto e

⁷¹³ Idem, p.54.

⁷¹⁴ Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *Edifícios antigos: contribuição para o estudo do seu comportamento e das ações de reabilitação a empreender*, Programa de Investigação, Lisboa, LNEC, 1991, p.12.

⁷¹⁵ A intervenção de restauro realizada pela DGEMN em 1931, introduziu caixilhos de ferro nas janelas das capelas absidais. Vide Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo Administrativo, nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta nº 919, Memória Descritiva de 21-01-31

⁷¹⁶ A verga da janela do alçado Sul, na parte superior da nave colateral, é recta. As ombreiras são em pedra de lancil, com espessura igual à da restante cantaria do vão.

⁷¹⁷ Com excepção das frestas do transepto e cabeceira, as restantes são pequenas janelas destinadas a iluminar e ventilar os subterrâneos (nas torres), ou localizam-se a altura superior à das janelas ordinárias. Vide João SEGURADO, *Alvenaria, cantaria e betão*, Biblioteca de instrução Profissional, Lisboa, Livraria Bertrand, p.181.

estreita fresta no topo Norte do transepto; uma fresta de arco quebrado de dois lumes em cada absidíolo; capela-mor com três frestas ogivais de dois lumes.

As portas são geralmente de madeira maciça, de uma só folha. A igreja possui dois portais, um situado a Poente e outro a Sul, para além da porta de acesso à sacristia, em comunicação com a escadaria Sul, sendo todas portas de dois batentes.

O portal Poente é formado por colunas de pedra, suportando arquivoltas de arco quebrado, que enquadram o vão da porta, à qual se acede por uma escadaria de cantaria. A parte superior do portal possui estreito passadiço apoiado em cachorros, onde se abre uma pequena porta. No portal Sul, cingido entre dois pilares rematados por fogaréus, o vão é encimado por um frontão contracurvado terminando em volutas de cantaria, por sua vez, tem a verga em asa de cesto.

A nível interior, a igreja possui quatro portas: duas de acesso interior à sacristia (uma virada para o átrio Sul e outra para o topo Sul do transepto); uma de acesso à torre Sul, e outra de acesso à sineira situada junto ao topo Norte do transepto; o baptistério tem grade de ferro.

Na execução da abertura das paredes para a realização de portas e janelas é necessário proceder-se a operações delicadas relacionadas com a interrupção da estrutura da parede e com o reforço da periferia da abertura. As pedras são talhadas em diversas formas, colocadas por justaposição com as juntas argamassadas, formando um arco abatido. São reforçadas as faces verticais do contorno das aberturas, recorrendo-se a cantaria de espessura considerável, colocada em todo o contorno da abertura.

Os pavimentos térreos apresentam uma constituição muito simples, geralmente baseada em terra batida, ou enrocamentos de pedra arrumada à mão, sobre o que se coloca a camada de revestimento e desgaste, em lajedo de pedra, em ladrilhos, tijoleiras cerâmicas, ou sobrados de madeira. Reserva-se a alvenaria de pedra para casos especiais de pavimentos com formas estruturais à base de abóbadas e arcos, solução encontrada nas zonas da cabeceira e transepto da Sé.

O pavimento das naves é de soalho de madeira na nave central⁷¹⁸, intercalado com lajes de pedra⁷¹⁹ nas naves laterais. Na zona da cabeceira e transepto este é em lajes de pedra.⁷²⁰

A madeira constitui o principal material na execução dos pavimentos, tanto no que se refere a elementos estruturais como não estruturais. A solução mais frequente e simples consiste na concepção de sistemas de vigas paralelas, colocadas a distâncias variáveis entre 0,20 m e 0,40 m, apoiadas em paredes resistentes de alvenaria.⁷²¹ Os pavimentos de madeira são habitualmente constituídos por tábuas de soalho⁷²², com espessuras variáveis entre cerca de 20 e 30 mm, colocadas lado a lado, com sobreposição (meia-madeira), ou encaixe (macho-fêmea), constituindo o que geralmente se identifica como soalho à inglesa ou à portuguesa.

O revestimento de madeira consiste na simples lavagem periódica do pavimento com produtos que fazem a sua limpeza e desinfecção, seguida da aplicação de ceras. A cor é adquirida pelo próprio envelhecimento da madeira.

As escadas situadas no alçado Poente são paralelas à fachada. Os degraus são constituídos por blocos de pedra de forma paralelepípedica, sem focinho, dispostos uns sobre os outros, e assentam em cantaria.⁷²³ As escadas do alçado Sul, são perpendiculares à fachada do edifício (entaladas entre muro lateral), constituindo escadarias monumentais.

No interior, no topo Norte do transepto, temos uma escada curva em caracol, de acesso à torre sineira, apresentando uma estrutura à base de “vigas” helicoidais e construída

⁷¹⁸ Nas obras realizadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em 1979 surge a referência à substituição do pavimento em estado de ruína por soalho de pinho. Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Pasta 920, Memória descritiva de 12-3-79.

⁷¹⁹ Em 1931 surge a referência à reparação do pavimento da Sé em granito. Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Documento datado de 4-06-51, e aprovado a 12-06-51.

⁷²⁰ Os revestimentos à base de pedra ou de elementos cerâmicos, são aplicados utilizando como material de ligação à base (laje de pavimento), argamassas de cal e areia com características que parecem não diferir dos rebocos de paredes de alvenaria. Os revestimentos de pedra não recebem qualquer acabamento específico.

⁷²¹ Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *Edifícios antigos: contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, Programa de Investigação, Lisboa, LNEC, 1991., p.42.

⁷²² As madeiras mais utilizadas são as casquinhas, o pitespaine, o castanho, o pinho. *O soalho à portuguesa de pinho ou casquinha, é constituído por tábuas de fio a meio ou dois fios. Estas tábuas são aplainadas pelas duas faces, sendo porém algumas vezes só de um dos lados.* Vide João SEGURADO, *Materiais de construção*, Lisboa, Livraria Bertrand, (s.d.), p.357.

⁷²³ As vigas que constituem a estrutura dos lanços de degraus – cadeias – apoiam-se através de entalhes, complementados por pregagens, nas vigas dos pisos, que para esse efeito podiam ser reforçadas. Normalmente, interrompia-se nessa zona de apoio o ritmo das vigas de pavimento, apertando-se o seu espaçamento. Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *op.cit.*, p.33.

em cantaria. Temos também escadas de acesso interior à torre Sul (os lanços de escadas mudam de direcção em cada patim, com existência de janela no patim, os degraus são separados por patamares), apoiadas em paredes paralelas com os degraus encastrados, executadas no mesmo material. Para além destas, encontramos escadas de lanço recto, com um limitado número de degraus, como as de acesso à capela dos Regos.

As escadas de pedra são construídas com bons alicerces, para evitar assentamentos que além de desnivelar os degraus, os poderiam fracturar. Emprega-se argamassa hidráulica e preenche-se todas as juntas verticais cuidadosamente para evitar a introdução da água das chuvas ou o desenvolvimento de vegetação, cujo crescimento chegaria a produzir o deslocamento das pedras dos degraus.

Relativamente aos tectos, podemos referir que a cabeceira e transepto possuem abóbadas em alvenaria de pedra regular. Na capela absidial direita, a abóbada possui a mesma técnica, mas é coberta com estuque e pintada. O transepto é abobadado com o tramo central apoiado em grossos pilares cruciformes.

No corpo da igreja encontramos arcos de perfil quebrado a marcar os quatro tramos da nave, que se apoiam em tectos de caixotões de madeira castanha escura,⁷²⁴ localizada nas naves principal e colaterais.

Os tectos de madeira são constituídos por forros em peças geralmente de 10 a 20 mm de espessura, aplicados de várias formas: uma solução tradicional consiste no chamado forro de “saia camisa” com pranchas colocadas em fiadas sobrepostas⁷²⁵. As pranchas têm larguras que, nos tectos de melhor qualidade, chegam a atingir 25 cm. Estes revestimentos têm a sua manifestação técnica e artística mais desenvolvida nos tectos de caixotões e de “maseira”, em que o efeito “camisa e saia” se associa a uma geometria complexa do tecto.

⁷²⁶

Em edifícios de plantas simples rectangulares, as coberturas podem ter duas, três ou quatro águas. Nas naves da igreja de Silves, estamos na presença de coberturas inclinadas,

⁷²⁴Os tectos têm entre as funções de isolamento acústico, um papel de ordem estética, decorativa. Assim é vulgar o uso de pinturas, com tintas de óleo, simples ou decoradas, tintas à base de óleos naturais, secantes e pigmentos forma usadas essencialmente na arquitectura religiosa. O tecto das naves da Sé possuiu pinturas, eliminadas pela intervenção de restauro da DGEMN.

⁷²⁵Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *Edifícios antigos: contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, Programa de Investigação, Lisboa, LNEC, 1991., p.44.

⁷²⁶Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *Edifícios antigos: contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, Programa de Investigação, Lisboa, LNEC, 1991, p.44.

com revestimento de telha cerâmica, em que predomina como solução estrutural a asna de madeira. A cobertura da nave central, do transepto e absidiolos é de telhados de duas águas; a das naves laterais é de uma água; a da sacristia de três águas; a torre Norte e a capela-mor possuem quatro águas. Foram executadas originalmente em telha de canudo, apresentando uma forma curvilínea com flecha reduzida, própria de uma região com regime de chuvas pouco intensas. A torre Sul possui cupulim.

As estruturas de apoio da cobertura, de uma única água, são constituídas por asnas de madeira⁷²⁷, sobre as quais assenta directamente o forro e ripas. A estrutura de madeira pode resumir-se a um conjunto de vigas dispostas paralelamente, vencendo com peças simples os vãos disponíveis. A telha, inicialmente de canudo, foi substituída, nas várias intervenções de restauro.

Assinala-se ainda a existência de pormenores característicos destas coberturas, em que se destaca o beirado, simples ou duplo, rematando cimalthas de pedra. A estanquidade das coberturas é assegurada pelos enchimentos e revestimentos.

6.3.Sistema Construtivo

A opção pelo sistema construtivo está directamente relacionada com a disponibilidade de materiais da região, como a presença de terrenos argilosos (associados ao domínio da técnica de fabrico de tijolos), a abundância de pedra e de algumas espécies de madeiras, que contribuíram para definir as soluções preconizadas.

O facto da construção se implantar num terreno de grande declive conduziu à opção por pavimentos e tectos de madeira, parcialmente abobadados⁷²⁸, que absorvem os esforços desenvolvidos pelo terreno, contido por paredes de suporte, assumindo esta solução uma constante no edifício.

As paredes resistentes, ou paredes-mestras, apresentam poucas variações ao longo dos séculos, mantendo geralmente grande espessura. O aumento da largura da parede corresponde ao aumento da capacidade desta suportar forças de derrubamento, sem que se

⁷²⁷ Em 1949 surge a referência a assentamento de armação do telhado em madeira de castanho. Vide Arquivo da DGEMN, Sacavém, Processo Administrativo nº S-081307/003, Sé de Silves, Proposta de Ajuste Particular, de 7-6-49.

⁷²⁸ A igreja desenvolve-se paralelamente ao terreno, com tecto abobadado na zona da cabeceira e transepto e em madeira no restante corpo da igreja.

corra o risco de *instalarem nas secções tensões de tracção, à qual estaria associada a fendilhação do material.*⁷²⁹

Na Sé as paredes são resistentes de alvenaria de pedra, de espessuras diversas consoante as cargas a suportar. As paredes que suportam o peso das abóbadas, na zona da cabeceira e transepto, são mais espessas, obrigando à existência de contrafortes no seu exterior. As restantes paredes interiores são menos espessas.

Os contrafortes são elementos maciços em alvenaria de pedra, destinados a suportar as forças provenientes das coberturas em pedra, posicionando-se na linha das forças, suportam as cargas resultantes do peso da abóbada. Constituem um apoio estrutural ao desenvolvimento de abóbadas. Possuem na base uma secção maior, diminuindo em relação à altura, com um patamar intermédio, definindo uma diagonal que corresponde ao volume construído, necessário para absorver as forças horizontais criadas nos apoios.

A cabeceira da Sé permite a visualização de quatro contrafortes escalonados. Constituídos em alvenaria maciça de pedra, formam patamares ao longo da sua altura, reduzindo progressivamente de secção e terminam com um remate em plano inclinado, assegurando o escoamento das águas pluviais.

Para ancorar o portal Poente encontramos dois contrafortes escalonados que sobem até ao remate do pano em volutas. As paredes são reforçadas nos cantos através de cunhais de alvenaria de pedra.

O pavimento da nave central é de soalho de madeira, nas naves laterais apresenta soalho de madeira intercalado com lajes de pedra, e no transepto e cabeceira é em lajes de pedra.

Quanto aos tectos, o transepto tem o tramo central abobadado em cruzaria de ogivas apoiadas em grossos pilares cruciformes, os outros dois tramos possuem abóbada de berço quebrado. As capelas da cabeceira comunicam entre si através de arcos quebrados e são cobertas por abóbadas de cruzaria de ogivas organizadas em dois tramos (capela-mor e absidíolo Norte) e abóbada de berço quebrado (absidíolo Sul). Temos arcos de perfil quebrado que marcam os quatro tramos das naves sobre os quais se erguem os tectos constituídos por caixotões de madeira, actualmente pintados em castanho, mas originalmente policromados.

⁷²⁹Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *Edifícios antigos: contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, Programa de Investigação, Lisboa, LNEC, 1991,p.17

A cobertura dos edifícios antigos apresenta uma clara predominância da cobertura inclinada. Nas coberturas inclinadas⁷³⁰ - com revestimento de telha cerâmica, soletos cerâmicos ou de ardósia, colmo, cobre, etc,- predomina, como solução estrutural, a asna de madeira - das espécies já assinaladas ou, mais raramente, de madeiras exóticas africanas ou brasileiras, -com configurações e constituição muito variada, consoante a pendente da cobertura. Sobre as asnas existe habitualmente uma estrutura secundária complexa que permite a colocação conveniente dos revestimentos, transmitindo as asnas as cargas actuantes.⁷³¹

As coberturas das naves do corpo longitudinal da catedral são em madeira,⁷³² sendo a da nave principal, transepto e abside de duas águas, a das naves colaterais de uma água, e a da sacristia de três águas. A cobertura da torre Sul é em cupulim e a da torre Norte e capela-mor possuem quatro águas.

Encimando os contrafortes dos cantos da cabeceira encontramos gárgulas que escoam as águas das coberturas. Os beirais assentam sobre uma cimalha de pedra.

A nível exterior localizamos as escadas de acesso ao portal Poente e Sul, executadas em pedra (cantaria). A nível interno, no átrio que serve o portal lateral Sul, partem as escadas para a torre do relógio, situadas num canto, na confluência de duas paredes. Encontramos também, junto ao topo Norte do transepto, uma escada em caracol que dá acesso à torre sineira. As restantes escadas são em lanços rectos.

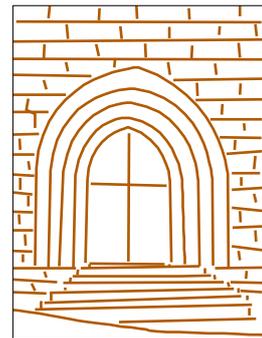
Em relação às portas e janelas, os vãos das portas e janelas primitivas possuem vergas em arco abatido e geralmente apresentam molduras em cantaria (grés). As frestas são contornadas por molduras em cantaria.

⁷³⁰ As coberturas inclinadas, têm por base estrutural arcos e cúpulas de alvenaria, são muito utilizadas nos edifícios religiosos, nos quais se conjugam os efeitos pretendidos de dispor tectos interiores abobadados e coberturas exteriores em telhado. Normalmente os arcos e abóbadas servem de apoio a uma estrutura secundária de madeira, ou a um enchimento que suporta o revestimento de cobertura.

⁷³¹Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *Edifícios antigos: contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, Programa de Investigação, Lisboa, LNEC, 1991,p.12.

⁷³²A estrutura de madeira pode resumir-se a um conjunto de vigas dispostas paralelamente, vencendo, com peças simples, os vãos disponíveis. Nestes casos o tecto pode ser inclinado, ou haver uma estrutura horizontal, idêntica à da cobertura, que suporta o forro do tecto. Quando tal aconteça é natural interligar as barras inclinadas com as barras horizontais coplanares, dispondo de alguns elementos de madeira auxiliares. Constitui-se assim a forma mais simples das asnas de madeira. Cfr. João Augusto da Silva APPLETON, *op. cit.*, p.29.

7. CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS LITOLÓGICOS



7. CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS LITOLÓGICOS

A Sé de Silves sofreu várias vicissitudes, em virtude das sucessivas intervenções, devido a sobreposição de estilos, a abalos sísmicos e a outras agressões que o monumento foi sofrendo. A observação atenta da fachada Poente permite o reconhecimento, identificação e diferenciação de diferentes tipos litológicos, seja pela cor que apresentam, pelo aspecto textural, ou pelo tipo de patologia que os afecta. Trata-se de rochas que foram aplicadas ao longo de diferentes períodos da História, pelo que também estiveram sujeitas a variados fenómenos naturais. A Sé foi edificada na sua quase globalidade em “grés de Silves” e pontualmente encontramos rochas calcárias, com diferentes características petrográficas provenientes da área de Silves e seus arredores.

No nosso país, os terrenos da base do Mesozóico são constituídos por um complexo detrítico formado por grés vermelhos com intercalações de conglomerados poligénicos da mesma tonalidade, de elementos de tamanho variável, às vezes muito grosseiros. Há ainda leitos argilosos e siltíticos. Estes terrenos pertencem quanto à Idade ao topo do Triásico. Estas formações gresosas são conhecidas na literatura geológica nacional por “grés de Silves”. São tipicamente grés cor borras de vinho. Esta unidade litostratigráfica atinge a Leste de Silves 150 m de espessura.⁷³³

⁷³³ Cfr. Luís AIRES-BARROS, *As Rochas dos Monumentos Portugueses*, vol. II, Lisboa, IPPAR, 2001, p. 487.

P. Choffat designou o “complexo de grés, conglomerados, margas e dolomia, que é coberto pelas dolomias do Liásico” por “grés de Silves”, designação clássica que é conservada. No entanto, a cartografia justificou posteriormente a sua subdivisão nas duas unidades agora utilizadas. Os arenitos de Silves afloram principalmente numa banda orientada W-E, cortada por falhas de direcção NE-SW, que se estende desde a Praia do Telheiro a Norte do Cabo de S. Vicente, até ao limite Oriental da carta (*vide* Fig.1.3). As povoações de Vila do Bispo, Raposeira e Bensafrim, repousam sobre esta formação. Na zona da Carrapateira localiza-se a unidade constituída por depósitos arenítico-conglomeráticos e por pelitos com finas intercalações de siltitos e de dolomitos. Segue-se espessa série representada por arenitos vermelhos com estratificação oblíqua; estes arenitos, de diferentes granulometrias, podem estar associados a conglomerados poligénicos de granulometria fina, e a pelitos organizados em sequências positivas que se ravinam umas às outras.⁷³⁴

Os afloramentos do Complexo margo-carbonatado de Silves situam-se numa banda de orientação geral E-W, sempre a Sul e por cima dos arenitos de Silves. Estes afloramentos constituem na morfologia do Algarve Ocidental, zonas em depressão limitadas a Norte, quer pelos arenitos de Silves quer pelos xistos e grauvaques do Carbónico, a Sul pelos calcários dolomíticos e dolomitos dos Liásico Inferior (*vide* Fig.1.4.).

Os “grés de Silves” formaram-se sob condições climáticas relativamente áridas. A cor vermelha bem característica é para uns herdada, para outros adquirida *in situ*. Actualmente pensa-se que essa cor está ligada a clima quente com estações alternadamente húmidas e secas. Para C. Palain, a períodos chuvosos curtos, responsáveis pela formação de aluviões cujos elementos provinham do soco, suceder-se-iam períodos durante os quais precipitavam calcite e gesso. A presença de intraclastos carbonatados e esquirolas de elementos líticos e quartzo sugerem processos pedogenéticos idênticos aos de zonas climáticas caracterizadas por aridez bem marcada. Estes elementos seriam transportados ora por linhas de água temporárias, ora por ribeiros.

O monumento foi examinado com alguma minúcia, em relação ao tipo de rochas usados na construção. Segundo Luís Aires-Barros podemos identificar diversos tipos de rochas: desde grés muito finos, passando a siltitos, a grés finos arroxeados (os grés borras de vinho), outros mais claros, mesmo branco-amarelados e, por fim os grés conglomeráticos

⁷³⁴Cfr. R. ROCHA, Carta Geológica de Portugal (Algarve), Folha 7,p.31.

passando a conglomerados calcários de cimento quartzo-calcítico.⁷³⁵ Pontualmente encontramos calcários gresosos e mármore⁷³⁶.

Cabeceira da Sé – Predominam os grés cor de borras de vinho, de tons por vezes muito escuros, roxos, quer os grés claros, amarelados

- Blocos siltíticos

Fachada Poente- Predominam os calcários conglomeráticos de tons claros, amarelos e acastanhados

-Colunas de mármore branco-acinzentado, mesmo azulado

-Rocha greso conglomerática em que é construído todo o pórtico

-As rochas do lado direito da fachada são formadas por pedaços incoerentes amarelo-rosados a encarnados que trabalhos de restauro tentaram consolidar com o uso de argamassas. Possuem textura conglomerática.

7.1. Propriedades Físico – Químicas e Mecânicas

Grés - O grés é uma rocha sedimentar formada para além de grãos de quartzo, por bastante feldspato (sobretudo ortose e microclina), podendo incluir também granadas, magnetite, turmalina, palhetas de mica e outros minerais. O cimento pode ser silicioso (quartzo ou calcedónia), argiloso, ferruginoso (hematite, limonite), calcítico, dolomítico ou siderítico. Designam-se em geral consoante a natureza do cimento: grés siliciosos, grés argilosos, grés ferruginoso, grés calcários etc. Muitos grés são porosos e permeáveis, outros praticamente impermeáveis, consoante a natureza do cimento.

A compacidade das rochas é muito variável consoante a natureza do cimento. A sua cor é muito variável pela mesma razão; podem ser brancos, acinzentados, vermelhos, castanhos etc. Cores vivas vermelhas, amarelas ou castanhas indicam a presença de óxidos de ferro. Os grés siliciosos são bastante duros.

⁷³⁵ Cfr, Luís Aires-Barros, *As Rochas dos Monumentos Portugueses: tipologias e patologias*, vol.II, Lisboa, IPPAR, 2001, p.487.

⁷³⁶ Denominação genérica que poderá corresponder não só aos calcários metamórficos como também às variedades sedimentares.

A composição química dos grés varia consideravelmente, consoante a natureza dos minerais associados ao quartzo e a natureza do cimento, mas são sempre, constituídos principalmente por sílica (mais de 80% ou 85%).

Calcário conglomerático- Segundo Luís Aires-Barros esta rocha em exame ao microscópio polarizante, mostra uma formação detrítica consolidada constituída por grãos de quartzo angulosos, no geral de tendência equigranular imersos e soldados por um cimento castanho-avermelhado, argilo-ferruginoso, opaco em nicóis cruzados. O exame por difracção dos raios X do cimento vermelho evidencia a sua riqueza em caulinite, hematite, possível ilmenite e quartzo. Por fluorescência de raios X verifica-se a quantidade de titânio, o que pressupõe a presença da ilmenite não detectada por DRX. É de realçar ainda relevante presença de Zr.⁷³⁷

Segundo o mesmo autor, as rochas do lado direito da fachada são formadas por pedaços incoerentes amarelo-rosados consolidadas por anteriores restauro. Possuem textura conglomerática. Ao microscópio verifica-se que os elementos dessa rocha conglomerática são formados por “pedaços” de calcite micrítica aglutinados entre si por calcite esparítica dispondo-se em torno destes elementos com textura em pente.⁷³⁸

Conglomerado- Os conglomerados comuns são rochas resultantes da agregação de partículas de diversos tamanhos, com a característica dos detritos serem mais ou menos redondos, porque foram trabalhados por um rio ou mar antes de terem sido cimentados. São rochas formadas por calhaus, cascalho ou saibro reunidos por cimento silicioso, calcário, argiloso, ferruginoso ou misto.

Calcário – É uma rocha sedimentar, resultante da acumulação de sedimentos, formando estratos em camadas paralelas. São rochas compactas resultantes de precipitação do carbonato de cálcio. Quando resultam de precipitação química são bastantes compactas. Têm cores claras. São brancos quando puros e mais escuros quando têm impurezas.

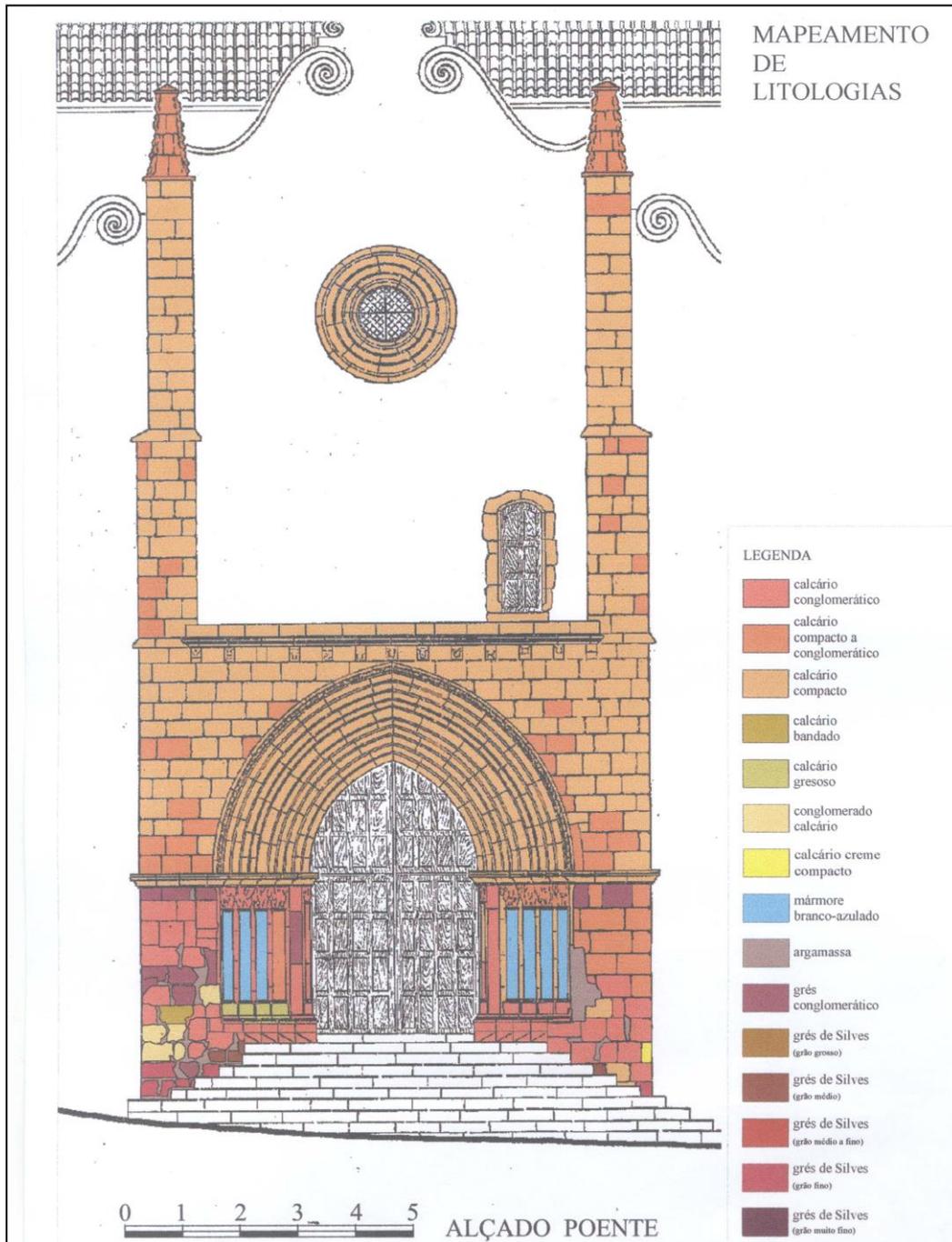
⁷³⁷ Cfr. Luís Aires-Barros, *op.cit.*, p.489.

⁷³⁸ *Idem*, p.490.

Calcário gresoso- Trata-se de um calcário de carácter gresoso, de cor homogénea castanha claro, compacto, com grãos de quartzo de dimensão variável, palhetas de mica branca.

Mármore- É uma rocha metamórfica, monomineral, resultante de recristalização do calcário devido a grandes pressões. Temos um calcário cristalino azul-acinzentado, apresentando diferentes tonalidades, desde a coloração quase branca até à cor negra. Umas vezes apresenta um fundo branco-acinzentado, no qual se desenham grandes veios azulados que dão ao conjunto um todo azulado mais ou menos escuro; outras vezes é de um cinzento azulado mais ou menos claro, uniformemente distribuído. É muito rijo e de grão muito grosseiro.

7.2.Mapeamento de Litologias (Alçados)

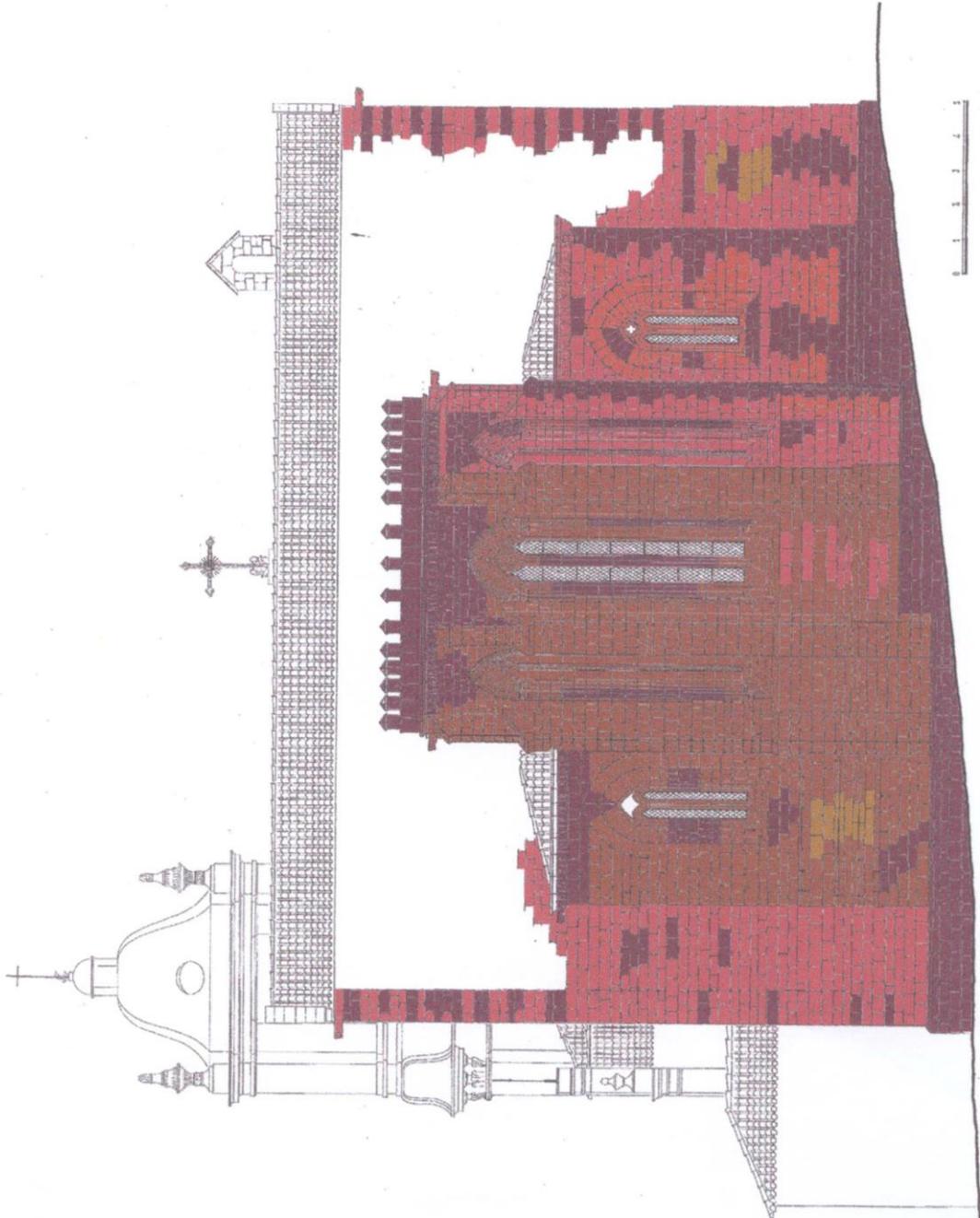


Desenho A – Alçado Poente – Mapeamento de Litologias

MAPEAMENTO DE LITOLOGIAS

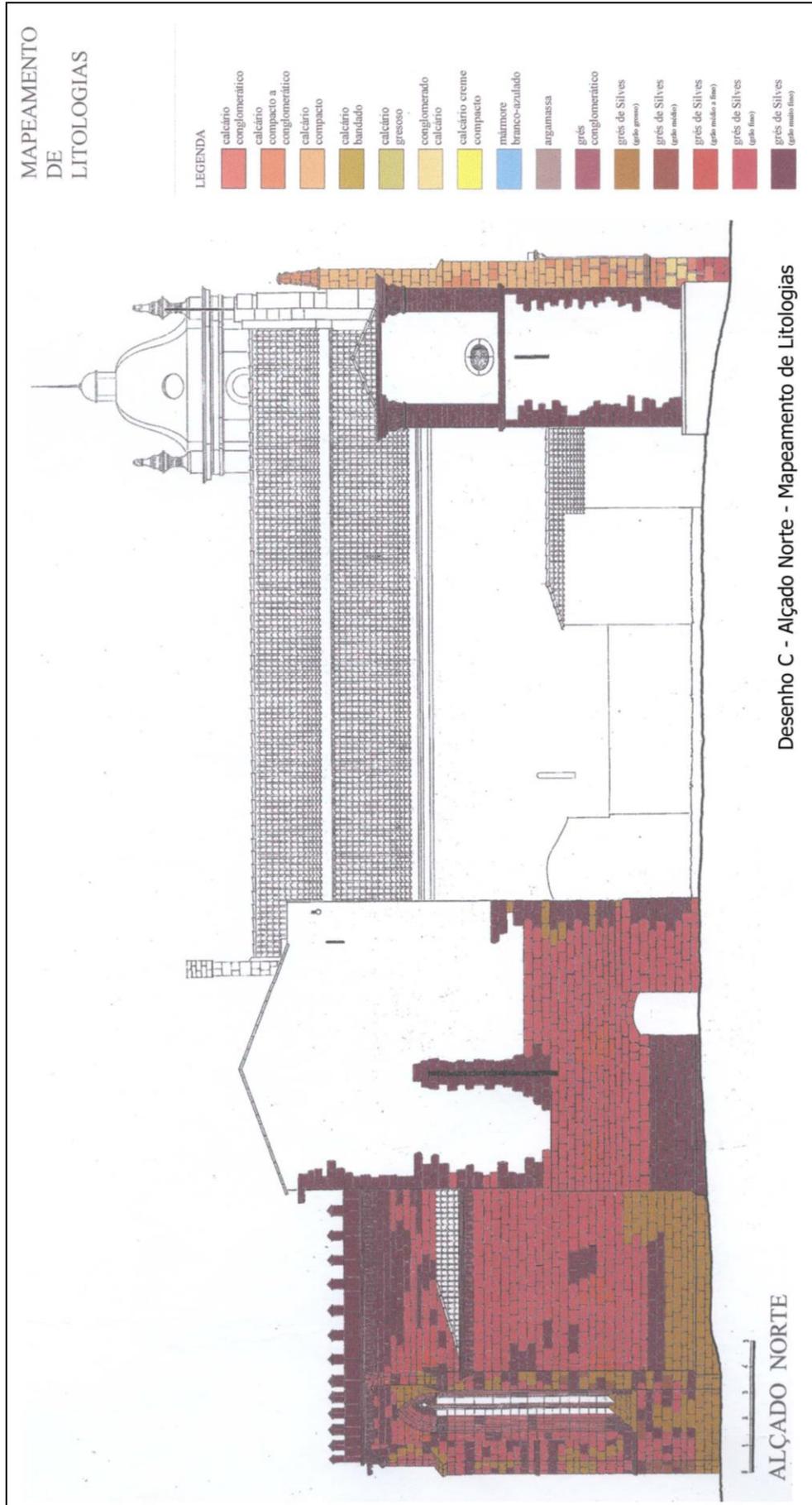
LEGENDA

- calcário conglomerático
- calcário compacto a conglomerático
- calcário compacto
- calcário bandado
- calcário gresoso
- conglomerado calcário
- calcário creme compacto
- mármore branco-azulado
- argamassa
- grés conglomerático
- grés de Silves (grés grosso)
- grés de Silves (grés médio)
- grés de Silves (grés médio a fino)
- grés de Silves (grés fino)
- grés de Silves (grés muito fino)



ALÇADO NASCENTE

Desenho B - Alçado Nascente - Mapeamento de Litologias

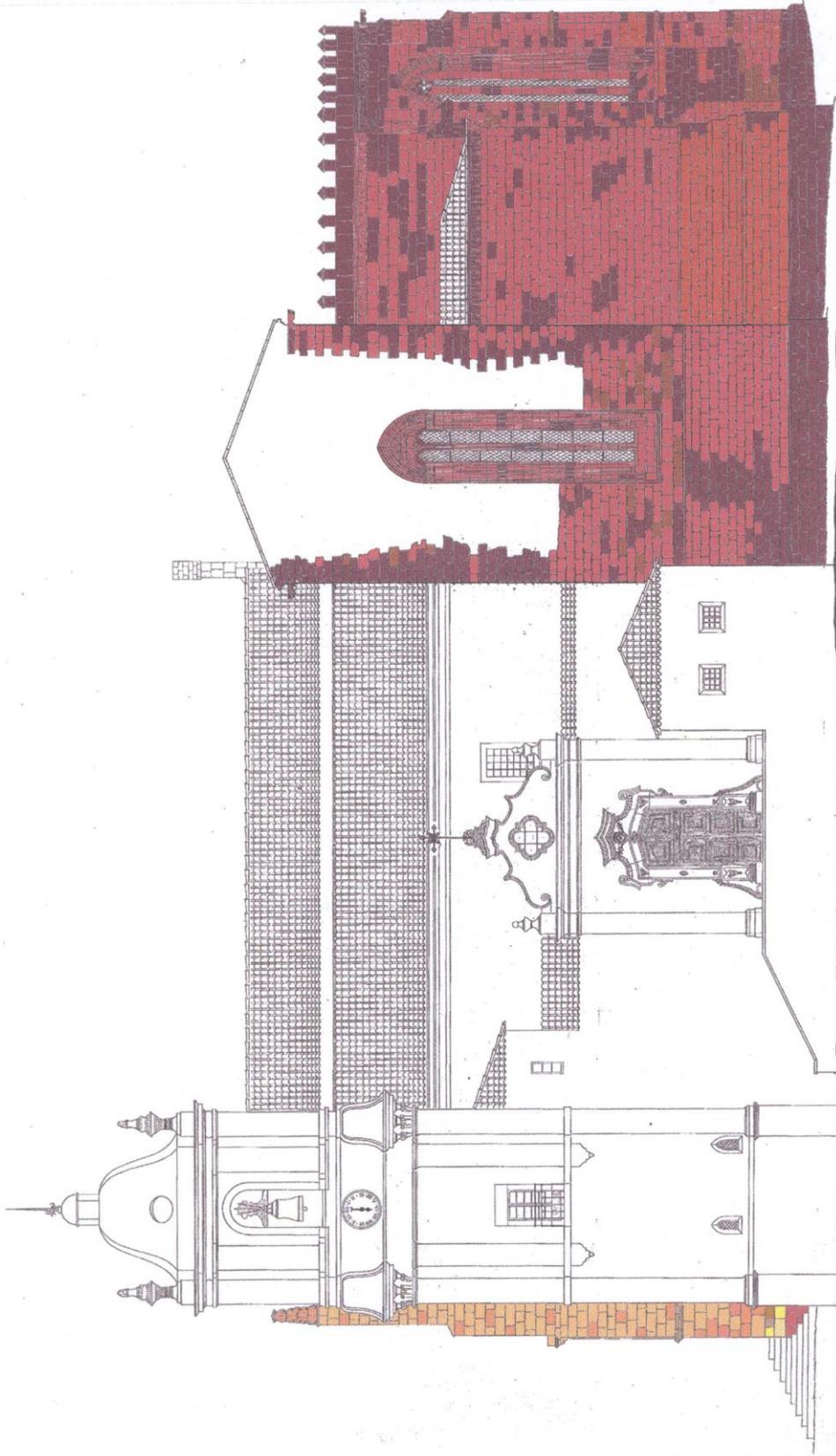


Desenho C - Alçado Norte - Mapeamento de Litologias

MAPEAMENTO DE LITOLOGIAS

LEGENDA

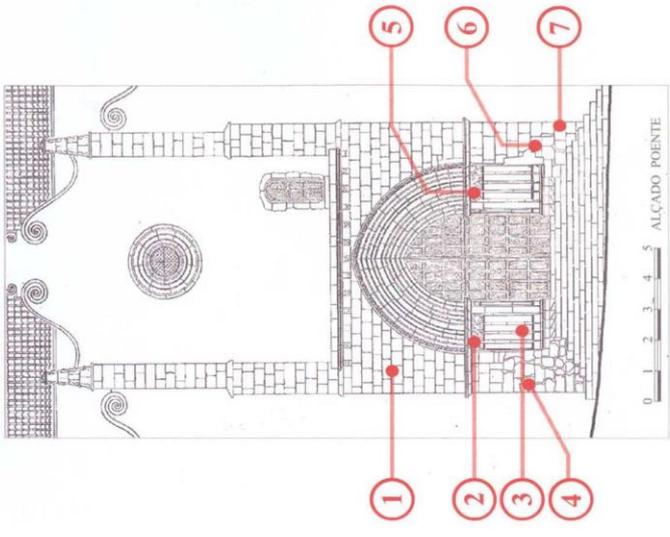
	calcário
	conglomerático
	calcário compacto a conglomerático
	calcário compacto
	calcário bandado
	calcário gresoso
	conglomerado calcário
	calcário creme compacto
	mármore branco-azulado
	argamassa
	grés conglomerático
	grés de Silves (grés grosso)
	grés de Silves (grés médio)
	grés de Silves (grés médio a fino)
	grés de Silves (grés fino)
	grés de Silves (grés muito fino)



Desenho D - Alçado Sul - Mapeamento de Litologias

ALÇADO SUL

7.3. Caracterização de Litologias : Levantamento fotográfico (Portal Poente)



CARACTERIZAÇÃO DE LITOLOGIAS
- LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

0 1 2 3 4 5
ALÇADO POENTE



7 calcário (bloco exterior do edifício)



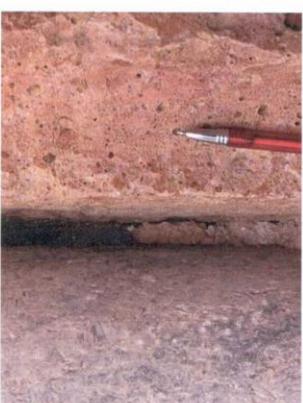
4 calcário conglomerático



5 calcário compacto a conglomerático



6 calcário compacto



3 calcário conglomerático



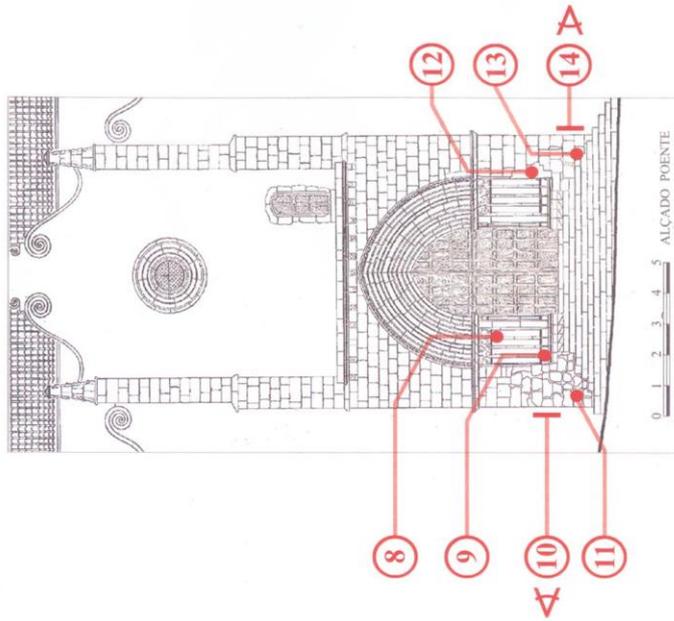
1 calcário compacto



2 capiteis – calcário conglomerático
fuste – mármore branco e azulado

Imagem A - Portal Poente: Caracterização de Litologias - Levantamento fotográfico

CARACTERIZAÇÃO DE LITOLOGIAS - LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



11 grés de silves (grão muito fino)



12 zona preenchida com argamassa



13 grés de silves (grão fino)



8 calcário conglomerático



9 calcário gresoso



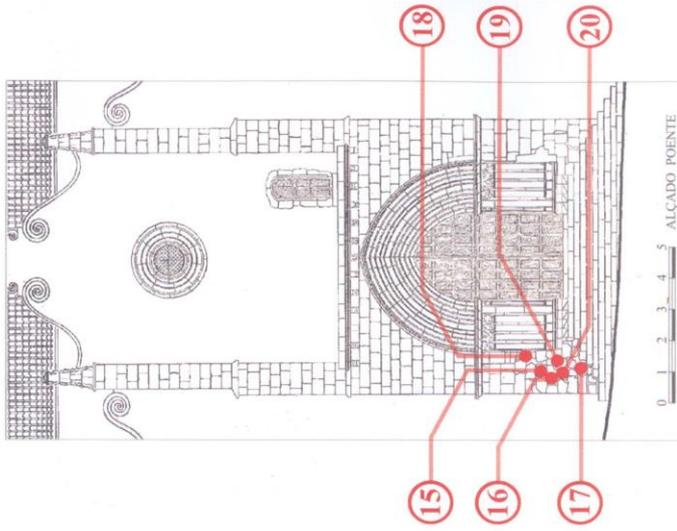
10 calcário conglomerático
nota: bloco lateral



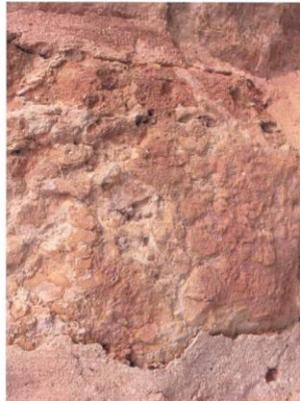
14 grés listrado
A nota: bloco lateral

Imagem B - Portal Poente: Caracterização de Litologias - Levantamento Fotográfico

**CARACTERIZAÇÃO
DE LITOLOGIAS**
- LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



18 grés conglomerático



19 calcário conglomerático



20 conglomerado calcário



15 grés conglomerático



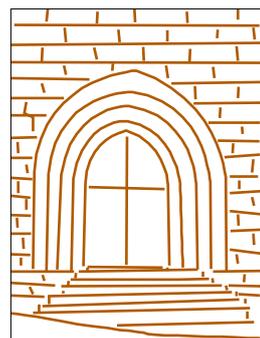
16 calcário bandado



17 grés conglomerático

Imagem C - Portal Poente: Caracterização de Litografias - Levantamento Fotográfico

8. CARACTERIZAÇÃO DO MICROCLIMA DO EDIFÍCIO



8.CARACTERIZAÇÃO DO MICROCLIMA DO EDIFÍCIO

Factores Atmosféricos

A acção do ambiente (micro e nanoclima) sobre um edifício é o resultado da interacção entre os factores meteorológicos e de contaminação atmosférica com os materiais do próprio edifício. Esta acção é também função das características arquitectónicas do monumento (configuração das superfícies expostas), da sua localização e orientação ao regime pluviométrico, eólico e de insolação. Para entender o papel do ambiente nos fenómenos de decaimento observados nas superfícies pétreas é necessário conhecer as características exactas dos diversos parâmetros meteorológicos e de contaminação⁷³⁹.

Para caracterizar o ambiente em que determinado monumento se encontra devem considerar-se não só as variáveis meteorológicas, como também a quantificação e caracterização do material particulado atmosférico e a análise das águas que podem afectar o monumento. Mediante a monitorização *in-situ* destas variáveis, é possível analisar a influência do ambiente nos produtos de alteração formados, bem como uma acção mais directa das correlações existentes entre as formas de decaimento e as suas causas.

A humidade relativa do ar é um factor determinante no decaimento dos materiais pétreos: controla adsorção e a deposição de contaminantes na superfície dos materiais, assim como as reacções entre os contaminantes e os componentes da rocha.

Os monumentos funcionam como receptores de poluentes atmosféricos, que se apresentam sob a forma de gases e de partículas. Estes acumulam-se e reagem com as superfícies pétreas, nas áreas frequentemente humedecidas pela água da chuva mas não continuamente lavadas. Nas últimas décadas o processo de decaimento tem-se vindo a acentuar devido sobretudo à expansão dos aglomerados urbanos e à concentração nas suas imediações de actividades industriais. Torna-se difícil avaliar de forma quantitativa, à escala dos séculos, a modificação do decaimento verificada nos materiais pétreos utilizados em determinado monumento, pois os seus efeitos são cumulativos. Para além deste facto, há ainda a ter em conta as intervenções a que o mesmo terá sido sujeito em alguns períodos da sua história.

A composição da atmosfera na vizinhança da Sé em termos de poluentes gasosos é a característica de uma área com intenso tráfego, centro de uma metrópole moderna e zona urbana residencial. Sendo influenciada pelas emissões dos veículos automóveis não se encontra, no entanto, sob influência directa de poluição industrial.

⁷³⁹ Vide caracterização dos parâmetros meteorológicos de Silves p. 17-19.

A composição das águas pluviais reflecte a composição da atmosfera. A acção corrosiva destas águas depende dos elementos que são coligidos durante o seu percurso pela atmosfera bem como na frequência e taxa de precipitação verificada por dado período de tempo. Luís Aires-Barros refere que a chuva conjuntamente com o vento, tem acção primordial nos fenómenos de decaimento dos monumentos, por efeito de molhagem directa e escoamento sobre as superfícies expostas.⁷⁴⁰

No entanto, não são apenas as características das águas pluviais que vão influenciar o decaimento das rochas aplicadas nos monumentos, mas também a geometria da superfície, a sua exposição a este agente e a topografia local. Para além do conhecimento das características químicas das águas pluviais é igualmente importante saber a quantidade, a frequência e a intensidade da precipitação verificada durante determinado período.

Os ciclos térmicos diurnos do monumento, associados à variação da humidade específica do ambiente, provocam fenómenos de condensação/ evaporação sobre a superfície da pedra que são função da sua temperatura, da presença e tipo de sais solúveis e do ponto de orvalho do ar ambiente. O fenómeno de condensação/evaporação ocorrente não só à superfície da pedra dos monumentos mas também nos poros e fissuras da massa rochosa é crucial para o comportamento dessa rocha face à intempérie.

O perigo de condensação é maior para o fim da noite e no princípio da manhã, quando a humidade específica da atmosfera sobe e a temperatura de algumas partes do monumento, que estão à sombra, não sobe acima do ponto de orvalho dos microporos e da superfície, devido à inércia térmica do monumento.

O preenchimento dos poros das rochas dos monumentos por água, além de se fazer continuamente pela condensação/ evaporação, faz-se ainda por ascensão da água subterrânea, por capilaridade, e por molhagem directa pela acção das chuvas. Os ciclos de secagem-molhagem induzem alterações severas pelo que o trio, água das chuvas, de condensação ou de capilaridade, ventos e radiação solar, comanda o comportamento da pedra dos monumentos. Essa acção pode ser relevantemente acelerada pelos contaminantes do ar (ou do solo e águas subterrâneas) que vão actuar, no geral a húmido, sobre as pedras.

Em termos teóricos, a caracterização do microclima da zona onde está instalado o monumento supõe a montagem em local adequado desse mesmo monumento de um

⁷⁴⁰ Luís AIRES-BARROS, *As Rochas dos Monumentos Portugueses: Tipologias e Patologias*, vol. I, Lisboa, IPPAR, 2001, p.207.

anemómetro com registo automático, de um piranómetro, também com registo automático de dados e de um pluviómetro. Os elementos registados ou são obtidos pelo laboratório via “modem”, ou são enviados para um “data logger” que deverá ser descarregado para o banco de dados existente, disponível em sistema computacional em laboratório. As águas coligidas deverão ser expeditamente estudadas “in loco”, medindo-se o seu ph e condutividade eléctrica. As colheitas semanais serão enviadas para o laboratório para serem doseadas. Ainda quanto às águas das chuvas que actuam sobre um monumento e se escoam sobre as suas paredes, é importante averiguar, quer a sua acção física (de remoção), quer química (lixiviação, dissolução). Há que escolher um conjunto adequado de paredes (no geral verticais), com várias orientações em relação ao regime de ventos e apresentando incrustações diversas (paredes negras, paredes brancas, de tom cinzento) para averiguar as características das águas que sobe sobre elas se escoam (run-off).

Para além do controlo dos agentes atmosféricos mencionados, há que averiguar a acção de macro e microorganismos. Nesta conformidade é importante estudar o tipo de líquenes, fungos e algas eventualmente existentes nas paredes e nos chãos. Não menos relevante é a averiguação das acções do homem e dos pombos. Por fim, há que considerar a vida vivida pelo monumento e no monumento.

Em Silves predominam os ventos do quadrante Norte e Oeste (Noroeste), embora nos meses de Março a Junho sobre com frequência os ventos de Sudoeste, devido à influência da Serra de Monchique. O rumo predominante dos ventos quando chove é de Sudoeste, afectando essencialmente as fachadas Sul e Poente.

As fachadas Norte e Poente do edifício são as mais expostas à acção do vento de Noroeste (exposição eólica), a abrasão eólica provoca o desgaste das rochas devido ao impacte das partículas do vento sobre as fachadas. No entanto, em relação à fachada Poente há uma protecção do portal devido à existência, em frente a este, da Igreja da Misericórdia. A existência do edifício em frente e a altitude a que está localizada a Sé, protegida pelas muralhas do castelo, origina que o impacte do vento não seja muito forte, as suas partículas perdem a força, a sua frequência e intensidade é atenuada, embora se verifique um certo desgaste da rocha.

Em relação à humidade verificamos uma alteração química dos materiais rochosos na fachada Norte (corrosão), o que demonstra que é a zona mais afectada pela acção do vento e humidade.

A fachada Sul é a mais soalheira, não está sujeita ao efeito da humidade absoluta e relativa. O sol nasce na fachada Nascente (cabeceira) e desloca-se da fachada Sul em direcção à fachada Poente, zonas mais afectadas pela acção do sol. Na fachada Nascente o absidíolo direito é o mais afectado pelo sol, ao contrário do esquerdo, que se encontra protegido pelas árvores e pelo muro em frente.

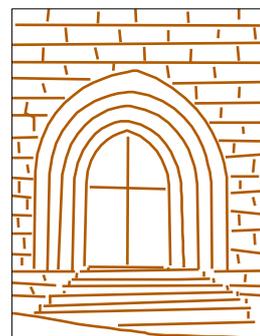
Verificamos assim, que a Sé de Silves apresenta uma volumetria poligonal, os seus paramentos recebem radiação solar durante todo o ano e permanecem expostos às condições atmosféricas. O vento não deixa de exercer o seu efeito, através de uma acção erosiva pelo choque de partículas que arrasta, ajuda a penetração de ar e água nas rochas e contribui, em casos de temperaturas negativas, para acelerar a gelificação da água que a rocha contém. Por seu turno, a água dissolve e reage com silicatos.

Os alçados mais expostos ao sol são o Sul⁷⁴¹ e o Poente, sendo a fachada Norte a que regista menos insolação. As fachadas que revelam maior decaimento conjugando todos estes factores: devido à insolação e aos diferentes coeficientes de dilatação de minerais componentes da rocha, com a consequente formação de tensões desagregadoras (fachada Sul e Poente); pela maior persistência da água e gelo no Inverno e pela acção do vento predominante (fachada Norte); por ser mais fustigada pela chuva e vento (fachada Sul e Poente).

O portal principal apresenta exposição à radiação solar e aos agentes atmosféricos. A evaporação das humidades infiltradas dá-se de forma mais acelerada nas partes mais expostas aos ventos e com maior incidência da radiação solar.

⁷⁴¹ O alçado Sul sofreu uma intervenção de restauro efectuada pela DGEMN, daí as suas rochas manterem um razoável estado de conservação.

9. FACTORES DE DECAIMENTO



9. FACTORES DE DECAIMENTO

As pedras depois de lavradas e assentes nos edifícios, estão sujeitas a processos físicos e físico-químicos, desencadeados por factores exógenos, tais como por exemplo o estado da atmosfera e os seus componentes sólidos, líquidos e gasosos⁷⁴².

Segundo Luís Aires-Barros, os factores de alteração ou decaimento das rochas dos monumentos podem ser agrupados em quatro categorias: factores intrínsecos, factores extrínsecos, factores impostos e factores antropológicos.

- Factores intrínsecos - Correspondem às características próprias de cada rocha. De entre as propriedades intrínsecas dos materiais pétreos destacam-se as suas características petrográficas e petrofísicas. As características petrográficas que se encontram mais directamente relacionadas com o seu comportamento face aos agentes de decaimento são a textura, a mineralogia e a composição química.

-Factores extrínsecos - São os factores definidores da envolvente exógena em que as rochas hoje se encontram ou a que foram sujeitas ao longo dos tempos. O ambiente (micro e nanoclima) em que o monumento e suas partes se encontra. Os factores extrínsecos têm a ver com o meio ambiente em que se encontra o monumento e podem ser constantes, isto é, definidores do clima, e os aleatórios, ou seja, os que incluem factores físicos, químicos e bioquímicos.⁷⁴³ Assim, os factores de decaimento extrínsecos ao material pétreo podem ser divididos em três categorias: o clima⁷⁴⁴ e a contaminação atmosférica, as causas biológicas⁷⁴⁵ e os desastres naturais⁷⁴⁶.

De entre os factores extrínsecos destaca-se pela sua nocividade, a acção da água. É o principal veículo de agressão das rochas e está associado a todos os processos e tipos de

⁷⁴² Segundo Luís Aires-Barros os processos físicos provocam a desagregação das rochas por acções mecânicas sobre a sua textura-estrutura, não lhes alterando a composição química. Produzem geralmente acções de desgaste nas arestas e cantos e desagregações destes elementos e da restante superfície. Os processos químicos alteram-lhes a composição, originando a sua destruição, através da decomposição química da rocha. Em geral, com origem nos gases e vapores normalmente existentes na atmosfera dos aglomerados urbanos, os processos químicos ao atacarem o carbonato de cálcio provocam estragos, geralmente, mais consideráveis e difíceis de remediar nas zonas industriais, tanto mais que, quase sempre, se combinam com os processos de natureza física. Os processos físico-químicos actuam simultaneamente sobre os minerais (decomposição) e sobre a trama textural (desagregação).

⁷⁴³ Cfr. Luís AIRES-BARRO, *Alteração e Alterabilidade de Rochas*, INIC, Centro da Petrologia e Geoquímica da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1991, p.201.

⁷⁴⁴ O clima é definido pelo conjunto de “factos meteorológicos (temperatura, humidade do ar, a precipitação e pressão atmosférica, ventos, componentes sólidos e gasosos) que caracterizam o estado médio da atmosfera numa dada região. É, portanto, uma generalização do conceito das condições meteorológicas que se verificam, numa dada região, dia a dia.

⁷⁴⁵ O fenómeno de decaimento biológico torna-se mais intenso com o aumento do tempo de humedecimento das superfícies pétreas, proporcionando o desenvolvimento de plantas, fungos, algas, bactérias sulfatantes e nitrificantes e líquenes.

⁷⁴⁶ Decorrentes de abalos sísmicos, de maremotos, de avalanches, erupções vulcânicas, de incêndios entre outros.

alteração que uma rocha sofre⁷⁴⁷. Actua também como veículo de transporte de outras substâncias como sais solúveis, contaminantes atmosféricos e organismos vivos, o que aumenta o seu papel nos processos de degradação. As consequências da acção da água sobre as rochas variam consoante a sua origem. Assim, o ataque químico pode ser promovido pela água do solo de fundação, pela água da chuva ou pela água de condensação.⁷⁴⁸

A humidade relativa do ar é também um factor importante nos fenómenos de decaimento dos materiais pétreos (controla a absorção e a deposição de contaminantes na superfície dos materiais assim como as reacções entre os contaminantes e os componentes da rocha). Os ciclos ambientais de temperatura ou de humidade relativa do ar, assim como o aquecimento periódico devido à radiação solar directa, podem induzir a migração, precipitação, crescimento, hidratação e expansão de sais no interior dos poros das rochas. As variações de temperatura nos materiais pétreos, produzem ciclos de contracção e expansão que podem originar importantes fenómenos de fissuração e perdas significativas de material. Estas variações de temperatura dependem da insolação, que em muitos casos actua como um factor importante na aceleração do decaimento. A temperatura é também um factor chave na determinação do *habitat* para o desenvolvimento de vida biológica e no controlo do seu metabolismo.

Outro factor climático é o vento e a acção das partículas a ele associadas. É um elemento que se manifesta pela acção abrasiva (corrasão e deflaccção) que exerce sobre as pedras dos monumentos. Esta acção restringe-se aos primeiros metros sobre o nível topográfico do edifício, são muito importantes os efeitos que pode ocasionar como agente de transporte de contaminantes em áreas urbanas e industriais.⁷⁴⁹ O vento pode quando apresenta características de direcção e de intensidade, dirigir a água da chuva para determinados locais promovendo molhagens diferenciais e forçando a sua penetração para o interior do material pétreo.

-Factores impostos - Que se relacionam com a forma (geometria) do monumento, o lavrado das suas superfícies e a sua orientação geográfica ao regime pluviométrico, eólico, de

⁷⁴⁷ A água que penetra nas fendas das rochas ao gelar, devido a abaixamentos de temperatura, actua como uma verdadeira cunha de gelo, que as destrói, outra parte infiltra-se no solo, e ao dissolver e desagregar as partículas das rochas, contribui igualmente para a sua destruição.

⁷⁴⁸ A acção da água sobre as rochas manifesta-se através de reacções químicas com o substrato pétreo (reacções de dissolução, hidrólise, hidratação, oxidação-redução) ou fenómenos de carácter físico como por exemplo rotura devido a tensões criadas no material pétreo durante os ciclos de cristalização-dissolução e hidratação de sais, ciclos de gelo-degelo da água nos poros e fissuras das rochas e por variação do grau de saturação, etc.

⁷⁴⁹ A corrasão é rara em áreas urbanas. Os ambientes urbanos não possuem muitas partículas com dimensões que tenham efeitos abrasivos sobre os materiais pétreos.

insolação e a fenómenos de escorrência pelas superfícies expostas a situações de secagem / molhagem.

-Factores antropológicos- Onde se enquadra a função que o monumento teve ao longo da história, o vandalismo e a incultura das pessoas.

Os diferentes factores de alteração que contribuem para o decaimento das rochas dos monumentos actuam combinados, sendo impossível considerar-se apenas um deles o causador da alteração .

Assim, as rochas dos monumentos podem sofrer três tipos de decaimento, interligados:

- **Decaimento químico** - Resulta de reacções químicas que ocorrem à superfície e nas continuidades das rochas, originando minerais secundários e promovendo remoção de material.

-**Decaimento físico** - Resulta de fenómenos de expansão ou retracção provocados por variações térmicas, abalos sísmicos e ainda por expansão devido à génese de minerais secundários por recristalização;

-**Decaimento biológico** - Provocado não só pelo crescimento, sobre as rochas de microorganismos⁷⁵⁰, como ainda pela acção das aves e o vandalismo humano.

Procuraremos explicar com maior rigor o efeito de cada um destes três tipos de decaimento sobre as rochas dos monumentos.

Decaimento Químico

A presença simultânea, na atmosfera contaminada de SO₂ e NO_x tem um efeito sinérgico na actividade de decaimento das rochas dos monumentos. A acção do SO₂ pela sulfatação gera o gesso e as crostas negras, tão típicas nos monumentos. Como consequência

⁷⁵⁰ São comuns as acções físicas levadas a cabo pelos organismos desde bactérias, algas, fungos e líquenes a pequenos arbustos e animais, actuando nas pedras de um monumento.

dos fenómenos de sulfatação, dissolução e recristalização que se realizam na interface rocha – atmosfera, ganha especial relevo a formação das crostas negras.

Na génese dos fenómenos de deterioração das superfícies de pedra expostas à meteorização devem-se considerar três situações:

- Nas zonas em que há protecção suficiente da acção das águas das chuvas, não há transformações físico-químicas significativas, não havendo decaimento relevante. O que pode acontecer serão algumas sujidades acinzentadas ou acastanhadas. O principal fenómeno de decaimento é a arenização com o conseqüente enfraquecimento das ligações físicas, que permite fenómenos muito frequentes de esfoliação, escamação e fragmentação. Falando no geral, tem a hidrólise dos silicatos, a dissolução dos calcários e mármore para só referir os dois tipos de rochas mais comuns.

Decaimento Físico

O decaimento físico traduz-se pelo quebrar das ligações intercrystalinas, pela perda de coesão e pelo desmoronamento da rocha. Pode ser provocada por várias causas:

-Expansão, devida ao gelo da água de embebição das rochas ou por hidratação de minerais argiloso expansivos; acção da tensão superficial da água no decurso de processos de secagem/molhagem naturais; acção da força de cristalização de sais minerais; dilatação dos minerais provocada pela variação de temperatura; choques vários; tráfego, sinos, concertos musicais, sismos; acções com origem vegetal ou animal. Poderíamos também apontar processos que têm a ver com a porosidade e as fissuras, ou causas do decaimento físico provocadas pelos agentes do meio ambiente: sol, chuva, vento, humidade, mudanças bruscas de temperatura, vandalismo.

Decaimento Biológico

Os agentes biológicos são também relevantes nos processos de decaimento especialmente em ambientes húmidos, em áreas em que se verifica elevada precipitação atmosférica. O fenómeno de decaimento biológico torna-se mais intenso com o aumento do

tempo de humedecimento das superfícies pétreas. Nestas condições é facilitado o desenvolvimento de plantas, fungos, algas, bactérias e líquenes.

Nas pedras dos monumentos podem desenvolver-se e actuar muitos organismos vivos: bactérias, algas e protozoários, fungos e líquenes, plantas e animais, provocando o seu decaimento, através de múltiplas acções:

- Químicas directas (biocorrosão); catalisadores de reacções químicas - hidrólise, sulfatação, físicas (bioabrasão, desagregação); protectoras de ataques físicos e químicos pela formação de capas de protecção biogenéticas – pátinas; físico-químicas promovendo a desintegração da rocha pela acção das hifas dos fungos e raízes das plantas de diverso porte, que podem desenvolver-se sobre os monumentos; de lixiviação (biolixiviação) – realizada por ácidos biogénicos, como o H₂SO₄, ou por quelatos, ou ainda directamente por fungos, por cianobactérias e algas (que vivem da energia solar), por bactérias químico - organotróficas (que vivem em meios de materiais orgânicos) e por bactérias químico-lito - autoróficas (que vivem em meios inorgânicos redutores). O decaimento biológico desenvolve-se devido à abundância de humidade e pouca exposição solar, principalmente no Outono e Inverno. Outro fenómeno a destacar é a Meteorização (transformação das rochas sob a acção dos fenómenos climáticos e biológicos) promovida pela acção dos líquenes.

Poluição Atmosférica

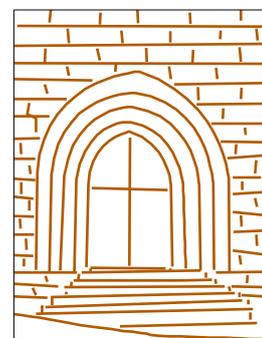
Ao efeito dos anteriores fenómenos há a somar a acção altamente nociva da poluição atmosférica. Muitos fenómenos de decaimento observados são devidos à presença de concentrações anómalas de diversos tipos de contaminantes atmosféricos que actuam de forma agressiva sobre todo o tipo de materiais pétreos. De entre os contaminantes atmosféricos destacam-se o dióxido de enxofre, os óxidos de azoto e o material particulado relacionado com a contaminação atmosférica.

A este propósito Luís Aires-Barros diz que: “Se a degradação das rochas dos monumentos face à meteorização preocupou já os povos da Antiguidade, o problema agrava-se no nosso século com o advento galopante da poluição que se traduz num violento acréscimo da taxa de alteração em relação ao tempo. A poluição actua como um catalizador que acelera as acções físico-químicas da meteorização”.

A acção deste tipo de contaminantes deve-se basicamente a fenómenos de deposição a seco e deposição via húmida. Na deposição a seco, que ocorre entre os eventos de

precipitação, os componentes da atmosfera contaminada correspondem, no geral, a fontes locais poluidoras e atingem as superfícies pétreas sob a forma de partículas, gases ou aerossóis. Para que tenham lugar as reacções entre os poluentes e as superfícies pétreas é necessário que estas apresentem alguma humidade. Na deposição via húmida os componentes da atmosfera contaminada atingem a rocha carreados pela chuva, neve ou neblina. A oxidação dos compostos gasosos emitidos para a atmosfera em presença de catalisadores provoca a formação, nas gotas de chuva ou de água de condensação, de distintos ácidos, fundamentalmente ácido nítrico e sulfúrico.

10. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS MATERIAIS: FORMAS DE DECAIMENTO OCORRENTES NO EDIFÍCIO



10. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS MATERIAIS : FORMAS DE DECAIMENTO OCORRENTES NO EDIFÍCIO

Introdução

Formas de decaimento ou patologias das rochas definem-se como sendo as alterações da sua morfologia, decorrentes de processos de alteração desencadeados por factores ambientais, pelo uso de materiais incompatíveis, por acções de manutenção inadequadas,

por medidas de conservação inapropriadas ou por actos de vandalismo. A identificação das patologias ocorrentes num monumento, e os fenómenos que as desencadearam, são tarefas que devem anteceder a planificação e execução de medidas de conservação.

Ao realizar-se o estudo do estado de conservação da Sé de Silves, procurou-se alcançar os seguintes objectivos:

- Identificar e caracterizar os materiais pétreos utilizados na edificação da Sé de Silves;
- Conhecer as diversas formas de decaimento que afectam os materiais pétreos e restantes materiais;
- Caracterizar o microclima existente na envolvente do monumento;
- Elaborar recomendações para a conservação do monumento que possam obviar a progressiva alteração das rochas.

Os objectivos baseiam-se na “metodologia de conservação de um monumento” apresentada por Luís Aires-Barros (1991) e por ele consagrada em muitos artigos. Segundo esta metodologia existem vários aspectos que devem ser abordados por forma a permitirem a correcta avaliação e o controlo das causas de decaimento dos materiais pétreos em monumentos e a perspectivar medidas adequadas à sua conservação, restauro e preservação. Nomeadamente, o estudo histórico-arqueológico, em que se procura determinar a origem e a situação dos materiais pétreos do monumento; o estudo arquitectónico que visa localizar e caracterizar as formas de decaimento, relacionando-as sempre que possível com aspectos arquitecturais peculiares; o estudo dos materiais pétreos, que corresponde ao seu enquadramento geológico e à determinação das suas características petrográficas, químicas, petrofísicas e mecânicas; o estudo do microclima onde o monumento se encontra, isto é, o conhecimento dos regimes pluvial, eólico e solar, da temperatura, da humidade relativa do ar, da poluição atmosférica.

Para se proceder à análise do estado de alteração da Sé de Silves, efectuou-se o estudo independente de cada um dos seus alçados. Procurou-se sintetizar essa informação sob a forma gráfica através da elaboração do levantamento cartográfico de cada alçado. Em termos metodológicos optou-se por proceder ao mapeamento de litologias e patologias de todas as fachadas do edifício: Poente, Nascente, Norte e Sul. Para se obter maior rigor de

análise efectuou-se um levantamento cartográfico da zona do edifício de maior valor arquitectónico, e mais afectada pelas patologias: o portal Poente.

O levantamento do estado de conservação do edifício baseou-se na observação *in situ* dos elementos arquitectónicos afectados, ou seja, no levantamento de patologias presentes na pedra das fachadas. Temos a noção da margem de erro do recurso a essa forma de observação, que deve ser complementada por outras análises. No entanto, não foi possível a realização de medições com aparelhos específicos para determinação das condições termo-higrométricas do ar, dos teores de humidade das paredes, da existência de sais solúveis e a recolha de amostras para análise laboratorial. O rigor científico exige o diagnóstico e a resolução dos problemas patológicos a ser efectuado por uma equipa especializada na matéria.

A descrição das formas de decaimento ocorrentes nos materiais pétreos foi realizada tendo por base o esquema de classificação proposto pela norma italiana NORMAL 1/88 (CNR-ICR, 1990), à qual se acrescentaram pequenas variações de acordo com Luís Aires-Barros.

A nível do interior do edifício, a presença de elementos em madeira (o pavimento da nave principal da igreja e o tecto desta parte do edifício) e elementos pétreos (paredes, tectos, pavimentos e colunas) justificou o seu estudo devido ao estado de conservação crítico. Em relação a essas áreas procedeu-se a um levantamento fotográfico que permitiu caracterizar o estado de conservação desses elementos.

10.1. Localização e Morfologia das Degradações

Estado de Conservação das Fachadas

A Sé de Silves trata-se de um edifício emblemático, quer pelos valores históricos a si associados, como também pelo tipo de materiais pétreos empregues e pelas formas de decaimento que apresenta. A cantaria aparelhada que constitui as fachadas exteriores, apresenta formas e graus de decaimento diferenciados. O levantamento das anomalias existentes no edifício é um passo fundamental a considerar no processo de conservação, determinando, em harmonia com os aspectos históricos e estéticos do edifício, as hipóteses de intervenção na acção de conservação.

As anomalias surgem sob diversas formas, devido a factores ou agentes diferenciados. Com a perda da função para que foram erigidos – defesa das populações e das principais vias de comunicação e local de culto religioso - os edifícios religiosos entraram em acentuada degradação, deixando de ser objecto de obras de conservação regulares. Para além desse factor, a Sé de Silves conta entre as causas patológicas de origem exógena que mais a afectaram, os diversos cataclismos naturais, nomeadamente o terramoto de 1755, que causou grandes estragos provocando brechas nas paredes.

Por outro lado, verificamos que as características climáticas têm grande influência na génese e desenvolvimento do tipo de patologias. As características do nosso clima – tipo mediterrânico – com Verões secos e Invernos chuvosos ocasionam a existência alternada de períodos mais ou menos longos de alto teor de humidade no solo e outros em que o solo se encontra seco. Estas características climáticas têm grande influência na génese e desenvolvimento do tipo de patologias em que a humidade é o factor principal. O estado de conservação resulta dos agentes acima referenciados, no entanto, a orientação e a exposição solar das fachadas influencia também a génese e desenvolvimento de diversos quadros patológicos. Deve ter-se em conta, igualmente as diferentes intervenções de conservação e recuperação efectuadas ao longo da existência do edifício.

A humidade é o principal factor que influi no comportamento das edificações. A humidade⁷⁵¹ que está na origem do aparecimento de anomalias, pode apresentar-se sob a forma de: humidade de precipitação e humidade do terreno.

A humidade de precipitação poderá não constituir em si, um factor de degradação para as fachadas. No entanto, a acção das águas pluviais conjugada com a acção eólica, faz com que a trajectória daquelas se afaste da vertical. Essa mudança de trajectória, acrescida da energia cinética das águas pluviais incidindo nas fissuras e nas juntas das fiadas da pedra, provoca a penetração directa dessas águas e o consequente humedecimento do interior das paredes. Essa acção continuada conduz a uma lavagem contínua da pedra, provocando a sua decomposição química e a lixiviação dos ligantes, tornando a superfície pulverulenta, com a consequente desagregação dos elementos finos. Estas anomalias são agravadas com o fenómeno de cristalização dos sais que se formam à superfície das paredes e com os ciclos de secagem / molhagem provocados pela absorção e evaporação da água de cristalização. Esta desagregação dos elementos finos ocorre com mais frequência na base das paredes mais

⁷⁵¹ Cfr. Fernando M. A HENRIQUES, *Humidades em Paredes*, Lisboa, 1995, pp. 1-40.

expostas à acção das chuvas pluviais, sendo potenciado pela acção mecânica do vento, que provoca uma aceleração de todo este processo patológico.

A humidade do terreno é outra das causas significativas para o desenvolvimento das diversas patologias da pedra. Os materiais que entram na composição das argamassas apresentam uma elevada porosidade, possibilitando que a humidade possa migrar através deles. A subida da água provenientes do solo por capilaridade, conduz os sais aí existentes bem como dos provenientes dos materiais utilizados na construção para níveis por vezes elevados do interior das paredes. Aí, a água em contacto com a superfície da parede evapora-se, os sais por ela transportados cristalizam-se, conduzindo à sua acumulação na superfície das paredes e a uma progressiva obstrução dos poros da pedra, dando origem a que a água proveniente do solo, possa subir nas paredes a níveis ainda mais elevados. Com a alternância dos períodos de humedecimento e de secagem das paredes, este tipo de patologias agrava-se. Verifica-se sobretudo ao nível do embasamento uma desagregação dos inertes finos e, posteriormente, uma degradação generalizada da pedra.

Para além da humidade do solo, outras causas concorrem para a eclosão destes fenómenos patogénicos como sejam a presença de sais solúveis tanto no solo como nas próprias argamassas e também de cal não carbonatada.

A humidade devida à higroscopicidade, é também uma das causas do surgimento de algumas anomalias que afectam o edifício. Com o humedecimento das fachadas, os sais contidos na pedra são dissolvidos, acompanhando o trajecto da água até à superfície dos paramentos, cristalizando e dando origem ao aparecimento de eflorescências.

Para além das patologias causadas pela humidade devem-se considerar também as originadas pelos componentes utilizados na argamassa. Como causas do fenómeno de degradação de descolamento com pulverulência, Cincotto aponta o excesso de inertes finos utilizados nas argamassas, bem como a adopção de traços da argamassa com insuficiência de ligante. Um dos ligantes utilizados é a cal hidráulica, pode-se apontar como causas prováveis da ocorrência deste fenómeno, a ausência de carbonatação da cal.

Realça-se também o fenómeno de degradação conhecido como fissuração. Como causas prováveis deste fenómeno podem-se apontar a expansão da argamassa, por hidratação retardada do óxido de magnésio da cal, ou a presença de argilo-minerais expansivos no agregado. A absorção reversível da água de cristalização provoca também um aumento considerável do volume dos cristais, formando-se no interior do material altas

pressões de cristalização que provocam para além das anomalias atrás referidas, roturas e fissuras.

Outra das causas está relacionada com o processo construtivo: a concentração de fissuras e de fendas de maiores dimensões tem uma ordenação vertical, em consequência dos assentamentos das fundações e embasamento, sobre as quais se elevam as fiadas da pedra.

Entre as patologias de origem biológica pode-se referir a proliferação de fungos, líquenes, plantas na superfície da pedra, assim como nas fissuras e poros existentes neste material. Os líquenes ajudam a acumular matéria orgânica, formando camadas de terra, ainda que incipientes, onde se desenvolvem os musgos e algumas plantas superiores. As plantas superiores, por sua vez, ocasionam um efeito bastante nefasto, dado que as raízes no seu processo de crescimento funcionam como alavanca, provocando o decaimento de pedaços de pedra.

São de considerar, também, os danos provocados pela existência de populações de aves. Refiram-se, sobretudo, os efeitos nefastos que advêm dos dejectos das aves, nomeadamente da acção do ácido úrico neles contido.

Incluído neste tipo de degradações, apontam-se ainda os actos de vandalismo, sempre com efeitos altamente nefastos para os monumentos.

O estado de degradação deste monumento deve-se também ao facto de nos sucessivos restauros efectuados, não ter havido o cuidado de avaliar as características dos materiais a aplicar e das pedras de origem, de forma a evitar o desencadeamento de acções maléficas provocadas pelo contacto dos dois materiais.

10.1.2.Principais Processos de Decaimento Presentes nas Fachadas

Observação Geral

Foram inspeccionadas a fachada Poente, Nascente, Norte e Sul, e a torre Sul. Identificaram-se patologias comuns aos quatro alçados: presença generalizada de infestação líquénica e colonização biológica, depósitos superficiais e pátina de sujidade, (em molduras de janelões, rosáceas, frisos, entre outros); fenómenos de desintegração granular associados a erosão regressiva (na maioria dos blocos que se encontram junto ao solo) ou degradação diferencial; lixiviação da rocha, alveolização e alteração cromática.

A análise dos blocos do exterior mostra:

- Blocos exibindo escamação;
- Blocos exibindo fissuras e fracturação;
- Blocos evidenciando desagregação granular;
- Alveolização bastante pronunciada;
- Arenização;
- Erosão ou degradação diferencial ;
- Colonização biológica manifestando a presença de arbustos, quer de infestação líquénica, que ocorrem até alturas relevantes do edifício;
- Lacunas preenchidas por argamassa.

Aspectos idênticos são bem patentes por todo o edifício com especial relevo para o portal Poente. Como referimos, a chuva, o nevoeiro, as condensações, as ascensões capilares, constituem a causa principal de envelhecimento prematuro das pedras em obra, devido à acção hidratante e dissolvente da água. A porosidade do substrato condiciona a circulação da água no seio material, bem como a repartição dos sais na rede complexa constituída pelos poros e capilares. As várias transferências de água da atmosfera para a rocha, seguidas de fases de secagem, facilitam novas transferências, carregando sais solúveis que vão aumentando até que saturam as águas de infiltração e dão origem à deposição de cristais, promovendo expansões na rocha.

Às sujidades vulgarmente lixiviadas nas fachadas se juntam, em certas zonas sais de origem marinha ou proveniente da salga das estradas e ruas e ainda material dos lubrificantes dos veículos.

Às alterações ligadas à presença de humidade na pedra adicionam-se outras degradações:

- Tensões superficiais ou internas geradas por dilatações térmicas diferenciais, ligadas à origem de fissurações, esfoliações;
- Solicitações mecânicas estáticas ou dinâmicas;
- Erosão eólica;
- Corrosão química promovida pelos ácidos compostos sulfurosos e do amoníaco.

Fachada Norte

A fachada Norte é uma das que apresenta formas de decaimento mais acentuadas. Devido à orientação, o sector Norte do edifício não beneficia da incidência directa do sol, permanecendo a pedra sujeita a elevados teores de humidade. Nesta fachada a patologia que mais se destaca pela extensão e severidade é a formação de depósito superficial e pátinas de sujidade de cor negra acastanhada, detectadas essencialmente na torre Norte, no braço Norte do transepto, na parede do absidiolo Norte, nos frisos das janelas da abside e nas ameias. Estas zonas enegrecidas que se devem à deposição e à interacção de partículas ou gases contidos na atmosfera poluída com as rochas aí existentes, encontram-se de forma descontínua, alternando com zonas lavadas em que a rocha mantém a cor original. Tratam-se de áreas que se encontram menos abrigadas da chuva e dos ventos dominantes. Encontramos também a alteração diferencial que se manifesta sob a forma de alveolização.

A colonização biológica (composta por líquenes, musgo e vegetação arbustiva), desenvolve-se de forma descontínua, nas partes superiores desta fachada, nos encontros de contrafortes, em juntas abertas, em zonas onde há possibilidade de concentração de humidade especialmente na parede da torre Norte, no corpo da igreja e no braço Norte do transepto, no absidiolo Norte e ameias. Algumas das gárgulas existentes nesta fachada encontram-se entupidas ou incorrectamente dimensionadas, favorecendo o contacto da água com os materiais pétreos. As causas de origem química actuando quer isoladamente, quer em conjugação com os fenómenos físicos atrás referidos, contribuem para o quadro das patologias que descrevemos.



Fig. 57- Fachada Norte – Presença de líquenes

O efeito mecânico das águas pluviais, com a lavagem contínua dos diversos panos, provocou a lixiviação da pedra, com a conseqüente desagregação dos elementos finos da pedra verificadas no absidiolo Norte e braço Norte do transepto. Este fenómeno poderá ter sido potenciado pela acção mecânica do vento, tendo como efeito uma aceleração de todo

este processo patológico. Verificámos a existência esporádica de erosão ou degradação diferencial e alteração cromática a nível do absidiolo Norte e braço Norte do transepto.



Fig. 58- Fachada Norte – Manifestação de erosão da rocha



Fig.59 – Fachada Norte – Lixiviação da rocha

Observámos também os danos provocados neste monumento pela existência de populações de aves, realça-se os efeitos nefastos para além dos dejectos, nomeadamente da acção ácido úrico neles contidos, essencialmente a nível da torre Norte.

Fachada Poente

Os fenómenos de degradação mais notórios são a alveolização, alteração cromática, as lacunas e o elevado grau de erosão dos capitéis. Existe igualmente alguma desagregação granular e arenização, escamação, fissuração e fracturação ao longo de todo o portal.

Os blocos estão recobertos por pátinas de sujidade ou crostas acastanhadas. Os capitéis junto à porta apresentam-se bastante fragilizados. Alguns blocos apresentam erosão regressiva ou degradação diferencial promovida pela desintegração granular (mais acentuada nas zonas de contacto com a argamassa) e a alveolização que se desenvolve na parte intermédia e inferior deste alçado, fundamentalmente no lado direito do portal. A alveolização surge na forma de cavidades sensivelmente arredondadas, mas também sob a forma de alvéolos alongados. As restantes patologias surgem de forma pontual.

Inúmeras juntas de blocos, principalmente na parte direita do portal, estão preenchidas por argamassas grosseiras de cimento e que provem impacto visual negativo. Estas argamassa recobrem lacunas de material pétreo.

As fissurações ou fracturações apresentam-se com grande desenvolvimento neste alçado, essencialmente no lado esquerdo do portal e na arquivolta em torno do portal.

A nível de patologias de ordem biológica, localizamos infestação líquénica e algumas plantas a nível superior atingindo um porte considerável, ocasionando um efeito nefasto, uma vez que as raízes no seu processo de crescimento provocam o decaimento de pedaços de material.



Fig. 60 – Fachada Poente – Pormenor de friso do Portal com incidência de colonização biológica, presença de arbustos e infestação líquénica

No mapeamento do portal Poente estão indicadas patologias directamente relacionadas com os materiais pétreos.

Fachada Sul

Nas paredes situadas a Sul, as patologias de origem exógena que se fazem sentir com mais persistência são as provocadas por causas físicas. Estas paredes são alvo de ciclos de molhagem /secagem regulares devido à exposição a Sul, nomeadamente nas estações do ano em que as chuvas são mais persistentes, ocasionando uma



Fig.61 – Fachada Sul – Presença de pátina de sujidade na localização das gárgulas



Fig.62- Fachada Sul – Erosão e degradação diferencial

desagregação dos inertes finos e lascagem, posteriormente, uma degradação generalizada da pedra, sobretudo na superfície da parede apresentando alteração cromática. Este quadro patológico é agravado pela humidade do terreno que por capilaridade ascende nos panos, provocando ao nível do embasamento, a alveolização da pedra, por vezes com cavidades muito pronunciadas.

As principais patologias que se desenvolvem são as pátinas de sujidade, a colonização biológica e a alveolização que ocorre um pouco por todo o alçado. As pátinas de sujidade tendem a localizar-se em áreas mais abrigadas da intempérie.

Neste alçado a colonização biológica apresenta desenvolvimento sob a forma de líquenes e musgos que se desenvolvem sobre a superfície pétreo. Tal como no alçado Norte o desenvolvimento da colonização biológica deve-se ao incorrecto direccionamento das gárgulas.



Fig.63- Fachada Sul – Pátina de sujidade e infestação liquénica

Este alçado contrasta com os anteriores pelo facto de terem sido efectuadas intervenções de restauro por parte da DGEMN, tendo sido aplicados novos blocos pétreos, situação relacionada com a abertura de uma janela no braço Sul do transepto, o que justifica a apresentação de melhor estado de conservação dos blocos e uma coloração diferente. Algumas zonas parecem ter tido a cantaria recoberta por uma argamassa fina.



Fig.64 – Fachada Sul – Blocos substituídos devido a intervenção de restauro

Fachada Nascente

Esta fachada sofreu intervenções de restauro desenvolvidas pela DGEMN, nomeadamente o desentaipar das janelas da abside e absidíolos. Os blocos de cantaria novos aí existentes justificam as campanhas de restauro deste alçado. Várias superfícies encontram-se recobertas por argamassas de cimento.

A nível da cobertura encontramos telhas partidas e deslocadas, com plantas, líquenes, bolores e fungos incrustados, inclusivamente nas ameias.

A nível das paredes exteriores manchas derivadas da deposição de sujidade transportada pela água da chuva, colonização biológica, infestação liquénica, bolores e fungos incrustados nas cimalthas, e ameias, apresentando sinais de humidade.

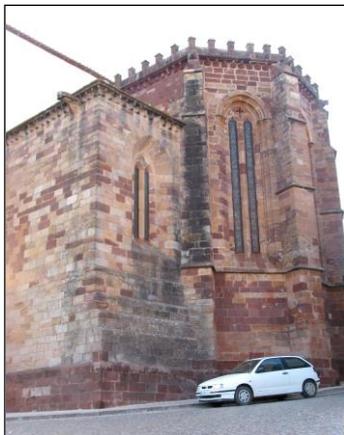


Fig.65 – Fachada Nascente – Pátina de sujidade

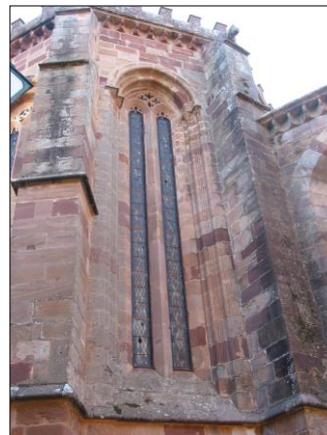


Fig.66 – Fachada Nascente – Depósito superficial

Devido a fenómenos reactivos rocha/ar poluído e até mesmo deposição de sujidades junto das janelas, os depósitos superficiais e pátinas de sujidade apresentam grande desenvolvimento, verificámos também a manifestação de alteração cromática e alveolização.



Fig.67 – Fachada Nascente – Pátina de sujidade

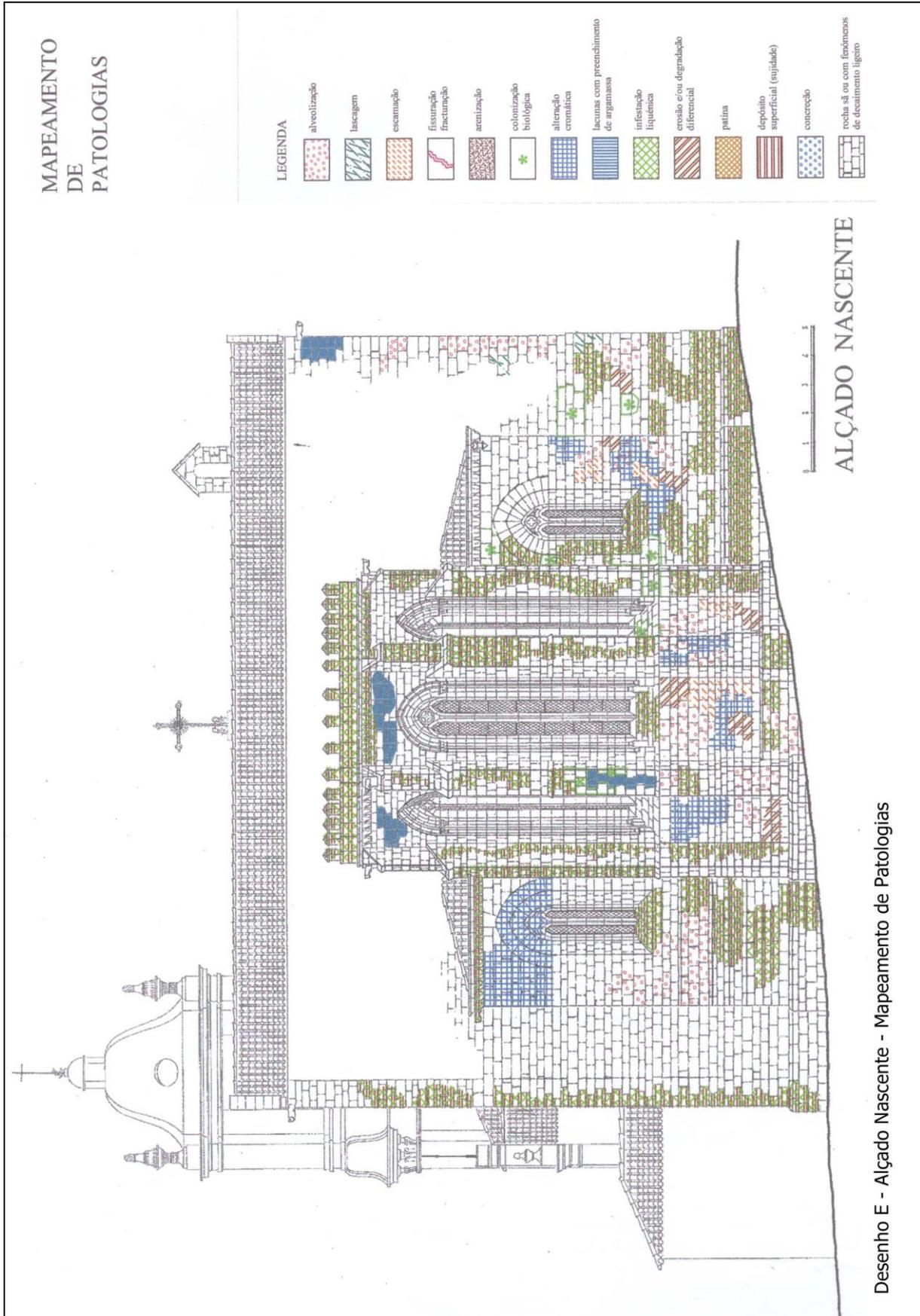
Torres Sineiras

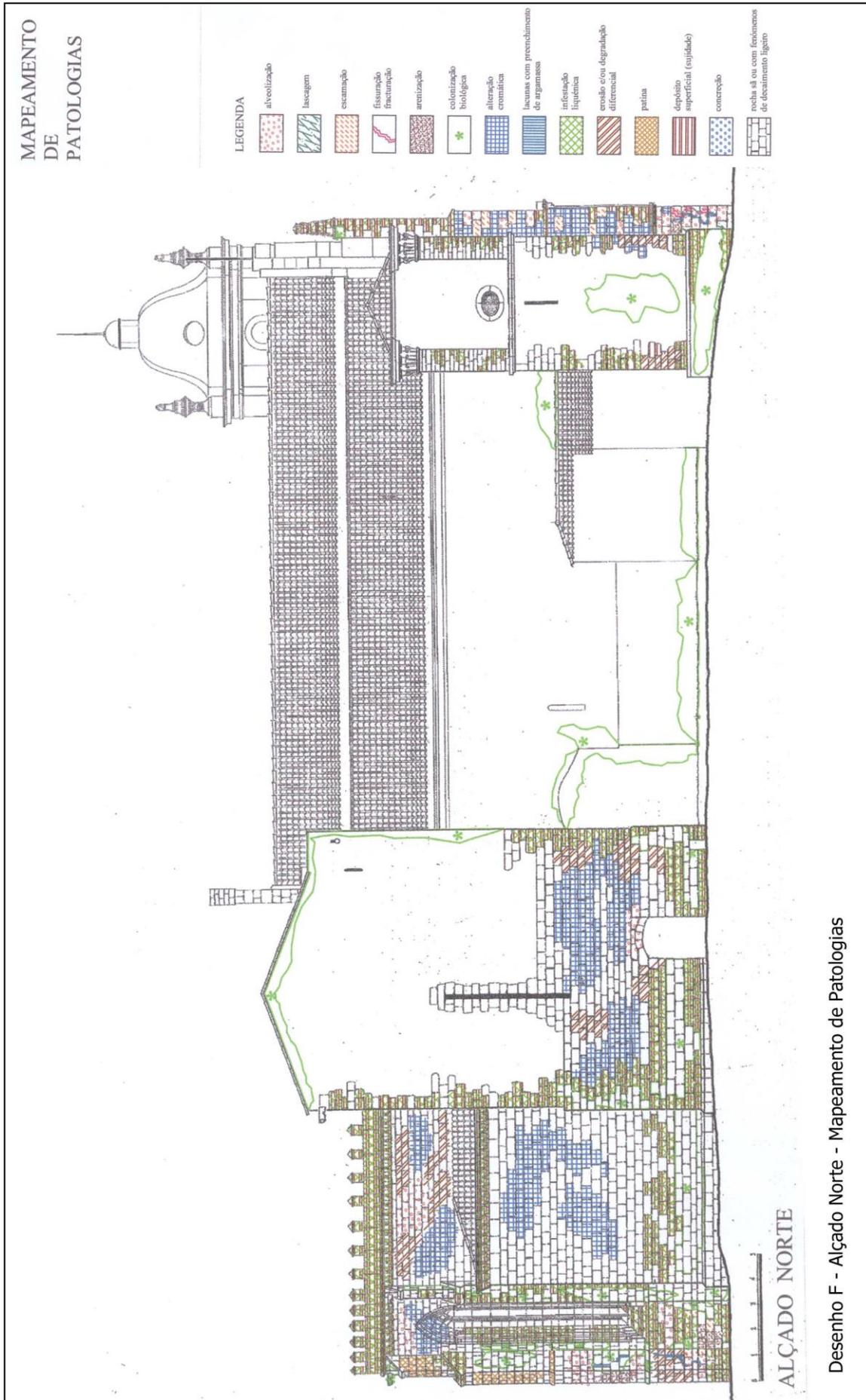
O interior da torre sineira (Torre Sul), mais precisamente no andar em que se encontram os sinos, é uma área que merece especial destaque pela intensidade dos fenómenos de decaimento. Apresenta problemas de infiltrações na cobertura o que conduz ao aparecimento de escorrências e eflorescências salinas e à formação de concreções, com incidência nas juntas dos blocos da cantaria da abóbada. Devido à presença de humidade constante ocorrem espessos depósitos superficiais e pátinas de sujidade ao longo das paredes e depósitos superficiais de guano, porque os pombos ocupam sobretudo as torres sineiras.



Fig. 68 – Torre Sul – Depósito de guano

10.2.Mapeamento de Patologias (Alçados)



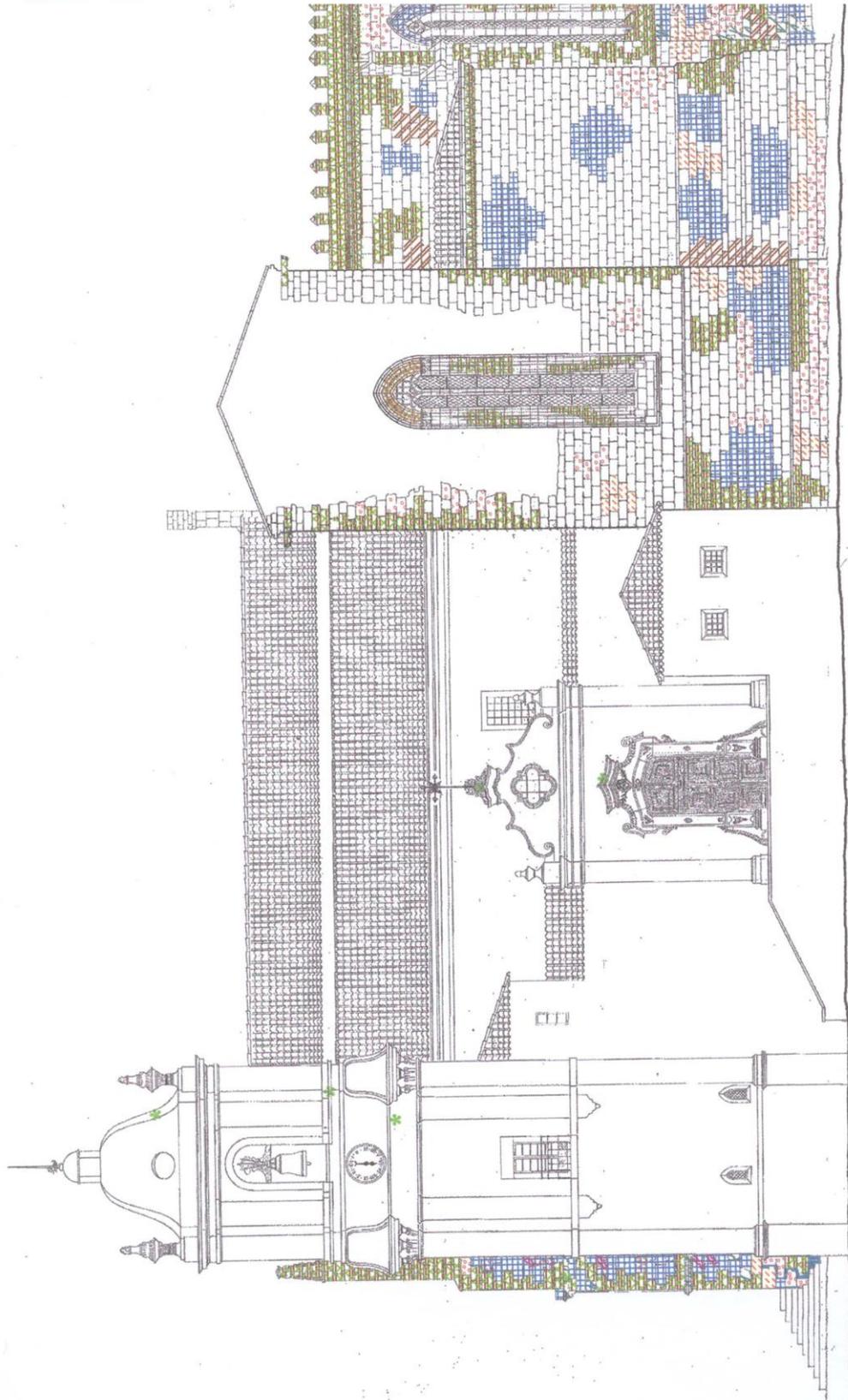


Desenho F - Alçado Norte - Mapeamento de Patologias

MAPEAMENTO DE PATOLOGIAS

LEGENDA

- alveolização
- lavagem
- escurecimento
- fisuração fracturação
- arenização
- colonização biológica
- alteração cromática
- lacunas com preenchimento de argamassa
- infestação líquêmbica
- erovão e/ou degradação diferencial
- patina
- deposição superficial (sujeidade)
- concreção
- pedra ásua com fragmentos de decantamento ligeiro



ALÇADO SUL

Desenho G - Alçado Sul - Mapeamento de Patologias

10.3.Estado de Conservação do Edifício a Nível Interior

Causas das Anomalias

A principal causa das anomalias dos edifícios antigos prende-se com o envelhecimento dos próprios materiais. A acção dos agentes climáticos provoca desgaste, conduzindo à alteração das características de elasticidade e resistência mecânica. A presença de humidade é uma questão essencial, porque contribui para a sua deterioração. A humidade pode provir de infiltrações através das coberturas e das janelas exteriores, bem como do subsolo.

Em alguns casos as anomalias têm origem em desastres naturais, como os sismos. É de realçar também, a forma inadequada de se realizarem certas intervenções de reabilitação.

A degradação do edifício começa geralmente pela cobertura. A presença de algumas telhas partidas, provoca a infiltração da água das chuvas, que não só enfraquece a estrutura em madeira, como arrasta, por lixiviação, os componentes aglomerantes das argamassas que se encontram nas abóbadas e nas paredes. Os pavimentos em soalho de madeira, ou ladrilho, também são afectados quando a humidade atinge as suas estruturas.

A acção dos agentes atmosféricos sobre os materiais empregues na construção, face às deficiências atrás mencionadas e a progressiva perda das propriedades “protectoras” – como a impermeabilidade e resistência à água, diminuição da coesão interna das argamassas e elementos resistentes (pedra, tijolo), empolamento dessas argamassas feitas à base de cal e areia, bem como os estuques, a cal e as tintas utilizadas na decoração interior – acelera o processo de degradação do edifício.

Alguns factores determinam o lastimoso estado de conservação em que se encontra a Sé de Silves:

- O sistema de coberturas em mau estado de conservação, assim como a existência de um sistema de drenagem deficitário;

- Dada a pouca eficácia de protecção das coberturas contra a infiltração das águas pluviais, os elementos construtivos que se lhe seguem são afectados, nomeadamente, os vigamentos de madeira, tectos abobadados, paredes e pavimentos;

-Devido à ascensão de águas vindas do subsolo principalmente durante as chuvas⁷⁵², os blocos que apresentam contacto prolongado com a água permitem a sua ascensão por capilaridade. A água penetra nas paredes e pavimentos, provocando a formação superficial de substâncias geralmente de cor esbranquiçada, as eflorescências salinas.

Paredes resistentes

As anomalias mais frequentes das paredes são a desagregação, o esmagamento e a fendilhação, provocados por causas de natureza diversa. A fendilhação das paredes de alvenaria pode ocorrer nas zonas onde se localizam aberturas de portas e janelas, na ligação entre paredes ortogonais. Nas paredes antigas rebocadas com argamassas fortes à base de cimento, são mais vulgares os fenómenos de fendilhação. Uma das principais causas para a fendilhação prende-se com os movimentos de assentamento das fundações.

A desagregação das alvenarias é devido à acção dos agentes climáticos. As humidades infiltradas nas paredes procuram e encontram todos os pontos fracos da construção das paredes, traduzidos por fendas e vazios.

Podemos indicar algumas razões que consideramos fundamentais na degradação de alvenarias:

- Condições que resultam da própria construção, das regras e tradições que estiveram na base da sua concepção, com recurso às técnicas e metodologias existentes na época;
- Envelhecimento natural da construção, com a degradação das propriedades mecânicas dos elementos estruturais;
- Cataclismos sofridos, como os sismos.

Pavimentos

Nos pavimentos de madeira distinguem-se as anomalias relacionadas com o processo de envelhecimento do material. As anomalias mais frequentes dos sobrados referem-se à deterioração da madeira, sendo de destacar a acção dos insectos xilófagos entre os quais os carunchos e térmitas e fungos de podridão. Podem ainda apresentar abaulamentos devidos à deformação excessiva.

⁷⁵² As infiltrações do subsolo pode também estar relacionadas com problemas de saneamento básico. Por outro lado, as infiltrações da cobertura manifestam-se essencialmente nas abóbadas e outras das zonas permeáveis são as juntas das janelas.

Tectos

Nos casos dos tectos de abóbada de pedra e tijolo, as anomalias são as mesmas das paredes resistentes.

Nos tectos de madeira a solução mais comum é a pintura com tintas a óleo. As anomalias mais frequentes referem-se a empolamentos, fissurações, destacamentos, manchas e alteração de cor.

Coberturas

A cobertura é um elemento da envolvente do edifício exposto de forma contínua à acção da chuva, às variações de temperatura, do vento e poluição. Baseiam-se em estruturas de madeira deficientemente seleccionadas e protegidas em relação aos fungos e insectos. Nas coberturas em telhado com telha de canudo, a perda de perfeição geométrica conduz à abertura de juntas entre as telhas, a água da chuva encontra o percurso mais facilitado.

Nas coberturas inclinadas temos as anomalias relacionadas com as deficiências das redes de drenagem de águas pluviais. Nas coberturas à base de telha cerâmica, salienta-se as telhas partidas, telhas mal colocadas e danificação das telhas de ventilação.

10.3.1. Formas de Decaimento Ocorrentes no Interior do Edifício

Introdução

É possível identificar genericamente os seguintes fenómenos de decaimento presentes nos elementos pétreos (paredes, abóbadas, colunas, capiteis e pavimentos):

-Fragmentação - desintegração da pedra em fragmentos mais ou menos coesos, de dimensões superiores às dos grãos de areias;

-Lascagem- separação da rocha em escamas e placas com alguns centímetros de espessura, paralelas à superfície da rocha devidas, sobretudo, à insolação e a fortes variações de temperatura;

Os fenómenos de desintegração granular (fragmentação e lascagem) desenvolvem-se essencialmente nos capiteis, nas abóbadas e paredes do transepto, capela-mor e absidíolos.

-Escamação- destacamento de camadas paralelas à superfície da pedra e independentes da sua estrutura petrográfica;

-Incrustações- formação de depósitos superficiais gerados sobre a rocha e resultantes da acumulação de materiais estranhos à rocha (concreções e pátinas). Concreções são depósitos compactos pouco desenvolvidos, gerados por aposição e crescimento a partir da superfície, sem ligação genética e evidente com o substrato. Estas são muito comuns no chão da igreja, quer no transepto, quer na nave.

-Pátina- aspecto da pedra após envelhecimento natural. Verifica-se um pouco por todo o lado pelo envelhecimento natural das pedras na sua interacção com o ambiente circundante, principalmente nas colunas e capitéis da nave central.

Eflorescências salinas- formação superficial de substâncias, geralmente de cor esbranquiçada e de aspecto cristalino, pulveriforme ou filamentosos. São comuns no pavimento e paredes da igreja, fundamentalmente na área do transepto e cabeceira.

-Sujidades acinzentadas ou ligeiramente castanhadas – produtos da deposição seca como resultado dos fenómenos de condensação em zonas em que há protecção suficiente da acção das águas pluviais, não havendo transformações físico-químicas relevantes.

-Manchas- manchas de cor negra acastanhada devido a escorrência, a partir das juntas das unidades estruturais. São também frequentes manchas associadas a diferentes teores de humidades das paredes.

Nave central e laterais (paredes Norte e Sul)

A nave central e as naves laterais apresentam fenómenos de decaimento muito ligeiros. Os elementos pétreos mantêm a sua volumetria e encontram-se simplesmente recobertos por uma pátina acastanhada, que poderá ser o resultado do envelhecimento natural da pedra. Alguns capitéis da nave central apresentam crostas negras, relacionadas provavelmente com a incidência dos expositores de velas.

No que respeita aos arcos sob os pilares de separação das naves, a sua degradação é bem evidente, apresentando-se já em estado de alteração bastante evoluído, no que respeita a esfoliação e lascagem.



Fig.69- Crostas negras presentes nas colunas e capiteis da nave central



Fig. 70 – Argamassa presente nas juntas das bases das colunas da nave central



Fig. 71- Esfoliação e lascagem presente nos arcos e pilares da nave central

As paredes (Norte e Sul) apresentam sinais de infiltrações, a ausência de reboco em algumas zonas das paredes exteriores torna-as permissivas às infiltrações da água da chuva.

Algumas das rochas aplicadas nos altares das naves colaterais apresentam ligeiros fenómenos de decaimento:

- Alguns elementos em calcário apresentam fenómenos superficiais de desintegração granular, adquirindo a sua superfície tonalidade mais clara.

- Destacamento dos estuques, relacionados com os fenómenos de humidade.

Esses altares possuem retábulos de características Barrocas, que se encontram muito deteriorados, pelo destacamento dos elementos que o constituem e pelo mau estado da talha



Fig. 72- Destacamento de estuque no altar da nave colateral Sul

Fig. 73- Deterioração de talha no altar da nave colateral Sul

Outra das patologias encontradas relaciona-se com a má impermeabilização das coberturas das naves. A falta de manutenção da cobertura da nave central e colateral Sul é visível. Na nave colateral Sul este tipo de situação manifesta-se pelo aparecimento de manchas de humidade.

O pavimento de madeira das naves central e laterais apresenta-se bastante deteriorado.



Fig. 74 – Pavimento em madeira deteriorado na nave central

Cruzeiro, Transepto, Capela-mor e Absidiólos

Encontramos nos panos dos absidiólos, capela-mor e transepto alguns fenómenos de esfoliação, erosão regressiva e perda de material devido a fenómenos de desintegração granular. Refira-se a alteração diferencial de alguns elementos pétreos das paredes, trata-se de um fenómeno relacionado com a forma como ocorre a incidência solar. Os panos dos absidiólos apresentam também desenvolvimento de crostas negras associadas a fenómenos de alveolização.



Fig. 75 – Perda de material na parede da capela-mor



Fig. 76- Esfoliação e erosão regressiva na parede da capela-mor



Fig. 77-Fenómenos de alteração diferencial no topo Norte do transepto

A parede nascente da capela-mor apresenta um elevado nível de humidade e sinais de infiltrações e escorrência. Devido a deposição de sujidades das janelas da capela-mor, há uma abundância de crostas negras. As campanhas de restauro realizadas são comprovadas pelos blocos de cantaria “novos” aí existentes. O arco de entrada na capela-mor apresenta pátinas de sujidade generalizadas, o que lhe confere tonalidade acinzentada.



Fig. 78 – Sinais de humidade e escorrência

Fig. 79- Blocos de cantaria novos

Encontramos eflorescências salinas no pavimento e ao longo das paredes da capela-mor e no pavimento do transepto. As rochas apresentam manchas e variações cromáticas. Temos a cristalização à superfície da pedra de sais solúveis carreados por migração por capilaridade e depositadas por evaporação.

As juntas que ligam os elementos de cantaria que compõem a cobertura abobadada da capela-mor, absidiolos e transepto apresentam-se preenchidas por argamassas grosseiras preparadas à base de cimento. As argamassas por seu turno encontram-se desagregadas e com fraca adesão ao substrato pétreo.



Fig. 80 – Juntas preenchidas por argamassas grosseiras, abóbada da capela-mor



Fig. 81- Abóbada da capela-mor, nervuras preenchidas com argamassas de cimento

Verifica-se a permanência de pintura desgastada na abóbada do absidiolo direito. No absidiolo esquerdo apresentam-se juntas de fecho entre blocos de cantaria parcialmente abertas, apresentando-se algumas preenchidas pelo menos superficialmente por argamassas cimentícias. Estas argamassas para além de apresentarem características mecânicas distintas relativamente ao material pétreo, são inestéticas e prolongam-se, muitas vezes, para as superfícies em pedra.



Fig. 82- Pintura deteriorada da abóbada, absidíolo direito

Verifica-se o elevado grau de erosão dos capitéis. Alguns foram substituídos por ocasião da intervenção de restauro da DGEMN. As colunas apresentam um elevado grau de arenização, com destituição dos seus contornos formais.

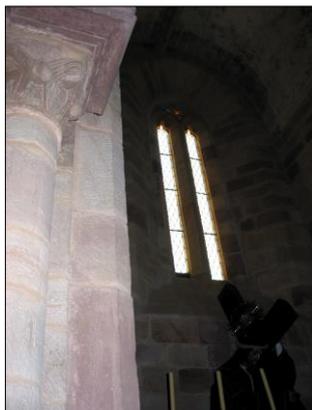


Fig. 83- Capiteis substituídos pela intervenção de restauro da DGEMN, absidíolo esquerdo



Fig. 84- Grau de arenização nas colunas, absidíolo esquerdo

Verificamos a destruição parcial do pavimento que apresenta zonas de grande desgaste e de variação de cromática devido a eflorações salinas. O pavimento em frente à capela-mor é em lajes de pedra de grande irregularidade, encontrando-se, no entanto, a pedra coesa.



Fig.85-Capiteis substituídos pela intervenção de restauro da DGEMN



Fig. 86- Capiteis substituídos pela intervenção de restauro da DGEMN



Fig.87- Capela-mor, bases das colunas com lacunas



Fig. 88- Desgaste do pavimento na capela-mor devido a eflorescências salinas



Fig. 89- Presença de eflorescências salinas no pavimento do transepto



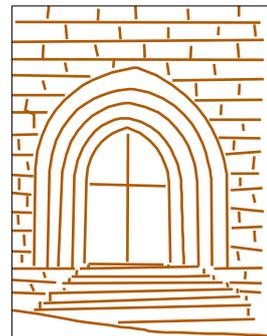
Fig. 90 – Presença de eflorescências salinas na parede da capela-mor

Tecto

Como foi referido anteriormente, as abóbas encontram-se na sua quase totalidade afectadas por fenómenos de erosão regressiva ou desagregação granular diferencial. São igualmente observáveis depósitos superficiais de argamassa e cal.

Em conclusão a ausência de cuidados mínimos de manutenção contribuiu para acelerar a degradação do edifício. O estado de conservação do edifício tem vindo a deteriorar-se de um modo crescente com efeitos visíveis quer no exterior, como no interior. A destruição no interior deve-se à permanência de áreas de cobertura em ruína, o que constitui o principal factor de degradação e a fenómenos de decaimento do material pétreo principalmente nas zonas do cruzeiro, transepto, capela-mor e absidíolos.

11. CASO DE ESTUDO: PORTAL POENTE



11. CASO DE ESTUDO: PORTAL POENTE

O portal Poente da Sé de Silves constitui uma das zonas mais degradadas do edifício. Optámos por cartografar os fenómenos de decaimento mais importantes que atacam o tipo de pedra utilizada nesta construção – grés, calcário, conglomerado e mármore- e identificar as patologias.

11.1. Descrição do Alçado Principal

O alçado principal possui estrutura simétrica reforçada por contrafortes. Sem embasamento proeminente, possui cinco panos. O central é marcado pelo portal aberto num maciço quadrangular, as suas cinco arquivoltas em arcos de flecha assentam em colunas com capiteis. Sobre as arquivoltas uma cornija apoia-se em cachorrada com carrancas e corre um estreito passadiço servido por uma pequena porta, situada no canto direito.

Do maciço pétreo nascem dois contrafortes adelgaçados no último andar, sob pináculos ornados de cogulhos que sobem até ao remate do pano em volutas e enquadram o óculo de profunda moldura, sem rosácea.

Nos flancos as duas torres, a do lado Norte de dois registos não sobressai em altura na fachada, enquanto a Sul com mais um registo onde é colocado o sino é rematada por um cupulim e domina o conjunto. O acesso ao portal faz-se por uma pequena escadaria. O pórtico é construído em rocha greso-conglomerática. É formado por oito colunas de mármore branco-acinzentado e azulado encimadas por capiteis de motivos vegetalistas, muito alterados. As arquivoltas do pórtico se apoiam em colunas e todas estas assentam em socos duplos.

Aspecto Geral do Estado de Alteração da Fachada Poente

A observação da fachada Poente permite verificar a grande diferença de comportamento dos materiais, nomeadamente dos materiais utilizados quanto à sua resistência às intempéries. A parte superior em calcário compacto, apresenta-se relativamente bem conservada, no seu aspecto geral, onde apenas alguns blocos mostram sinais de alteração mais avançada. Raramente a alteração é muito profunda de forma a causar preocupação quanto à segurança do monumento.

Enquanto que a parte inferior do portal apresenta um estado de conservação calamitoso. A alteração manifesta-se quer ao nível da pedra, corroendo a superfície

modificando o relevo e textura iniciais, quer a nível estrutural, por rotura dos elementos com destacamento e queda de fragmentos. Podem apreciar-se os efeitos de alteração da pedra, bem como os numerosos casos de destacamento dos fragmentos, como por exemplo na cercadura de motivos naturalistas que decoram o arco da porta, onde a destruição é quase total. A degradação manifesta-se mais ou menos de forma generalizada por todo o portal, mas é notória uma maior incidência na sua metade inferior.

Os locais onde a alteração progride de forma mais veloz são facilmente identificáveis pela sua coloração esbranquiçada, pois a erosão da superfície é aí suficientemente rápida para impedir a acumulação de sujidade, ou a formação de qualquer pátina. A observação de pormenor do portal permite verificar que a zona inferior está a degradar-se mais rapidamente que a zona superior, onde se conservam diversas manchas de sujidade. Para além dos factos apontados, é necessário analisar mais perto, onde a pátina e as manchas de sujidade cobrem alguns blocos profundamente erodidos. A observação mostra que a pedra está coberta por uma crosta endurecida, de pequena espessura onde se acumula a sujidade.

Para além da degradação apontada, deve referir-se a presença de diversas manchas resultantes da colonização por espécies biológicas que vão desde os líquenes e musgos até a algumas plantas superiores. As principais manchas de vegetação ocorrem nos níveis superiores do monumento onde é mais fácil a fixação das diferentes espécies. Estão, geralmente associadas à escorrência de água ao longo da fachada ou à acumulação de detritos em saliências ou pequenos patamares nela existentes.

O facto mais marcante é a ocorrência generalizada de degradação diferencial, reflexo de variações estruturais e de composição das rochas. Esta degradação diferencial evolui, nalguns casos, para alteração alveolar. Para além da degradação diferencial, deve referir-se a formação de placas e a escamação como forma mais vulgar de degradação. A escamação ocorre em vários locais e consiste na formação e destacamento de pequenas escamas de material com dimensões muito reduzidas, quer em área, quer em espessura.

Os materiais mais homogéneos e fáceis de trabalhar, encontram-se nas partes mais trabalhadas e nas esculturas do portal, enquanto que nas alvenarias e nos silhares parecem predominar materiais menos puros, são materiais menos purosos e de maior dureza.

Frequentemente as pedras têm crostas endurecidas que, nalguns locais se encontram desligadas do substrato formando placas em vias de destacamento.

11.2. Identificação das Patologias e Exposição do Portal Poente

O material usado na construção do portal para além da pedra vermelha da região “grés de Silves”, é o grés conglomerático, conglomerado, calcário compacto, calcário conglomerático e mármore.

Os elementos pétreos foram cortados nas mais variadas formas, conforme a utilização que lhe era destinada. O grés utilizado no portal apresenta, de uma maneira geral, uma tonalidade avermelhada. Observa-se nalgumas zonas uma cor⁷⁵³ mais clara e esbranquiçada da rocha, deve-se esse facto à idade da cantaria colocada em obra, e à exposição das superfícies à intempérie.

O pórtico mostra-se bastante alterado, mesmo ao nível dos capiteis das colunas, alguns com motivos vegetais quase apagados, mostram degradação diferencial que pode conduzir ao quase apagamento do lavrado. São notórios fenómenos de desagregação avançados e restos de cobertura de argamassa com que se quis preservar o pórtico. A rocha calcário-conglomerática está muito incoerente, desagregando-se com facilidade. Encontramos porções da fachada em grés e conglomerado muito fracturado e com desagregação avançada, originando lacunas importantes.

A cobertura biológica que se desenvolve sobre a rocha denota alguma porosidade. Em termos de resistência a tensões de ruptura torna-se impossível fazer uma caracterização do grés aplicado na construção sem decorrer a análises de laboratório. O grande desenvolvimento de líquenes que se observa em todo a Sé é prova de uma atmosfera despoluída. O foco de poluição que incide mais directamente sobre o portal da Sé é a dos automóveis, principalmente no Verão, em número abundante devido às frequentes visitas turísticas. Havendo uma quantidade média de quantidade de dióxido de carbono proveniente dos escapes, o pórtico é a parte que recebe maior incidência desse gás, tendo em atenção a inclinação do pavimento.

Em termos da caracterização das patologias presentes temos:

⁷⁵³A pigmentação é critério essencial na distinção entre cada uma das variedades localmente denominadas “grés de Silves”. É um fenómeno complexo, onde o próprio granulado da rocha pode ter importância, na medida, em que os sedimentos finos tendem para as cores escuras. As diferenças nas cores reflectem o diferente estado de oxidação do ferro.

- Blocos com erosão regressiva e diferencial de que resultam blocos em reentrância e com superfície irregular acompanhada de arenização, e escamação;
- Blocos exibindo escamação múltipla;
- Blocos evidenciando fracturação, fissuração e lascagem;
- Fenómenos de alveolização bastante pronunciada;
- Colonização biológica, quer de infestação líquénica, musgos e vegetação arbustiva que ocorre a alturas relevantes;
- Lacunas de material pétreo colmatadas por argamassa, juntas de blocos preenchidas por argamassas grosseiras;
- Depósito superficiais de guano nos socos das colunas;
- Pátinas de sujidade ou crostas negras;
- Alteração cromática dos blocos de cantaria, associada na maior parte das situações a fenómenos de desintegração granular.

Todas as paredes do monumento sofrem da humidade natural do terreno, proveniente da chuva que cai directamente no solo, tanto no exterior como no interior. Outro aspecto importante é a acção da chuva aliada ao vento, estes dois elementos climatéricos e a sua relação com a geometria do monumento favorecem a humidade presente no monumento. O vento por si só providencia a erosão eólica do efeito de abrasão entre as duas superfícies, massas de ar e a pedra do monumento.

A menor dureza do cimento que constitui o “grés de Silves” e o seu carácter argiloso explicam a fragilidade desta rocha, a acção da intempérie coadjuvada pelos poluentes da atmosfera que acidulando as águas pluviais tem uma acção de erosão diferencial sobre estas rochas conduzindo à sua degradação.

A ideia que esteve subjacente à concepção deste edifício foi a resistência à destruição, mas a actuação dos agentes atmosféricos prova que nada é eterno. A falta de manutenção vem tornar mais evidentes os fenómenos de degradação.

Os líquenes e os musgos são bons indicadores das zonas com maiores teores de humidade. Os líquenes necessitam de nutrientes ricos em minerais e água mas, são muito resistentes a temperaturas extremas e inclusive à falta de água. Estão normalmente

associados a zonas de menor alteração superficial. Como corpos orgânicos que não produzem ácidos, provocam a decomposição de vários milímetros da superfície da rocha.

Os musgos carecem de um ambiente mais estável, pelo que aparecem mais em zonas onde não há grande variação da incidência solar. Estão muito condicionados pela quantidade de água, temperatura e luz ambiente. As argamassas por serem muito porosas oferecem um meio óptimo para o desenvolvimento de elementos biológicos.

A rocha predominante encontra-se, de uma maneira geral, com patologias pontuais decorrentes da sua localização em partes específicas da construção. Conjugados vários factores surgem fenómenos de arenização ainda que pouco pronunciada, fracturação devido às altas temperaturas e forma reduzida de perfis e formação de crostas em zonas frequentemente húmidas e abrigadas.

As eflorescências ocorrem em condições especiais de humidade e temperatura, e são responsáveis pela desintegração granular da rocha. O fenómeno, está presente também no portal principal, embora com pouca expressão.

Outro dos fenómenos que nos é dado a observar e que é bastante dominante é a alveolização, a acção biológica, tanto química como física, a deposições a que está sujeito e a dissolução da rocha por força dos escorrimentos. Neste fenómeno as cavidades são de dimensões consideráveis. A acção física do vento aliada à eventual congelação da água retida nos alvéolos, onde é difícil a sua evaporação, vai provocando vazios mais profundos e a fissuração, a ligação entre as cavidades torna-se cada vez maior.

Em termos gerais a pedra do portal está mais deteriorada, facto que se deve à sua exposição às intempéries e à intervenção de restauro realizada pela DGEMN⁷⁵⁴. É uma zona em que os ventos de SW circulam com intensidade. Outro aspecto é que está fortemente exposto ao sol todo o ano.

A observação da fachada mostra que as rochas podem apresentar diversas estruturas que lhe conferem um aspecto heterogéneo. A erosão que tem actuado na pedra faz salientar a diversidade de texturas; as intervenções de restauro têm, também contribuído para aumentar a heterogeneidade da fachada através da introdução de blocos novos em substituição daqueles que se vão arruinando. Normalmente a rocha mais porosa, pouco resistente e fácil de trabalhar, tem sido largamente utilizada como matéria-prima para motivos esculturais.

⁷⁵⁴ Utilização de materiais que interagem com a rocha.

Sistematizando a informação enumeram-se as causas de degradação da construção:

- Deterioração das argamassas
- Composição volumétrica do pórtico expressa na sua geometria e heterogeneidade dos seus materiais constituintes
- Infiltração da águas pluviais
- Infiltração e ascensão das águas provenientes do solo
- Introdução de ventos húmidos para o interior da construção

Como factores de degradação de origem biológica assinalam-se a acumulação de dejectos de pombos e proliferação de líquenes. As principais patologias diagnosticadas foram fenómenos de escamação, e esfoliação, algumas zonas com alveolização e diversos tipos de incrustações. Os minerais e produtos de alteração que se formam no portal da Igreja dependem não só do substrato em que se formam mas também de factores exteriores, nomeadamente do microclima em que se insere o monumento da poluição atmosférica, da acumulação de dejectos de pombos e de obras posteriores de conservação e restauro, bem como da presença de líquenes.

Deterioração das Argamassas

Quando à humidade permanece em quantidades superiores às desejáveis fica a argamassa susceptível à degradação. A temperatura pode ser um dos motivos da deterioração em profundidade. A temperaturas elevadas a argamassa e a rocha dilatam em proporções diferentes, o que gera tensões na alvenaria que vão contribuir para a separação dos dois materiais. Como resultado desses processos abrem-se fissuras, quer na união da argamassa com a pedra, quer dentro da própria junta.

Composição Volumétrica do Portal

A fachada virada a Poente recebe a influência dos raios infravermelhos responsáveis pela transmissão do calor, cuja intensidade é elevada no Verão. As amplitudes térmicas sobre a fachada são das maiores.

O paramento do troço inferior encontra-se em pior estado de conservação que o troço superior. Existe uma diferença de tonalidade da rocha, que se encontra mais avermelhado no troço inferior, zona menos exposta à chuva, por isso menos húmida, também é menor a fixação de poeiras que dão a pátina mais escura ao restante troço. O troço inferior diminui a probabilidade de acumulação de águas pluviais e dificulta a fixação e desenvolvimento de plantas que existem a nível superior.

No grão do pórtico registam-se problemas de esboroamento, desagregação granular, fissuração, fracturação, e formação de crostas.

A superfície plana da parte superior do pórtico permite que a água percorra até ao pórtico. Os líquenes aparecem nas zonas de maior humidade como é a parte superior. As grandes amplitudes térmicas impedem aqui o crescimento do musgo. Na parte superior observa-se uma mancha de coloração mais escura devido à maior acumulação de poeiras sobre essa zona de maior humidade.

A forma do pórtico provocada pela junção das torres nos cantos laterais gera um recanto preferencial para o aparecimento de plantas superiores e líquenes.

Os ciclos de secagem e molhagem e o embate da chuva, associados à acção do vento provocam o esboroamento da cantaria, a projecção da chuva pela acção do vento faz-se sentir mais na área SW do portal.

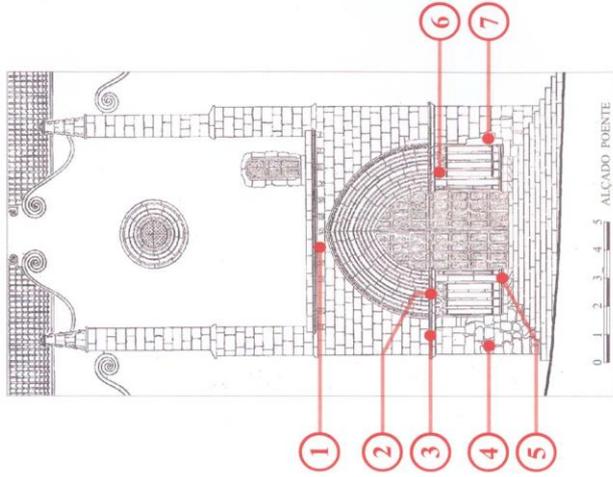
A escorrência das águas pluviais sobre a fachada (devido em parte à má orientação das gárgulas em relação ao regime dos ventos) e a sua infiltração para o interior da cantaria vai lixiviando a rocha. As partes mais expostas dos blocos, por isso mais alteradas as arestas ficam mais debilitadas sobre a acção do vento que provoca a sua erosão. A desagregação provoca cavidades nos blocos de cantaria. Este processo de meteorização vai expondo aos agentes atmosféricos novas camadas de rocha num processo de renovação impedindo a formação de pátina neste troço inferior.

As fissuras que se vêem nalguns blocos resultam da acção nefasta da água que se infiltra por ascensão capilar. O troço inferior do pórtico é a parte que fica em contacto com o pavimento por onde escorrem as águas provenientes também do troço superior. Os ciclos de secagem e molhagem são responsáveis por reacções químicas que conduzem à superfície

determinados minerais responsáveis pela formação das crostas escuras. Estes novos produtos químicos fixam-se sobre a camada superficial dos blocos de cantaria ganhando uma consistência que confere maior dureza à superfície aparente.

11.3. Caracterização das Patologias: Levantamento Fotográfico (Portal Poente)

CARACTERIZAÇÃO DE PATOLOGIAS
- LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



4 escamação e lascagem



5 sujidade e depósito superficial (depósito de guano)



6 lacunas e juntas abertas



1 colonização biológica (pequenos arbustos e ervas), infestação líquénica e juntas abertas



2 sujidade, depósito superficial (depósito de guano), fracturação e lacunas



3 pátina de sujidade e infestação líquénica



7 lacunas preenchidas com argamassa

Imagem D - Portal Poente: Caracterização de Patologias - Levantamento Fotográfico

CARACTERIZAÇÃO DE PATOLOGIAS - LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

8 juntas abertas e fracturação

9 degradação diferencial e juntas abertas

10 fracturação e preenchimento de lacunas com argamassa

11 juntas abertas

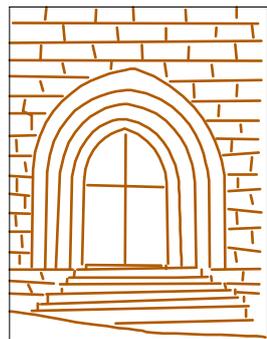
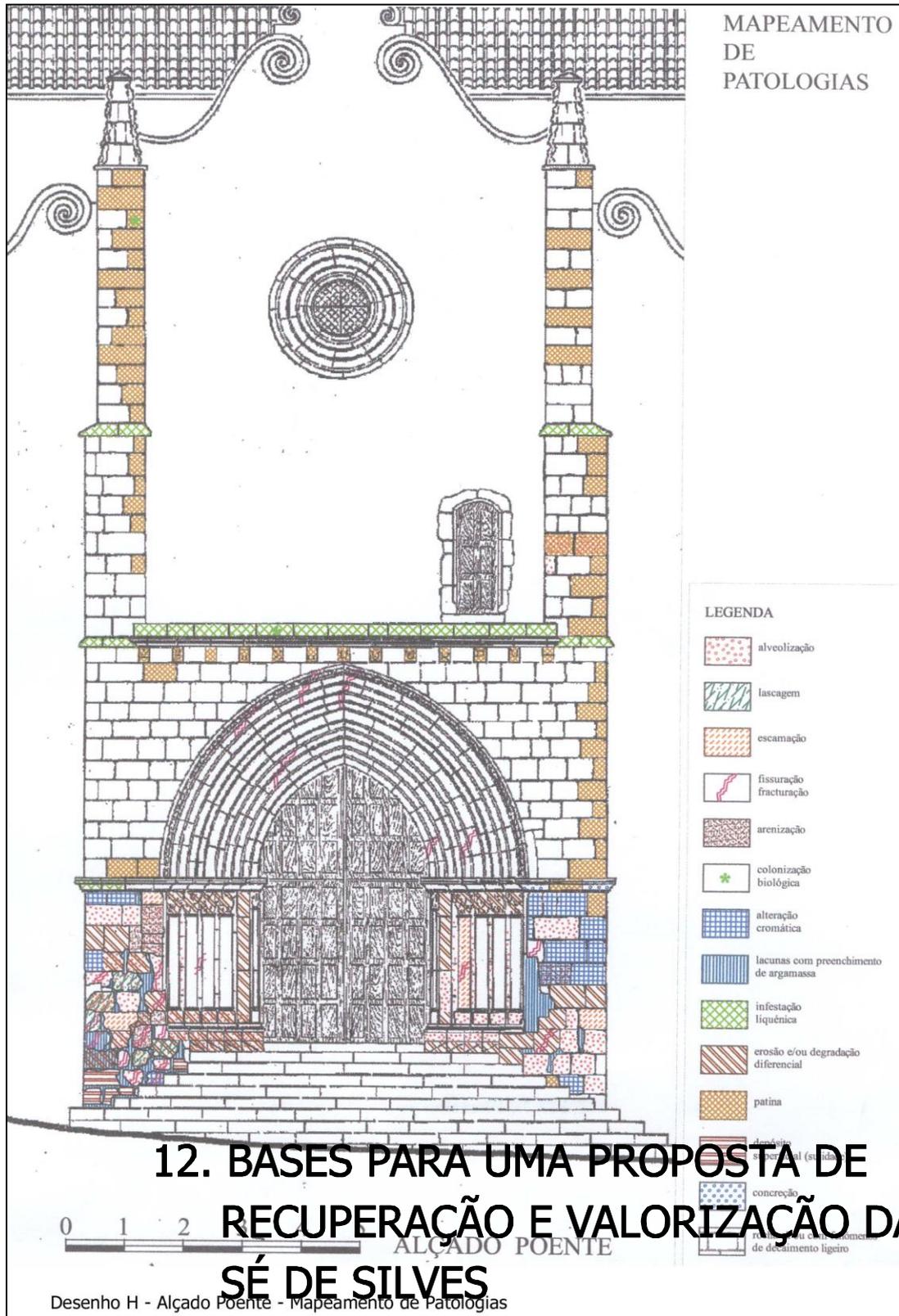
12 pátina de sujidade (blocos superiores), concreções (friso) e alteração cromática (blocos inferiores)

13 fissuração e escamação

14 alveolização
nota: bloco lateral
A

Imagem E - Portal Poente: Caracterização de Patologias - Levantamento Fotográfico

11.4. Mapeamento de Patologias (Portal Poente)



12. BASES PARA UMA PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA SÉ DE SILVES

Objectivos

Desde a Antiguidade, época em que se iniciou a preocupação com a conservação das edificações de maior significado social, as intervenções realizadas visando a conservação e a recuperação do património edificado denotam a marca da época em que são realizadas.

Os edifícios são muitas vezes marcados pela sobreposição de numerosas intervenções, visando a sua salvaguarda. Estas intervenções realizadas de forma hábil às vezes, e por outras de modo radical, foram conferindo ao edifício um aspecto diferente do inicial.

Foi sobretudo a partir do início do séc. XIX que se começaram a afirmar as várias correntes filosóficas que suportaram ideologicamente os diferentes critérios e métodos de intervenção.

Estas várias correntes filosóficas têm como origem o despertar de movimentos de intelectuais, nomeadamente em França e Inglaterra, no sentido de se evitarem os actos de vandalismo ou alterarem o estado de abandono a que o património edificado ficou sujeito, a partir das alterações profundas que a sociedade sofreu nesses países.

Apesar de todo o labor dos intelectuais do final do séc. XIX, sobre a conservação e a recuperação dos testemunhos edificados do passado, prevaleceram no entanto, as teorias que consagram o conceito de monumento-objecto até aos anos 60 do séc. XX.

No decurso das últimas décadas produziram-se documentos-referência, as chamadas “cartas”, através dos quais são estabelecidos princípios fundamentais que devem reger/orientar qualquer intervenção em património arquitectónico, adaptados, como seria de esperar, à diversidade cultural de cada país.

Após a primeira Guerra Mundial surgiu nova e redobrada atenção para a salvaguarda do património arquitectónico, com a proclamação da Carta de Atenas em 1931, as orientações emanadas desta Carta favorecendo a renovação urbana por razões de salubridade ou de segurança, contribuíram para a destruição ou mutilação de muitos conjuntos edificados de elevado interesse patrimonial.

A Carta de Veneza contrapõe ao conceito de monumento-objecto outro mais abrangente, definindo como monumento histórico qualquer criação arquitectónica, isolada ou agrupada que constitua testemunho de uma civilização, o contributo mais notável que esta Carta introduz prende-se com a ideia de que o monumento histórico não é mais um testemunho edificado isolado. Formando antes um todo com o seu enquadramento próprio, no sentido lato conferido pelas interacções culturais e funcionais, sendo deste modo inseparável do seu enquadramento urbano ou natural. De acordo com o postulado do documento referido, mais urgente e importante que as acções visando a recuperação dos Monumentos ou Conjuntos Históricos em estado avançado de degradação, importa efectuar uma “manutenção permanente” dos mesmos. Desta forma poder-se-iam evitar intervenções de recuperação de grande envergadura que implicariam a substituição de materiais tradicionais por outros que sendo contemporâneos conduzem por vezes à sua descaracterização.

Em relação à metodologia da proposta de intervenção deve-se seguir como principal referência o articulado expresso na Carta internacional acima mencionada. Outro documento importante é a Carta Europeia do Património Arquitectónico. Neste documento são considerados, para além dos aspectos de carácter técnico da recuperação, também as implicações de cariz social, ao empenhar as populações residentes nos centros históricos das cidades ou em conjuntos classificados, em todo o processo de recuperação. Com este tipo de actuação pretende-se resolver não só os problemas relacionados com a recuperação do património arquitectónico mas obviar também problemas inerentes de carácter social e humano.

Mais recentemente temos a Carta de Cracóvia (2000), segundo a qual a “Conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio, a manutenção, a reparação, a renovação e a reabilitação” e é feita segundo o projecto de restauro que “deverá basear-se numa gama de opções técnicas apropriadas e preparadas segundo um processo cognitivo que integre a recolha de informação e o conhecimento profundo do imóvel e /ou da sua localização”.

Fundamentalmente, defende-se o princípio de intervenção mínima e o respeito pelos critérios de autenticidade, nos âmbitos do espaço envolvente, histórico, estético e técnico, mais especificamente a utilização de técnicas e materiais de construção tradicionais e reversíveis em qualquer intervenção.

Segundo Piero Gazzola a metodologia de recuperação compreende:

1.1.Pesquisa Bibliográfica- Não se deve negligenciar apontamentos populares que referenciem o monumento, bem como a prova do real enquadramento da edificação, contemplando as características arquitectónicas dessa época.

1.2.Pesquisa de Arquivos- Pesquisa dos arquivos históricos e paroquiais, onde por vezes surgem elementos que permitem aprofundar a história de determinado elemento.

1.3.Pesquisa Iconográfica- Gravuras, desenhos, e fotografias antigas podem fornecer dados esclarecedores sobre a evolução arquitectónica.

1.4.Sondagens arqueológicas- Operações que devem ser supervisionadas por um arqueólogo, que fará apelo a outros peritos das várias matérias relacionadas com os achados.

1.5.Estudo do Sítio- Estudo do Enquadramento da fortificação no lugar de implantação.

1.6.Exame da estrutura arquitectónica- Preparação de levantamentos cronológicos. O levantamento pressupõe o estudo das alvenarias, por forma a ser feita a leitura do desenvolvimento cronológico.

A recuperação terá como limite o respeito pela estrutura espacial do monumento, não o submetendo a alterações que o desvirtuem ou modifiquem de forma irreversível a leitura da referida estrutura espacial, bem como a envolvência edificada e paisagística.

Recomendações para uma Proposta Geral de Intervenção

Exterior

- A conservação das fachadas do edifício - Esta conservação deverá passar pela manutenção periódica dos diversos paramentos com a limpeza regular de plantas que proliferam e se desenvolvem entre as diversas fiadas da rocha, sobretudo em áreas onde há maior concentração de humidade, provocando danos irreversíveis através da acção perfurante das raízes. Defende-se a utilização de herbicidas seguida de refechamento das juntas com material adequado e a aplicação pontual de biocidas, devido ao facto da colonização microbiológica surgir apenas em algumas áreas dos alçados. É importante a manutenção em bom funcionamento do sistema de drenagem das águas pluviais, por forma a evitar infiltrações dessas mesmas águas junto aos panos, provocando efeitos patológicos nefastos

com uma progressiva acção de degradação.

Redireccionamento do escoamento das gárgulas por forma a evitar o contacto directo e prolongado das águas pluviais com os materiais pétreos e sua limpeza regular para evitar acumulação, por períodos mais ou menos extensos destas águas em zonas de cobertura.

Remoção dos depósitos de guano nocivos para os materiais pétreos e a implementação de um sistema que evite a permanência dos pombos em reentrâncias do edifício. Entre estes sistemas encontram-se as redes de protecção em nylon, os fixadores em axo inoxidável, os sistemas sonoros ou eléctricos.

Reavaliação de coberturas por forma a resolver problemas relacionados com a presença de água e sua acumulação assim como de detritos vários e que conduzem à ocorrência de infiltrações de água para o interior do monumento.

Deve-se realizar a inspecção da rosácea, janelas e janelões por forma a corrigir os problemas de falta de estanqueidade relativamente às águas pluviais e que levam ao aparecimento de manchas de humidade e mesmo colonização biológica.

Eliminação das argamassas à base de cimento que se encontram sobrepostas a superfícies em pedra (fundamentalmente no alçado Poente) que provocam fenómenos de alteração diferencial no material pétreo. Na mesma fachada remoção das argamassas inestéticas e aplicação de uma argamassa integrada cromaticamente. Os sectores cujos panos ainda sejam constituídos de forma evidente por argamassas originais, deverão permanecer, quanto possível, sem qualquer intervenção de recuperação, embora sejam sujeitas às acções de conservação atrás preconizadas. Esta medida, tem por objectivo permitir de futuro a continuação dos estudos sobre o edifício.

Limpeza de pátinas de sujidade ou crostas negras que se desenvolvem nas fachadas, e torre sineira, conjugando processos aquosos, acompanhado por operações de dessalinização.

- A reintegração de algumas lacunas existentes nos paramentos das fachadas e a consolidação ou simples manutenção dos restantes. As lacunas de material pétreo da fachada Poente foram preenchidas, em intervenções anteriores, por um material de tonalidade esbranquiçada, que promove forte contraste com o material pétreo. Deve-se proceder à remoção e substituição por material de características e tonalidades mais adequadas ao material pétreo aí empregue.

Nas fachadas em que se verifique alguma degradação, as intervenções de recuperação a efectuar visarão a aplicação de novos revestimentos, tendo em vista a

conservação dos valores histórico e estético do edifício. A aplicação de novos revestimentos será realizada com o recurso a argamassas que utilizem componentes semelhantes aos primitivos.

Nos locais onde essa degradação atinja uma fase mais avançada, poder-se-à proceder à respectiva consolidação e reintegração de algumas lacunas tendo por base os vestígios existentes e a documentação histórica recolhida.

O sector onde este tipo de intervenção será mais necessária localiza-se a Poente, onde alguns capiteis e socos das colunas se apresentam aluídos, permitindo os vestígios existentes proceder a tal acção tendo em linha de conta o estipulado pela Carta de Veneza. A consolidação deste elementos tem por objectivo a reconstituição a nível visual. Estes capiteis serão identificados através de uma textura diferenciada por forma a possibilitar a distinção entre os antigos e os recuperados. Os recuperados manterão uma unidade visual através da homogeneidade cromática, distinguindo-se dos restantes através do acabamento das respectivas superfícies em relação aos demais.

- Para os trabalhos de recuperação preconiza-se a utilização de argamassas compatíveis com as pré-existentes, não só quanto aos ligantes a utilizar e ao respectivo traço, como em relação aos inertes que deverão apresentar cromatismos e granulometria semelhantes. Desta forma pretende-se obter uma compatibilidade entre os materiais pré-existentes e os utilizados na recuperação.

Eliminação das argamassas à base de cimento que se encontram a preencher lacunas de volumes pétreos, fundamentalmente na fachada Poente.

Pode-se experimentar numa fachada, alguns tratamentos ou formas de reparação sujeitas a ensaios. Todos esses tratamentos experimentais deverão ser acompanhados por uma entidade credenciada para o efeito, deve-se proceder à avaliação dos resultados alcançados e a uma futura escolha da solução mais adequada.

Limpeza e refechamento das juntas entre blocos de cantaria, que se encontram bastante abertas, possibilitando a ocorrência de infiltrações na alvenaria.

- Em relação ao tratamento das fachadas atingidas pelas anomalias provocadas pelas várias formas de humidade, podem-se considerar soluções que sejam apropriadas, consoante as diferentes proveniências dessas humidades e as diversas situações em que ocorrem.

Essas anomalias provêm da acção das humidades do terreno, de precipitação, ou devidas a fenómenos de higroscopicidade devendo os paramentos ser sujeitos a tratamentos

que visem corrigir essas situações e ser enquadrado por medidas destinadas a evitar a eclosão de novos casos patológicos.

- Em relação às humidades provenientes dos terrenos, poder-se-ão encarar soluções que visam impedir o acesso da água as fachadas. A drenagem e encaminhamento das águas pluviais à superfície do solo, através de um sistema de esgoto de águas pluviais, por forma a evitar a infiltração junto aos paramentos e a consequente degradação. Defende-se a constituição de um sistema de drenagem, junto ao embasamento, dado que esta é a zona mais afectadas pela acção das humidades ascensionais.

- Em relação às humidades provenientes da precipitação podem-se apontar como principal solução a correcção do escoamento das águas pluviais.

Interior

Limpeza de elementos pétreos fundamentalmente na capela-mor e absíditos, que apresentam acumulação de sujidades bem como escorrências devida a incorrecta impermeabilização das coberturas.

Remoção de fragmentos pétreos constituintes das nervuras das abóbadas do cruzeiro e transepto que se encontram instáveis e sua posterior colagem com refechamento das fracturas.

Remoção de compostos salinos que se formam no transepto, por simples escovagem a seco.

Remoção das argamassas à base de cimento que recobrem vastas superfícies pétreas (fundamentalmente nos topos Norte e Sul do transepto) e que apresentam fraca adesão ao substrato pétreo.

Reposição de elementos pétreos em falta assim como de mísulas de arranque das nervuras da capela-mor.

Rebaixamento de argamassas inestéticas, desde que se apresentem em bom estado de conservação, e aplicação de uma camada de argamassa integrada cromaticamente.

Limpeza e refechamento das juntas entre blocos de cantaria que constituem as abóbadas e nervuras, na zona da capela-mor e transepto.

Execução de microestucagem em áreas que apresentem alveolização acentuada, principalmente em áreas que se encontrem mais sujeitas a fenómenos de molhagem/secagem.

Para além da pintura da abóbada do absidíolo Sul, as capela das naves laterais necessitam de consolidação da talha dos altares e pintura.

Actualmente qualquer projecto que prepare intervenção relevante no património cultural construído ou que procure acompanhar as operações de conservação ou restauro, tal como vêm explicitamente definidas na Carta de Cracóvia de 2000, exige o uso de técnicas de diagnose minero-físico-químicas de vária índole. É importante que haja um diálogo profícuo dos conservadores-restauradores com os historiadores da arte, com os engenheiros e arquitectos e com os vários técnicos e investigadores das ciências dos materiais. A estas medidas acresce a implementação de uma política de controlo e manutenção do edifício, realizando inspecções periódicas com o objectivo de determinar o comportamento e evolução dos materiais e dos eventuais tratamentos aplicados.

Espaço Envolvente

Um outro aspecto a considerar na metodologia de intervenção é a questão do espaço envolvente ao monumento. A Carta de Veneza, embora de modo vago, é explícita ao associar à conservação do monumento a exigência da manutenção do espaço envolvente. É necessário um programa de recuperação do espaço no qual se insere o monumento, uma vez que existe uma relação de intimidade entre o edificado e o espaço em que foi implantado.

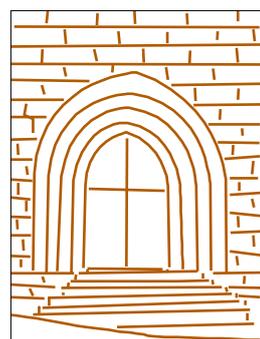
Nesse sentido consideramos imprescindível a manutenção da autenticidade do sítio de implantação da igreja, pelo que se deveria proceder:

- à continuidade das escavações arqueológicas que estão em decurso (junto ao alçado Norte), importantes para a definição exacta dos lugares medievais e compreensão da tipologia arquitectónica da Sé;
- a recuperação da envolvente paisagística, nomeadamente e em âmbito mais alargado a recuperação das casas que constituem o aglomerado populacional, na sua maioria testemunhos da arquitectura típica da região. A melhoria da qualidade da cidade e a sua afirmação como um centro histórico poderiam levar os visitantes a percorrerem as suas ruas, em vez de se limitarem à visita da Igreja;
- por outro lado, é importante a recuperação da paisagem em termos florestais e agrícolas;

- a musealização do edifício, desde a igreja (sem esquecer que o templo se mantém aberto ao culto, e deve continuar a ser essa a sua função principal) ao campo arqueológico;
- A valorização do edifício, através da instalação de um percurso de visita destinado a fins didáticos e turísticos. Nesse circuito de visita, serão integradas as diversas áreas, aproveitando esses espaços cobertos para a colocação de painéis explicativos, alusivos aos vários períodos históricos;
- criação de um núcleo museológico local, com exposição permanente dos artefactos encontrados nas escavações e de obras de arte que se guardam no interior da igreja;
- garantir uma vivência dinâmica do espaço, com a sua animação através da concretização de variadíssimas propostas no campo da realização de programas pedagógicos e didáticos;
- submeter o edifício a um programa regular de manutenção, a chamada “conservação preventiva”, de modo a evitar o aparecimento de anomalias de vulto.

Silves tornar-se-ia um espaço de maior atracção ao nível do turismo: o afluxo de visitantes, já bastante elevado, aumentaria consideravelmente, pelo que seria importante tomar precauções relativas à sua salvaguarda, através de uma vigilância activa. Não se deve esquecer que o turismo cultural, apesar de funcionar como uma grande fonte de receita e ser um factor que obriga à boa conservação do monumento ao exigir qualidade, pode significar também o aumento do risco da sua degradação.

13. TERMINOLOGIA DAS PATOLOGIAS



13. TERMINOLOGIA DAS PATOLOGIAS

No estudo das patologias existente na Sé de Silves usaram-se definições estabelecidas pela norma italiana 1/88 “Raccomandazioni Normal- Aletrazioni

macroscopiche dei materiali lapidei: lessico” e as constantes na obra “Rochas dos Monumentos Portugueses: Tipologias e Patologias”.⁷⁵⁵

Alteração cromática – Alteração que se manifesta através da variação de um ou mais parâmetros que definem a cor (tonalidade, luminosidade, saturação). Pode manifestar-se com morfologia diversa e pode referir-se a uma área ampla ou localizada.

Alveolização: É a degradação que se manifesta pela formação de cavidades com formas e dimensões variadas. Os alvéolos encontram-se frequentemente interligados e não apresentam uma distribuição uniforme.

Arenização: É a desintegração da rocha em fragmentos arenosos e pulveriformes de dimensões inferiores a 2 mm que se manifesta pela queda espontânea de material sob a forma de pó ou grãos.

Concreção: Depósito compacto, geralmente formado por elementos de extensão limitada, desenvolvendo-se preferencialmente numa só direcção não coincidindo com a superfície pétreo. Podendo mesmo assumir a forma estalagmítica ou estalactítica.

Colonização biológica: Desenvolvimento de vegetais, nomeadamente de plantas superiores. Por adaptação, é a presença de musgo e/ou de plantas superiores.

Crosta: Estrato superficial de alteração do material pétreo ou dos produtos utilizados em eventuais tratamentos. Pode apresentar espessura variável, é dura, é frágil e distingue-se do substrato pétreo pelas características morfológicas e muitas vezes também pela cor. Pode destacar-se espontaneamente do substrato quando este apresenta desagregação ou pulverização.

Degradação diferencial: Degradação que toma em consideração as heterogeneidades composicionais ou estruturais da rocha de tal modo que põe em evidência os motivos texturais ou estruturais originais.

⁷⁵⁵ Cfr. Luís AIRES-BARROS, *As Rochas dos Monumentos Portugueses : Tipologias e Patologias*, vol.I, Lisboa, IPPAR, pp.248-251.

Depósito de guano: Acumulação de material fecal das aves, nomeadamente dos pombos. Pode apresentar espessura variável e geralmente tem fraca coesão e adesão ao substrato.

Depósito superficial: É a acumulação de material estranho de natureza diversa. Tem espessura variável e, geralmente fraca coerência e aderência aos materiais subjacentes.

Desintegração granular: Perda de coesão, caracterizada pelo destacamento sob a forma de grãos ou cristais, aquando da mínima sollicitação mecânica.

Eflorescência: Formação de substâncias, geralmente esbranquiçadas e de aspecto cristalino, ou pulverulento ou filiforme, sobre superfície da obra. No caso da eflorescência salina, a cristalização pode por vezes surgir no interior do material, provocando muitas vezes o destacamento das partes mais superficiais.

Erosão: É toda a modificação que arrasta uma pedra de massa à superfície da rocha. Quando as causas da erosão são mecânicas diz-se abrasão ou corrasão, quando são químicas e biológicas diz-se corrosão, e quando são antrópicas diz-se usura.

Escamação: É o destacamento de camadas de 1 a 20 mm, paralelas à superfície da pedra e independentes da sua estrutura petrográfica.

Fissuração: É um caso especial de fractura em que, de modo geral, não há abertura da superfície de rotura, que tem pouco desenvolvimento, não levando à separação da massa rochosa em partes distintas.

Fracturação: É a forma de superfícies de rotura irregulares e abertas percorrendo a pedra de modo a separá-la em partes distintas.

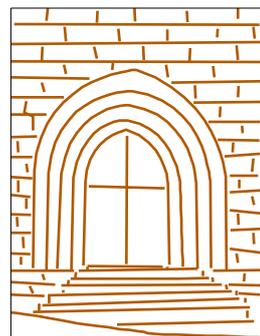
Lacuna: Falta e perda de partes materiais do suporte ou argamassas.

Lascagem: É a separação da rocha em escamas e placas com alguns centímetros de espessura, paralelas à superfície da rocha e devidas, sobretudo, à insolação e a fortes variações de temperatura.

Lacunas preenchidas com argamassa: Enchimento de volumes, como é o caso de juntas e lacunas, ou de recobrimento de superfícies com finalidade decorativa e/ou funcional.

Pátina: É o aspecto da rocha após envelhecimento natural. Alteração estritamente limitada às modificações naturais das superfícies dos materiais não atribuíveis a fenómenos de degradação e perceptíveis como uma variação da cor original da rocha.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS



14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No quadro internacional da teoria e prática da intervenção monumental, colocámos em evidência a participação indirecta de Portugal no contexto cultural europeu do revivalismo gótico determinado pelo Romantismo, tendo sido necessário recuar aos finais do séc. XVIII para traçar toda uma situação antecedente, que explica, em parte, o posterior

desempenho dos técnicos da DGEMN. No contexto nacional, procurámos sublinhar os principais aspectos do fenómeno de tomada de consciência da salvaguarda do nosso património arquitectónico.

Foi nosso objectivo explicar como é que um organismo oficial usufruiu de uma situação privilegiada para impor o seu esquema de restauro. A DGEMN responde à estratégia política e ideológica do regime, através do restauro de monumentos nacionais que funcionam como documentos-símbolos. A *Unidade de estilo* encontrou um campo favorável de implantação, mediante condicionalismos mentais próprios.

Importa sublinhar, de forma resumida, as principais linhas de força que dão corpo a este trabalho:

A instalação de comunidades humanas e o seu posterior desenvolvimento, dando origem a uma cidade histórica como Silves deve-se, sobretudo, à implantação numa região rica em recursos naturais, capazes de proporcionarem abundância e bem estar. A área de influência económica, administrativa e cultural de Silves durante grande parte da Idade Média, abrangia todo o Barlavento algarvio, incluindo territórios bem diversificados, em relação ao relevo, natureza e constituição dos solos, variações climáticas, de fauna, e de flora, ou à navegabilidade dos seus rios, aspectos importantes que condicionam a distribuição das populações. Os recursos disponíveis na região terão certamente condicionado a arquitectura do edifício, nomeadamente a escolha dos materiais existentes na proximidade, condicionando por sua vez o sistema construtivo.

Não existem dados concretos que confirmem a autoria e data de construção da Sé de Silves, embora a maioria dos historiadores seja da opinião de que a última década do séc. XII⁷⁵⁶ ou princípios do séc. XIII⁷⁵⁷, será a data provável do início da primeira campanha de obras. Das primeiras campanhas subsistem a cabeceira tripartida, o transepto, o portal principal e talvez parte dos muros, as naves e respectiva cobertura serão de um período posterior.

O edifício foi iniciado em estilo românico e concluído em barroco, constituindo-se como um dos mais importantes templos do Algarve. Erigido nas últimas décadas do séc.

⁷⁵⁶ “ A *Crónica Del Rey D. Sancho I de Portugal* diz que após a conquista de Silves aos mouros, em 3 de Setembro de 1189, o rei de Portugal “mandou fazer Igreja Catedral, e dedicada aho culto Divino, que loguo se nella celebrou”, cit. por João Vasco REYS, *Voices da Pedra*, Silves, CMS, 2002, p.38.

⁷⁵⁷ Cfr. João Vasco REYS, *Voices da Pedra*, Silves, CMS, 2002, p.49; Cfr. AAVV, “A Sé de Silves Memória da Pedra” in AAVV, *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.280.

XII, ou no séc. XIII, sofreu campanhas de obras nos sécs. XIV, XV, XVI e XVIII⁷⁵⁸. Desconhece-se, até ao momento, como era a Sé de Silves no período desde a reconquista definitiva ao reinado de D. Afonso V. A Sé de então desapareceu, arrasada por terramotos (1352 ou 1353),⁷⁵⁹ ou foi simplesmente semiaproveitada para se erguer outra. D. Afonso V terá ajudado a reconstruí-la, tendo-se as obras prolongado ao longo dos tempos. D. João II em 1486, passava carta de privilégio ao Cabido para facilitar a contratação de oficiais para obras, e D. Manuel I ordenou ampliações⁷⁶⁰. Concluimos que a actual Igreja de Santa Maria só em parte corresponde ao que foi a catedral quatrocentista, especialmente no seu aspecto exterior. Os três terramotos do séc. XVIII (1719, 1722 e 1755) marcaram ainda mais a já sacrificada cidade e conduziram a alterações no edifício⁷⁶¹.

Portugal era no tempo de edificação da Sé de Silves pequeno, pouco populoso e pobre, a arquitectura deste monumento espelha as características próprias do país, o que se reflecte na dimensão espacial da Sé de Silves; que não impedia que as catedrais portuguesas alcançassem, no entanto, alguma imponência, embora sem o espaço e a composição dos alçados típicos das catedrais europeias.

Foi feita a descrição arquitectónica caracterizando-se a planta e os alçados: planta em cruz latina, de 3 naves de quatro tramos, com transepto saliente e cabeceira tripartida, composta por capela-mor poligonal e capelas colaterais quadrangulares e sacristia de traçado rectangular. A planta é compacta na cabeceira e no transepto, tornando-se mais frágil e leve nas três naves, evidenciando diversas campanhas de obras.

O exame da estrutura arquitectónica passou pelo levantamento dos sistemas construtivos e técnicas de construção. Verificámos que o sistema construtivo da Sé está intimamente ligado à disponibilidade de materiais desta região (terrenos argilosos associados ao fabrico de tijolos, abundância de pedra e algumas espécies de madeiras), e o facto de se encontrar implantada num terreno de grande declive conduziu à opção por cobertura em madeira e parcialmente abobadada. A presença de abóbadas é acompanhada por contrafortes. Os materiais utilizados na construção da Catedral são: o grés, usado nas paredes e maioritariamente nos elementos estruturais (abóbadas); verifica-se ao nível dos espaços interiores a utilização de calcário, escolhido em função das suas características decorativas; a telha de canudo; madeira nas coberturas, portas e caixilhos.

⁷⁵⁸ Vide *Sé Catedral de Silves: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 80, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1955, p.21.

⁷⁵⁹ Cr. Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, p.173.

⁷⁶⁰ Cfr. Júlio GIL, *As Mais Belas Igrejas de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1988, Verbo, pp. 220-223.

⁷⁶¹ Cfr. ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 35, nº 117, fl.1277, cit. por Vide AAVV, "A Sé de Silves Memória da Pedra" in AAVV, *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.284.

Os materiais ditaram as consequentes técnicas de construção: alvenaria de pedra (fundações e parede); alvenaria de tijolo (abóbadas); cantaria (portas e janelas, cunhais, escadas, pavimentos, contrafortes, pilares); pavimentos de soalho e de lajes de pedra; coberturas utilizando asnas, forro de esteira, ripado e telha romana. As paredes mais espessas são as que suportam o peso das abóbadas dos tectos, na zona da cabeceira e transepto, obrigando a uma maior espessura das paredes e dos contrafortes. As restantes paredes são menos espessas, mas todas elas resistentes. Relativamente aos elementos resistentes para além das paredes, verifica-se a existência de pilares cruciformes ao nível do quadrado do transepto, e pilares de secção poligonal, onde nascem arcos de perfil que suportam os tectos de madeira de duas águas na nave central e de uma água nas naves laterais. O transepto tem o tramo central abobadado em cruzaria de ogivas apoiadas em grossos pilares cruciformes, os outros dois tramos possuem abóbada de berço quebrado. As capelas da cabeceira comunicam entre si através de arcos quebrados e são cobertas por abóbadas de cruzaria de ogivas organizadas em dois tramos (capela-mor e absídiolo Norte) e abóbada de berço quebrado (absídiolo Sul).

A exploração do fundo documental da DGEMN serviu para consolidar a compreensão da intervenção de restauro do organismo na Sé de Silves. Analisámos a importância das campanhas de restauro efectuadas durante os anos 30 a 50. A leitura detalhada dos processos administrativos complementada pelos registos fotográficos, permitiu detectar que em algumas das suas estruturas a igreja consiste num produto estruturado e executado pela DGEMN.

A Sé foi recuperada de acordo com o seu perfil construtivo “primitivo”, pelo programa de restauro executado pela DGEMN. Esse programa estendeu-se durante mais de vinte e seis anos, tendo sido efectuadas obras de complemento de restauro ao longo das décadas de 60,70 e 80. A inoperância da política financeira para a área do restauro do património nacional, não se reflectiu na durabilidade do processo. Fundamentado pela política cultural do Estado Novo, o restauro da igreja foi executado sem que se tivesse elaborado um estudo prévio do monumento e as reconstruções deixam-nos muitas dúvidas acerca da sua existência no edifício medieval. A campanha de restauro realizada na Sé de Silves, entre os anos 30 e 50, logrou impor-lhe uma fisionomia nova, sem um critério histórico-artístico baseado num estudo sério e documentado. O monumento, que hoje se nos apresenta, é fruto dessa atitude dos restauradores.

Em relação às intervenções da DGEMN verifica-se a ausência de um estudo prévio, de uma abordagem estilística que enquadrasse a igreja no seu perfil primitivo e que

justificasse a razão pela qual os técnicos responsáveis pelo restauro da igreja tomaram determinadas opções. O programa de restauro levado a cabo não nos permite verificar até que ponto determinada estrutura foi reconstruída ou produzida e quais forma os critérios adoptados em qualquer um dos casos.

Procedeu-se ainda, ao levantamento do estado de conservação do edifício, bem como à identificação das principais litologias e patologias e das respectivas causas prováveis de degradação. Esse levantamento consistiu na observação do estado de conservação das diversas fachadas, complementado pela observação pormenorizada do portal Poente.

Não foi possível identificar as pedreiras responsáveis pelo fornecimento da pedra para as campanhas de obras e restauros. A documentação disponível apresenta muitas lacunas em relação a esta questão. Surge apenas a referência a algumas pedreiras situadas em Silves, que se encontram actualmente desactivadas. Localizámos uma pedreira de grés situada em Val Fuzeiros, de onde se extraiu a rocha utilizada na intervenção de restauro da Casa Paroquial. Pensamos que a rocha utilizada nos períodos iniciais de edificação da Sé foi extraída, provavelmente, próximo do local da sua construção. Por questões de logística, consideramos o sítio do Castelo como local provável de extracção deste material.

Na edificação da Sé utilizaram-se diversos tipos de rochas desde grés muito finos, passando a siltitos, a grés finos arroxeados (os grés borras de vinho), outros mais claros, mesmo branco-amarelados e, por fim os grés conglomeráticos, passando a conglomerados calcários de cimento quartzo-calcítico. Pontualmente encontramos calcários gresosos e mármore. No interior do edifício identificamos calcários utilizados em função das suas características decorativas, como por exemplo nos túmulos.

Dos tipos litológicos identificados e caracterizados petrograficamente estudámos em pormenor os utilizados no portal Poente (grés de Silves, grés conglomerático, conglomerado, calcário compacto, calcário gresoso, calcário conglomerático e mármore), pois encontram-se expostos à acção directa da intempérie e da poluição urbana. As formas e intensidade de decaimento que se observam nestes elementos pétreos são bastante variáveis. Estas formas de alteração são indicadoras da interacção pedra-ambiente, permitindo estabelecer a correspondência entre as condições ambientais e o estado de preservação do monumento.

A análise da estrutura arquitectónica passou pela elaboração do levantamento do estado de conservação da edifício que permitiu fundamentar melhor a proposta de recuperação, bem como à identificação das principais patologias e das respectivas causas

prováveis. Esse levantamento consistiu na observação *in situ* do estado de conservação das diversas fachadas do edifício.

Os fenómenos de decaimento existentes nos **paramentos exteriores** possuem como principal causa de desencadeamento a humidade. A fachada Norte possui fenómenos de decaimento acentuado por estar sujeita ao elevado teor de humidade e à acção do vento. As fachadas estão sujeitas ao efeito de secagem/molhagem, principalmente nas épocas em que as chuvas são mais intensas. Nas fachadas Sul e Poente sente-se o efeito intenso do sol que provoca o desgaste da pedra. Destacam-se os fenómenos de decaimento que afectam as fachadas:

- Pátinas de sujidade que ocorrem um pouco pelos quatro paramentos, mas que apresentam maior desenvolvimento na fachada Norte e no Portal Poente.
- Fenómenos de alveolização, como os que se observam nas quatro fachadas mas de forma mais severa nos alçados Poente e Sul. Os alvéolos formados apresentam dimensão e forma variáveis. Para além da sua forma habitual, isto é, cavidades sensivelmente arredondadas surgem também sob a forma de alvéolos alongados mais ou menos interligados entre si e que se encontram orientados segundo a estratificação da rocha.
- Fissurações que se localizam sobretudo na fachada Norte e no Portal Poente;
- Colonização biológica por líquenes, musgos e por vegetação arbustiva devida em muitos casos ao incorrecto direccionamento das gárgulas. A vegetação arbustiva ocorre sobretudo nos alçados Nascente e Poente, desenvolve-se a partir das juntas dos blocos que se encontram parcialmente abertas.
- Eflorescências salinas que ocorrem sobretudo nos paramentos e pavimentos interiores. Os sais acumulados nos vários paramentos podem ter origem nos iões lixiviados dos materiais pétreos, nas argamassas das juntas, nas próprias águas de infiltração e ascensão capilar com deposição superficial das eflorescências salinas, no metabolismo dos organismos vivos e em outras fontes contaminantes como o aerossol atmosférico;
- Concreções que se desenvolvem a partir da acumulação das águas pluviais que se infiltram através da cobertura;
- Depósitos superficiais de guano em reentrâncias, como é o caso das molduras de janelões, do óculo, frisos e socos de colunas;
- Fenómenos de desintegração granular associada a erosão regressiva que se concentram sobretudo nos blocos que se encontram próximo do solo e em áreas que se encontram nas imediações das argamassas;
- Fenómenos de esfoliação e lascagem pontuais;

-Lacunas de material pétreo sobretudo no alçado Poente. Estas lacunas encontram-se em muitos casos preenchidas por argamassas grosseiras de cimento, o que promove forte impacto visual negativo;

-Juntas entre blocos de cantaria parcialmente abertas facilitando a migração de soluções aquosas para o interior das paredes.

Relativamente ao portal Poente, concluímos que esta obra apresenta patologias severas: fracturas e seccionamentos promovidos por movimentos sísmicos, alguns casos de vandalismo, sujidade e início de corrosão promovida pela acumulação de excrementos de pombos. Para todas as patologias pétreas apresentámos um conjunto de soluções que passam pelo estudo artístico e registo fotográfico das peças, identificação de patologias, consolidação de fragmentos e fissuras e substituição de alguns capiteis, por capiteis novos e lisos, mantendo a respectiva volumetria. Concluimos também que a reprodução fiel de capiteis, devidamente assinalados como tal, seria a melhor solução futura para as peças que entrem em colapso.

No interior do templo as áreas mais afectadas pelas patologias são as zonas do transepto, cruzeiro, capela-mor e absidíolos. Há a considerar como principais patologias:

-Pátinas que recobrem alguns dos elementos pétreos principalmente as colunas da nave principal;

-Ligeiros fenómenos de esfoliação e erosão regressiva sobretudo nos elementos pétreos dos topos Norte e Sul do transepto, na capela-mor e absidíolos;

-Formação de eflorações salinas no topo Sul do transepto e na capela-mor;

-Colonização biológica por líquenes e musgos relacionada com estanqueidade dos janelões da capela-mor e absidíolos face às águas pluviais;

-Significativas lacunas pétreas ao nível das nervuras das abóbadas da capela-mor absidíolos e transepto;

-Fenómenos de alteração diferencial, esfoliação e erosão regressiva dos elementos pétreos do transepto e que estão relacionados com a forma como ocorre a incidência solar, ou seja, são devidos a variações nanoclimáticas;

-Formação de crostas negras e pátinas de sujidade, que se desenvolvem um pouco por todo este espaço;

-Alveolização generalizada dos blocos que se encontram mais próximos do pavimento;

-Fenómenos de alteração cromática associados a fenómenos de desintegração granular;

-Lacunas de material pétreo nas nervuras das abóbadas e capiteis da capela-mor, promovidas na maioria dos casos por fenómenos de lascagem. Em alguns dos casos estas lacunas

encontram-se preenchidas por argamassas grosseiras preparadas à base de cimento. As argamassas encontram-se desagregadas e com fraca adesão ao substracto pétreo;

-Formação de eflorescências salinas na proximidade ou sobre argamassas preparadas à base de cal ou cimento. Este fenómeno é promovido essencialmente pelas infiltrações que se registam ao nível das coberturas;

-Juntas abertas entre blocos de cantaria das abóbadas do cruzeiro e transepto;

-Recobrimento das grandes superfícies pétreas das abóbadas por argamassas de cimento. Estas argamassas para além de promoverem forte impacto visual, destacam-se do substracto pétreo por apresentarem fraca adesão a este último.

Do levantamento efectuado concluiu-se que o principal agente de degradação é a humidade que pode apresentar-se sob a forma de água de precipitação atmosférica ou águas subterrâneas. Para além das patologias causadas pela água foram também observadas outras originadas pelos componentes utilizados nas argamassa e também as ocasionadas pelo próprio processo construtivo. Temos a adopção de traços de argamassa com insuficiência de ligante e a fissuração que se manifesta sob a forma de fissuras verticais com espessamento regulares.

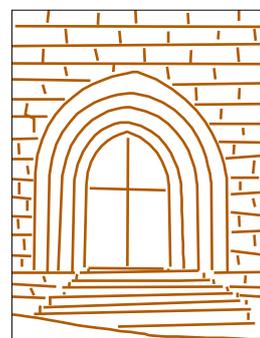
Concluimos que em virtude das profundas alterações estruturais na traça primitiva da Sé de Silves e da sua decadência física, consequência dos fenómenos climatológicos, terramotos e intervenções que afectaram o edifício ao longo da sua história, é quase impossível tentarmos reconhecê-lo na sua “pureza primitiva”. O estado de abandono, no séc. XIX, não favoreceu a manutenção construtiva do edifício. As recentes obras realizadas pela DGEMN acabaram por eliminar qualquer possibilidade de reconstituição do espaço primitivo do edifício. No entanto, prospecções arqueológicas em curso na zona envolvente, a Norte do edificio, poderão trazer novos conhecimentos, fundamentais para a compreensão dos usos construtivos.

O trabalho finaliza com as “Bases para uma Proposta de Salvaguarda e Valorização da Sé de Silves”. No âmbito da protecção propõe-se a classificação das áreas de interesse arqueológico que se localizam junto à Sé. No âmbito da recuperação e valorização, propõe-se a conservação, salvaguarda e valorização do edifício. Esta proposta integra os imóveis classificados e de valor arquitectónico, que se localizam na área junto ao monumento e com ele partilham uma história e vivência comuns, bem como a envolvente próximo do monumento, numa perspectiva de *conservação integrada*. Para a persecução desse objectivo tomou-se como linha de orientação o conjunto normativo emanado pelas cartas e

convenções internacionais que regem esta matéria, designadamente a Carta de Veneza e a Carta de Cracóvia.

Ao estudar a Sé de Silves, pensamos ter contribuído para o conhecimento mais amplo das circunstâncias que estiveram na base da intervenção de restauro realizada no monumento, e a um conhecimento do seu estado de conservação. Contudo, temos consciência que o nosso estudo, constitui muito mais um ponto de partida do que um ponto de chegada.

15. FONTES E BIBLIOGRAFIA



15.FONTES E BIBLIOGRAFIA ⁷⁶²

1. FONTES MANUSCRITAS

1.1.Arquivo da Diocese de Faro

Documentos avulsos contidos nas Caixas da Sé de Silves, em processo de inventário.

Documento de Transferência do Bispado para Faro.

Constituiçoens Synodaes do Bispado do Algarve novamente Feytas, e Ordenadas pelo ilustríssimo, e Reverendissimo Senhor Dom Francisco Barreto, segundo deste Nome, Bispo do Reyno do Algarve, Évora, 1674.

⁷⁶² Na apresentação das Fontes e Bibliografia optámos por não incluir algumas obras e artigos utilizados a título pontual na elaboração do nosso estudo, encontrando-se os mesmos devidamente citados nas notas de pé de página respectivas.

1.2.Arquivo Distrital de Faro

Anais do Município de Faro

O Mirante

Jornal Voz de Silves

1.3.ANTT

Chancelaria de D. Afonso III

Chancelaria de D. Dinis

Chancelaria de D. Duarte

Chancelaria de D. Afonso V

Chancelaria de D. Sebastião

Memórias Paroquiais, vol. 35, nº 171, fl 1277

1.4.Arquivo da DGEMN

Arquivo do Forte de Sacavém

Intervenções da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na Sé de Silves,
Processo Administrativo e Fotográfico nº.S-081307/003

Processo Individual de António de Couto Abreu

Recortes de Imprensa

Desenhos: Plantas, Alçados e Cortes

Arquivo Geral da Praça do Comércio

Intervenções da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na Sé de Silves,
Processo MI-252/5 DES ARH PT 41-44; Processo MI-252/6 DES ARH PT 45-53; Processo
MI-252/7 DES ARH PT 54-64

Processos individuais dos arquitectos: Rui Ângelo de Couto, António de Couto Abreu,
Martinho Humberto dos Reis e Jorge Bermudes França.

Arquivo de Évora

Intervenções da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na Sé de Silves.

1.5.Arquivo da Câmara Municipal de Silves

Actas da Vereação da Câmara Municipal de Silves.

2.BIBLIOGRAFIA

A.A.V.V., *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980

A.A.V.V., *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN, 1999

A.A.V.V., *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR, 1993

A.A.V.V., *História da Arte em Portugal*, 4º v., Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

A.A.V.V., *Os Solos do Algarve e as suas Características*, Faro, Direcção Regional de Agricultura do Algarve, 2000

A.A.V.V., *Torre de Belém : Intervenção de Conservação Exterior*, Lisboa, IPPAR, 2000

A.A.V.V., *Actas do colóquio Internacional: Cister: Espaços, Territórios, Paisagens*, 2 vols., Lisboa, IPPAR, 2000

ABREU, Pedro de, *Os Palácios da Memória : Percurso Crítico sobre o Restauro da Arquitectura*, Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos da FAUTL, 1º v., 1996

ACCIAIUOLI, Margarida, *Os Anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes: Restauração e Celebração*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FSCH da Universidade Nova de Lisboa, 1991

ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo : 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998

ADLER, I., *Números e Figuras*, Lisboa, Editorial Verbo, 1964

AIRES – BARROS, Luís, *Alteração e alterabilidade das Rochas*, Lisboa, INIC, 1991

AIRES – BARROS, Luís, *As Rochas dos Monumentos Portugueses: Tipologias e Patologias*, 2 vols., Lisboa, IPPAR, 2001

AIRES – BARROS, Luís, “Os Monumentos e a Doença da Pedra” in *Colóquio/Ciências*, nº 9, Lisboa, pp.59-74

AIRES – BARROS, Luís, “O Decaimento da Pedra dos Monumentos – Causas, Avaliação e Controlo” in *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano IV, nº 36, Janeiro de 1990, pp.4 a 13

AIRES – BARROS, Luís e **DIONÍSIO**, Amélia, “A Avaliação Qualitativa e Quantitativa das Patologias das Rochas dos Monumentos : o Caso da Sé de Lisboa” in *Património Estudos*, nº3, 2002, pp.45-53

AIRES – BARROS, Luís, et. al.

Igreja de Santa Cruz de Coimbra : História, Conservação e Restauro da Fachada e Arco Triunfal, Lisboa, IPPAR, 2001

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e **BARROCA**, Mário Jorge, *História da Arte em Portugal: o Gótico*, Queluz de Baixo, Editorial Presença, 2002

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1967

APPLETON, João Augusto da Silva, *Edifícios Antigos: Contribuição para o Estudo do seu Comportamento e das Acções de Reabilitação a Empreender*, Programa de Investigação, Lisboa, LNEC, 1991

BARROCA, Mário Jorge, “Medidas Padrão Medievais Portuguesas” in *Revista da Fac. de Letras do Porto*, 1ª série, vol. IX

BECHMANN, Roland, *Villard De Honnecourt – la Pensée Technique Aux XIII Siècle et sa Communication*, Paris, Picard Éditeur, (s.d)

BOTÃO, Maria de Fátima, *Silves : a capital de um reino medievo*, Silves, Câmara Municipal, 1992

BOURDON, Léon, *Le Voyage de Jeronimo Osorio Éveque de Silves en Italie : 1576-1577*, Toulouse, Impr. Universitaire, 1951

BRANDÃO, Frei António, *Monarquia Lusitana, que Conthem a Historia do Reyno de Portugal, desde o tempo del Rey D. Sancho I, até ao Reyno D. Afonso III, 1725*, Ed. A. De Magalhães Basto, Livraria Civilização, Porto, 1946

BUCHO, Domingos, *Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo (Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre)*, Tese de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico, Universidade de Évora, (s.d.)

BUCHO, Domingos, *Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre : Estudo Histórico-Arquitectónico : Propostas de Recuperação e Valorização do Património Edificado*, Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Évora, Universidade de Évora, 1994

CARVALHEIRA, Ana Margarida Gonçalves, *A Igreja e o Mosteiro Cisterciense de santa Maria de Aguiar: o Conjunto Arquitectónico Medieval e as Campanhas de Restauro da DGEMN (1936-1962)*, Tese de Mestrado, Porto, Universidade do Porto, 1992

CABRITA, A.R. e **AGUIAR**, J. e **APPLETON**, J., *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, Lisboa, LNEC, 1993

CAPITEL, Antón, *Metamorfosis de Monumentos y Teorías de la Restauración*, Madrid, Alianza Forma, 1992

CHICÓ, Mário Tavares, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, 2ª ed. , Lisboa, Livros Horizonte, 1968

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Arte e Comunicação, Lisboa, Edições 70, 1999

CLARK, Kenneth, *The Gothic Revival : Na essays in the History of Taste*, Britain, Printed by Redwood Burn Limited Trowbridge & Esher, 1975

CORRÊA, Fernando Calapez, “Silves no Início dos Descobrimentos (1415-1460)” in *Actas das IV Jornadas de Silves*, Silves, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves, 1997

COSTA, Padre António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Reino de Portugal*, Lisboa, (s.n.), 1708

COSTA, A. D. Sousa (Edição e Introdução), *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, nº 197, Braga, (s.n.), 1970

COSTA, Avelino de Jesus da, “Arquivos Eclesiásticos Portugueses : origem e evolução”, in sep. do *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. I, (s.n.), 1980

COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi : 1889-1944 arquitectura, ensino e restauro do património*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997

CUSTÓDIO, Ana Paula e **RAMOS**, Fátima e **VALENTE**, Teresa, “Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Silves”, in *8º Congresso do Algarve*, Vilamoura, Estúdios Gráficos, 1995

DAVEAU, Suzanne e outros, “Mapas Climáticos de Portugal. Nevoeiro e Nebulosidade. Contrastes Térmicos”. in *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, no 7, Lisboa, CEG, 1985

DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994

DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS DO ALGARVE, *Monografia Hidrológica da Bacia Hidrográfica do Rio Arade e Ria de Alvor*, (s.l.), Ministério do Ambiente, 1996

DOMINGUES, J. D. Garcia, *História Luso-Árabe: episódios e figuras meridionais*, Lisboa, (s.n.), 1945

DOMINGUES, J. D. Garcia, *Novos Aspectos da Silves Árábica: documentos e comentários*, Guimarães, Gil Vicente, 1956

DOMINGUES, J. D. Garcia, *Silves : guia turístico da cidade e do concelho*, (s.l), Ed. da Região de Turismo do Algarve, 1989

DUBY, Georges, *O Tempo das Catedrais : a arte e a sociedade, 980-1420*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993

FARINHA, A. Dias, “Uma Cidade Luso-Árabe: Silves”, in sep. *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal*, Actas do Colóquio, Lisboa, (s.n.),1975

FOCILLON, Henri, *A Arte do Ocidente: a idade média românica e gótica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Séc. XIX*, Lisboa, Livraria Bertrand,1990

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Séc. XX*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1985

FRANÇA, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999

FRANCO, Mário Lyster, *Guia de Portugal*, 2º v., Lisboa, BNL, 1927

GIL, Júlio, *As Mais Belas Igrejas de Portugal*, vol. II, Lisboa, Verbo, 1988

GOES, Maria das Dores Jorge de, *Silves : naquele tempo...e agora: 1956-1997*, Silves, Câmara Municipal, 1998

GOES, Maria das Dores Jorge de, “Silves em Meados do Séc. XX”, in *8º Congresso do Algarve*, Vilamoura, Estúdios Gráficos, 1995

GOMES, Mário Varela, *Silves nos Descobrimentos*, Silves, Museu Municipal de Arqueologia, 1996

GOMES, Rosa Varela, *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves*, Tese de Mestrado em História da Arte da F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Silves, 1989

GOMES, Rosa Varela, *Silves (Xelb) : uma Cidade do Gharb Al-Andalus : Arqueologia e História (Séculos VIII-XIII)*, Tese de Doutoramento apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1999

GONÇALVES, Iria, *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII a XV)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990

GRODECKI, Louis, *Gothic Architecture*, New York, Harry N. Abrams Inc. Publishers, (s.d.)

HENRIQUES, Fernando M. A., *A Conservação do Património Histórico Edificado*, Memória nº 775, Lisboa, LNEC, 1991

HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, 8ª ed., tomo III, (Livro II, 2ª parte, Livro III), Lisboa, Liv. Aillaud & Bertrand e Francisco Alves, 1981-82

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA, “Normais Climatológicas da Região de Alentejo e Algarve, correspondentes a 1941-1970” in *O Clima de Portugal*, Fasc. XL, vol. 4, 4º região, Lisboa, INMG, 1991

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA, “Normais Climatológicas da Região de Alentejo e Algarve, correspondentes a 1951-1980” in *O Clima de Portugal*, Fasc. XLIX, vol. 4, 4º região, Lisboa, INMG, 1991

IPPAR, *Cartas e Convenções Internacionais*, Lisboa, IPPAR, 1996

IPPAR, *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Lisboa, IPPAR, 1993

IRIA, Alberto, *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do Século XIV*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982

IRIA, Alberto, “O Cartório e a Prata da Catedral de Silves foram para Castela em 1541?(dois documentos inéditos para a história do arquivo episcopal do Algarve)” in *Revista las Ciencias*, Ano XII, nº 2, Madrid, 1944

IRIA, Alberto, *A Liderança de Silves na Região do Algarve nos sécs. XIV e XV*, Silves, Câmara Municipal, 1993

JORGE, Virgolino Ferreira, *Conservação do Património e Política Cultural Portuguesa*, Évora, Universidade de Évora, 1993

JORGE, Virgolino Ferreira, “Arquitectura, Medida e Número na Igreja Cisterciense de São João de Tarouca (Portugal)” in *Cistercium : História e Arte Espiritualidad*, Nº 208, Enero-Junio, 1997

JORGE, Virgolino Ferreira, “A Arquitectura da Sé de Leiria: perspectiva Semântica, Histórica e Artística” in *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, Leiria, (s.n.),1988

JORGE, Virgolino Ferreira e **LOPES**, J.M.Carrilho e **VIANA**, Adélia, “Aspectos da Degradação da Estrutura Arquitectónica da Sé de Évora: Notícia Preliminar” in *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, Santiago do Cacém, Tip. Henry Gris,1988

JORGE, Virgolino Ferreira, “Conservação do Património e Igreja” in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº 94, Lisboa, 2000

JORGE, Virgolino Ferreira, “Espaço e Eúritmia na Abadia Medieval de Alcobaça” in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº 93- 1º tomo, Lisboa, 1999

JORGE, Virgolino Ferreira, “Igreja Romano-Gótica do Salvador do Mundo no Sobral de Monte Agraço” in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº 85, Lisboa, 1979

JORGE, Virgolino Ferreira, “Património e Identidade Nacional” in *Centros Históricos*, nº 6, 2001

JORGE, Virgolino Ferreira, “Princípios de Salvaguarda do Património Monumental” in *Correio da Natureza*, nº 17, 1992

JORGE, Virgolino Ferreira, “Vitrail Medieval: História, Técnica e Estética” in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa, nº 7, 1981

JOUVEN, Georges, *La Forme Initiale : symbolisme de l' architecture traditionnelle*, Paris, Dervy-Livres, 1985

JÚDICE, P. Mascarenhas, *Atravez de Silves: sé, castello, cruz de Portugal e Pelourinho*, Silves, Armando de Mascarenhas, 1911

JÚDICE, P. Mascarenhas, *A Sé e o Castelo de Silves*, Gaia, 1934

JÚDICE, P. Mascarenhas, *Silves e seus Arredores: a região das laranjeiras e tangerineiras*, S. Tiago de Cacém, Tip. A Gráfica, 1937

KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, (s.d.)

KOCH, Wilfried, *Estilos de Arquitectura*, Lisboa, Editorial Presença, 1993

LACERDA, Araújo de, *História da Arte em Portugal*, vols. I e II, Porto, (s.n.), 1942

LEAL, Maria José da Silva (identif. e transcrição), *Livro do Almojarifado de Silves (século XV)*, Lisboa, ANTT, 1989

LISBOA, Maria Helena, *Os Engenheiros em Lisboa: urbanismo e arquitectura (1850-1930)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002

LOPES, João Baptista Silva, *A Cidade de Silves num Itinerário Naval do Século XII por um Cruzado Anónimo*, (Fac-simile da edição por João Baptista da Silva Lopes de 1844, com estudo de Manuel Cadafaz de Matos), Silves, Câmara Municipal, 1999

LOPES, João Baptista Silva, *Corografia ou Memoria Económica, Estadística e Topográfica do Reino do Algarve*, Lisboa, (s.n.),1841

LOPES, João Baptista Silva, *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, Lisboa, (s.n.),1848

MALTEZ, Maria Teresa Nesbitt da Silva, *Os Recursos Alimentares no Algarve Oriental (séc. XIV)*, Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1993

MARCH, Leonel, *Architectonics of Humanism : essays on number of architecture*, London,Accademy Editions, 1998

MARQUES, A. H. Oliveira, *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, INIC, nº 561, 1984

MARQUES, A. H. Oliveira e **PIZARRO**, Nuno, *Cortes Portuguesas : Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, 1 v., Lisboa, INIC, 1990

MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1998

MARQUES, A. H. Oliveira, “Para a história do Algarve Medieval”, *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, (s.l.), (s.n.), 1987

MARQUES, A. H. Oliveira, “Pesos e Medidas” in *Dicionário de História de Portugal*, (s.l.),Livraria Figueirinha, 1979

MARQUES, José, “Afonso X e a Diocese de Silves”, in *Bol. Do Arquivo Distrital do Porto*, vol. II, (s.l.), (s.n.),1985

MARQUES, Maria da Graça Maia (Coord.), *O Algarve, da Antiguidade aos nossos Dias*, Lisboa, Edições Colibri, 1999

MARTINS, Gabriela Rocha, ”O Acervo Bibliográfico da Catedral do Algarve. Do Cartório Quinhentista ao Actual Arquivo Paroquial da Sé de Silves” in *4º Congresso do Algarve*, vol.1, Montechoro, SAFIL, 1986

MATEUS, João Carlos de Oliveira Mascarenhas, *Princípios e Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias na Literatura Técnica Publicada entre 1750 e 1900 e o seu Contributo para a Conservação dos Edifícios Históricos*, Tese de Doutoramento em Engenharia Civil da Universidade Técnica de Lisboa, 2000

MATTOSO, José, *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994

MATTOSO, José e **DAVEAU** , Suzanne e **BELO**, Duarte, *Portugal o Sabor da Terra: Algarve*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998

MATTOSO, José, “As Relações de Portugal com Castela no Reinado de Afonso X, o Sábio”, in *Estudos Medievais*, nº 7, 1986

MESQUITA, Marieta Dá, *Arquitectura e Renovação : aspectos do restauro arquitectónico em Portugal no séc. XIX*, Lisboa, FAUTL, 1993

MILHEIRO, Ana Cristina Oliveira, *O Gótico e os Sistemas de Desenho Presentes na Arquitectura Oitocentista – Produção Teóricas Europeias e Recensão Portuguesa Manifesto na Obra Escrita de Possidónio da Silva*, Dissertação de Mestrado em Cultura Arquitectónica e Construção da Sociedade Moderna apresentada à FAUTL, 1997

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, *Plano da bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve : análise e diagnóstico da Situação de Referência: clima*, (s.l.), MAOT, 2000

NETO, Maria João Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Tese de Doutoramento apresentada à FLUL, vol. I, 1995

NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997

OLIVEIRA, Francisco Xavier De Athaide, *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, Porto, Typ. Universal, 1908

OSORIO, Jerónimo e **PINTO**, A. Guimarães (Tradução, Compilação e Notas), *Cartas*, Silves, Câmara Municipal, 1995

PEDREIRINHO, José Manuel, *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal do Século I à Actualidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994

PELLETIER, Jean e **DELFANTE**, Charles, *Cidades e Urbanismo no Mundo*, Lisboa, Instituto Piaget, 2000

PEREIRA, Paulo (Dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol.1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995

PERLMAN, Izhar, *Silves : uma Cidade Drapeada a Sépia*, Cascais, Azula, 2000

RAMOS, Manuel, *Vãos Arquitectónicos do Tardo-Gótico Algarvio*, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1986

REYS, João Vasco, *Vozes da Pedra : tumulária e armaria da Sé Velha de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 2002

RIBEIRO, Ana Isabel, *Arquitectos Portugueses : 90 anos de vida associativa 1863-1953*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1993

RIBEIRO, Orlando, *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991

RIBEIRO, Orlando e **LAUTENSACH**, H. e **DAVEAU**, S., *Geografia de Portugal : o ritmo climático e a paisagem*, vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 1988

RODRIGUES, Maria João Madeira e outros, *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Coimbra, Quimera, 1990

ROMERO, Maria Helena da Câmara Tomé, *Módulo e Proporção na Arquitectura Medieval*, Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, da Universidade de Évora, 1997

ROMERO-CAMACHO, Isabel, “La Iglesia de Silves Sufraganea de Sevilha: la Restauracion de un Obispado Medieval en Medio de la Lucha por el Algarbe, entre Portugal y Castilla”, in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarbe e Andaluzia*, Loulé, Câmara Municipa de Loulé, 1987

ROSA, J. E Pinheiro e, *A Catedral do Algarve e o seu Cabido - Sé de Silves*, Faro, (s.n.), 1982

ROSA, J. E Pinheiro e, “A Catedral do Algarve e seu Cabido – Tempos de Ossónoba” in *Anais do Município de Faro*, VI, Faro, (s.n.), 1976

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios : a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995

ROSMANINHO, Nuno, *A Historiografia Artística Portuguesa : de Raczymsky ao dealbar do Estado Novo : (1846-1935)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea de Portugal da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993

SALGADO, Frei Vicente, *Memorias Ecclesiásticas do Reino do Algarve...*, Lisboa, Regia Officina Typ., 1786

SÃO JOSÉ, Frei João de , “Corografia do Reino do Algarve (1577)” in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983

SARAIVA, J. H. (Dir.), *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Alfa, 1983

SARRÃO, Henrique Fernandes, “História do Reino do Algarve (circa 1600)” in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, (apres. Leitura e notas de Manuel Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães), *Cadernos da Revista História Económica e Social*, 3, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1983

SEGURADO, João Emílio dos Santos, *Alvenaria, Cantaria e Betão*, Biblioteca de Instrução Profissional, Lisboa, Livraria Bertrand, (s.d.)

SEGURADO, João Emílio dos Santos, *Materiais de Construção*, 6ª edição actualizada, Biblioteca de Instrução Profissional, Lisboa, Livraria Bertrand, (s.d.)

SEGURADO, João Emílio dos Santos, *Trabalhos de Carpintaria Civil*, 6ª edição revista, Biblioteca de Instrução Profissional, Lisboa, Livraria Bertrand, (s.d.)

SILVA, Carlos Manuel Gomes da, *Patologia das Rochas do património Construído*, Lisboa, s.n., 1992

SILVA, José Custódio Vieira da, *O Tardo-Gótico em Portugal : a arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989

SILVA, Manuela Santos e **ANDRADE**, Filomena, *Forais de Silves: Foral Afonsino de 1266: Foral dos Mouros Forros de Silves, Tavira, Loulé e Santa Maria de Faro de 1269: Foral Manuelino de 1504*, Silves, Câmara Municipal, 1993

SIMÕES, Maria do Céu, *Contributo da Perspectiva para a Salvaguarda de Monumentos Históricos*, Dissertação de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico da Universidade de Évora, 1996

SIMSON, Otto von, *A Catedral Gótica: origens da arquitectura gótica e o conceito medieval de ordem*, Lisboa, Presença, 1991

SOARES, Clara Moura, *O Restauro do Mosteiro da Batalha : pedreiras históricas, estaleiros, de obras e mestres canteiros*, Leiria, Edições Magno, 2001

TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa e **BELÉM**, Margarida da Cunha, *Diálogos de Edificação: Estudo de Técnicas Tradicionais de Edificação*, Porto, CRAT, 1998

TEIXEIRA, Luís Manuel, *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*, Lisboa, Presença, 1985

TOMÉ, Miguel Jorge Biscaia Ferreira, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998

VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 3 v., Lisboa, INCM, 1988

3. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

“**CIÊNCIAS E TÉCNICAS APLICADAS AO PATRIMÓNIO**” in *Património e Estudos*, Lisboa, nº 3, IPPAR, 2002

“**IGREJA E CONVENTO DE S. FRANCISCO DE ÉVORA**” in *Monumentos*, nº 17, Lisboa, DGEMN, Setembro de 2002

“**PAÇO EPISCOPAL DO PORTO E ENVOLVENTE**” in *Monumentos*, nº 14, Lisboa, DGEMN, Março de 2001

“**SÉ DE VISEU E ENVOLVENTE**” in *Monumentos*, nº 13, Lisboa, DGEMN

A.A.V.V., “A Sé de Silves: Memória da Pedra” in *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997

DGEMN, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: Sé Catedral de Silves*, nº 80, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1955

GOMES, Rosa Varela, “Silves (Xelb), uma Cidade do Gharb Al-Andalus : território e cultura”, in *Trabalhos de Arqueologia*, nº 23, Lisboa, IPA,2000

ÍNDICE DE FIGURAS

- Fig. 1-** Regiões Algarvias, in F. Reis Cunha, *O Clima do Algarve*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1957, p.69 36
- Fig. 2 –** Relevo da Região de Silves, in MAOT, *Plano da Bacia Hidrográfica do Algarve*, (s.l.),DRA, 2000, p.39 39
- Fig. 3-** Geologia Regional, in M. Telles Antunes, *Carta Geológica de Portugal*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1983 42
- Fig. 4 –** Gravura inglesa com vista da cidade de Silves, datada de 1825, in Rosa Varela Gomes, *Silves (Xelb), uma Cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*, nº 23, *Trabalhos de Arqueologia*, Lisboa, IPPAR, 2002, p.24. 64
- Fig. 5 –** Vista de Silves, publicada na revista “O Panorama”, de 1842, in Rosa Varela Gomes, *Silves (Xelb), uma Cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*, nº 23, *Trabalhos de Arqueologia*, Lisboa, IPPAR, 2002, p.25. 64
- Fig. 6 –** Vista de Silves, publicada por João Baptista da Silva Lopes, em 1844, in *Relação da Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados (...)*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1844, p.28. 64

- Fig. 7** – Planta da cidade de Silves na época medieval, *in* A. H. de Oliveira Marques (Org.), Iria Gonçalves, Amélia Aguiar de Andrade, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas : (séculos XII a XV)*, Lisboa, (s.e.), 1990. 66
- Fig. 8** – Planta topográfica da cidade de Silves com indicação da zona de protecção de 1940, *in Boletim da DGEMN*, nº 80, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1955 67
- Fig. 9** - Planta da cidade de Silves (2002), *in SIG*, Câmara Municipal de Silves, 2002 67
- Fig. 10** – Planta de Silves (1882)– Estrada Municipal de Silves à Cruz de Portugal, *in* Arquivo da Câmara Municipal de Silves, 1882 69
- Fig. 11** – Carta Militar, *in SIG*, Câmara Municipal de Silves, 2003 70
- Fig. 12** – Ortofotomapa (2002), *in SIG*, Câmara Municipal de Silves, 2003 70
- Fig. 13** – Planta da Sé de Silves após intervenção de restauro da DGEMN (1931-1955), *in Boletim da DGEMN*, nº 80, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1955 72
- Fig. 14** – Coro situado acima da antiga porta de entrada (Portal Poente), no primeiro tramo da nave, *in Boletim da DGEMN*, nº 80, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1955 73
- Fig. 15** – Sé de Silves, interior da igreja, pormenor da entrada principal sem o coro 73
- Fig. 16** – Sé de Silves, pormenor da nave central e cabeceira 73
- Fig. 17** – Sé de Silves, pormenor da decoração do topo Sul do transepto 74

Fig. 18 – Sé de Silves, pormenor da janela do topo Sul do transepto	74
Fig. 19 – Sé de Silves, pormenor da janela do topo Norte do transepto	74
Fig. 20 - Sé de Silves, pormenor da iluminação interior a partir do óculo do portal Sul	74
Fig. 21 – Sé de Silves, pormenor da iluminação da Capela dos Regos	74
Fig. 22 – Sé de Silves, pormenor do sistema de cobertura das naves em madeira	75
Fig. 23 – Sé de Silves, pormenor do arco quebrado de comunicação entre os absidiolos	76
Fig. 24 – Sé de Silves, pormenor dos capiteis das colunas de acesso à capela-mor	76
Fig. 25 – Sé de Silves, pormenor de capiteis e arco acairelado de acesso à capela-mor	76
Fig. 26 – Sé de Silves, abóbada da capela-mor em cruzaria de ogivas	77
Fig. 27 – Sé de Silves, abóbada de berço quebrado do absidíolo Norte	78
Fig. 28 – Sé de Silves, pormenor da pedra de fecho da abóbada do absidíolo Norte	78
Fig. 29 – Sé de Silves, pormenor da altura do transepto	78
Fig. 30 – Sé de Silves, vão entaipado com arco de volta perfeita, localizado no topo Sul do transepto	79
Fig. 31 – Sé de Silves, pormenor de dois vãos entaipados em arco quebrado, localizados no topo Norte do transepto	79

Fig. 32 – Sé de Silves, abóbada de cruzaria de ogivas, zona do cruzeiro	80
Fig. 33 – Sé de Silves, pilares de secção quadrangular com colunelos adossados, localizados no cruzeiro	80
Fig. 34 – Sé de Silves, pormenor de cobertura em madeira das naves	81
Fig. 35 – Sé de Silves, pormenor das capelas laterais em talha barroca, nave colateral Sul	82
Fig. 36 – Sé de Silves, pormenor das capelas laterais em talha barroca, nave colateral Norte	82
Fig. 37 – Sé de Silves, espaço designado corredor da Porta do Sol, situado junto à nave colateral Sul	83
Fig. 38 – Sé de Silves, arcosólio em calcário localizado no corredor da Porta do Sol	83
Fig. 39 – Sé de Silves, arcosólio em calcário localizado no corredor da Porta do Sol	83
Fig. 40 – Sé de Silves, acesso à torre Sul	83
Fig. 41 – Sé de Silves, pormenor de abóbada da antiga Capela dos Gramachos, acesso à torre Sul	83
Fig. 42 – Sé de Silves, pormenor de pia de água benta, nave colateral Norte	84
Fig. 43 – Sé de Silves, Alçado Norte, pormenor de capitel colocado a descoberto durante as obras da DGEMN (1931-1955)	84
Fig. 44 – Sé de Silves, pormenor da fachada Poente	85

Fig. 45 – Sé de Silves, pormenor do portal Poente (zona esquerda), arquivoltas e capiteis	86
Fig. 46 – Sé de Silves, portal Poente encimado por cornija com cachorrada de carrancas e animais fantásticos	86
Fig. 47 – Sé de Silves, pormenor da torre Norte, de dimensão reduzida	86
Fig. 48 – Sé de Silves, pormenor da torre Sul	86
Fig. 49 – Alçado Poente, <i>in Boletim da DGEMN</i> , nº 80, 1955	87
Fig. 50 – Alçado Sul, <i>in Boletim da DGEMN</i> , nº 80, 1955	87
Fig. 51 – Alçado Norte, <i>in Boletim da DGEMN</i> , nº 80, 1955	88
Fig. 52 – Alçado Nascente, <i>in Boletim da DGEMN</i> , nº 80, 1955	89
Fig. 53 – Sé de Silves, pormenor de merlões piramidais a coroar a capela-mor	90
Fig. 54 – Pedreira de Val Fuzeiros, vista geral	200
Fig. 55 – Utensílios utilizados na Pedreira de Val Fuzeiros	200
Fig. 56 – Exploração da Pedreira de Val Fuzeiros	200
Fig. 57 – Fachada Norte, presença de líquenes	246
Fig. 58 – Fachada Norte, manifestação de erosão da rocha	246

Fig. 59 – Fachada Norte, Lixiviação da rocha	246
Fig. 60 – Fachada Poente, pormenor de friso do portal com incidência de colonização biológica, presença de arbustos e infestação líquénica	247
Fig. 61 – Fachada Sul, presença de pátina de sujidade na localização das Gárgulas	248
Fig. 62 – Fachada Sul, erosão e degradação diferencial	248
Fig. 63 – Fachada Sul, pátina de sujidade e infestação líquénica	248
Fig. 64 – Fachada Sul, blocos substituídos devido a intervenção de restauro	249
Fig. 65 – Fachada Nascente, pátina de sujidade	249
Fig. 66 – Fachada Nascente, depósito superficial	249
Fig. 67 – Fachada Nascente, pátina de sujidade	250
Fig. 68 – Torre Sul, depósito de guano	250
Fig. 69 – Crostas negras presentes nas colunas e capiteis da nave central	258
Fig. 70 – Argamassa presente nas juntas das bases das colunas da nave central	258
Fig. 71 – Esfoliação e lascagem presente nos arcos e pilares da nave central	258
Fig. 72 – Destacamento de estuque no altar da nave colateral Sul	259
Fig. 73 – Deterioração de talha no altar da nave colateral Sul	259
Fig. 74 – Pavimento em madeira deteriorada, na nave central	259

Fig. 75 – Perda de material na parede da capela-mor	260
Fig. 76 – Esfoliação e erosão regressiva na parede da capela-mor	260
Fig. 77 - Fenómenos de alteração diferencial no topo Norte do transepto	260
Fig. 78 – Sinais de humidade e escorrência	261
Fig. 79 – Blocos de cantaria novos	261
Fig. 80 – Juntas preenchidas por argamassas grosseiras, abóbada da capela-mor	261
Fig.81 - Abóbada da capela-mor, nervuras preenchidas com argamassa de Cimento	261
Fig. 82 – Pintura deteriorada da abóbada, absidiolo direito	262
Fig. 83 – Capiteis substituídos pela intervenção de restauro da DGEMN, absidiolo esquerdo	262
Fig. 84 – Grau de arenização nas colunas, absidiolo esquerdo	262
Fig. 85 – Capiteis substituídos pela intervenção de restauro da DGEMN	263
Fig. 86 – Capiteis substituídos pela intervenção de restauro da DGEMN	263
Fig. 87 – Bases das colunas com lacunas, capela-mor	263
Fig. 88 – Desgaste do pavimento na capela-mor devido a eflorescências salinas	263
Fig. 89 - Presença de eflorescências salinas no pavimento do transepto	263
Fig. 90 – Presença de eflorescências salinas na parede da capela-mor	263

Nota: Todas as figuras incluídas na dissertação de mestrado que não possuem referência de fonte são fotografias da nossa autoria e foram feitas entre os anos de 2002-2004.

